Sub-Secretaria G. Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO

1967

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1970

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO

1967

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1 9 7 0

Págs.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A política externa do Govêrno foi definida em suas linhas básicas em Brasília, no discurso de 5 de abril, com os fundamentos da «Diplomacia da Prosperidade». A orientação adotada resulta de uma avaliação soberana dos interêsses nacionais e de uma análise objetiva e atualizada da conjuntura mundial. A finalidade é colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento mediante o máximo aproveitamento das oportunidades que o setor externo possa oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país; trata-se, igualmente, de atuação vigilante para impedir que se criem obstáculos ou se fechem oportunidades ao desenvolvimento do Brasil.

2. A «Diplomacia da Prosperidade» baseia-se na convicção de que o desenvolvimento é uma responsabilidade nacional — a ser exercida principalmente através de instrumentos internos. Reconhecemos, contudo, o caráter estratégico do setor externo, tanto em têrmos de comércio, como de capitais e técnica. Por isso, acolhemos a colaboração estrangeira, mas compreendemos o caráter supletivo dessa colaboração.

3. A atuação diplomática brasileira constitui um testemunho, ante a comunidade internacional, da nossa profunda confiança nos destinos do Brasil e na capacidade de nosso país de exercer um papel cada vez mais ativo no cenário mundial.

4. Soberania e Desenvolvimento constituem, assim, a essência de nossa orientação diplomática.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

5. O fato mais significativo a assinalar no terreno internacional é a crescente atenuação do chamado conflito Leste-Oeste, que caracterizou os anos de Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se verifica um progressivo deslocamento dos conflitos, da linha divisória entre os blocos ideológicos que cortava ao meio a Europa, para a periferia subdesenvolvida, especialmente no Sudeste da Ásia e no Oriente Médio. Êsse fato é evidenciado pelo silêncio que cercou, nos últimos anos, questões como a de Berlim e a da segurança européia e o aguçamento concomitante dos conflitos nas áreas subdesenvolvidas.

6. De fato, a verificação é originalmente do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Senhor McNamara, a eclosão de conflitos armados, suscetíveis de ameaçar a segurança interna dos Estados ou a própria paz internacional tem ocorrido, quase sempre, em áreas de baixa renda *per capita*. O deslocamento da zona de tensão do centro para a periferia se explica também pelo equilíbrio nuclear entre as superpotências, o que tende a afastar o perigo de guerra total e mundial.

7. A atenuação dos conflitos entre os dois blocos político-militares que emergiram da II Guerra se tem processado tanto no plano das relações entre as superpotências quanto no das relações intereuropéias. Nesse último, além do crescente contato entre as diplomacias francesa e soviética, verificou-se um forte incremento das relações econômicas, que transcenderam ùltimamente o campo tradicional do comércio, para atingir, inclusive, o domínio dos movimentos de capital e de técnica, com os investimentos de grandes companhias privadas da Europa Ocidental em projetos industriais nos países do Leste Europeu, inclusive na União Soviética.

8. Mas é no campo das relações entre as superpotências que a tendência à aproximação se tem feito sentir de

maneira mais notável. A apresentação conjunta de um projeto de Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares; a forma pela qual está sendo encaminhada a solução para a questão do Oriente Médio; a maneira com que os Estados Unidos e a União Soviética circunscreveram o alcance da questão cubana, são exemplos flagrantes do empenho das superpotências em ampliar a coincidência de suas posições e eliminar áreas de confrontação, ainda que em discordância com alguns de seus aliados tradicionais. Mais do que isso, êsses exemplos demonstram a existência de uma faixa de interêsses comuns entre a União Soviética e os Estados Unidos, mais larga do que a aparência ideológica dos pronunciamentos deixaria supor e a despeito da existência do conflito no Vietname e da crise no Oriente Médio.

9. O processo de distensão entre Leste e Oeste se tem feito acompanhar de uma tendência para a perda de coesão dos blocos militares tradicionais. Na OTAN, essa tendência se evidencia na falta de acôrdo entre seus membros quanto ao problema de proliferação das armas nucleares e quanto à própria estratégia global e ao caráter integrado do comando da Organização. Também no caso da admissão de novos membros do Mercado Comum Europeu, confrontam-se concepções diversas quanto ao sentido da integração européia e à natureza das relações entre uma Europa unificada e os Estados Unidos.

10. O próprio conflito no Vietname, apesar das proporções já atingidas, não consegue recompor a perda de coesão entre os integrantes da OTAN ou mesmo entre os membros da SEATO, organização de defesa com responsabilidades específicas no sudeste da Ásia.

11. No bloco socialista, verifica-se fenômeno dissociativo semelhante. Quanto à divergência sino-soviética que se tornou pública no início da década de 60, as posições atingiram um tal grau de antagonismo que chegam a caracterizar

hoje a existência de verdadeiro conflito. Não obstante a feição ideológica de que se procura revestir, são evidentes as motivações nacionais, particularmente no que se refere à decisão chinesa de se transformar em potência nuclear. Outros países socialistas, até mesmo na Europa, têm procurado igualmente orientar a sua política por uma linha autônoma com relação à política soviética, o que ficou particularmente claro por ocasião da tomada de posições no conflito árabe-israelense e anteriormente dentro do COMECON.

12. Paralelamente a essa progressiva dissolução de universo bipolar que se constituíra no após-guerra, tem-se verificado uma divisão cada vez mais marcada no mundo, em têrmos econômicos. Ao Norte desenvolvido opõe-se, como realidade penosa e incômoda, o Sul subdesenvolvido. A acentuação, tanto em têrmos relativos quanto absolutos, das diferenças de nível econômico e social entre os dois grupos de nações, agravadas por condições de comércio e sistemas de pagamento desfavoráveis aos países subdesenvolvidos, tem levado êstes, independente de suas ideologias ou regimes políticos, a se unirem em tôrno de reivindicações tendentes a reestruturar as normas que atualmente regem as relações econômicas internacionais.

13. Todos êsses fatos parecem demonstrar que o interêsse material dos Estados e o bem-estar de suas populações, mais do que as posições ideológicas, têm tendido a prevalecer na definição de suas políticas, mesmo que essa atitude resulte, eventualmente, em prejuízo dos aliados tradicionais. Conforme já acentuei no meu primeiro pronunciamento sôbre política externa, não há, diante de uma realidade dessa natureza, lugar para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas.

14. Essas considerações evidenciam que, mais do que nunca, o interêsse nacional, definido em têrmos de bem-estar e segurança do povo brasileiro é, e deve ser, o principal

elemento da conduta internacional do Govêrno, dentro de um quadro mundial de paz para o qual o Brasil vem contribuindo com empenhados esforços.

POLÍTICA BRASILEIRA

15. A política externa do Govêrno brasileiro está lastreada na convicção de que desenvolvimento e segurança são conceitos ìntimamente ligados, estando a segunda na dependência direta do primeiro. «O desenvolvimento é o nôvo nome da Paz». Estas palavras de Paulo VI de tão sábia inspiração atestam a boa orientação da política externa do Brasil. Daí decorre a importância primordial que o Govêrno concede a tôdas as medidas que, no campo das relações internacionais, possam contribuir para o desenvolvimento econômico.

16. Essa atitude é perfeitamente compatível com a concepção de que tôda atividade que se desenvolve no âmbito das relações internacionais é, na sua essência, uma atividade política e de que políticos são os objetivos a alcançar nesse plano, ainda que a finalidade última seja a obtenção de melhores condições econômicas.

REFORMULAÇÃO DAS NORMAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

17. Assim, o Govêrno tem dado ênfase especial à tentativa de reformular as normas do comércio internacional. Essas normas, baseadas num arcabouço teórico do século passado e consagradas pela estrutura da organização econômica internacional que emergiu da II Guerra, constituem, na realidade, um mecanismo de entorpecimento dos esforços de desenvolvimento das nações menos desenvolvidas, através da deterioração persistente do poder de compra de suas exportações e das limitações que criam às suas possibilidades de expansão comercial.

18. A superação dêsse estado de coisas, através de novas regras de comércio, formas de pagamento mais adequadas às condições dos países subdesenvolvidos e de mecanismos mais flexíveis para a ajuda financeira internacional, só pode ser conseguida através de uma atitude decididamente reivindicatória dos países subdesenvolvidos, especialmente daqueles que, como o Brasil, já têm consciência de que o progresso econômico resulta de um esfôrço de desenvolvimento integrado, no qual o setor externo tem um papel estratégico relevante, mas não substitutivo do mercado interno.

19. Êsse o sentido da atuação do Brasil nas reuniões preparatórias da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (II UNCTAD), a realizar-se no próximo mês de fevereiro em Nova Delhi, na qual buscaremos obter as primeiras medidas práticas no sentido de uma reforma efetiva das relações econômicas internacionais. Dentre essas medidas, o Brasil atribui importância à concessão, por parte dos países industrializados, de um esquema de preferências para os produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos, que seja *universal* (isto é, abranja todos os países), *geral* (inclua tôdas as manufaturas), *não-discriminatório* (trate de forma igual os países subdesenvolvidos) e *não-recíproco* (não crie obrigação de contrapartida por parte dos subdesenvolvidos).

20. Ainda no terreno do comércio, o Brasil vem empenhando esforços para assegurar a renovação do Convênio Internacional do Café. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, em conjugação com o da Indústria e Comércio, desenvolveu intensa atuação bilateral e multilateral, junto a países consumidores e produtores no sentido de remover obstáculos à negociação dêsse Convênio de vital significação para o nosso país.

21. O interêsse do Govêrno não se limita, contudo, ao esfôrço para modificação da estrutura atual do comércio

internacional. Estamos empenhados, também, em dinamizar nossas exportações no contexto das normas existentes, sem aguardar sua eventual revisão.

22. Assim, está o Itamaraty reorganizando os seus serviços de promoção comercial, de modo a estabelecer melhor articulação com a CACEX e o CONCEX.

23. Por outro lado, no interêsse de planificar o incremento do nosso comércio com o Leste Europeu, a COLESTE foi recentemente reorganizada e fortalecida como órgão de coordenação dêsse intercâmbio.

RELAÇÕES INTERAMERICANAS

24. No plano das relações interamericanas, o Govêrno brasileiro, fiel à convicção de que desenvolvimento é sinônimo de paz, tem procurado incentivar as diversas formas de cooperação econômica entre os países do continente, tendo em vista dar maior dinamismo e flexibilidade à Aliança para o Progresso e a afirmação do princípio de que tôda cooperação, para ser verdadeira, deve ter como base, o respeito à soberania do país que receba a ajuda.

25. Com êsse espírito, estive presente em Punta del Este, na Reunião dos Chefes-de-Estado americanos e posso dizer que foi em grande parte uma vitória brasileira a decisão, a que lá se chegou, de aumentar a ênfase que vinha sendo dada no plano regional aos problemas do desenvolvimento dos países latino-americanos. Sabemos, contudo, que ainda há muito por fazer nesse campo, sobretudo no que toca a evitar o refluxo dos capitais, a assegurar a liberdade de os países que recebem assistência econômica utilizarem êsses créditos onde mais lhes convier.

26. A XII Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA revelou, outrossim, além da solidariedade prestada à Venezuela a propósito da ingerência subversiva cubana nos

negócios internos daquele país, o reconhecimento pelos países americanos da justiça da tese brasileira de que a segurança nacional não só é um produto do grau de progresso econômico-social, como constitui responsabilidade precípua das fôrças armadas de cada país-membro.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

27. O Brasil tem continuado a apoiar a realização de estudos e a adoção de medidas práticas que visem a uma maior colaboração e a uma divisão de tarefas mais eficaz entre as economias dos países da América Latina. Mas, em seu esfôrço para aproveitar ao máximo as possibilidades que a integração latino-americana pode oferecer, reconhecemos que êsse processo se depara com dificuldades que não estiveram presentes em tentativas análogas em outros continentes.

28. Assim, preocupa ao Govêrno brasileiro o estabelecimento de um sistema eficiente de transportes entre os países latino-americanos, mediante a abertura de rodovias entrosadas com um plano hidroviário que revalorize as tradicionais vias de acesso ao interior do Continente e aproxime os países mediterrâneos.

29. Trata-se, portanto, de estabelecer uma base física, sem a qual a pretendida integração econômica continuaria a ser simples aspiração.

30. Outras dificuldades provêm, principalmente, do fato de que os países latino-americanos — ao contrário do que ocorria no caso dos países que iriam formar o Mercado Comum Europeu — estão ainda muito longe, em virtude mesmo do seu próprio subdesenvolvimento econômico, do esgotamento das possibilidades de desenvolvimento com base na integração do mercado nacional. A integração latino-americana, caso levada a efeito de maneira automática e acelerada, pode provocar deformações no processo de industrialização, escapando ao contrôle dos países latino-ameri-

canos e acentuando os desequilíbrios regionais internos, em benefício de uma especialização de trabalho entre as áreas já relativamente desenvolvidas do continente.

31. Por isso, o Brasil defendeu em Punta del Este e na Conferência de Chanceleres da ALALC, ao incentivar as medidas de liberação comercial na América Latina, a necessidade de que êsse processo seja realizado de maneira gradual e por mecanismos intergovernamentais, ao mesmo tempo em que tem procurado preservar o caráter exclusivamente latino-americano da integração e das decisões a ela relativas.

32. Por essa razão atribuímos, no processo necessàriamente longo de criação do Mercado Comum para tôda a América Latina, uma prioridade especial ao aperfeiçoamento da ALALC e à sua eventual conversão em União aduaneira.

33. Êsse aperfeiçoamento exigirá, além de medidas automáticas de liberação comercial, sistemas de pagamentos apropriados à integração econômica entre países em desenvolvimento.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, POLÍTICA NUCLEAR

34. Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento, defronta-se com tarefas de cunho menos nìtidamente econômico, embora de grande repercussão no crescimento do país.

35. Nos dias de hoje, e cada vez mais, a independência econômica implica a posse de uma tecnologia avançada, condizente com os progressos da técnica e da ciência modernas. A preocupação com o distanciamento tecnológico, que vai separando as duas superpotências das demais nações, e criando novas formas de subordinação, é crescente, mesmo nos países que já atingiram um nível elevado de desenvolvimento econômico, como a França, a Inglaterra e a República Federal da Alemanha.

36. Para fazer frente a êsse problema, é necessário não apenas dar impulso internamente à pesquisa nacional,

mas também defender, no plano internacional, o pleno direito de o Brasil realizar livremente seus esforços de pesquisa científica para fins de desenvolvimento, inclusive, eventualmente, no que se refira à produção e à utilização de explosivos nucleares para fins pacíficos.

37. É por isso que o Brasil se opõe, no Comitê do Desarmamento, em Genebra, à assinatura de um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, nos têrmos propostos pelo projeto americano-soviético. Consideramos êsses têrmos inaceitáveis, pois consagram jurìdicamente uma diferença de *status* tecnológico — que pode e deve ser eliminada — além de não serem indispensáveis à causa da paz e do próprio desarmamento. Para o exercício efetivo do direito à nuclearização pacífica, o Brasil tem buscado servir-se da experiência acumulada em outros países, como França, Israel e Estados Unidos, assinando acôrdos de cooperação. Com o auxílio técnico da França, vamos dinamizar a pesquisa nacional de nossos recursos uraníferos. Mediante entendimentos com Israel, intensificaremos a pesquisa em relação à irradiação e conservação de alimentos e localização de recursos hidrológicos. A cooperação com os Estados Unidos será ampliada ao terreno dos explosivos nucleares para fins pacíficos, sem prejuízo das posições brasileira e norte-americana sôbre a matéria.

38. Ciente da importância para a pesquisa nacional da ampliação dos quadros científicos e técnicos, o Govêrno se empenhou em apurar as causas do «êxodo de cérebros» para o exterior. Nesse sentido, foi realizada em Washington uma reunião dos cientistas brasileiros radicados nos EUA, e proposto na Assembléia-Geral da ONU estudo sôbre a extensão e natureza do problema, que afeta inclusive países desenvolvidos da Europa.

DESARMAMENTO

39. A posição do Govêrno brasileiro, de defesa intransigente do direito à nuclearização pacífica, não significa que o Brasil se tenha afastado de sua posição em favor do desarmamento geral e completo, o qual possibilitaria, inclusive, a destinação ao desenvolvimento econômico de recursos vultosos, hoje comprometidos na corrida armamentista.

40. Mesmo na questão específica da não-proliferação das armas nucleares, como medida parcial para o desarmamento geral, o Brasil continua a apoiar a idéia de um tratado, desde que êle não cerceie o livre acesso de todos os países à tecnologia nuclear para fins pacíficos e inclua, por outro lado, contrapartidas efetivas de desarmamento por parte de tôdas as potências nucleares.

41. A prova clara de nossas intenções a êsse respeito está na adesão do Brasil ao Tratado do México, de proscrição de armas nucleares na América Latina, tratado cuja conclusão, é, em grande parte, produto de nosso esfôrço.

DESCOLONIZAÇÃO

42. Dentre os objetivos das Nações Unidas, o atual Govêrno brasileiro tem dado especial importância à eliminação do colonialismo, quer sob a forma clássica de dominação política e militar, quer sob a nova forma de dominação econômica e tecnológica.

43. A posição do Brasil em favor da aceleração do processo de descolonização política e econômica se funda, por um lado, no interêsse brasileiro em ver melhoradas as possibilidades de livre cooperação e comércio entre os países subdesenvolvidos. Por outro lado, ela se inspira na convicção, que é um dos princípios básicos da Carta da ONU, de que para a manutenção da segurança interna dos Estados e para a preservação da paz mundial é necessário que haja

desenvolvimento. Êste só é verdadeiramente possível em países pollticamente independentes e cuja população esteja unida em tôrno de objetivos comuns. A independência é pré-condição para o desenvolvimento.

44. A criação no Itamaraty de uma Secretaria-Geral Adjunta para a África e Oriente Médio e a abertura de várias missões na área refletem o interêsse do Govêrno brasileiro em relações intensas com os novos membros da comunidade internacional.

CRISE NO ORIENTE MÉDIO

45. Enquanto não são definitivamente removidas as causas profundas da insegurança internacional, a tarefa da manutenção da paz tem exigido, por vêzes, a ação conciliatória imediata, a fim de prevenir a eclosão de conflitos iminentes ou de estancar os já começados. Foi com êsse espírito que o Brasil conduziu sua atuação, durante a crise no Oriente Médio, tanto no Conselho de Segurança da ONU quanto no curso da Assembléia-Geral Extraordinária, ao tomar a iniciativa de propor medidas para pôr término às hostilidades e assegurar condições efetivas para negociações de paz, à base de reconhecimento pelos árabes do direito do Estado de Israel à existência como Nação e da retirada das tropas israelenses de território árabe.

RELAÇÕES BILATERAIS

46. Nas negociações e contatos com todos os países com os quais mantemos relações diplomáticas, o Brasil se empenhou em um esfôrço permanente de cooperação, e aumento das áreas de entendimento. Êsse esfôrço se fêz particularmente sentir em nossas relações com os países do continente, nosso âmbito geográfico e natural. Com êsse espírito, procuramos dinamizar as fórmulas de cooperação e eliminar eventuais discrepâncias de interêsses.

47. Dentre as negociações mais significativas realizadas no atual Govêrno, destacam-se a conclusão de acôrdo de bitributação com o Japão, o prosseguimento de entendimentos no mesmo sentido com os Estados Unidos, a assinatura, com a Argentina, de acôrdo de pesca e preservação de recursos naturais do mar, e o restabelecimento de um clima de entendimento e cooperação mútua com o Paraguai.

Rio de Janeiro, dezembro de 1967.

José de Magalhães Pinto

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA SETENTRIONAL

Relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América mantiveram-se no decorrer de 1967 no clima geral de mútuo entendimento que, no plano governamental, tem prevalecido històricamente nas relações entre os dois países.

Persistiram em 1967 algumas diferenças não solucionadas em Governos anteriores e surgiram outros pontos de desacôrdo: nada mais refletiram, contudo, que problemas limitados e específicos, decorrentes de divergências ocasionais entre os respectivos interêsses nacionais, consideradas naturais face ao amplo contexto de relações complexas e intensas existentes e sobretudo incapazes de afetar a longa tradição de amizade e solidariedade entre os dois países.

Quer nos últimos meses do Govêrno anterior, quer durante a maior parte de 1967, verificaram-se contínuos esforços por ambas as partes no sentido da preservação daquele clima. Assim é que, ainda no início daquele ano, visitou os Estados Unidos da América, em caráter não oficial, o Presidente eleito do Brasil, que teve oportunidade de manter contatos do mais alto nível. Igualmente, no decorrer de 1967, visitaram aquêle país titulares de diversas pastas — da Aeronáutica, da Educação, do Planejamento, da Fazenda, de Indústria e Comércio — o Chefe do EMFA, e inúmeros representantes do Legislativo, assim como Presidentes de autarquias e outras entidades. Por sua vez, do

lado estadunidense, visitaram o Brasil o ex-Vice-Presidente Nixon, Governadores e ex-Governadores de Estados, altas patentes militares e sobretudo missões patrocinadas pelos Executivos federal e estaduais, estas últimas dentro do programa de promoção do intercâmbio comercial.

Na medida, contudo, em que as relações entre os dois países se tornam mais complexas e diversificadas, a manutenção daquele clima exige maior sistematização e intensificação das consultas e troca de impressões através de mecanismos de caráter bilateral mais aperfeiçoados.

Dado o pêso específico da participação dos EUA na reunião, não é possível omitir, neste capítulo, menção à Reunião Presidencial de abril, em Punta del Este, embora o assunto seja tratado especialmente na parte referente à Organização dos Estados Americanos. Tal reunião, que formalizou o apoio dos EUA à decisão latino-americana de formar um Mercado Comum, consagrada na «Declaração dos Presidentes da América», constituiu-se, certamente, no acontecimento político de grande relêvo do ano.

Não obstante, no tocante ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares proposto pelos EUA e pela URSS os entendimentos sôbre cooperação pacífica no aproveitamento da energia nuclear ganharam nova substância, conforme ilustram a ata da visita ao Brasil do Professor Seaborg, Presidente da Comissão de Energia Atômica dos E.U.A. e nota do M.R.E. à imprensa sôbre ampliação de cooperação nuclear entre os E.U.A. e o Brasil.

Assuntos econômicos

No campo econômico das relações entre o Brasil e os EUA no decorrer de 1967 registraram-se algumas divergências, assinaladas a seguir, tòpicamente, uma vez que são objeto de comentários em maior profundidade na parte respectiva do presente Relatório.

a) interpretação do ajuste sôbre bitributação;
b) limitação das vendas de café solúvel;
c) contingenciamento quantitativo das exportações de têxteis de algodão;
d) incompreensão da posição brasileira quanto à conclusão do acôrdo internacional de cacau;
e) reação às medidas do Brasil para assegurar-se de maior participação nos fretes do tráfego Brasil-EUA;
f) redistribuição das quotas de açúcar.

Não obstante as divergências específicas assinaladas, a cooperação econômica, financeira e técnica prestada pelo Govêrno estadunidense, quer bilateralmente, quer sob a égide da Aliança para o Progresso, não foi prejudicada em sua continuidade.

Recursos da «Aliança para o Progresso»

No decorrer de 1967 prosseguiram em ritmo acentuado as atividades da Aliança para o Progresso, tendo sido assinados empréstimos no valor de US$ 390 milhões, conforme especificados na tabela abaixo, e liberados recursos das contrapartidas em cruzeiros dos Empréstimos-programas de 1966 e 1967.

ESPECIFICAÇÕES	MONTANTE (*US$ milhões*)
AID	185,6
Empréstimo-programa de III/67	100,0
VII Acôrdo do Trigo	36,0
Termoelétrica de Santa Cruz	41,2
Ministério das Minas e Energia (Pesquisas)	8,4

BID	133,2
Indústria	44,8
Educação	28,0
Energia	34,0
Saneamento	26,4
EXIMBANK	30,5
Indústria	22,2
Transporte	8,3
BIRD (pecuária)	40,0
TOTAL	389,3

Quanto aos recursos de contrapartida liberados em 1967, foram os mesmos aplicados nos seguintes setores:

Indústria e agricultura (repassados pelo Banco Central)	61,0
Educação	47,1
Transportes	27,5
Assistência Técnica	23,0
Saúde	7,1
Outros	2,7
Total	168,4

Dentre os empréstimos em dólares, concedidos pela AID e pelo BID, merecem referência os que dizem respeito à ampliação da Termoelétrica de Santa Cruz, de 100.000 para 400.000 kw (US$ 41 milhões); barragem da Hidrelétrica de Ilha Solteira (US$ 34 milhões); financiamento à pequena e média indústria, por intermédio do BNDE (US$ 22 milhões); ampliação e melhoria de 9 universidades (US$ 25 milhões); ampliação das rêdes de água e esgotos de Fortaleza, João Pessoa e Aracaju (US$ 14,5 milhões) e financiamento para exportação de navios (US$ 10,8 milhões).

A COCAP participou ativamente dessas negociações e da alocação e liberação dos recursos de contrapartida, mantendo estreito contato com a USAID, BID, Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda e as entidades beneficiadas e, no sentido de manter-se atualizada com o programa da Aliança para o Progresso, compareceu, na pessoa de seu Coordenador, a tôdas as reuniões do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso e do Conselho Interamericano Econômico e Social e a outras relacionadas com o assunto, destacando-se as reuniões dos Presidentes das Américas, havidas em Punta del Este — abril/67, em que foi dada ênfase máxima ao item «Integração Econômica e Desenvolvimento Industrial da América Latina» e do Subcomitê do CIAP sôbre o Brasil, em Washington, novembro/67, nas quais foram apreciados os esforços internos nos campos da agricultura, transportes, habitação, educação, saneamento, política comercial, balanço de pagamentos etc.

Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas

A 5 de outubro de 1967 foi assinado com os Estados Unidos da América o VII Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas, pelo qual, dentro do máximo de meio milhão de toneladas, o Brasil adquiriu 498 mil toneladas no valor FOB de US$ 31,831,532.00, pagáveis em dólares norte-americanos à taxa do mercado livre, 10% à vista e o restante financiado pelo prazo de 20 anos, com um de carência, a juros de 21/2% ao ano. Incluiu o referido instrumento compromisso da parte do Govêrno brasileiro relativo à aquisição, no decorrer de 1967, em países amigos e em têrmos comerciais, de pelo menos 1.350.000 toneladas.

A exemplo do VI Acôrdo, assinado em 23 de abril de 1966, o nôvo Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas diferiu fundamentalmente dos cinco anteriores por prever o pagamento em dólares e não em cruzeiros, em prazo de 20 e não de 40 anos. Não obstante, ao contrário do que ocorria em Acôrdos

anteriores, ficou o Govêrno brasileiro habilitado a dispor integralmente dos cruzeiros gerados pela venda do trigo no mercado interno, para aplicação exclusiva, nos têrmos do VI Acôrdo, no setor agrícola, com especial ênfase em investimentos destinados à melhoria das condições de comercialização, armazenamento e movimentação de cereais.

II Reunião de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América e Canadá

Considerando a importância do mercado norte-americano para a exportação de produtos brasileiros, foi preparada e realizou-se em Washington, de 24 de setembro a 3 de outubro de 1967, inaugurada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a 2ª Reunião de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América e Canadá, da qual participaram os Embaixadores do Brasil em Washington e Ottawa, os Cônsules brasileiros naqueles países, bem como os Chefes de várias Divisões do Ministério das Relações Exteriores e, como convidados, representantes de órgãos e entidades interessados no comércio com aquela área.

Atividades culturais

As atividades de caráter cultural, relacionadas de forma integrada nos capítulos respectivos, foram coroadas pelo esfôrço do Chefe da Missão diplomática brasileira em Washington e seus auxiliares nos Estados Unidos da América, no sentido de difundir e aprimorar, junto à opinião pública norte-americana, a imagem do Brasil naquele país, através de conferências, discursos e palestras em universidades, associações de classe, clubes recreativos em diversos Estados norte-americanos. Tais esforços, que se concentraram na promoção de investimentos estrangeiros no Brasil, completaram-se com publicações, pela Embaixada em Wash-

ington, do «Guide to investing in Brazil» (distribuído inclusive no Rio de Janeiro durante a reunião do FMI) e do «Survey of the Brazilian Economy», documento anual de informação básica sôbre a economia brasileira.

Dentre as diversas reportagens específicas sôbre o Brasil publicadas na imprensa norte-americana, com e sem o patrocínio de entidades brasileiras, pode-se mencionar uma edição do «Time», de abril de 1967.

Distinções especiais foram conferidas nos Estados Unidos da América a brasileiros: o Prêmio «Aspen», a Gilberto Freyre e o Prêmio «Moors Cabot», a Nascimento Brito.

De especial relevância para os interêsses brasileiros foi a intensificação das atividades de cooperação técnico-científica, incentivadas pela atuação do novel Escritório do Adido Científico junto à Embaixada do Brasil em Washington, assim como a reunião realizada naquela capital com os cientistas brasileiros residentes nos Estados Unidos da América, assuntos tratados mais adiante, na parte específica do presente Relatório.

Atos internacionais

Foram assinados os seguintes instrumentos com os Estados Unidos da América:

1) Acôrdo de Financiamento para a Construção de Vasos de Guerra no Brasil. Concluído em Washington, a 6 de março de 1967.

2) Convenção para evitar a Bitributação em Matéria de Impôsto de Rendas. Concluída no Rio de Janeiro, a 13 de março de 1967.

3) Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas. Concluído no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1967.

Relações Brasil-Canadá

No decorrer de 1967 as relações entre o Brasil e o Canadá evoluíram satisfatòriamente, registrando-se ampliação de contatos. Característica dessa ampliação são os entendimentos realizados sôbre intercâmbio científico entre o Conselho Nacional de Pesquisas e o Conselho de Pesquisas do Canadá.

Foram assentadas bases para a presença de leitor brasileiro na Universidade de Toronto.

Cumpre destacar, dentre as visitas realizadas a ambos os países, a viagem ao Canadá do Senador Arnon de Mello, em missão de estudos, assim como a vinda ao Rio do Encarregado de Assuntos Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores canadense e do Diretor do «Canadian Executive Services Overseas». Em julho de 1967, visitou vários Estados brasileiros missão comercial canadense, que manteve entendimentos sôbre a construção de aeroportos no Brasil.

AMÉRICA CENTRAL

Na área da América Central, o Ministério das Relações Exteriores viu-se obrigado a ocupar-se, sobretudo, do problema do Haiti, no terreno político, buscando resolver a situação criada pelos 44 cidadãos haitianos que procuraram asilo na Embaixada do Brasil em Pôrto Príncipe.

Outro assunto que continuou a ocupar a atenção do setor competente do Ministério das Relações Exteriores, no ano de 1967, foram as atividades cubanas de caráter subversivo, ligadas à chamada Conferência da OLAS, realizada em julho e decorrente da Conferência Tricontinental de Havana, a qual se realizou em janeiro de 1966. Realmente, conforme é sabido, a orientação política castrista tem sido sempre no sentido de «exportar a Revolução». A OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) não foi outra coisa senão uma tentativa de institucionalizar tal exportação, ou seja, formalizá-la com o apoio dos demais países da América Latina. A Conferência serviu, entretanto, para demonstrar a profunda desunião existente no mundo comunista. No caso específico do comunismo íbero-americano, o choque que traumatizou tal desunião se deu entre o PC ortodoxo da Venezuela e o castrismo. Enquanto êste pregava a Revolução pela violência, pelas armas, aquêle era francamente favorável à mudança pacífica, pela doutrinação e pelo voto. Cristalizou-se a divisão do movimento no Continente e persiste a orientação castrista, embora não se possa dizer que o outro método tenha sido abandonado. E' claro que

a morte de «Che» Guevara abalou as convicções em tôrno da tese cubana, o que não significa dizer que os esforços no sentido da Revolução tenham sido negligenciados pelos propugnadores daquela tese. A posição do Brasil em relação à OLAS é a de total rejeição de seus postulados e de vigilância para contra-atacar seus atos de subversão.

Ainda no terreno político, destacam-se as posses dos Chefes de Estado em El Salvador e na Nicarágua, em cujas cerimônias o Brasil se fêz representar.

No terreno econômico, as principais preocupações na área cingiram-se ao comércio com o México. O ritmo crescente de nossas trocas com aquêle país motivou a elaboração de trabalhos de pesquisa sôbre a economia mexicana e o intercâmbio comercial Brasil-México, no período de 1958/67. Tais trabalhos revelaram que, apesar de o comércio com o México apresentar crescimento continuado, êle é bastante desfavorável ao Brasil e que é de se esperar ampliação persistente no *deficit* brasileiro, na medida em que se fôr expandindo o intercâmbio. Como causas principais dêste desequilíbrio, foram apontadas, naqueles trabalhos, as seguintes: 1) falta de reciprocidade na aplicação dos mecanismos de liberação comercial do Tratado de Montevidéu (ALALC); 2) proteção natural de que goza o México, resultante de sua posição geográfica, e 3) concorrência dos produtos brasileiros com os americanos no suprimento do mercado mexicano.

Ainda com relação ao comércio com o México, o Setor competente do Itamaraty acompanhou com o maior interêsse os esforços realizados no sentido de vender três navios àquele país, o que, todavia, não se conseguiu. O México acabou comprando-os na Polônia, que ofereceu melhores condições de financiamento.

Por outro lado, os progressos do Mercado Comum Centro-Americano foram acompanhados com interêsse pelo

Setor, que publicou, em seu boletim nº 20, de 30/IX/67, trabalho específico sôbre o MCCA. De acôrdo com tal trabalho, a aplicação dos tratados econômicos que regem o Mercado Comum Centro-Americano já tem feito surtir seus efeitos benéficos na economia dos cinco países-membros. O Comércio intra-regional teve grande impulso, e as inversões se multiplicaram. Houve considerável modificação na estrutura das importações. Expandiram-se as pequenas indústrias, geralmente dedicadas à elaboração de matérias-primas importadas. Essa expansão não atingiu o setor das «indústrias de integração», consideradas de interêsse para tôda a região, como estava nas metas do Mercado Comum Centro-Americano, e é de prever-se que, em virtude disso, diminua, no futuro, a taxa de incremento de comércio intra-regional, como já vem esboçado nas estatísticas dos dois últimos anos.

Ainda não houve adoção de política financeira comum, por parte dos países que compõem o MCCA, e o problema que se lhes antepara é exatamente o de conseguir transformar em verdadeira comunidade econômica e regional as diversas economias em gradual evolução.

O comércio entre o Brasil e o Mercado Comum Centro-Americano é ainda bastante precário, pois apenas efetuado através da linha do Gôlfo do México, em que navios brasileiros só escalam em pôrto da América Central quando há carga mínima de US$ 10,000,00 (dez mil dólares) a ser transportada. Entretanto, no sentido de incrementar o intercâmbio, duas alternativas foram estudadas em 1967 pelo Itamaraty. A primeira seria a de determinar parada obrigatória dos navios daquela linha, em pôrto da América Central. A outra seria a criação de escala obrigatória, nas linhas ALALC-NORTE e ALALC-SUL, em portos centro-americanos.

Ainda no terreno das relações econômicas do Brasil com o Mercado Comum Centro-Americano, estudou-se a possibi-

lidade de instalação de linha de montagem de caminhões FNM, na Guatemala.

No campo cultural, houve interêsse sobretudo pelos prêmios «Marcus Garvey» e «Darling». O primeiro, concedido pela Jamaica, destinado à personalidade mais destacada na esfera das relações inter-raciais. O candidato do Brasil, Professor Afonso Arinos de Melo Franco, teve a iniciativa da Lei contra a discriminação racial, ligada a seu nome. A favor dessa candidatura, o Ministério das Relações Exteriores desenvolveu em 1967 intensa gestão diplomática.

Quanto ao segundo, trata-se de prémio da Organização Mundial de Saúde, para cientistas. A êsse respeito, os Ministros da Saúde dos países centro-americanos lançaram a candidatura do cientista brasileiro René G. Rachou, que muito se distinguiu em estudo sôbre a febre palustre. Infelizmente, em virtude do lançamento tardio da referida candidatura, por parte dos centro-americanos, o prêmio referente a 1967 não pôde ser atribuído àquele cientista, o que não impede, evidentemente, que sua candidatura seja reconsiderada.

Além das atividades acima mencionadas, trabalhos específicos foram preparados sôbre a questão de Belize, sôbre as guerrilhas na Guatemala e sôbre o Canal do Panamá, estudos êsses publicados no Boletim mensal, editado pelo Setor competente do Itamaraty, com escopo sobretudo informativo, sem empenhar necessàriamente a opinião do Govêrno.

AMÉRICA MERIDIONAL

Argentina

As relações com a Argentina, dentro do espírito de cooperação e respeito mútuo que as caracterizam, receberam atenção destacada durante o ano de 1967. Um dos acontecimentos mais importantes, durante êsse período, foi a visita que o Presidente eleito do Brasil realizou a Buenos Aires, onde foi acolhido com honras de Chefe de Estado.

Os dois Governos se mantiveram em constante troca de pontos-de-vista, nos têrmos dos entendimentos de consulta prévia que os une, a respeito dos assuntos continentais e mundiais de maior evidência. A Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC) realizou duas reuniões, uma no Rio de Janeiro — em meados do ano — e outra em Buenos Aires, no mês de dezembro. A Comissão apreciou, nas duas oportunidades, o valor do intercâmbio recíproco, que já excede, nos dois sentidos, duzentos milhões de dólares e sugeriu medidas para ampliá-lo e para dirimir as dificuldades surgidas. Entre os itens mais importantes das reuniões da CEBAC se incluiu a discussão das normas para as compras de trigo argentino pelo Brasil, e para o equacionamento das exportações brasileiras de produtos siderúrgicos, telas de juta e erva-mate para o país vizinho. Ao concluir-se o ano das exportações CIF do Brasil para a Argentina se elevavam, segundo cálculos, a US$ 124,1 milhões, enquanto que as exportações FOB da Argentina para o Brasil registravam US$ 101,1 milhões. Nas importações totais efetuadas pelo país vizinho figurou o Brasil como

segundo principal fornecedor, apenas superado pelos Estados Unidos da América. Entre os clientes da Argentina foi o Brasil precedido pela Itália, pelos Países-Baixos, pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos da América.

As operações de compra de trigo tiveram seguimento dentro do quadro do Acôrdo Trienal assinado com a Argentina em 11 de novembro de 1964. Em 1967, o volume básico de 1 milhão de toneladas, previsto no Acôrdo, não pôde ser integralmente adquirido, tendo sido efetivamente importadas cêrca de 600.000 toneladas. Em virtude da expiração do prazo de vigência daquele documento, houve entendimentos com vistas à eventual celebração de nôvo Acôrdo, que permita ao Brasil continuar adquirindo na Argentina parcela substancial do trigo necessário ao atendimento das necessidades de seu consumo interno.

O problema de articulação das rêdes de transporte do Brasil e da Argentina se aproxima de uma solução feliz com a construção, em fase adiantada, da BR-290 — Pôrto-Alegre-Uruguaiana. Uma vez pavimentado o trecho Los Libres-Paraná, já implantado, e ultimadas as obras do túnel subfluvial Santa-Fé e Paraná (Capital de Entre Rios, Argentina), estaria feita a ligação entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro e, dependendo apenas de obras menores, a própria ligação com o Chile, pois o caminho que une a capital argentina a Santiago se acha pràticamente concluído.

Após negociações, nas quais se contou com o assessoramento dos Ministérios da Justiça, da Marinha e da Agricultura, o Brasil e a Argentina concluíram em Buenos Aires, no dia 29 de dezembro de 1967, um Acôrdo de Pesca e um Acôrdo de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul. Pelo primeiro daqueles Acôrdos cada uma das Altas Partes Contratantes assegura aos nacionais da outra o livre exercício da pesca nas águas exteriores a um limite de seis milhas, contadas a partir das linhas de base que servem para o cálculo do mar territorial. No segundo

instrumento se cria uma Comissão Mista à qual incumbirá a tarefa de elaborar um Convênio que prescreva as normas técnicas que melhor atendam ao interêsse dos dois países de preservarem os recursos naturais dos mares adjacentes às suas costas. Ambos os Acôrdos foram firmados pelo Brasil *ad referendum* do Congresso Nacional.

Bolivia

As relações com a Bolívia mantiveram-se em forma bastante satisfatória. Durante o ano, prosseguindo na sua tradicional política de incrementar contìnuamente as relações políticas e econômicas brasileiro-bolivianas, o Govêrno pautou sua conduta em relação àquele país de forma a estreitar cada vez mais a cooperação existente.

Assim, procurando atender a pedidos das autoridades bolivianas, estudou o Govêrno, em 1967, a possibilidade de concessão de financiamento, para permitir que seja reequipada a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Foram, outrossim, realizadas gestões junto à Chancelaria boliviana, com o objetivo de reunir a II Sessão Plenária da Comissão Mista Permanente do Convênio Comercial de 1968. Reunião, essa, marcada para 1968. No que concerne ao tráfego ferroviário entre os dois países, é de se notar que houve sensível incremento, especialmente de mercadorias, em face da regulamentação das notas reversais, assinadas a 27 de outubro de 1966, prevendo facilidades para o despacho aduaneiro e o intercâmbio de material rodante, entre a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e o «Ferrocarril Santa Cruz--Corumbá».

No setor transporte, deve-se assinalar, igualmente, o encaminhamento, ao Congresso, do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 1903, assinado entre o Brasil e a Bolívia, em 27 de outubro de 1966. O referido Protocolo, prevendo a substituição da Estrada de Ferro Madeira-

-Mamoré por rodovia de primeira classe, que vincula Pôrto Velho, Abunã, Vila Murtinho e Guajará-Mirim, já foi, aliás, aprovado pelo Congresso e sua implementação bem dirá do interêsse do Govêrno em estimular o desenvolvimento da região amazônica. Com efeito, o Protocolo em aprêço está nìtidamente enquadrado dentro do atual sentido da política exterior brasileira, na medida em que êle representa importante fator para o entrosamento das economias brasileira e boliviana, propiciando sensível incremento nas relações entre os dois países, especialmente na região amazônica.

Finalmente, no que se refere às relações políticas brasileiro-bolivianas, deve-se mencionar o fato de que elas transcorrem em clima da mais expressiva cordialidade, tendo o Setor competente do Ministério das Relações Exteriores acompanhado, em 1967, com atenção, o desenvolvimento de luta de guerrilhas que se verificou naquele país, especialmente no que se refere aos aspectos da segurança nacional.

Chile

Durante o ano de 1967, as relações entre os dois países transcorreram normalmente, caracterizando-se, como sempre, pela correção e respeito mútuo. No plano econômico, o Brasil realizou gestões para obviar certos inconvenientes criados às exportações brasileiras de chá. Por outro lado, foram desenvolvidas gestões para a colocação, em estaleiros nacionais, de encomenda de navios que o Chile deseja adquirir. Foram apreciados ainda diversos pedidos do país amigo no tocante ao intercâmbio de produtos beneficiados no âmbito da ALALC.

O Chile vinha manifestando o desejo de que se reunisse a Comissão Mista, constituída pelos dois países, para exame do intercâmbio bilateral. Dados os compromissos já tomados pelas duas Chancelarias, verificou-se que tal reunião sòmente seria possível em 1968.

Colômbia

As relações entre o Brasil e a Colômbia prosseguiram no clima de cooperação e cordialidade que sempre as caracterizou. Inaugurou-se linha aérea de Manaus a Bogotá e o Govêrno brasileiro, preocupado em desenvolver as zonas de fronteiras e assegurar-lhes clima de ordem e prosperidade, se esforça para que seja concedida atenção à construção da BR-307, de Cruzeiro do Sul a Tabatinga — ponto mais avançado da colonização portuguêsa na Amazônia — onde se cruzam as fronteiras do Brasil, do Peru e da Colômbia.

Equador

As relações com o Equador prosseguiram em seu quadro de absoluta normalidade e estreita cooperação. Continuaram com intensidade — e já se acercam do fim — os estudos para a Via Interoceânica San Lorenzo-Manaus, para a ligação Atlântico-Pacífico, através de um estreito entrosamento entre o sistema fluvial e os transportes por terra. Uma Subcomissão Técnica de Transportes, da Comissão Mista Brasil-Equador, encarregou-se dos estudos e já concluiu o levantamento do rio Putumayo, em cuja navegabilidade repousa, em parte, o projeto de comunicação entre os dois oceanos, constituído pela chamada Via Interoceânica San Lorenzo-Manaus.

Visando a criar oportunidades comerciais entre o Brasil e o Equador, o Ministério das Relações Exteriores examinou, com os órgãos competentes, a possibilidade de um esquema pelo qual o Brasil — grande importador de enxôfre — passaria a receber suprimentos equatorianos. Seria também essa uma fórmula para assegurar, desde logo, maior tráfico à futura via interoceânica.

Guiana

O Govêrno brasileiro estudou em 1967 as possibilidades de criar Missão diplomática junto ao Govêrno guianense, que

manifestou ver com agrado o estabelecimento de relações permanentes, não podendo entretanto reciprocar imediatamente.

Paraguai

O ano de 1967 caracterizou-se por nítida dinamização das relações brasileiro-paraguaias, orientadas dentro do melhor sentido de cooperação e tendo como pressuposto a união de esforços para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico.

Com base na «Ata das Cataratas», assinada em 22 de junho de 1966, os Governos brasileiro e paraguaio procederam em Assunção, em 12 de fevereiro dêste ano, à troca de notas que prevê a constituição da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, com o objetivo básico de realizar o estudo e a avaliação das possibilidades econômicas, em particular do potencial hidráulico do rio Paraná, desde o Salto Grande das Sete Quedas ou Guaíra (inclusive), até à foz do rio Iguaçu.

A Sessão inaugural da Comissão, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, realizou-se no dia 8 de maio de 1967, no Rio de Janeiro. Conforme previsto no Acôrdo, a II Reunião instalou-se no dia 7 de agôsto, em Assunção, tendo sido redigidos os anteprojetos de Regulamento e de Plano de Ação, elaborados conjuntamente pelas duas Delegações e aprovados pelos dois Governos em dezembro seguinte.

O trabalho da Comissão Mista desenrolou-se em clima de intensa harmonia e cordialidade, conscientes os representantes brasileiro e paraguaio da magnitude de suas funções e das vantagens que o aproveitamento múltiplo dos recursos hidráulicos do rio Paraná, no trecho compreendido entre Sete Quedas e a foz do Iguaçu, trará ao desenvolvimento econômico dos dois países.

Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores prestou tôda a assistência aos entendimentos efetuados entre

a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) e a Administração Nacional de Energia (ANDE), do Paraguai, com o objetivo de compra, por parte da primeira, de parcela de energia que será gerada, em território paraguaio, pela Usina de Acaraí, construída com base em estudos técnicos realizados por órgãos do Govêrno brasileiro, de acôrdo com o Convênio assinado em 1956 pelos dois países. Êsse projeto prevê a compra de energia no valor anual aproximado de dois milhões de dólares por parte do Brasil, o que significará relevante incremento nas relações econômicas brasileiro-paraguaias. Além disso, a implementação dêsse projeto, por todos os meios impulsionado pelo Ministério das Relações Exteriores, através de gestões junto ao Ministério das Minas e Energia e do Planejamento, representa importante fator no desenvolvimento do processo de integração latino-americana, visto referir-se à interconexão energética no plano internacional.

Dentro dêste contexto, merece ademais especial destaque o reativamento dos trabalhos da seção brasileira da Comissão Mista Permanente, referida no Tratado Geral de Comércio e Investimentos, com o objetivo básico de estabelecer contato direto e permanente com os problemas do intercâmbio Brasil-Paraguai, de modo a enviar suas sugestões ao Ministério das Relações Exteriores já acompanhadas dos estudos e dados essenciais para o exame dos problemas. Como primeiro resultado prático de sua atuação, foi realizada, em outubro, visita de empresários paraguaios aos parques industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Devem ser citados ainda como empreendimentos destinados a fortalecer cada vez mais as relações políticas e econômicas brasileiro-paraguaias vários outros pontos. Em primeiro lugar, a criação, por parte do Govêrno brasileiro, de Consulado de carreira em Puerto Presidente Stroessner, medida que virá, sem dúvida, dinamizar o intercâmbio,

através de maior eficácia e simplificação dos trâmites burocráticos.

Merecem também realce duas providências tendentes a melhorar as vinculações terrestres brasileiro-paraguaias. Foram elas: (1) — a concessão de prioridade para a terminação da BR-277, que completará a ligação, por asfalto, de Assunção a Paranaguá, onde o Paraguai goza dos direitos de entreposto de depósito franco; (2) — a concessão de prioridade para a construção de uma ponte, ligando as duas cidades de Bela Vista, na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai; (3) — o projeto de, a partir daí, iniciar os trabalhos de ligação direta Assunção-Brasília. Nesse sentido, o Embaixador do Brasil em Assunção foi autorizado pelo Govêrno a assinar Acôrdo com o Govêrno do Paraguai, prevendo a construção da citada ponte. Por êste Acôrdo, o Brasil obrigou-se a construir a obra por sua conta, cabendo ao Govêrno paraguaio abrir um ramal rodoviário, unindo-a à rodovia V (Concepción-Pedro Juan Caballero), estrada que está sendo construída por uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

Peru

Prosseguiram normalmente, no quadro de cooperação e amizade que sempre as caracterizou, as relações do Brasil com o Peru.

O Ministério das Relações Exteriores desenvolveu em 1967 máximos esforços no sentido de ativar os trabalhos da Rodovia BR-364 — que, de Pôrto Velho, se dirige à fronteira do Peru. Espera-se que êsse empreendimento, que incorporará à vida ativa da comunhão nacional imensas áreas do Brasil, hoje desabitadas ou de extrema rarefação demográfica, contribua para estimular as relações com o Peru — sobretudo econômicas e comerciais — através do desenvolvimento das áreas fronteiriças.

Uruguai

As relações com o Uruguai se processaram em 1967 dentro de um quadro de cordialidade e em busca de crescente integração econômica.

Assim, foi assinada a Ata Final, de Montevidéu, datada de 27-4-1967, e pela qual foi estabelecido o compromisso de uma articulação do sistema rodoviário dos dois países, através da BR-471 — Quinta-Chuí, que se unirá à «Ruta 9» — Montevidéu-Chuí; da BR-158 — Livramento-Rosário do Sul, cidade situada sôbre a transversal Pôrto Alegre-Uruguaiana. A BR-158 se une à "Ruta 5», de Montevidéu a Rivera. A terceira ligação projetada é a Pôrto Alegre-Pelotas, trecho já pavimentado e daí até Jaguarão BR-116, onde se une à estrada uruguaia em pavimentação — Rio Branco-Treinta y Tres-Montevidéu. A quarta ligação prevista na Ata Final, mas não constante do Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais, é a BR-153 — Aceguá-Bagé-Jeribá; já sôbre à Pôrto Alegre-Uruguaiana (BR-290).

Ainda no plano da integração rodoviária cabe mencionar a Ponte Quaraí-Artigas, e a construção e possível pavimentação da rodovia BR-377, de Quaraí a Alegrete.

Prosseguiram ativamente os estudos para a interconexão energética entre o Brasil e o Uruguai, pioneiros, no particular, na América do Sul. Os esquemas de interligação avançaram prevendo-se que, na primeira fase, se processe apenas na área da fronteira, em complementação às trocas que já se efetuaram, podendo, numa segunda etapa, vir a atingir Montevidéu, através de conexão com o sistema hidrelétrico do Rio Negro. Também se considerou esquema para ligação dos sistemas de telecomunicações, compreendendo, inicialmente, as ligações Quaraí-Artigas; Jaguarão-Rio-Branco; Pôrto Alegre-Montevidéu, via Chuí, além da ligação já existente entre os dois países, em Livramento-Rivera.

Continuou em marcha o projeto de recuperação da área da Lagoa Mirim, que compreende, em território brasileiro, cêrca de 33 mil quilômetros quadrados. A Comissão Mista, composta pelas seções brasileira e uruguaia, desenvolveu normalmente seus trabalhos, tendo sido sua última reunião de 1967 efetuada no Palácio Itamaraty, no mês de novembro. No âmbito do programa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que vem sendo executado sob a supervisão da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, destacaram-se os dois primeiros projetos específicos: o do Arroio Grande, em território brasileiro, e o do Olimar, no lado uruguaio.

No âmbito das relações diplomáticas, funcionou uma constante troca de pontos-de-vista entre as duas Chancelarias, no decorrer de 1967.

Por ocasião do falecimento do Presidente Oscar D. Gestido, que enlutou a Nação amiga, o Presidente Arthur da Costa e Silva se fêz representar nos funerais do Chefe de Estado desaparecido pelo Chanceler José de Magalhães Pinto, que chefiou comitiva integrada por congressistas, oficiais generais das três armas e altos funcionários do Itamaraty.

Venezuela

O fato auspicioso a marcar o ano de 1967 foi o término da suspensão das relações diplomáticas brasileiro-venezuelanas, que se concretizou quando, em 28 de fevereiro de 1967, ambos os países nomeavam os respectivos chefes de Missão diplomática acreditados na qualidade de Encarregado de Negócios *ad interim*. Pouco mais tarde chegava ao Brasil o nôvo Embaixador da Venezuela Senhor José Nucete Sardi e apresentava suas credenciais ao Presidente Raul Leoni o nôvo Embaixador do Brasil, Senhor Aguinaldo Boulitreau Fragoso.

De 16 a 21 de outubro de 1967, estêve em Caracas, a convite do próprio Presidente Raul Leoni, grupo técnico composto de representantes governamentais e das entidades administrativas dos setores privados brasileiros. Tal grupo tinha dois objetivos, aliás entrelaçados, a saber: tentar, segundo critério realista e pragmático, romper as dificuldades surgidas entre os dois países no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, equacionando, em alto nível, o problema das negociações, para posterior confirmação em Montevidéu durante a VII Conferência Ordinária da ALALC, com vistas a dar ao Brasil desgravações satisfatórias na lista nacional venezuelana; o segundo objetivo foram as sondagens sôbre possibilidades de negócios concretos em setores prèviamente identificados, a saber, material elétrico, siderurgia, pecuária, construção naval, veículos automotores, produtos petroquímicos, para o que foram convidadas a representarem-se no grupo técnico exploratório as entidades de classe empresariais, e não emprêsas individuais. Não se firmaram contratos, que, aliás não estavam previstos, havendo-se porém, obtido, de parte das autoridades venezuelanas, declarações de intenção quanto à realização de certas compras no Brasil. Foi um passo no sentido de procurar reduzir, em parte, o desequilíbrio decorrente das compras de petróleo efetuadas pelo Brasil na Venezuela, e que têm sido responsáveis pelo *deficit* que se tem verificado na balança comercial entre os dois países.

Como conseqüência da ida do mencionado grupo à Venezuela, veio ao Brasil, a convite das entidades de criadores, e dos Governos de São Paulo e do Paraná, um grupo de técnicos governamentais e de criadores venezuelanos, com o objetivo de conhecer de perto nossos rebanhos zebuínos. Seguiu-se a vinda de Missão Econômica de Parlamentares Venezuelanos, ligados também à agricultura, interessados em conhecer nosso progresso nesse campo de atividade e,

em particular, no referente às máquinas e implementos agrícolas aqui produzidos.

Normalizaram-se, pois, plenamente, tanto no campo político como no econômico, as relações com a Venezuela, que readquiriram um alento nôvo, precursor de um intercâmbio que tende a tornar-se cada vez mais intenso e equilibrado.

Reunião de Manaus

Realizou-se em Manaus, de 11 a 18 de janeiro de 1967, a Primeira Reunião dos Embaixadores do Brasil nos países amazônicos. Além do Ministro das Relações Exteriores, que presidiu a reunião inaugural, encerrada pelo Secretário-Geral do Itamaraty, compareceram o Governador do Estado do Amazonas, o Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, o Governador do Pará, os Governadores dos Territórios do Amapá e Roraima, o Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, os Comandantes Militares da Amazônia, da 1ª Zona Aérea e do 4º Distrito Naval, o Comandante das Telecomunicações do Exército, o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e representantes do Ministério da Saúde, do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, do Conselho de Comércio Exterior, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Petróleo Brasileiro S.A., da recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Conselho de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra, do Estado-Maior da Aeronáutica, do Serviço Especial de Saúde Pública, do Banco da Amazônia S. A., do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará, dos Governos dos Estados de Mato Grosso, do Acre, e do Território da Rondônia, do Grupo Especial de Fronteira do Exército, e o Capitão do Pôrto de Manaus.

Na primeira fase dos trabalhos foram ouvidos os Embaixadores do Brasil em Bogotá, Quito e La Paz, o Encarregado de Negócios do Brasil em Lima e o Encarregado do Serviço Consular em Caracas, que discorreram sôbre as áreas amazônicas dos países onde estão acreditados, seguindo-se exposições de diversos órgãos federais e estaduais já mencionados, sôbre as suas respectivas esferas de competência. A segunda fase da reunião foi de âmbito interno do Ministério das Relações Exteriores e constou de exposição dos Chefes de Missão mencionados, ante os Chefes dos diversos setores interessados da Secretaria de Estado, já não exposições de cunho predominantemente amazônico, porém abrangendo êsses países e suas relações com o Brasil, em todos os campos a considerar, inclusive no tocante aos problemas de cunho administrativo de cada Missão diplomática.

A reunião de Manaus se destinou ao exame conjunto, por todos os órgãos ligados à política exterior e à administração interna, dos problemas particulares da região e das alternativas que se apresentam para o seu desenvolvimento.

Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata

Na Conferência de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, realizada em Buenos Aires em fevereiro de 1967, foi aprovada Declaração Conjunta em que, além da fixação de objetivos gerais para o desenvolvimento integrado da região, criou-se um. Comitê Intergovernamental Coordenador, formado pelos Chefes das Missões diplomáticas dos aludidos países em Buenos Aires e por funcionários de igual categoria, designados pela Chancelaria argentina. No aludido documento foi prevista também a adoção pelos países daquela Bacia das medidas necessárias ao estabelecimento de organismos nacionais especializados, que centralizassem os estudos e a apreciação dos problemas nacionais de cada um dêles, relativos à mesma Bacia. O Comitê Intergoverna-

mental Coordenador, através do qual aquêles organismos especializados procederiam à troca das informações cujo encaminhamento julgassem pertinente, tomaria decisões sempre por unanimidade, incumbindo-lhe preparar um Estatuto para a sua definitiva constituição, a ser apreciado em uma II Conferência de Chanceleres, em Santa Cruz de la Sierra.

Criado o Comitê Intergovernamental Coordenador em meados de 1967, ultimavam-se as providências para a constituição da Comissão Nacional da Bacia do Prata ao se encerrar aquêle ano.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

IIIª Conferência Interamericana Extraordinária

A necessidade de uma constante adaptação dos mecanismos do sistema interamericano à evolução da realidade política e econômico-social do Continente, levou o Brasil a liderar o movimento de reforma da Carta da OEA, trabalho concluído em fevereiro de 1967, na IIIª Conferência Interamericana Extraordinária, em Buenos Aires, que reforçou a Organização, conferindo-lhe condições de melhor corresponder às exigências do estágio atual das relações interamericanas.

Entre as principais modificações político-estruturais da Reforma da Organização, salientam-se: *a*) instituição de uma Assembléia-Geral anual, como órgão supremo da OEA; *b*) equivalência dos três Conselhos, a saber: o Conselho Econômico-Social, o Conselho Permamente e o Conselho para Educação, Ciência e Cultura, todos diretamente subordinados à Assembléia-Geral; *c*) redução do prazo de exercício das funções de Secretário-Geral da OEA, de 10 para 5 anos; *d*) multilateralização das sedes de conferências interamericanas, a fim de que as relações bilaterais entre os países-membros não interfiram em seu comparecimento a tais conferências.

A IIIª Conferência Interamericana Extraordinária aprovou o chamado Protocolo de Buenos Aires, cuja entrada em vigor exige ratificação por 2/3 dos países-membros.

Ficou, assim, a Organização institucionalmente aparelhada para acompanhar as novas perspectivas que se abrem

para a América, decorrentes, também, das resoluções tomadas na Reunião dos Presidentes americanos em Punta del Este.

Reunião de Chefes de Estado do Continente Americano

A Reunião dos Chefes de Estados Americanos mereceu intenso trabalho preparatório realizado durante a XI Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, em Buenos Aires, e posteriormente na Reunião da Comissão Especial de Representantes Presidenciais, que teve lugar em Montevidéu. Durante essa preparação, o Brasil se empenhou não só na elaboração da própria agenda para a Reunião de Cúpula como também na formulação do documento que — uma vez aprovado pelos Presidentes — passaria a constituir a Declaração dos Chefes de Estados Americanos. Na Reunião de Consulta pode-se dizer que a posição fundamental do Brasil dizia respeito à integração latino-americana à qual nosso país dá inteiro apoio, reconhecendo, no entanto, que o processo de integração deve ser gradativo e, além disso, essencialmente latino-americano.

Na Reunião de Representantes, novamente o tema central foi a integração latino-americana, sôbre a qual se aprovou a tese brasileira de que o tempo e a forma do processo devem ser exclusivamente determinados pelos países latino-americanos e de que não se deve fixar prazo final para a conclusão do processo.

A Reunião dos Presidentes — que se realizou, de 12 a 14 de abril de 1967, em Punta del Este — além do contato pessoal entre os governantes, permitiu alcançar decisões políticas de magna importância para o desenvolvimento econômico-social da América Latina. Do Pograma de Ação então aprovado, merece relêvo o acôrdo dos Presidentes Latino-Americanos de criarem, de forma progressiva a partir de 1970, o Mercado Comum Latino-Americano, que deverá estar substancialmente em funcionamento dentro de um

prazo não superior a 15 anos. Decisões de grande importância foram tomadas conjuntamente pelos Presidentes Americanos no campo da ação multinacional para projetos de infra-estrutura, do comércio internacional da América Latina, da modernização da vida rural, nos setores da educação, ciência, tecnologia e saúde, e finalmente no que toca à eliminação de despesas militares desnecessárias.

Dentro dessa temática, o Brasil defendeu, entre outras posições fundamentais, o caráter latino-americano da integração regional, o papel preponderante da emprêsa latino-americana nesse processo, a intensificação do comércio intrazonal para o desenvolvimento econômico, a perfeita definição nacional dos problemas regionais de educação e cultura e de ciência e tecnologia, além de outras teses.

V.as Reuniões Ordinárias do CIES

As V.as Reuniões Ordinárias do CIES realizaram-se em Viña del Mar, Chile, de 15 a 24 de junho de 1967.

Essas Reuniões permitiram, de um lado, a análise dos compromissos assumidos em Punta del Este. Por outro lado, a tarefa concreta de implementar as recomendações dos Presidentes veio explicitar aspectos da matéria até o momento não examinados em profundidade e relacionados principalmente com a competência dos órgãos encarregados de tal implementação.

Sôbre a Integração Econômica da América Latina e a ação multinacional para projetos de infra-estrutura, procurou, sempre, o Brasil, preservar o caráter latino-americano da integração, assegurando aos países da região o contrôle das decisões sôbre o processo integrativo. Não obstante, o organismo interamericano pode ser proveitoso fôro de debates sôbre a questão, inclusive porque é essencial à cooperação financeira extralatino-americana.

No item referente ao Comércio Internacional, o Brasil buscou, com o apoio de outros países, mostrar o inconveniente de se discutirem, em fôro interamericano, alguns problemas sôbre os quais se devem pôr de acôrdo, em primeira instância, os países em desenvolvimento, de um lado, e os desenvolvidos, de outro, já que discuti-los em fôro interamericano poderia significar pré-negociação que feriria normas acordadas na UNCTAD.

As V.as Reuniões do CIES propiciaram, entretanto, o primeiro debate entre os países americanos, após a Declaração dos Presidentes, e o acôrdo obtido em várias matérias significou um passo inicial no sentido da implementação e concretização das medidas decididas em Punta del Este.

IIª Reunião Extraordinária do CIC

No cumprimento das disposições referentes à educação, cultura, ciência e tecnologia da Declaração dos Presidentes, reuniu-se o Conselho Interamericano Cultural em maio de 1967. Na ocasião, foram criados uma Comissão *ad hoc* e um Grupo de Personalidades para, respectivamente, proporem programas sôbre educação e sôbre ciência e tecnologia. Os grupos reuniram-se diversas vêzes para preparar projetos de programas e de estrutura administrativa e deliberativa para essa execução. O Grupo de Personalidades aprovou programa composto de algumas dezenas de projetos elaborados em reuniões especializadas para cada campo de estudo. Já o Comitê *ad hoc* de Educação admitiu, além de projetos multinacionais adrede preparados pela Secretaria, projetos apresentados pelos Governos.

Quanto ao mecanismo institucional que impulsionará os programas, a tendência verificada foi a da criação da Comissão Executiva do CIC, já prevista no Protocolo de Buenos Aires, à qual se subordinariam comitês especiais para ciência e para educação.

Reunião do CIAP

O CIAP reuniu-se extraordinàriamente em Buenos Aires no mês de fevereiro, para decidir sôbre organização interna e orçamento. Voltou a reunir-se em março, em Viña del Mar, prèviamente à Reunião do CIES, quando aprovou o orçamento proposto para o Fundo Especial de Assistência ao Desenvolvimento (FEAD).

Outra reunião foi realizada em setembro, no Rio de Janeiro, para um exame preliminar do sistema de financiamento para a integração.

De 6 a 10 de novembro, realizou-se a Reunião do Subcomitê sôbre o Brasil (Country Review). Foram examinadas as medidas recentes do Govêrno Brasileiro em matéria econômico-social e estudadas as perspectivas da economia brasileira no futuro próximo. A reunião, com importantes relações com o financiamento externo, desenvolveu-se em clima satisfatório.

XIIª Reunião de Consulta

Em 1º de junho de 1967, a Venezuela solicitou a convocação de Reunião de Consulta para considerar novas medidas quanto à política intervencionista do Govêrno de Cuba. O pedido se fazia de acôrdo com os artigos 39 (1ª parte) e 40 da Carta da OEA. Não se previa, portanto, a adoção das medidas previstas pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O Govêrno Brasileiro, ao apoiar o pedido venezuelano, fêz questão de reiterar sua posição de princípio sôbre o caráter da Reunião. Segundo o dispositivo que a prevê, a Reunião de Consulta deve realizar-se para tratar de assuntos urgentes e de interêsse geral para os Países-membros da OEA. Nesse caso, conviria verificar a urgência da questão

suscitada, para então decidir sôbre a pronta adoção de medidas ou sôbre o encerramento da Reunião. Lembrava o Govêrno Brasileiro que o prolongamento desnecessário da Reunião de Consulta desvirtuaria as características institucionais e até mesmo históricas do Órgão.

Além disso, manifestou o Govêrno Brasileiro o conceito de que a preservação da paz e da segurança interna é responsabilidade precípua dos Governos nacionais e das Fôrças Armadas de cada país americano. Com isso, não se queria eliminar, mas sim colocar nos devidos têrmos a colaboração e o intercâmbio previstos no Sistema Interamericano em matéria militar.

Finalmente, o Govêrno Brasileiro manifestava preocupação quanto ao tipo e alcance das medidas a serem adotadas pela Reunião de Consulta com referência à defesa contra a Intervenção. A êsse respeito significava sua concordância quanto à convocação da Reunião, mas reservava-se o direito de analisar as propostas nela vinculadas e sua compatibilidade com os fatos apurados.

A Reunião teve início no dia 19 de junho, sem a presença dos Chanceleres, representados pelos Embaixadores junto à OEA.

Em 4 sessões plenárias, realizadas entre aquela data e o dia 2 de agôsto, a Reunião aprovou duas resoluções. A Resolução nº 1 designava Comissão para trasladar-se à Venezuela a fim de colhêr informações pormenorizadas sôbre a denúncia daquele Govêrno. A Resolução II nomeava Comissão para elaborar um relatório sôbre fatos relacionados com a chamada «Conferência de Solidariedade dos povos da África, da Ásia e da América Latina» (Tri-Continental).

A Reunião teve prosseguimento, já com a presença dos Chanceleres, nos dias 22, 23 e 24 de setembro. Foram, então, aprovadas mais 4 Resoluções.

A Resolução III condenava o Govêrno de Cuba por atos de intervenção, em particular na Venezuela e na Bolívia.

Além disso, dirigia solicitação aos países não-membros da OEA, mas que participam dos princípios do Sistema Interamericano, no sentido de que restrinjam transações comerciais, operações de crédito e transporte para Cuba. Dirigia também apêlo aos países participantes da OSPAAAL e aos Estados não-membros da OEA, que apoiam o Govêrno de Cuba, a fim de que colaborem para a eliminação dos atos de intervenção. Recomendava, ainda, a mesma Resolução, aos países-membros da OEA, medidas de vigilância e de restrições de comércio e de transportes com relação a Cuba. A Resolução consagrava a tese brasileira da responsabilidade exclusiva de cada Govêrno quanto à manutenção da ordem e da segurança interna de cada país.

Finalmente, recomendava que os Estados-membros recusassem embarcar cargas de propriedade ou financiadas pelo Estado em navios que tivessem participado do comércio com Cuba.

A Resolução IV recomendava aos países-membros da OEA que submetessem à consideração da ONU os atos do Govêrno cubano que infringiram as disposições da Resolução nº 2.131 (XX) da ONU sôbre intervenção.

Ao finalizar a Reunião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil pronunciou declaração na qual salientava o espírito de solidariedade interamericana mais uma vez demonstrado.

Eleição para Secretário-Geral da OEA

O mandato do Senhor José A. Mora, encerrar-se-ia em maio de 1968. De acôrdo com o regulamento do Conselho, êste deveria eleger um nôvo titular do cargo, com seis meses de antecedência.

Para concorrer à vaga do Senhor José A. Mora, apresentaram-se cinco candidatos: Embaixador Eduardo Ritter Aislán, representante do Panamá no Conselho da OEA; Senhor Marcos Falcón Briceño, ex-Chanceler da Venezuela; Senhor Galo Plaza Lasso, ex-Presidente do Equador; Senhor Walter Guevara Arze, Chanceler da Bolívia, e Carlos Manoel Muniz, ex-Chanceler da Argentina.

O Govêrno Brasileiro, antes de se definir a favor de qualquer dos candidatos apresentados, considerou alguns problemas que davam à eleição características extraordinárias. É que o Protocolo de Buenos Aires determina mudanças radicais no processo de escolha e na duração do mandato do Secretário-Geral, a ser escolhido pela Assembléia-Geral, e não pelo Conselho, para mandato de cinco anos em lugar de dez anos.

Embora por mera formalidade jurídica o Protocolo de Buenos Aires ainda não estivesse em vigor, fôra êle assinado por todos os países-membros.

Propôs então o Govêrno Brasileiro a instituição de «mandato-tampão» que expiraria com a realização da 1ª Assembléia-Geral após a ratificação do Protocolo por 2/3 dos signatários. Solução alternativa, de que também se cogitou, foi o adiamento da eleição até maio de 1968. Caso a essa altura ainda não estivesse em vigor o Protocolo, o Secretário-Geral Adjunto assumiria a Secretaria-Geral, até que se reunisse a Assembléia-Geral.

O consenso dos países-membros, no entanto, preferiu manter as disposições legais em vigor. Nessas condições, realizaram-se quatro escrutínios, a partir de 17 de novembro, sem que nenhum dos candidatos obtivesse a maioria necessária.

Na primeira votação, de quadro nìtidamente sub-regional, o Brasil apoiou o candidato argentino. Como êsse não

apresentasse condições de superar o impasse, o representante brasileiro votou nos três escrutínios seguintes no candidato equatoriano.

Na impossibilidade de eleger-se o Secretário-Geral nessas quatro oportunidades, adiou-se o escrutínio para o mês de fevereiro de 1968.

Admissão de novos membros

Como resultado da 1ª Conferência Interamericana Extraordinária, que regulou a admissão de novos membros, dois jovens países postularam ingresso na OEA.

Por unanimidade, o Conselho resolveu admitir Trinidad-e-Tobago, em sessão especial, a 23 de fevereiro; e Barbados, a 4 de outubro.

Organismos Especializados

Dos seis organismos especializados da OEA, apenas três realizaram, em 1967, reuniões para as quais o órgão competente do Ministério das Relações Exteriores preparou instruções específicas para as Delegações respectivas.

O Conselho Técnico Consultivo do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) realizou sua XIIª Reunião, no Rio de Janeiro, em abril. Os resultados da Reunião não corresponderam às expectativas dos setores do Govêrno Brasileiro que participaram do evento.

O Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) realizou a Xª Reunião do Conselho Diretor, em Washington, no mês de setembro. Foram aprovadas importantes resoluções para a aplicação da geografia, da história

e da cartografia ao desenvolvimento cultural da América Latina.

Montevidéu foi a sede da XIVª Assembléia Anual da Comissão Interamericana de Mulheres, em novembro. Debateram-se as formas de conferir à mulher participação mais ativa no progresso econômico do Continente.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

As reuniões de Punta del Este — a de Chanceleres e a de Chefes-de-Estado Americanos — marcaram o início de uma etapa promissora nas relações hemisféricas. Os Presidentes dos Países-Membros da ALALC adotaram importantes resoluções de maneira a acelerar o mecanismo de liberação do intercâmbio já previsto no Tratado de Montevidéu e possibilitar a conversão da zona de livre comércio em união aduaneira, no prazo de 15 anos, a partir de 1970. Duas importantes medidas foram assentadas para orientar os entendimentos dos Chanceleres dos países da ALALC, em agôsto, na Reunião de Assunção. A primeira objetivava implantar sistema de redução tarifária linear e programada, ao invés do processo de negociação, produto por produto, até agora vigente. A segunda dizia respeito à possibilidade, antes inexistente, de acôrdos provisórios sub-regionais dentro da própria ALALC, entre países cujas condições permitam uma integração mais acelerada que a do conjunto.

A importância dessas decisões reflete claramente o caráter substantivo e prático das nossas deliberações, o quanto nos afastamos, em matéria de cooperação regional, do terreno das formulações teóricas.

Para o Brasil, nas suas proporções continentais e demográficas, a integração econômica latino-americana não possui evidentemente a mesma prioridade de que se reveste para a grande maioria dos países do continente.

Temos, porém, inteira consciência de que nossa participação é indispensável ao processo e de que do mesmo poderemos retirar proveitos tanto de ordem econômica como de ordem política, ao somar esforços aos dos países irmãos do continente.

Não nos escapa a extrema complexidade do processo de integração econômica e a necessidade de uma clara compreensão de todos os seus efeitos. O Govêrno agiu decisivamente no sentido de que não se fixasse prazo certo para concluir a formação do Mercado Comum Latino-Americano e no de caracterizar como exclusivamente latino-americanas as decisões adotadas em Punta del Este sôbre o tempo e a forma da integração.

Não endossamos nenhum esquema irrealista ou suscetível de comprometer a soberania do país, através da criação de instituições tecnocráticas, de caráter supranacional. O que desejamos é uma integração consentida, oriunda de nosso convencimento acêrca dos benefícios que poderão advir do processo.

Dentro dêsse espírito realista, propugnamos, com êxito, que a integração se faça tendo como centro a emprêsa latino-americana, de maneira a criar condições competitivas para os industriais e empresários dos países que formarão o nôvo mercado comum.

O Brasil e o intercâmbio intrazonal

Ao encerrar-se o sexto ano de aplicação do Tratado de Montevidéu, duplicou-se o volume de comércio do Brasil com os demais países da ALALC. Tomando-se por base 1961, o intercâmbio atinge, em 1966, o índice 248. Não obstante os saldos negativos registrados nos quatro primeiros anos de existência da Associação, o balanço global indica aspectos altamente positivos para o Brasil, através da diversificação das pautas de importação e exportação e dos

mercados fornecedores. Mas é, sobretudo, quanto à possibilidade de incremento substancial das exportações de manufaturados que o Brasil deve enfocar suas perspectivas frente ao intercâmbio intrazonal.

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL DE COMÉRCIO	
	US$ 1.000 (FOB)	US$ 1.000 (CIF)	US$ 1.000	INDICE C/BASE EM 1961
1961	86.389	45.165	140.389	100
1962	95.189	128.595	204.361	146
1963	75.766	193.921	249.967	178
1964	132.772	167.961	300.733	214
1965	197.406	190.411	387.817	276
1966	181.512	197.073	378.918	270

Fontes: CEP/Repartido 780.5
SEEF do Ministério da Fazenda.

Pode-se avaliar o dinamismo do crescimento do intercâmbio intrazonal pelo fato de que, enquanto o comércio dos países da ALALC com o resto do mundo, aumentou, entre 1961 e 1966, em 20%, o intercâmbio intrazonal, no mesmo período, aumentou em 122%. Em contrapartida, vale ter presente que, não obstante a ampliação considerável das importações totais dos Estados Unidos, a participação latino-americana nesse mercado registrou nova diminuição durante os anos de vigência do Tratado de Montevidéu. Acentuou-se recentemente a tendência que se vem observando desde 1961, quando a participação latino-americana nas importações norte-americanas era de 21,3% e chega a 15,8%, nos primeiros nove meses de 1966, apresentando-se a tendência persistente decrescente. (Vide Estudio Económico de América Latina, 1966, I Parte, pág. 43, XII Período de Sessões da CEPAL).

Em 1961, o comércio brasileiro com os demais países da ALALC representava cêrca de 5% de nosso comércio com o resto do mundo. Nos seis anos seguintes, essa relação alcança a média anual de 10%.

As importações brasileiras dos países da ALALC, ao contrário da tendência declinante registrada no comércio brasileiro com o resto do mundo, nos últimos anos, aumentaram persistentemente, após atingir o nível mínimo e anormal de US$ 45 milhões em 1961, chegando a um nível máximo de US$ 190,4 milhões em 1965. Tomando-se por base 1960 como ano mais representativo, verifica-se, nesse período, um incremento de 76% das importações provenientes da Zona de Livre Comércio. Conquanto, em 1966, tenham diminuído as importações, a tendência do crescimento está a se confirmar pelas estimativas.

As exportações brasileiras para os países da ALALC cresceram 128% entre 1960 e 1965, ou seja, passaram de US$ 86,4 milhões a US$ 197,4 milhões. Ainda que sejam expressivos tais índices de crescimento das exportações, índices superiores àqueles do crescimento das importações, mede-se mais adequadamente a importância do mercado da ALALC para o Brasil em têrmos qualitativos. Entre 1960 e 1966, as exportações de manufaturados brasileiros para o resto do mundo passaram de 100 a 446, enquanto para os países da ALALC passaram de 100 a 1.200, nesse mesmo período.

Exportação Brasileira de Manufaturas

ANOS	ALALC		U.S.A.		M.C.E.		DEMAIS		TOTAL	
1960	3.972	19%	8.903	42%	1.645	8%	6.696	32%	21.216	100%
1961	8.627	24%	17.303	49%	2.939	8%	6.292	19%	35.561	100%
1962	10.540	32%	9.627	29%	3.014	9%	6.916	29%	23.097	100%
1963	8.813	24%	8.118	22%	7.006	19%	3.444	36%	37.380	100%
1964	33.381	48%	16.390	23%	4.214	6%	15.957	23%	67.943	100%
1965	68.577	63%	18.858	17%	7.402	7%	14.639	14%	109.476	100%
1966	47.910	50%	24.771	26%	6.859	7%	17.296	17%	96.836	100%

Fontes: SEEF do Ministério da Fazenda.

CACEX|DICEX.

ANOS	EXPORTAÇÕES TOTAIS DE MANUFATURADOS (US$ 1.000) (FOB)	EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS PARA A ALALC	% DE EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS PARA A ALALC
1960	21.216	3.972	19%
1961	35.561	8.627	24%
1962	33.097	10.540	32%
1963	37.380	8.813	24%
1964	69.943	33.381	48%
1965	109.476	68.577	63%
1966	96.836	47.910	50%

Fontes: SEEF do Ministério da Fazenda
CACEX/DICEX

Verifica-se no quadro acima que, nos últimos três anos, o mercado da ALALC absorveu mais de 50% das nossas exportações de manufaturados. Constituem os países da ALALC, desde 1962, o maior mercado para os manufaturados brasileiros.

Quanto aos déficits do balanço de pagamento do Brasil com a Zona, ocorridos entre 1961 e 1964, deve-se ressaltar, além das dificuldades agudas por que passa a economia do país, nesse período, o caráter defensivo de nossa política de comércio exterior até aquêle último ano. Em conseqüência da política seguida até então, as exportações mantinham-se concentradas em têrmos de produtos e mercados. A nova política de comércio exterior tem encontrado no mercado dos países da ALALC amplas possibilidades de expansão e diversificação de pautas de comércio.

No que respeita à diversificação de mercados até 1962, pràticamente 99% das exportações brasileiras para os países da ALALC eram absorvidos pela Argentina, Chile e Uruguai. Atualmente, êsses países passaram a absorver 80% de nossas exportações. Em 1962, 97% das importações brasileiras da Zona originavam-se daqueles mesmos países, diminuindo essa porcentagem para cêrca de 80% em fins de 1966.

Quanto às perspectivas de comportamento do intercâmbio do Brasil com os demais países da ALALC, foi possível realizar projeções até 1970 as quais, como inevitàvelmente ocorre no cálculo de tendências de comércio exterior, apresentam resultados cuja precisão se encontra na dependência de uma série de fatôres de natureza altamente aleatória. No caso do comércio intrazonal, sobreleva o fato de ser ainda relativamente pequeno o volume de transações, o que confere certa instabilidade aos montantes de comércio, uma vez que operações como a venda de navios brasileiros ao

Intercâmbio do Brasil com países da ALALC em US$ 1.000

ANOS	Exportações (FOB) Importações (CIF)
1961	140.389
1962	204.361
1963	249.967
1964	300.733
1965	387.811
1966	378.918
1967	422.444
1968	466.872
1969	564.882
1970	476.473

México em 1965, ou a queda de safras de trigo na Argentina em 1961 refletem-se nos totais de intercâmbio. Verificou-se, no entanto, que as variações nas importações são, até certo ponto, contrabalançadas por variações compensatórias nas exportações e que o intercâmbio registra tendência positiva. Deve-se ter presente, por outro lado, que o incremento substancial das exportações brasileiras de manufaturados para os países da ALALC pode ser atribuída, em grande parte, à recessão em que se encontrava nossa economia entre 1964 e 1966, podendo-se mesmo afirmar que o interêsse do setor

privado brasileiro no mercado da ALALC guarda relação inversa com a possibilidade de colocação de seus produtos no mercado interno. Nessas condições de projeções do intercâmbio com os países da ALALC têm caráter meramente indicativos.

Deve-se ainda levar em consideração, o fato mais importante que condiciona as previsões sôbre o comportamento do intercâmbio do Brasil com a ALALC, qual seja a crise estrutural por que passa a Associação, cujo futuro encontra-se na dependência de um conjunto de medidas institucionais que não chegaram a se fixar na Reunião de Ministros de Assunção. No entanto, caso sejam adotados em 1968, mecanismos como a desgravação programada a qual, certamente, provocará impacto altamente positivo sôbre o volume de intercâmbio, os seus efeitos só se farão sentir a partir do ano seguinte, pelo menos. Nos dados aqui apresentados não se computou o comércio com a Venezuela e Bolívia que, ingressando recentemente na Associação, concluiram suas primeiras negociações êste ano.

Exportação de manufaturados brasileiros para os países da ALALC

(US$ 1.000)

	Exportações (FOB)
1960	3.972
1961	8.627
1962	10.540
1963	8.813
1964	33.381
1965	68.577
1966	47.910
1967	65.194
1968	74.999
1969	84.804
1970	94.609

Reunião de Manaus

A Divisão da ALALC, na pessoa de seu Chefe, prestou assessoria na Reunião dos Embaixadores nos Países Amazônicos, organizada pela Divisão da América Meridional e realizada em Manaus de 11 a 18 de janeiro, e que teve por objetivo a formação da posição do Brasil na «Conferência dos Chanceleres dos Países da Bacia do Amazonas». Ficou assentado que deveria o Brasil propiciar a criação de uma «Conferência Permanente da Bacia Amazônica», a institucionalização de seu secretariado administrativo e a designação de grupos técnicos pan-amazônicos com vistas à realização de estudos visando à coordenação multinacional dos esforços de desenvolvimento da região.

XI Reunião de Consulta da OEA

Na XI Reunião de Consulta de Organização dos Estados Americanos, realizada em Buenos Aires, de 15 a 25 de fevereiro, atendendo a uma convocação do Conselho da OEA «a fim de adotar decisões sôbre uma Reunião de Chefes de Estado com o objetivo de fortalecer a Aliança para o Progresso e acordar novas medidas de cooperação continental destinadas a facilitar a integração latino-americana», aprovaram-se as diretrizes para o desenvolvimento da agenda e do temário da Reunião de Presidentes. Fixou-se também a data de sua realização e foi criada Comissão Especial de representantes dos Presidentes. Essa Comissão foi incumbida de elaborar «os projetos de documentos» para a Reunião presidencial. No tocante à integração, houve consenso na Reunião de Consulta sôbre a conveniência de recomendar aos Presidentes que fôssem estabelecidos compromissos no sentido da criação do Mercado Comum Latino-Americano.

A Reunião de Representantes Presidenciais teve um papel importante a executar na busca de um equilíbrio entre

os compromissos latino-americanos de integração econômica e os compromissos de âmbito interamericano.

Reunião dos Presidentes da América

A Reunião dos Chefes de Estado Americanos em Punta del Este, de 12 a 14 de abril passado, constituiu a ocorrência mais significativa da evolução dos trabalhos da integração latino-americana. Comprometeram-se os Chefes de Estado latino-americanos a atuar no sentido da criação, em forma progressiva, do mercado comum regional o qual deverá estar substancialmente em funcionamento até 1985. Concordaram em que o mercado comum tomará por base o aperfeiçoamento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Mercado Comum Centro-Americano. A convergência dos dois sistemas deverá fazer-se em etapas sucessivas de cooperação e vinculação, tendo em conta o interêsse dos demais países latino-americanos não associados. Acordou-se ainda em que a «integração deverá estar plenamente a serviço da América Latina, o que exige o fortalecimento da emprêsa latino-americana mediante vigoroso apoio financeiro e técnico que lhe permita desenvolver e abastecer de forma eficiente o mercado regional». Sua preparação demandou intenso esfôrço diplomático no seio do Conselho da OEA e em consultas com as chancelarias americanas, a Divisão da ALALC, na parte específica da integração econômica regional, colaborou ativamente para a formação da posição governamental.

A Divisão da ALALC fêz-se representar na Delegação à XI Reunião de Consulta da OEA, realizada em Buenos Aires e na Reunião Especial de Representantes Presidenciais, logo após realizada em Montevidéu, quando, precisamente, foram negociadas as distintas etapas do documento que se transformou na Declaração dos Presidentes da América.

III e IV Reuniões da CEBAC

Tendo em vista a importância das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina para o desenvolvimento da ALALC, a Divisão teve participação ativa na III e IV Reuniões da CEBAC, (Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação) e nas quais se analisaram importantes aspectos do intercâmbio comercial entre os dois países.

Quintas Reuniões Anuais do CIES em nível de especialistas e em nível ministerial

Na agenda das Quintas Reuniões Anuais do CIES, realizadas em Viña del Mar, de 15 a 26 de junho, constou item relativo à integração econômica da América Latina e ação multinacional para projetos de infra-estrutura, razão por que a Divisão da ALALC foi chamada a prestar assessoria. Nessas Reuniões, a preocupação do Brasil foi a manutenção do caráter latino-americano do processo de integração. Para tal fim, e embora se falasse de compromisso assumido pelos Presidentes em nível interamericano, o Brasil propôs e foi aceito que, antes de qualquer decisão substantiva, o CIAP convocaria uma reunião de representantes governamentais dos países-membros da ALALC e do MCCA e dos demais países latino-americanos não-vinculados com o fim de proceder ao estudo das implicações financeiras da integração, bem como ao estabelecimento de um fundo que atenda às exigências decorrentes do processo. Tal Reunião se realizaria no Rio, logo após a reunião do Fundo Monetário Internacional.

Consultas ao setor privado sôbre o processo de integração

A fim de assegurar a maior autenticidade possível na posição brasileira na II Reunião do Conselho de Ministros da ALALC, o Itamaraty executou, através da Divisão da ALALC, ampla tomada de depoimentos de entidades repre-

sentativas do Setor Privado, sôbre a integração econômica latino-americana. Com satisfação se pôde constatar que a posição que sempre sustentou era inteiramente compartilhada pelo Setor Privado, através de seus mais expressivos representantes.

II Reunião do Conselho de Ministros

A Reunião do Conselho de Ministros, realizada em Assunção, de 28 de agôsto a 2 de setembro, apresentou resultados positivos e tomou mais uma vez consciência do descompasso entre níveis de aspiração e possibilidades de realização na política continental. Reconhecendo a conveniência de contar na Associação com um mecanismo ao qual se submetam os eventuais conflitos entre as Partes Contratantes, em conseqüência da aplicação do Tratado de Montevidéu, assinaram os Ministros, em Assunção, um Protocolo relativo à solução de controvérsias. Adotou ainda o Conselho de Ministros resolução que estabelece mecanismo provisório para a solução de controvérsias a fim de que, enquanto se espera a ratificação do referido Protocolo, possa a Associação dispor de mecanismo dessa natureza. O Conselho de Ministros aprovou ainda projeto de resolução elaborado pelos órgãos executivos da ALALC e do MCCA, relativo ao estabelecimento de Comissão Mista encarregada de coordenar a convergência de ambos os sistemas. Dentre os resultados positivos da Reunião de Assunção, deve-se igualmente ressaltar a aprovação das bases de acôrdo sub-regional, apresentadas pela Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela. Os Ministros delegaram ao Comitê Executivo Permanente a faculdade de constatar a compatibilidade dessas bases com normas a serem estabelecidas pela Conferência das Partes Contratantes, a que se submeterão os acôrdos sub-regionais. Não foi, no entanto, possível aprovar Projetos de Resolução sôbre regimes de desgravação programada, consolidações de gravames, desgravação em

Lista Comum e estabelecimento de margem de preferência zonal, matérias que foram encaminhadas ao Comitê Executivo para ulteriores estudos, na III Reunião do Conselho de Ministros em 1968.

I Reunião de Representantes Governamentais Relativa às Implicações Financeiras da Integração Latino-Americana

Após a Reunião do Fundo Monetário Internacional, realizou-se, no Rio de Janeiro, de 30 de setembro a 3 de outubro de 1967, a I Reunião de Representantes Governamentais Relativa às Implicações Financeiras da Integração Latino-Americana, conforme o disposto nas Quintas Reuniões Anuais do CIES. Procurou-se, de forma exaustiva, arrolar todos os elementos financeiros ligados ao processo de integração. Resolveu-se ampliar os estudos em futuras reuniões, os quais deverão contemplar os recursos disponíveis nos organismos existentes, regionais e extra-regionais, averiguar a sua eficácia e o grau de atendimento aos requisitos políticos e econômicos que envolveram os compromissos presidenciais de Punta del Este.

IV Conferência Extraordinária

Na IV Conferência Extraordinária, realizada na sede da Associação, de 12 de junho a 2 de agôsto, o Brasil, Argentina e Chile restituíram margens de preferências afetadas em conseqüência de modificações introduzidas em seus sistemas tarifários. No caso do Brasil, as modificações decorrentes da abolição de categoria especial e as diminuições de direitos privados pelo Decreto nº 63.169 e Decreto-lei nº 264 foram as principais causas. O processo de restituição, no entanto, como ficou estabelecido, só seria completado no decorrer da VII Conferência Ordinária e no caso do Brasil, em grande parte se obteve pela consolidação da redução de 20% do Decreto-lei nº 264. Aprovou-se a

Resolução nº 186 (IV-E) pela qual se fixou prazo até 31 de agôsto de 1967 para a publicação das Listas Nacionais modificadas. Ainda no curso da IV Conferência Extraordinária, foi eleito Secretário Executivo da Associação o Senhor Gustavo Magariños. As negociações relativas à segunda etapa da lista comum foram adiadas para a VII Conferência Ordinária.

V Conferência Extraordinária

Entre 14 e 15 de julho, realizou-se a V Conferência Extraordinária que teve por objetivo autorizar o Equador a manter vigentes para os países da ALALC determinados recargos e gravames adicionais a fim de corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos, medidas excepcionais, aprovadas nos têrmos do artigo 32 do Tratado de Montevidéu.

Viagem do Grupo Técnico Exploratório para Entendimentos Comerciais com a Venezuela

Sob a chefia do Embaixador Manuel Antônio de Pimentel Brandão, e coordenação geral do Chefe da Divisão da ALALC dirigiu-se a Caracas, em outubro, Grupo Técnico incumbido de procurar normalizar o entendimento comercial com a Venezuela que vinha sendo dificultado pela impossibilidade de se chegar a um acôrdo em tôrno das compensações dadas pela Venezuela por sua entrada na ALALC. Os entendimentos mantidos entre o Grupo Técnico e altas autoridades venezuelanas ocorridos em ambiente da maior cordialidade, além de certas oportunidades comerciais concretas permitiram o encaminhamento satisfatório das negociações entre o Brasil e a Venezuela no âmbito da ALALC. Quanto às oportunidades comerciais, o Grupo julgou plenamente realizada sua missão, apresentando como resultado imediato as propostas de compras de produtos brasileiros, especialmente reprodutores zebu. Verificaram-se amplas possibili-

dades de colocação de produtos siderúrgicos os quais, dado o volume da demanda venezuelana, permitem estabelecer fluxos significativos de exportações brasileiras a curto prazo. Mostraram-se favoráveis, por outro lado, as perspectivas de compras de equipamentos automáticos de telefonia, constatando-se ainda grande interêsse por parte das autoridades venezuelanas competentes na aquisição de, pelo menos, 6 navios de diferentes tipos, do Brasil. Com referência ao setor automobilístico surgiu a possibilidade de aquisição por parte do Govêrno venezuelano de caminhões para carga ordinária e ônibus, além da borracha sintética para a fabricação de pneumáticos.

Política Comercial

O Comitê Executivo Permanente criou Grupo de Estudos coordenado pela Secretaria com a incumbência de elaborar projeto de tarifa externa comum até 31 de dezembro de 1967. Nas duas reuniões realizadas, o referido grupo examinou aspectos metodológicos e fixou definições básicas que permitirão, no futuro, dar continuação aos trabalhos sôbre a harmonização dos instrumentos de política comercial dos países-membros da ALALC. A Associação continuou considerando diversos temas relacionados com as matérias, como quadros comparativos de níveis de gravames e restrições aplicados pelas Partes Contratantes às importações provenientes de terceiros países.

Assuntos Industriais

Em 1967, foram convocadas a III e IV Reuniões da Comissão Assessôra de Desenvolvimento Industrial (CADI), respectivamente, de 20 a 30 de junho e de 23 de outubro a 2 de novembro.

Da agenda da III Reunião da CADI mereceu especial consideração o item 2, problemas de financiamento das tarefas da Associação no setor industrial e coordenação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e os itens de 4 a 7, exame dos trabalhos dos grupos de estudos sôbre siderurgia, indústrias químicas e de papel e celulose. Com relação ao item 2, a CADI recomendou ao Comitê Executivo Permanente que solicitasse ao BID facilitar recursos financeiros à ALALC, através do Fundo de Pré-inversão para a Integração da América Latina, com vistas à realização de estudos sôbre integração econômica no campo industrial. Quanto aos trabalhos sôbre siderurgia, a CADI recomendou a criação de grupo de estudos permanente de especialistas com objetivo de apresentar fórmulas concretas de integração; os especialistas trabalharão em seus países e farão chegar suas conclusões à Secretaria da Associação. Quanto às indústrias químicas e de papel e celulose, recomendou a CADI que a Secretaria preparasse um documento consolidado que contenha informações estatísticas atualizadas e completas.

A agenda da IV Reunião da CADI, convocada através de resolução do Conselho de Ministros, apresentou um item apenas: estudo e proposta de fórmulas concretas tendentes a propiciar a concertação de acôrdos setoriais, procurando a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. A comissão estudou os obstáculos à concertação dos acôrdos de complementação bem como a situação atual dos acôrdos vigentes e, sôbre a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, recomendou ao Comitê que inclua, de forma obrigatória, nos Protocolos que instituam os acôrdos de complementação, o disposto no artigo 24 da Resolução 99 (IV) com a seguinte redação: «Os benefícios negociados no presente acôrdo de complementação se estenderão automàticamente e sem compensação aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, independentemente de negociação e adesão ao mesmo».

Assuntos Agropecuários

As atividades da Associação em matéria de assuntos agropecuários foram orientadas principalmente no sentido de dar cumprimento à Resolução 156 (VI) da Conferência, referente ao ordenamento do mercado zonal de produtos agropecuários, e ao capítulo III da Resolução 98 do Comitê que fixa o programa de ação para o setor. Os resultados obtidos pelos grupos de estudo convocados pelo Comitê em matéria de sanidade vegetal, tabaco, frutas, coordenação e harmonização de políticas agropecuárias, caracterização dêsses produtos, assim como pela reunião de chefes de organismos nacionais de comercialização e abastecimento de produtos agropecuários, mereceram a análise e consideração da Comissão Assessôra de Assuntos Agropecuários, elevando-se ao Comitê diversas recomendações que recolhem as indicações dos especialistas.

Assuntos Financeiros e Monetários

Entrando em funcionamento o sistema de compensação multilateral de saldos e os acôrdos de crédito recíproco entre os bancos centrais no ano de 1966, o Banco Central do Peru, como banco agente do sistema, tem organizado as compensações bimestrais com resultados plenamente satisfatórios. As cifras da compensação correspondentes ao quarto bimestre do corrente ano alcançaram um montante de US$ 58.769.628. Com base no exame realizado pela Comissão Assessôra de Assuntos monetários, comprovam-se os progressos alcançados pelo sistema; evidencia-se que o sistema permite agilizar ainda mais as operações através da descentralização das autorizações globais aos bancos comerciais. A Comissão Assessôra de Assuntos Monetários, por outro lado, considerou os antecedentes que deverão apresentar, de forma sistemática, as Partes Contratantes que decidam recorrer a cláusulas de salvaguarda em virtude de

desequilíbrios de balanços de pagamentos. Tomando por base as recomendações da Comissão Assessôra de Assuntos Monetários e as indicações dos representantes dos bancos centrais, o Comitê reconheceu a conveniência de abrir-se o mecanismo de compensação aos países latino-americanos não vinculados à Associação.

Transportes

Com a assinatura do Convênio de Transporte sôbre Água, que estabelece as bases da política de transportes aquáticos da Associação e as condições gerais para o transporte de cargas marítimas, fluviais e lacustres entre as Partes Contratantes, sem, no entanto, restringir o direito de cada Parte de dispor sôbre cabotagem nacional ou sôbre o tráfego com terceiras bandeiras, culminou, em 1966, longo processo pelo qual passou a matéria na Associação. Até fins de 1967, no entanto, apenas o México ratificara o Convênio. Em cumprimento ao disposto no Artigo I, transitório, do Convênio, a Secretaria convocou, no curso de 1967, uma Comissão especial encarregada de projetar a regulamentação do mesmo, cujos resultados, entretanto, deverão ser oportunamente considerados pelo Comitê Executivo.

No campo do transporte terrestre, a Comissão Assessôra de Transporte continuou compilando e difundindo antecedentes e informações relativas ao setor, com vistas à uniformização das normas que venham a favorecer o intercâmbio zonal. A Associação, por outro lado, iniciou gestões e estudos que sirvam de base à elaboração de convênio sôbre transporte internacional terrestre que contemple as diversas modalidades. A Associação convocou grupo de especialistas para a consideração dos problemas relativos à intervenção consular no transporte intrazonal. O relatório que êsse grupo de especialistas apresentou será examinado pelo Conselho de Transportes e Comunicações em 1968.

Ainda sôbre transportes terrestres, estabeleceu-se que as Partes Contratantes apresentarão à Comissão Assessôra seus planos de infra-estrutura de transportes relativos à programação de projetos de interêsse multinacional.

Assuntos Empresariais

Dando cumprimento ao disposto pela I Reunião do Conselho de Ministros, o Comitê Executivo convocou reuniões de representantes do setor empresarial para analisar sua participação no processo de integração regional. Em 1967, realizaram-se duas reuniões da Comissão Consultiva de Assuntos Empresariais. Durante essas reuniões, prepararam-se as bases preliminares de sua organização e programas de trabalho bem como se examinou de modo geral a marcha do processo de integração; a situação da emprêsa privada; os mecanismos institucionais que facilitem a participação empresarial nos trabalhos da ALALC; o financiamento do desenvolvimento industrial; a formação de emprêsas multinacionais e a capacitação empresarial com vistas aos programas regionais. As conclusões a que se chegou foram encaminhadas aos órgãos competentes da Associação.

Assuntos Trabalhistas

Dando igualmente cumprimento às disposições da I Reunião do Conselho de Ministros, celebraram-se na sede da Associação duas reuniões da Comissão Consultiva de Assuntos Trabalhistas, bem como a de grupo de estudos de especialistas na matéria. O objetivo principal dessas reuniões consistiu em examinar as condições de trabalho vigentes nos países da Associação. A comissão consultiva formulou recomendações sôbre os meios mais adequados para facilitar a participação dos trabalhadores no processo de integração, sôbre a concessão de licenças de trabalhos e a não-discriminação entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. O

Comitê, acolhendo as recomendações da Comissão Consultiva, aprovou programa de trabalho referente ao estudo das condições laborais na ALALC, a ser realizado pela Secretaria em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho, em 1968. As conclusões dêsses estudos serão transmitidas às Partes Contratantes.

Reuniões Setoriais

A Associação promoveu um amplo programa de reuniões setoriais durante 1967. Às vinte reuniões realizadas em 1967 compareceram 971 representantes da atividade privada. Os empresários haviam formulado, em 1966, 568 recomendações para incluir desgravações nas listas nacionais e 416 referentes a acôrdos de complementação. O número de concessões, efetivadas em fins de 1966, alcançou a 75% das sugestões adiantadas pelo setor privado. Em 1967, das reuniões setoriais celebradas originou-se recomendação de incorporação de 631 novas concessões nas listas nacionais. Sugeriu-se a aprovação de 7 projetos de acôrdos de complementação. Em 1967, os empresários sugeriram ainda a inclusão de 64 novos produtos na segunda etapa de negociação da lista comum.

EUROPA OCIDENTAL

EUROPA OCIDENTAL

As relações entre o Brasil e os países da Europa Ocidental em 1967, ano de intensa atividade, apresentaram-se num contexto que traduziu as tendências atuais da política mundial de novas perspectivas de cooperação e de comércio, resultantes da própria dinâmica da situação internacional, que evoluiu da rigidez de posições para uma conjuntura de relaxamento das tensões. Procuramos reforçar as nossas identidades culturais e políticas com aquêles países, através do incremento do intercâmbio econômico, científico e tecnológico e, nesse sentido, procedeu-se a uma reavaliação em profundidade dos interêsses brasileiros naquela área, cuja projeção política e econômica justifica e recomenda que o Brasil atribua alta prioridade aos assuntos a ela relativos.

Num relato sucinto das atividades registradas no período, cabe destacar a assinatura em Bonn, Alemanha, de contratos e um acôrdo de garantia para a concessão de um crédito de DM 3.100.000,00 para melhoria do sistema de abastecimento rural e de águas do Estado do Ceará.

Em Berlim, durante o mês de julho de 1967, realizou-se o Seminário de Desenvolvimento da Administração Municipal, ao qual compareceram trinta prefeitos brasileiros.

O Govêrno da República Federal da Alemanha convidou o Ministro de Estado das Relações Exteriores a visitar aquêle país. O convite foi aceito, devendo realizar-se a visita em data a ser combinada entre ambos os Governos.

A Missão econômica brasileira, que visitou a Dinamarca, integrada por representantes do Banco Central, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, do Instituto Brasileiro do Café e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, manteve contatos com as autoridades dinamarquesas, com o fim de estabelecer condições adequadas e evitar distorções no intercâmbio comercial entre os dois países, ao efetuar-se a passagem do sistema de pagamentos para o regime multilateral, quando ocorrer, em março de 1968, a extinção do atual Acôrdo de Comércio e Pagamentos. Por ocasião da vinda ao Brasil do Senhor H. Aaberg, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, foram examinadas as condições do intercâmbio comercial e estabelecidas diretrizes para incrementar no ano vindouro as trocas entre ambos os países, com vistas a obter uma diminuição do déficit dinamarquês em suas transações com o Brasil.

Sua Majestade Olavo V, Rei da Noruega, visitou oficialmente o Brasil durante o mês de setembro, tendo estado presente às solenidades que se realizaram em Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro. Paralelamente à sua visita, veio ao Brasil uma missão comercial privada norueguesa, de incremento das relações comerciais, que entabulou conversações com a classe empresarial brasileira.

A implementação da política de fretes estabelecida pela Comissão de Marinha Mercante do Brasil possibilitou a revisão do *statu quo* mantido desde 1924, com relação à Escandinávia. O tráfego Brasil-Escandinávia, regulado pela Conferência de Fretes Brasil-Europa, devido a uma cláusula estabelecida naquele ano, era reservado exclusivamente para as emprêsas de navegação escandinavas. Assim, ou as mercadorias do intercâmbio comercial brasileiro-escandinavo eram transportadas por navios nórdicos ou tinham de ser transbordadas dos navios do Lóide Brasileiro em Bremen. Em 1965, logrou o Lóide Brasileiro atenuar efeitos dessa

política nìtidamente discriminatória e, em 1967, a Comissão de Marinha Mercante resolveu não mais tolerar a existência de acôrdos, mesmo em nível empresarial, em que a bandeira brasileira estivesse pràticamente marginalizada. Denunciado o acôrdo então vigente entre o Lóide Brasileiro e quatro emprêsas escandinavas de navegação, solicitaram os armadores nórdicos, interessados no tráfego Brasil-Escandinávia, a negociação de nôvo acôrdo, em nível empresarial, com os armadores brasileiros autorizados para a operação naquele tráfego (Lóide Brasileiro e Aliança), em têrmos justos para ambas as partes. Assim, em 11 de outubro de 1967, foi firmado em Estocolmo, entre dois armadores brasileiros e quatro escandinavos, um acôrdo regulando o tráfego entre o Brasil e a Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, em ambos os sentidos. Em linhas gerais, o referido acôrdo estipulava o seguinte:

a) *Tráfego Brasil-Escandinávia*: operado livremente pelas partes, dentro do espírito da livre competição, o que permitiria, pela primeira vez, o transporte das exportações do Brasil para aquela área em navios de bandeira brasileira.

b) *Tráfego Escandinávia-Brasil*: dividido em dois subtráfegos:

— da Dinamarca e Finlândia para o Brasil: a carga total, prescrita ou não, deverá ser dividida igualmente entre os armadores brasileiros de um lado, e os dinamarqueses e finlandeses de outro.

— da Noruega e Suécia para o Brasil: tôda a carga prescrita caberá à bandeira brasileira, enquanto a carga não-vinculada será transportada livremente pelos armadores brasileiros, noruegueses e suecos em livre concorrência.

Êsse acôrdo foi homologado pela Resolução 3.124 da Comissão de Marinha Mercante e já está em vigor.

A 1º de janeiro de 1967, entrou em vigor o acôrdo entre o Brasil e a Suécia para evitar a bitributação sôbre a renda e o capital. Foi concluída com a Noruega a Convenção para evitar a dupla taxação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sôbre a renda e o capital. Com a Finlândia está sendo negociado um acôrdo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e especiais. O setor competente do Ministério das Relações Exteriores está estudando o problema dos transportes aéreos do Brasil com a área escandinava e os Países Baixos.

Em Bruxelas, o Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária do Brasil manteve conversações com as autoridades belgas no sentido de estudar-se a possibilidade de celebração de um acôrdo sanitário, com vistas a facilitar a exportação de gado em pé, carne e derivados para a Bélgica. Sua viagem se estendeu, posteriormente, à Alemanha, à Dinamarca e à Suécia. Em visita aos Países Baixos, o Presidente do Banco Nacional de Habitação manteve contatos com os meios holandeses, estudando problemas relacionados com o Plano Nacional de Habitação. Em junho de 1967, foram trocados os instrumentos de ratificação da convenção de seguro social, assinado entre o Brasil e o Luxemburgo em 1966.

A Comissão Mista Franco-Brasileira, constituída durante o ano de 1967, examinou em Paris o conjunto das relações políticas, econômicas e de assistência técnica entre os dois países. No campo cultural, foram examinados diversos problemas relativos à troca de professôres, bôlsas-de-estudo, ensino dos respectivos idiomas no Brasil e na França e questões relativas à radiodifusão, televisão e intercâmbio artístico. Foi assinado um Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica, tendo sido acertadas as medidas para sua execução.

Da Ata de entendimentos havidos em Paris, relativa à cooperação em matéria de energia nuclear e assinada pelo Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Sérgio Corrêa da Costa e pelo Ministro Plenipotenciário da França, Senhor Jacques Martin, constam as seguintes resoluções:

1. As organizações competentes dos dois países adotarão as providências necessárias a fim de estudar, em conjunto, os problemas suscitados no Brasil para a construção de instalações eletronucleares (pilhas experimentais e reatores de potência) sob o ângulo técnico e econômico;

2. O Comissariado fornecerá à Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (C.N.E.N.) a ajuda técnica de que possa dispor a fim de contribuir para a realização de projetos brasileiros para a fabricação de materiais nucleares, notadamente grafite e água pesada;

3. Da mesma forma, o Comissariado utilizará os meios de que possa dispor para favorecer a realização das operações que serão efetuadas por organismos brasileiros para a aplicação de radioelementos, em particular à hidrologia, e à conservação de alimentos;

4. A delegação brasileira manifestou interêsse por uma assistência técnica francesa no terreno do ensino técnico para a criação no Brasil de um Centro Federal de Ensino e Pesquisas de Física Nuclear, accessível aos cientistas dos diversos países latino-americanos;

5. A fim de facilitar as medidas em execução, resultantes da cooperação desenvolvida recentemente no domínio da física, a delegação brasileira confirma seu interêsse em que o Comissariado forneça um conjunto de análise dos parâmetros multidimensionais, suscetíveis de completar a aparelhagem de experimentação associada ao acelerador linear em montagem no «Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas», do Rio de Janeiro;

6. No domínio da metalurgia e da química nuclear, a delegação brasileira solicita igualmente que seja colocado à disposição do Instituto de Energia Nuclear da Guanabara, em condições a serem definidas, um conjunto de metalografia destinado a pesquisas efetuadas sôbre o urânio;

7. No que concerne ao problema da prospecção de urânio no Brasil, os participantes reconheceram o interêsse em desenvolver as pesquisas no Brasil, conforme demonstrado pelos resultados dos trabalhos efetuados anteriormente com a assistência técnica do Comissariado. Tais trabalhos revelaram a existência de regiões favoráveis sôbre as quais se torna necessário realizar agora operações mais importantes (sondagens) que os simples reconhecimentos aéreos e autotransportados, as quais será conveniente, ademais, estender a uma maior parcela do território.

Um reexame das condições de cooperação poderia ser efetuado após 5 anos de execução intensiva dos trabalhos de prospecção.

O reembôlso pelo Brasil dos gastos realizados pelo Comissariado poderiam ser então efetuados:

— de acôrdo com uma divisão das despesas em partes iguais entre os dois países, no caso de a prospecção ter revelado reservas consideradas modestas (menos de 15.000 toneladas de urânio metálico).

— de forma integral, em espécie ou em minério, nas condições do mercado internacional da época, no caso de a prospecção ter revelado reservas consideradas importantes (mais de 15.000 toneladas de urânio metálico).

Salvo necessidades particulares que poderão ser objeto de uma troca de correspondência, o conjunto de prestação de serviço assegurado pelo Comissariado se efetuará de conformidade com as condições gerais fixadas pelo Acôrdo de Cooperação Técnica em vigor entre o Brasil e a França.

As questões de ordem econômica e comercial foram também objeto de conversações, com vistas a incrementar o intercâmbio entre a França e o Brasil por ocasião da reunião em Paris da Comissão Mista. Estudaram-se problemas relativos às exportações brasileiras, no que diz respeito aos produtos agrícolas de zona temperada, aos produtos tropicais e à abertura de quotas para produtos brasileiros não-tradicionais na pauta das importações francesas. No tocante às exportações francesas, examinaram-se também as questões relacionadas com tarifas aduaneiras, regime de créditos e investimentos. Merece referência especial a criação de um Comitê de Contatos entre às iniciativas privadas francesa e brasileira, que se incumbirá da troca de informações, estudos e viagens de empresários dos países. Êsse Comitê terá uma seção brasileira e uma francesa, sob a supervisão do Centro Nacional do Comércio Exterior da França. Como primeira conseqüência das conversações mantidas na Comissão Mista, visitou o Brasil um técnico veterinário do Govêrno francês a fim de examinar a possibilidade de ser revogada a proibição em vigor na França para a entrada de carnes procedentes de nosso país. O técnico, Senhor Delpeche, do Centro de Contrôle de Carcassone, estêve entre nós, durante a primeira quinzena de maio de 1967, tendo visitado os rebanhos dos Estados do Sul e verificado as condições dos matadouros e frigoríficos locais.

O Govêrno decidiu reconhecer caráter de interêsse público à missão brasileira, intitulada «Missão Rubem Berta à Itália», delegação comercial privada, organizada sob o patrocínio conjunto das Confederações Nacionais das Indústrias, da Agricultura e do Comércio com a finalidade de estimular o intercâmbio comercial ítalo-brasileiro. A missão, assessorada por funcionário do Ministério das Relações Exteriores, permaneceu na Itália de 9 a 23 de maio e estabeleceu proveitosos contatos com os meios empresariais italianos, especialmente importadores e armadores. Seus

resultados foram muito benéficos e acarretaram consideráveis pedidos de produtos brasileiros, não só no setor agropecuário, mas também no de produtos manufaturados, especialmente de couros e madeiras.

O Govêrno da Grã-Bretanha convidou o Ministro de Estado das Relações Exteriores para uma visita oficial, inicialmente marcada para novembro e posteriormente adiada, de comum acôrdo, a fim de permitir a preparação de uma agenda de trabalhos que possibilite dar o máximo de objetividade à viagem. A tarefa de organização da visita cabe a um Grupo de Trabalho, já designado, que deverá sugerir os tópicos e preparar a documentação das conversações que serão mantidas com as autoridades britânicas, no tocante ao intercâmbio econômico e comercial, às relações financeiras e à assistência técnica. Em novembro de 1967, Sua Excelência o Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República, dirigiu convite à Rainha Elisabeth II para visitar o Brasil, o que foi aceito por Sua Majestade.

O surto de febre aftosa ocorrido no Reino Unido obrigou-o ao sacrifício de cêrca de 200 mil cabeças de gado e a tomar medidas para impedir a importação de carne congelada, resfriada e derivados de vários dos países onde se verificam ocorrências da moléstia, inclusive do Brasil. O Govêrno britânico efetuou gestões no sentido de obter a suspensão voluntária das exportações por parte do Govêrno brasileiro. O Ministério das Relações Exteriores informou-o de que se via impossibilitado de atender a essa solicitação. Essa medida foi tomada de comum acôrdo com os órgãos competentes do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, e comunicada aos exportadores brasileiros.

Foi renovado o Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Grécia, assinado em 1961, de vigência semestral.

Portugal

Pela Lei nº 5.270, foi instituído o «Dia da Comunidade Luso-Brasileira», a ser comemorado no dia 22 de abril em todo o território nacional. Foram submetidos a exame do Congresso Nacional e por êle aprovados os Acôrdos de Comércio, de Cooperação Técnica, Cultural e de Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, os quais deverão entrar em vigor, após trocados os respectivos instrumentos de ratificação.

Visitou o Brasil, em outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, ocasião em que foram examinadas as relações entre ambos os países e acertadas diretrizes comuns para seu desenvolvimento.

Foi expedido o seguinte comunicado conjunto:

«No quadro dos encontros anuais previstos nas conversações de Lisboa, em 1966, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Alberto Franco Nogueira, visitou o Brasil, entre 5 e 11 de outubro corrente. Durante a sua permanência, foi recebido, em Brasília, por Sua Excelência o Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República do Brasil, e, no Rio de Janeiro e em Brasília, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Deputado José de Magalhães Pinto.

Num clima de compreensão e cordialidade, os dois Ministros examinaram, em suas sessões de trabalho, a evolução das relações luso-brasileiras e os principais problemas internacionais, tendo em particular atenção os assuntos de interêsse comum aos dois países, bem como aquêles que são específicos de cada um. O Ministro português teve ensejo de fazer ao seu colega brasileiro um relato atualizado dos problemas externos com que a Nação Portuguêsa se confronta no Continente africano

Os Ministros examinaram, muito especialmente, medidas que possibilitem a intensificação das relações luso-brasileiras nos vários campos. Manifestaram o desejo de aumentar a

cooperação entre Portugal e o Brasil também no que diz respeito à cultura, à ciência e à tecnologia. Registraram, com agrado, os resultados já obtidos no decurso do último ano, em particular a multiplicação de contatos entre entidades públicas e privadas dos dois países e a ampliação do intercâmbio de estudantes, professôres e cientistas, bem como a realização de congressos e reuniões culturais e técnicos luso-brasileiros. Analisaram também o intercâmbio comercial, que, embora em aumento, ainda não se situa em nível correspondente às crescentes possibilidades dos dois países.

Em conformidade com os entendimentos de 1966, os Chanceleres de Portugal e do Brasil voltarão a encontrar-se, em Lisboa, em meados de 1968, em data a ser oportunamente fixada.

Espanha

O Ministro do Trabalho e Previdência Social do Brasil, antes de assistir à Conferência do Trabalho em Genebra, visitou oficialmente a Espanha em junho de 1967.

Em vista da expansão da economia e do comércio exterior da Espanha, verificada nos últimos anos, o Govêrno procurou reativar a colaboração hispano-brasileira, sobretudo para o desenvolvimento da indústria nacional. Assim, realizou-se em agôsto, no Itamaraty, uma reunião, presidida pelo Embaixador do Brasil em Madrid, com os principais representantes da Seção Brasileira do Centro Permanente de Intercâmbio dos Homens de Negócio do Brasil e da Espanha. Êste órgão havia sido criado por ocasião da reunião do Grupo Misto Hispano-Brasileiro de Cooperação Industrial, a fim de estudar a possibilidade dessa colaboração. Examinou-se, no decorrer da referida reunião, a possibilidade de concluir com o Govêrno espanhol a assinatura de Acôrdos de Financiamento e de Assistência Técnica.

Neste sentido, assinou-se em outubro, uma «Ata de Conversações» para a conclusão de um Acôrdo Básico de Assistência Técnica e de um Acôrdo de Assistência Financeira entre o Brasil e a Espanha, por ocasião da visita oficial àquele país do General de Brigada Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Ministro do Interior.

A fim de incrementar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Espanha, e devido aos interêsses da Espanha em colocar parte de seus excedentes exportáveis de trigo no Brasil, como contrapartida de compras de café brasileiro, e do Instituto Brasileiro do Café em recuperar parte do mercado espanhol de café, foi assinada em Madrid, a 6 de novembro, uma Ata Final com vistas à celebração de um contrato de intercâmbio Brasil-Espanha.

Comunidade Econômica Européia

No que se refere aos países-membros da Comunidade Econômica Européia, cumpre salientar a ação do Govêrno e os esforços do setor competente do Ministério das Relações Exteriores no sentido de minimizar os obstáculos existentes quanto à colocação de produtos brasileiros nos seus mercados, assunto êsse desenvolvido na parte do presente Relatório relativa à Política Comercial.

Santa Sé

Fato relevante nas relações entre a Santa Sé e o Brasil, foi a concessão por Sua Santidade o Papa Paulo VI da «Rosa de Ouro» ao Santuário de Nossa Senhora de Aparecida. Embora seja distinção que o Vaticano outorga com extrema parcimônia, foi essa a segunda vez que nosso país recebeu a «Rosa de Ouro», concedida anteriormente à Princesa Isabel por motivo da promulgação da «Lei Áurea».

Em agôsto veio ao Brasil a Missão Pontifícia designada por Sua Santidade para proceder à entrega da «Rosa de Ouro». Na qualidade de legado papal, chefiou a Missão o

Eminentísimo Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, Secretário de Estado do Vaticano, que foi recebido com honras de Chefe de Estado.

Pelo Decreto nº 61.565, de 19 de outubro de 1967, houve-se por bem determinar que o então cargo de Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental e África passasse a se intitular Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, criando-se outra função de Secretário-Geral Adjunto para a África e Oriente Próximo. O desdobramento proposto visou ao melhor atendimento específico dos assuntos das áreas geográficas acima referidas.

ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁFRICA

O objetivo de melhor executar a política governamental de aproximação com os países da África e a finalidade de ampliar, mediante ação planejada e objetiva, as relações com êles mantidas nos campos político, cultural e comercial levaram o Ministério das Relações Exteriores a criar em 1967, alterando a sua estrutura, a Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos da África e Oriente Próximo.

Conjuntamente com os estudos que recomendaram a criação dessa Secretaria Adjunta, afinal efetivada pelo Decreto nº 61.565, de 19 de outubro de 1967, os setores competentes do Itamaraty acompanharam a evolução política dos diversos países africanos, seja no âmbito nacional de cada um dêles, seja no plano internacional, dentro dos organismos internacionais a que pertençam, sobretudo nas Nações Unidas e na Organização da Unidade Africana.

Descolonização e Apartheid
Posição brasileira

No campo político, como é sabido, duas ordens de problemas há que refogem ao âmbito exclusivo do continente africano, e que, por interessar à manutenção da paz e da segurança internacionais, passaram a ser objeto de apreciação e de decisões das Nações Unidas. São elas as questões ligadas ao processo de descolonização e ao problema racial.

A posição brasileira relativamente a essas questões tem-se pautado pela firme tradição anticolonialista e anti-racista do Brasil.

Nesse sentido, o Govêrno brasileiro reconheceu, de um lado, sem exceção, a independência dos países que, na África, se tornaram independentes, amparando a admissão dos mesmos nas Nações Unidas, e apoiando, de outro lado, as resoluções nela adotadas em favor da observância do princípio da autodeterminação dos povos, consagrado na Carta de São Francisco (vide parte relativa a Organismos Internacionais, no presente Relatório).

Questão da Rodésia

O Brasil não reconheceu a declaração unilateral de independência da Rodésia. Fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas, o Govêrno brasileiro implementou, pelo Decreto nº 60.172, de 1º de fevereiro de 1967, a Resolução nº 232, de 1966, do Conselho de Segurança, a qual prevê a aplicação de sanções econômicas seletivas contra aquêle território.

Criação de novas Embaixadas brasileiras na África

O Govêrno brasileiro, de um lado, e os Governos etíope e queniano, de outro lado, decidiram, em 1967, estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada. Neste mesmo ano, foram designados os Embaixadores do Brasil junto àqueles Governos. A instalação dessas duas Embaixadas reveste-se de particular importância porquanto passam a constituir o primeiro contato político direto do Brasil com o Leste africano.

Comércio com a África: Dificuldades de penetração comercial.

No campo econômico, a par das atividades desenvolvidas em conjunto nos organismos internacionais e particularmente nos encontros preliminares à II UNCTAD, a se

realizar, em 1968, em Nova Delhi, o Brasil e as nações africanas envidaram esforços no sentido de incrementar o intercâmbio comercial, tendo sido estudadas as possibilidades de se tornarem plenamente efetivos os Acôrdos existentes, bem como de se efetuarem novos Acôrdos. Dados o caráter e as condições peculiares dos países africanos, os setores competentes do Itamaraty dedicaram atenção especial à obtenção e à distribuição de informações que permitissem planejar uma maior agressividade comercial do Brasil na área.

O comércio entre o Brasil e a África subsaárica encontra condições favoráveis, embora se defronte com sérias dificuldades de natureza estrutural e conjuntural. Dentre elas destaca-se a parcial não-complementariedade das economias, havendo mesmo uma faixa de competição que inclui os principais produtos primários, como o café, cacau e sisal e alguns minérios. A existência de uma área preferencial fechada, constituída pelos 18 «Estados Africanos e Malgache Associados», a estrutura do comércio africano de importação, que continua a condicionar os hábitos de consumo dentro dos interêsses comerciais e econômicos das antigas metrópoles e, enfim, a própria restrição ao consumo interno e o baixo poder aquisitivo externo dos países africanos, são dificuldades adicionais a serem superadas.

O empenho do Brasil em superá-las justifica-se plenamente, em vista mesmo das possibilidades e do interêsse recíproco da colocação, no mercado africano, de produtos manufaturados brasileiros, sobretudo bens de produção, e da importação pelo Brasil de produtos africanos, dentre os quais minérios e petróleo. Êste último produto tem sido importado da Nigéria, país que constitui talvez o mais importante mercado potencial de produtos brasileiros.

A seleção de produtos brasileiros a serem colocados na África tem sido feita com a participação do Itamaraty que, nesse sentido, vem procurando orientar os exportadores bra-

sileiros, com vistas, inclusive, à participação em feiras comerciais naquele Continente.

Durante o ano de 1967, examinou-se e preparou-se a participação do Brasil nas feiras «Agrocomercial Industrial» e da «Rand Easter Show» a serem realizadas em 1968 em Moçambique e na República da África do Sul.

Para êste último país, principal comprador de produtos brasileiros na África, as nossas vendas quase duplicaram nestes dois últimos anos sendo hoje superiores, em valor, a 11 milhões de dólares.

Colocação de laranjas no Senegal

Com o fim de tornar possível o levantamento do embargo às importações de laranjas brasileiras por países africanos, impôsto pela Comissão Fitossanitária Interafricana, em 1960, o Ministério das Relações Exteriores convidou o Senhor Magatte Lo, Ministro de Economia Rural do Senegal, e o Senhor Amadou Diack, Delegado senegalês junto àquela Comissão para visitarem o Brasil e verificarem *in loco* as condições dos laranjais no Brasil. O Senhor Diack, ao fim da sua estada no Brasil, preparou relatório em que propõe a suspensão do embargo. Ao mesmo tempo fizeram-se gestões junto a autoridades da Nigéria, Mauritânia e Costa do Marfim, com vistas a obter apoio à pretensão brasileira.

Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal

Por proposta do Govêrno brasileiro, deverá reunir-se no Rio de Janeiro, em princípios de 1968, a Comissão Mista Brasil-Senegal, conforme o disposto no artigo XII do Acôrdo Comercial entre os dois países. Essa reunião constituirá o primeiro passo concreto para a implementação do referido Acôrdo. Já foram iniciados os contatos necessários entre os

diversos setores oficiais e particulares interessados, com vistas a fixar a posição brasileira na referida reunião.

Doação de medicamentos brasileiros a Gana

Em atendimento a um pedido do Govêrno de Gana, o Govêrno do Brasil doou aproximadamente 4.000 quilos de medicamentos brasileiros àquele país. Os remédios doados foram oferecidos graciosamente pelos vários laboratórios nacionais.

Visita do Professor Vincent Monteil ao Brasil

Em setembro de 1967, a convite do Govêrno brasileiro visitou nosso país o Professor Vincent Monteil, Diretor do Instituto Fundamental da África Negra, da Universidade de Dacar. Com a colaboração do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos do Ministério das Relações Exteriores e do Centro de Estudos e Cultura Africana, da Universidade de São Paulo, o Professor Monteil realizou, nas capitais dos referidos Estados, uma série de palestras sôbre temas africanos.

Ida de técnico de futebol para Gana

Em atenção a um pedido do Govêrno de Gana, o Govêrno brasileiro patrocinou a ida àquele país, do Senhor Carlos Alberto Gomes Pereira, técnico de futebol, a fim de adestrar o selecionado ganense para a próxima Copa da África e para os próximos Jogos Olímpicos, no México.

ORIENTE PRÓXIMO

Nessa área geográfica, foi ampliado o quadro da representação diplomática, após as gestões de rotina empreendidas pelas Embaixadas no Cairo, em Beirute e Telavive, para a abertura, em caráter cumulativo, das relações diplomáticas do Brasil com Chipre, a Líbia, o Iraque, o Coveite e a Arábia Saudita. No que concerne aos três primeiros países, o processo de estabelecimento de relações, após trocas de notas, já chegou a seu têrmo. Encontram-se em fase bastante avançada as gestões nesse sentido com os demais.

O contínuo agravamento da situação política no Oriente próximo, a eclosão do conflito armado de junho último e suas conseqüências, foram e estão sendo cuidadosamente acompanhados. O Ministério das Relações Exteriores, a fim de manter perfeitamente esclarecidas as Missões brasileiras na área a respeito dos aspectos tanto gerais quanto particulares do problema, cujo entendimento em certos postos está à mercê de distorções naturais e artificiais, concentrou seus esforços na retransmissão imediata, processo ágil e rápido, por via telegráfica ou carta-telegrama, de informações provenientes da área ou a ela referentes. Foram realizadas 212 retransmissões, dirigidas às Embaixadas na área e à Missão do Brasil junto às Nações Unidas; foram preparadas 109 informações especiais, referentes a aspectos políticos, militares e econômicos da atual conjuntura no Oriente Médio, expedientes destinados ao Estado-Maior das Fôrças Armadas, aos Estados-Maiores das três armas, ao Conselho

Nacional do Petróleo, à Petrobrás, ao Banco Central, à Sudene e a órgãos do Banco do Brasil. O Ministério das Relações Exteriores colaborou com os Ministérios militares na coordenação do processo de retirada da zona conflagrada e subseqüente embarque para o Brasil do contingente nacional integrante da Fôrça de Emergência das Nações Unidas.

Por ocasião da discussão dos diferentes projetos de Resolução apresentados na V Sessão Especial de Emergência da XXII Assembléia-Geral da ONU, relativos à crise do Oriente Próximo, o Brasil procurou contribuir para a adoção de uma fórmula justa que, sendo aceita por ambas as Partes diretamente interessadas, pudesse propiciar o estabelecimento de uma paz duradoura na região. Nesse sentido, apoiamos o texto do projeto apresentado pelo Reino Unido, que muito se aproximava do latino-americano, patrocinado pelo Brasil. e que encontrara receptividade por parte tanto de Israel quanto dos Estados Árabes. Nesse projeto, adotado por unanimidade pelo Conselho de Segurança, ficaram estabelecidos, em linhas gerais, os princípios em que se basearia a solução da crise: recuo das tropas israelenses dos territórios ocupados em conseqüência do recente conflito; cessação do estado de beligerância, e o direito de todos os Estados da área de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas; garantia à liberdade de navegação pelas vias marítimas da área; necessidade de uma solução para o problema dos refugiados: necessidade de garantirem-se a inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área através de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas. Dispunha, finalmente, sôbre o envio de um Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas ao Oriente Próximo, para, com base naqueles princípios gerais, tratar diretamente com as Partes sôbre a implementação da Resolução.

Do dia 3 ao dia 8 de maio de 1967, as Delegações do Govêrno do Brasil, chefiadas por Sua Excelência o Senhor Embaixador Sergio Corrêa da Costa, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; e a do Govêrno do Estado de Israel, chefiada por Sua Excelência o Senhor Abba Eban, Ministro dos Negócios Estrangeiros, realizaram conversações, na cidade de Jerusalém, relativas à implementação do «Convênio sôbre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos», assinado na cidade do Rio de Janeiro em 11 de maio de 1966, em complementação ao «Acôrdo Básico de Cooperação Técnica», concluído entre os Governos do Brasil e de Israel em 12 de março de 1962, na cidade do Recife, procurando, assim, estimular e ampliar a colaboração existente entre os dois países.

No decorrer dessas conversações, verificaram as duas Partes a conveniência de uma cooperação mais estreita, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico, social e científico de seus países, através do mais amplo aproveitamento, presente e futuro, da energia nuclear para fins pacíficos. Sem prejuízo de outras formas de colaboração que possam vir a ser convencionadas, as duas Partes, a fim de dar imediata implementação ao «Convênio sôbre Energia Nuclear» em vigor entre o Brasil e Israel, selecionaram os seguintes campos:

a) irradiação de alimentos e de sementes para sua conservação;

b) esterilização de insetos nocivos à agricultura;

c) aplicação de radioisótopos, especialmente no setor da hidrologia para a localização e avaliação de recursos de águas subterrâneas;

d) assistência na prospecção e beneficiamento de urânio e outros minérios de interêsse para o desenvolvimento da energia nuclear; e

e) estudos sôbre Reatores de urânio natural; de Reatores rápidos; e de Reatores de dupla finalidade (dessalinização de água do mar e produção de energia elétrica).

Ficou assentada, outrossim, entre as duas Partes, a vinda ao Brasil de uma Missão científica, chefiada pelo Professor Israel Dostrovsky, Diretor-Geral da Comissão de Energia Atômica de Israel. Durante sua estada no Brasil, o Professor Dostrovsky visitou São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, acompanhado do Dr. Abraham Seroussi, Diretor-Geral do Departamento de Química do Instituto Weiszman. Em sua visita, foram determinadas as possibilidades de cooperação entre entidades científicas israelenses e brasileiras voltadas para o aproveitamento pacífico da energia nuclear, especialmente no setor de aplicação de radioisótopos na hidrologia e conservação de alimentos. As promessas de auxílio feitas pelo Professor Dostrovsky limitaram-se ao campo estrito da assistência técnica, sem mencionar auxílio financeiro ou mesmo equipamentos. Entretanto, de grande importância para a expansão dos centros brasileiros de Piracicaba (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós) e em Campinas (Centro de Tecnologia de Alimentos) serão os auxílios israelenses na parte de ciência do solo e imunização de alimentos.

Com referência ao estreitamento de relações comerciais com os países da área, empreendimento êste que se tem ressentido bastante com a situação política do Oriente Próximo, destacaram-se as seguintes iniciativas:

a) a visita ao Brasil, no decorrer do mês de abril, do Senhor Manoutcher Eghbal, Presidente da «National Iranian Oil Company» (estatal a fim de cuidar da aquisição, pela PETROBRÁS, de petróleo iraniano e da eventual associação entre as duas emprêsas estatais para o refino do petróleo e do aumento do inter-

câmbio entre o Irã e o Brasil, tendo como «fator estimulante» as compras brasileiras de hidrocarbonetos minerais daquele país;

b) a reunião, no Rio de Janeiro, em início de setembro, do Grupo Misto Brasileiro-Israelense de Cooperação Técnica, em decorrência do que foi firmado o Primeiro Convênio Suplementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e Israel, relativo a um projeto de irrigação a ser executado no Piauí, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em colaboração com o Govêrno de Israel;

c) estudo de projeto para a conclusão do Acôrdo de Comércio e Pagamentos com a República Árabe Unida; a título preliminar, a Embaixada no Cairo foi instruída no sentido de encomendar à emprêsa especializada pesquisa de mercado destinada a aferir, em território egípcio, a natureza e o grau de demanda potencial de 100 produtos brasileiros de exportação;

d) envio de instruções à Embaixada em Beirute no que tange à clarificação do estatuto e do regime operacional do Entreposto mantido no pôrto-franco da capital libanesa pelo Instituto Brasileiro do Café;

e) o início de estudos e providências preliminares para a concretização da operação de troca de navios construídos no Brasil por fosfatos procedentes da Tunísia.

EUROPA ORIENTAL, ÁSIA E OCEÂNIA

EUROPA ORIENTAL

O Ministério das Relações Exteriores deu seguimento, no ano de 1967, à diretriz governamental de expandir e diversificar o intercâmbio comercial do Brasil com a Europa Oriental, no interêsse do desenvolvimento econômico do país.

As estatísticas oficiais registram que em 1967 o Brasil exportou para aquela área US$ 115.252.000,00, dela importando, no mesmo período, US$ 82.997.000,00. Êsses montantes, similares aos obtidos em 1966, indicam que permanece existindo apreciável desequilíbrio nessas trocas, provocado por saldos favoráveis ao Brasil que resultam quase inteiramente das vendas de café e alguns outros produtos primários.

Dentro da orientação geral acima citada, o Itamaraty estudou com especial atenção, e em colaboração com outros órgãos da administração pública, tanto o problema do reestabelecimento do equilíbrio nos balanços de pagamentos com a Europa Oriental mediante a absorção dos saldos credores ali acumulados, quanto o da ampliação e diversificação de nossa pauta de exportações, inclusive no referente ao incremento das vendas de manufaturados e semimanufaturados para aquêles mercados. Dentre as medidas tomadas no campo das relações comerciais do Brasil com a Europa Oriental figuram principalmente as seguintes:

1. *Viagem do Ministro da Indústria e do Comércio à União Soviética, Polônia e Tcheco-Eslováquia*

Em janeiro de 1967 o então Ministro da Indústria e do Comércio, Senhor Paulo Egidio Martins, chefiando missão constituída por homens de negócios e representantes de órgãos do setor público brasileiro, visitou a União Soviética, a Polônia e a Tcheco-Eslováquia.

O Ministro da Indústria e do Comércio realizou em Moscou contactos com emprêsas estatais soviéticas e assinou protocolo pelo qual a URSS concedia ao Brasil crédito para a construção de uma fábrica de metacrilato de metila-monômero (petroquímica).

Em Varsóvia, o referido titular firmou com o Govêrno polonês, em 25 de janeiro de 1967, protocolo relativo a encomendas de navios a serem feitas pelas emprêsas brasileiras de navegação aos estaleiros poloneses, e ao aumento das compras de café brasileiro pela Polônia.

Em Praga, assinou acôrdo revogando algumas cláusulas do Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 1960 entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia. A principal inovação trazida pelo nôvo ajuste foi a transferência do sistema de pagamentos entre os dois países para a livre-conversibilidade.

2. *Comissão Mista Brasil—Tcheco-Eslováquia*

De 18 a 26 de maio de 1967, reuniu-se no Rio de Janeiro a Comissão Mista Brasil—Tcheco-Eslováquia, criada pelo Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 24 de junho de 1960 com a finalidade de contribuir para o incremento do intercâmbio comercial e das relações econômicas entre os dois países.

Nessa reunião as seções brasileira e tcheco-eslovaca consideraram extenso temário, passando em revista os níveis e demais aspectos do intercâmbio e formulando recomendações tendentes à sua elevação.

3. *Comissão Mista Brasil-Iugoslávia*

De 23 a 28 de outubro de 1967 realizou-se no Rio de Janeiro a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, criada pelo Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica de 1958 entre os dois países. A Comissão Mista procedeu à análise das correntes de comércio e do mecanismo de pagamentos entre o Brasil e a Iugoslávia e ao estudo de vários itens específicos relativamente à possibilidade do fornecimento, pela Iugoslávia, de petroleiros, navios de pesca, embarcações fluviais, maquinaria e equipamentos agrícolas, ferroviários, elétricos e portuários, e ao acesso no mercado iugoslavo de café, cacau, sisal, algodão, minério de ferro, manganês e produtos manufaturados brasileiros.

4. *Missão Comercial da Bulgária*

No mês de novembro de 1967, estêve no Brasil missão comercial búlgara que manteve conversações com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da Administração, e com emprêsas privadas. Com o objetivo geral de incrementar as relações comerciais da Bulgária com o Brasil, essas conversações versaram a aquisição de trigo búlgaro, a possibilidade do fornecimento ao Brasil de máquinas e equipamentos agrícolas e de irrigação, de búfalos para criação na região Norte e de instalações para a industrialização da batata e da cebola, o incremento das vendas de café, cacau, minério de ferro, sisal e algodão para a Bulgária, e a exportação para aquêle mercado de equipamentos brasileiros de transporte, aços especiais e produtos farmacêuticos.

5. *Missão Governamental da Hungria*

De 17 a 25 de novembro de 1967, estêve em visita oficial ao Brasil missão governamental da Hungria, chefiada pelo Ministro do Comércio Interior daquele país, Senhor István Szurdi. Em seus contatos com autoridades federais

e estaduais brasileiras, a missão tratou de vários tópicos pertinentes às relações entre os dois países, havendo, entre outros, sido considerados o fornecimento ao Brasil de equipamentos e material médico-hospitalares, de ensino, agrícolas e ferroviários; a concessão pela Hungria de crédito destinado à pequena e média emprêsa; o incremento das exportações de café e de minério de ferro para o mercado húngaro, e a participação húngara na instalação de uma fábrica de vacinas no Brasil.

ÁSIA E OCEÂNIA

Além do fortalecimento dos laços tradicionais de amizade que o unem ao Japão, e da expansão do intercâmbio comercial com aquêle país, com a Austrália e a Nova Zelândia, buscou o Brasil, em 1967, o estreitamento de suas relações diplomáticas e comerciais com os países em desenvolvimento da Ásia, com os quais tem inúmeros interêsses comuns no plano internacional. Para a consecução dêsses objetivos, novas Missões diplomáticas foram criadas ou instaladas na área; o Presidente-eleito e o Ministro das Relações Exteriores visitaram o Extremo-Oriente; diversos atos bilaterais foram negociados, e feitos estudos especiais sôbre as possibilidades de colocação de produtos brasileiros nos países da Ásia e Oceânia.

Visita ao Japão do Presidente Arthur da Costa e Silva

Na qualidade de Presidente-eleito do Brasil, o Marechal Arthur da Costa e Silva estêve em visita ao Japão no período de 13 a 19 de janeiro de 1967, como hóspede oficial do Govêrno japonês, depois de fazer escalas em Karachi, Bangkok e Hong-Kong.

Em Tóquio, o Presidente-eleito entrevistou-se com o Imperador, o Primeiro-Ministro e outras altas autoridades japonêsas, tratando de assuntos relacionados ao incremento do intercâmbio comercial e da cooperação econômico-financeira entre o Brasil e o Japão, além de outros assuntos de política internacional de interêsse para os dois países.

Visita do Ministro Juracy Magalhães ao Extremo-Oriente

Em janeiro de 1967, o Ministro Juracy Magalhães visitou o Japão e a República da China, sendo o primeiro Ministro das Relações Exteriores do Brasil a visitar o continente asiático. No Japão, tratou de vários assuntos de interêsse comum aos dois países e procedeu à assinatura do Acôrdo Brasil-Japão sôbre Bitributação. Na República da China, o Chanceler examinou as possibilidades de expansão do intercâmbio comercial entre o Brasil e a China e de ampliação da assistência técnica chinesa ao Brasil. Finalmente, anunciou a concessão de duas bôlsas-de-estudo a estudantes chineses, para cursos de pós-graduação no Brasil.

Visita ao Brasil dos Príncipes Herdeiros do Japão

De excepcional importância para o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e o Japão foi também a visita, ao Brasil, do Príncipe Akihito e da Princesa Michiko, realizada no período de 23 a 28 de maio de 1967. Os Príncipes Herdeiros do Japão visitaram Brasília, São Paulo e o Rio de Janeiro.

Representação diplomática do Brasil na Ásia e Oceânia

Foi criada, em 19 de outubro de 1967, a Embaixada do Brasil em Cingapura, cumulativa com a Embaixada em Bangkok.

Apresentaram credenciais, no ano em pauta, a Senhora Margarida Guedes Nogueira, Embaixadora do Brasil em Wellington, Nova Zelândia (Missão cumulativa com Camberra), e os Senhores Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva, Embaixador do Brasil em Kuala Lumpur (Missão cumulativa com a Embaixada em Bangkok), Roberto Barthel Rosa, Embaixador do Brasil em Seul, e Renato Firmino Maia de Mendonça, Embaixador do Brasil em Colombo (Missão cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi).

Conflito no Vietname

O Brasil acompanhou, com preocupação, o desenrolar do conflito no Vietname. A posição brasileira — de não participação — não exclui o interêsse do Itamaraty em favorecer soluções que possam contribuir para a paz e a segurança do sudeste asiático.

Acôrdo com o Japão para Evitar a Bitributação de Capitais

Brasil e Japão assinaram e ratificaram, em 1967, uma «Convenção destinada a evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sôbre Rendimentos». A Convenção, eliminando a dupla taxação sôbre os rendimentos auferidos no Brasil pelos investidores japonêses, certamente estimulará a canalização de novos investimentos do Japão para o Brasil.

Comissão Econômica Mista Brasil-Japão

Foram concluídas em fevereiro de 1967 as negociações com o Govêrno japonês para a criação da Comissão Mista Brasil-Japão. A Comissão deverá reunir-se uma vez por ano, alternadamente no Japão e no Brasil, para tratar de assuntos econômicos e comerciais de interêsse mútuo.

Compra de Trigo Australiano

Por troca de notas datadas de 10 de março de 1967, o Brasil adquiriu à Austrália 100 mil toneladas de trigo, com opção para a compra de igual quantidade no segundo semestre do mesmo ano. Foi essa a primeira compra de trigo australiano realizada pelo Brasil, num total de 200 mil toneladas.

Expansão do Intercâmbio Comercial

Com a inauguração dos serviços do Lóide Brasileiro S.A. para vários portos asiáticos e do Extremo-Oriente, novas perspectivas se abriram à expansão do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da Ásia e Oceânia. Visando a um maior conhecimento da economia e do comércio exterior daqueles países, e das possibilidades que oferecem à colocação dos produtos brasileiros, o órgão competente do Ministério das Relações Exteriores iniciou a elaboração de estudos especiais sôbre os mercados localizados em sua área de trabalho, havendo divulgado, em novembro, o primeiro daqueles estudos, relativo ao mercado australiano.

Visitas de Delegações comerciais

O Brasil recebeu, em 1967, a visita de uma delegação comercial da República da China, que tratou do intercâmbio sino-brasileiro e de assuntos de cooperação técnica; de duas delegações da Junta Australiana de Trigo, que vieram negociar as operações de compra pelo Brasil de 200.000 toneladas de trigo australiano; uma delegação de pecuaristas da Nova Zelândia, interessada na venda de reprodutores bovinos e ovinos, e numerosas delegações e personalidades japonêsas. Os visitantes japonêses trataram, entre outros, dos seguintes assuntos: compra de carne de cavalo, venda de equipamento elétrico, investimentos em setores industriais de São Paulo, participação do Brasil na Exposição de Osaka, em 1970. Chefiada pelo Senhor Renzo Taguchi, Presidente da Ishikawajima Harima, estêve no Brasil em julho, a convite do Govêrno de Minas Gerais, uma delegação de representantes da Ishikawajima e da Tokyo Shibaura Eletric Co. (TOSHIBA) a fim de examinar as possibilidades de investimentos na indústria pesada daquele Estado e de expansão da Ishikawajima do Brasil S.A.

Missões Especiais à posse de Chefes de Estado

O Brasil designou os Embaixadores junto aos Governos da República da Coréia e da República do Vietname para, na qualidade de Enviados Extraordinários e Embaixadores Plenipotenciários em Missão Especial, representá-lo nas cerimônias de posse dos Presidentes Chung Hee Park e Nguyen Van Thieu.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 1967, o Brasil participou dos trabalhos de diversos órgãos das Nações Unidas, dentre os quais cabe salientar:

1. *Órgãos Econômicos e Sociais*:

Comitê de Produtos de Base
Grupo de Trabalho *ad hoc* sôbre a Questão de uma Declaração sôbre Cooperação Econômica Internacional
Comissão Econômica para a América Latina
Comitê de Programas e Coordenação
Comitê Intergovernamental Nações Unidas/FAO sôbre o Programa Mundial de Alimentos
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Comissão de Estatística do ECOSOC
Junta de Comércio e Desenvolvimento
Junta de Desenvolvimento Industrial
Comitê de Manufaturas
Grupo sôbre Preferências
Comitê de Fretes
Comitê de Invisíveis e Financiamento Relativo ao Comércio

2. *Órgãos Políticos*:

Conselho de Segurança (pela quarta vez)
Comitê do Desarmamento (participação permanente)

Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico (em caráter permanente)
Comitê sôbre a Questão das Operações de Paz

3. *Órgãos de Assistência Técnica*:

Junta Executiva do FISI
Comitê de Programas do FISI
Comitê do Orçamento Administrativo do FISI
Comitê Conjunto FAO/FISI

4. *Órgãos Científicos*:

Comitê Consultivo sôbre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento
Comitê Consultivo Científico das Nações Unidas
Comitê Científico sôbre os Efeitos das Radiações Atômicas

5. *Órgãos Técnicos e Administrativos*:

Comitê de Contribuições
Comissão de Entorpecentes
Junta Central Permanente de Narcóticos
Órgão Supervisor de Drogas
Comitê Administrativo sôbre Coordenação
Comitê Executivo do Programa do Alto Comissário para Refugiados
Comitê Consultivo sôbre Questões Administrativas e Orçamentárias

6. *Órgãos Jurídicos*:

Comissão de Direito Internacional

Cumpre salientar, de maneira especial, a participação brasileira nas duas sessões especiais e na sessão regular anual da Assembléia-Geral das Nações Unidas, e, bem assim,

na discussão das principais questões levadas ao Conselho de Segurança.

V Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para o Sudoeste Africano — Abril de 1967

Os trabalhos da V Sessão Especial da Assembléia-Geral para o Sudoeste Africano tiveram como base o relatório apresentado pelo Comitê *ad hoc* para o Sudoeste Africano (Comitê dos 14), criado pela Resolução 2145 da XXI Sessão da Assembléia-Geral. Não tendo conseguido conciliar os diferentes pontos de vista com respeito às medidas a serem recomendadas para a implementação da Resolução referida, o Comitê dos 14 limitou-se a apresentar, em seu relatório, apenas as propostas que lhe foram formalmente submetidas, a saber: a proposta afro-asiática; chileno-mexicana e ítalo-americano-canadense.

Durante a Assembléia, os países mantiveram as posições refletidas nas propostas apresentadas pelo relatório do Comitê. A Delegação brasileira procurou atuar com o grupo latino-americano com vistas a conciliar as distintas opiniões e possibilitar sólido apoio para o projeto de Resolução a ser apresentado. Embora os esforços envidados pelos latino-americanos tenham, finalmente, possibilitado a adoção de uma fórmula menos radical que a de início proposta pelos afro-asiáticos, não logrou a mesma obter o apoio da maioria dos países ocidentais, nem o dos socialistas, com exceção da Iugoslávia.

O projeto de Resolução apresentado foi co-patrocinado por 79 países (inclusive o Brasil), tendo sido aprovado por 85 votos, registrando-se 30 abstenções (inclusive tôdas as grandes potências), e 2 votos contrários (África do Sul e Portugal). Em linhas gerais, a Resolução adotada, que tomou o número 2248 (S-V), estabeleceu que o Sudoeste Africano deverá tornar-se independente em data a ser fixada de acôrdo com o desejo do povo. Até a independência,

contudo, o território do Sudoeste Africano deverá ser administrado por um Conselho, criado pela própria Resolução, denominado Conselho das Nações Unidas para o Sudoeste Africano, composto de 11 Estados-Membros. Ainda segundo a Resolução, o Conselho — ao qual caberá a manutenção da ordem no território, a promulgação das leis locais e o estabelecimento de uma Assembléia Constituinte em consulta com o povo local — deverá fazer todo o possível no sentido de favorecer a independência do Sudoeste Africano, por volta de junho de 1968.

V Sessão Especial de Emergência da Assembléia-Geral das Nações Unidas (Crise do Oriente Próximo) — junho/julho de 1967

Diante da impossibilidade de obter do Conselho de Segurança uma resolução que condenasse Israel e determinasse, pura e simplesmente, a retirada de suas fôrças dos territórios ocupados, o Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, com base no artigo 11 da Carta das Nações Unidas, solicitou, em 13 de junho, ao Secretário-Geral da Organização, a convocação de uma Sessão Especial de Emergência da Assembléia-Geral para examinar «a situação decorrente da agressão de Israel à República Árabe Unida, Síria e Jordânia». Consultado a respeito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o Govêrno brasileiro concordou com a convocação, desde que: *a*) com base no mesmo artigo 11 da Carta, o Conselho de Segurança interrompesse o exame da matéria; *b*) a Agenda da Sessão Especial fôsse redigida de forma a não prejulgar o mérito da questão a ser considerada. Da mesma forma manifestou-se a maioria dos Estados-Membros, abrindo-se, em 17 de junho, os trabalhos da V Sessão Especial de Emergência da Assembléia-Geral.

Do grupo latino-americano, participaram do Debate-Geral o Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru

e Uruguai. As intervenções do Brasil e Argentina (os dois representantes do Grupo latino-americano no Conselho de Segurança) foram, certamente, as mais importantes. O discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil no dia 28 de junho abrangeu os principais aspectos da posição brasileira sôbre o assunto, defendida nos diversos órgãos das Nações Unidas e, ainda recentemente, quando do exame do problema pelo Conselho de Segurança. Foi invariável a preocupação de objetividade que sempre norteou nossa posição com relação ao problema do Oriente Próximo e nosso empenho em que fôsse encontrada uma solução global, através do emprêgo de métodos pacíficos, sob a égide das Nações Unidas.

Quanto ao aspecto substantivo e global do problema, sete projetos de Resolução foram levados a debate na Assembléia-Geral: 1. projeto da União Soviética; 2. projeto dos Estados Unidos da América; 3. projeto da Albânia; 4. projeto iugoslavo ou dos «não-alinhados»; 5. projeto de emendas ao texto dos «não-alinhados», submetido por Cuba; 6. projeto de emendas ao texto dos «não-alinhados», submetido pela Albânia; e 7. projeto latino-americano.

Após longos debates e negociações, a maioria dos países representados na Assembléia foi canalizada para duas posições principais:

a) projeto dos «não-alinhados» — mais moderado que o da União Soviética; liderado pela Iugoslávia e já contando com o apoio da U.R.S.S. e da República Árabe Unida — determinando a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados como condição prévia para qualquer entendimento;

b) projeto latino-americano — articulado e elaborado por iniciativa do Brasil; fundamentava-se nos seguintes pontos principais:

I — vinculação necessária entre a retirada das tropas israelenses e a simultânea cessação do estado de beligerância (tese que já lançara o Brasil nas reuniões do Conselho e que fôra reiterada no discurso do Ministro das Relações Exteriores na Assembléia-Geral);

II — criação de zonas desmilitarizadas;

III — necessidade de solução para o problema dos refugiados; e

IV — garantia de liberdade de navegação pelas vias marítimas internacionais da região.

O texto latino-americano, além do apoio maciço dos 23 países do grupo da América Latina, conseguiu também o apoio de todos os Membros do bloco ocidental e de número considerável de africanos. Na votação, nosso projeto (57 votos a favor, 43 contra e 20 abstenções) obteve mais sufrágios que o dos «não-alinhados» (53 a favor, 46 contra e 20 abstenções), não conseguindo, entretanto, os 2/3 necessários à aprovação.

Revelando-se infrutíferas as negociações entre os grupos para uma conciliação dos dois textos, votou-se em 21 de julho uma Resolução processual — 2256 (S-V) — proposta pela Áustria, Finlândia e Suécia, que recomendava ao Conselho de Segurança o reexame do assunto em caráter de urgência e adiava, temporàriamente, o encerramento da Sessão. Além do BRASIL, votaram afirmativamente os socialista e ocidentais *grosso modo*, enquanto os árabes e a maioria dos «não-alinhados» votaram contra.

Além desta resolução processual, foram apenas aprovadas pela V Sessão Especial de Emergência mais *uma* resolução de caráter processual — *2255 (S-V)* — relativa a credenciais dos representantes à Sessão Especial, e *três*

de caráter substantivo, mas sôbre aspectos da questão considerados isoladamente:

2252 (*S-V*) — apresentada com o co-patrocínio do BRASIL — projeto de assistência humanitária visando a aliviar a situação das populações civis e dos prisioneiros de guerra decorrente do recente conflito.

2253 (S-V) — *2254* (*S-V*) — ambas com voto favorável do BRASIL — relativas a medidas adotadas por Israel para mudar o *status* de Jerusalém.

XXII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas

A XXII Sessão regular da Assembléia-Geral das Nações Unidas inaugurou-se em 20 de setembro e suspendeu seus trabalhos no dia 19 de dezembro. Eleito Presidente da Assembléia, foi o Senhor Corneliu Manescu, da Romênia, o primeiro representante de país da área socialista escolhido para ocupar o pôsto. O fato foi saudado como significativo da distensão progressiva das relações entre o Leste e o Oeste.

A Delegação do Brasil à XXII Sessão da Assembléia-Geral foi assim constituída: Chefe: O Ministro das Relações Exteriores, Deputado José de Magalhães Pinto. Delegados: Embaixador Vasco Leitão da Cunha, Embaixador Antônio Corrêa do Lago (após a partida do Ministro de Estado, o Embaixador Leitão da Cunha, por breve prazo, e depois o Embaixador Corrêa do Lago exerceram a chefia da Delegação); Embaixador Gilberto Amado; Embaixador Carlos Alfredo Bernardes; Embaixador Geraldo de Carvalho Silos. Delegados Suplentes: Embaixador Arnaldo Vasconcellos; Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro; Ministro Celso A. de

Souza e Silva; Ministro Quintino S. Deseta; Ministro Eberaldo A. Telles Machado. Assessôres Especiais: Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, Dr. Fernando Gay da Fonseca e Senhora Eunice Weaver. Assessôres: Conselheiro Eduardo Moreira Hosannah, Secretários Antônio Patriota, Asdrubal Pinto de Ulisséia, Adhamar Soares de Carvalho, Sergio de Queirós Duarte, Marcos Castrioto de Azambuja, Italo Mastrogiovanni, Arrhenius F. Machado de Freitas, Sérgio Damasceno Vieira, Carlos José Prazeres Campelo, Luiz Felipe Lampreia, Igor Torres-Carrillo, José Jerônimo Moscardo de Souza, Bernardo Pericás Neto.

Na qualidade de Observadores Parlamentares acompanharam os trabalhos da Assembléia-Geral os Senadores Mem de Sá, Mário de Souza Martins, Manoel Cordeiro Villaça e os Deputados Flávio Portela Marcílio, Humberto Coutinho de Lucena, Francisco Accioly R. da Costa Filho, Ulysses Silveira Guimarães, Elias de Souza Carmo e Cândida Yvette Vargas Martins.

Como tradicionalmente ocorre, coube à Delegação do Brasil, na pessoa do Chanceler Magalhães Pinto, abrir o Debate-Geral, da XXII Sessão da Assembléia-Geral, com discurso em que fixou a posição do Brasil com respeito aos principais problemas mundiais.

A Delegação do Brasil teve atuação ativa nos trabalhos de tôdas as Comissões destacando-se, na Primeira Comissão — que se ocupa dos assuntos políticos e de segurança — nossa participação no item relativo ao Tratado sôbre a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, instrumento do qual o Brasil é signatário e na elaboração do qual teve atuação decisiva. Durante a consideração do tema na Assembléia-Geral, a Delegação brasileira interveio várias vêzes para desfazer dúvidas sôbre a interpretação de dispositivos essenciais do texto do Tratado do México e para orientar a votação da Resolução sôbre a matéria, da qual éramos co-patrocinadores. Também no exame do item sôbre

a Questão da Utilização do Fundo do Mar, introduzido pela Delegação de Malta, o Brasil teve atuação de relêvo que lhe valeu a escolha para ser um dos 35 membros do Comitê *ad hoc* criado para examinar a Questão do Fundo dos Mares e Oceanos. Já no exame do conjunto de questões relacionadas com as negociações em favor do Departamento, a Delegação do Brasil, com a autoridade que lhe confere sua participação da Comissão de 18 Nações sôbre o Desarmamento, teve atuação destacada no exame dos temas afins submetidos à Assembléia-Geral sôbre o desarmamento, notadamente naquele relacionado com a realização de uma Conferência de Países Não-Nucleares, cuja inauguração foi fixada para agôsto de 1968. A discussão dêsse tema ainda não foi encerrada, mas será importante para o desenvolvimento futuro das negociações do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que se processa no fôro do ENDC, em Genebra e que foi objeto de tratamento apenas processual na presente sessão da Assembléia-Geral.

A III Comissão aprovou, com o apoio do Brasil, a Declaração sôbre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher. A IV aprovou, também com o voto favorável do Brasil, Resolução que decidiu por que o combate aos remanescentes do colonialismo se realize, primordialmente, através da luta contra os poderosos interêsses econômicos que amparam o *statu quo* colonial. Na V Comissão o Brasil prosseguiu, com êxito, sua política de procurar diminuir os ônus financeiros que recaem sôbre os Estados-Membros menos ricos e fazer com que a responsabilidade orçamentária pelas operações de paz sejam distribuídas de forma a que a menor parcela recaia sôbre os Estados mais débeis do ponto de vista econômico.

Ainda na XXII Sessão da Assembléia-Geral o Brasil foi escolhido, em votação do Plenário, para ocupar um dos assentos da recém-criada Comissão do Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

Conselho de Segurança

a) Crise do Oriente Próximo — junho de 1967

Como Membro do Conselho de Segurança, o Brasil participou ativamente de tôdas as discussões havidas naquele órgão em tôrno da crise do Oriente Próximo. Por iniciativa do Canadá e Dinamarca, reunira-se o Conselho para exame da questão, quando da retirada das tropas da FENU do território da RAU e a decisão dêste último país de bloquear o gôlfo de Ácaba. A partir de 5 de junho, com a irrupção das hostilidades entre árabes e israelenses, a matéria passou a ser ali considerada com caráter de urgência.

Logrou-se, de início, a aprovação de quatro Resoluções (N.os 233, 234, 235 e 236) sôbre o cessar-fogo geral e o cessar-fogo entre Israel e a Síria, bem como uma Resolução (N.º 237) relativa à situação dos prisioneiros de guerra — esta co-patrocinada pelo Brasil, Argentina e Etiópia.

O antagonismo das posições dos Membros Permanentes do Conselho, contudo, impediu a aprovação — nesta primeira fase das reuniões do Conselho sôbre a crise do Oriente Próximo — de qualquer Resolução de caráter substantivo e global. A União Soviética apresentara um projeto de Resolução que condenava Israel e pedia a retirada de suas tropas de todos os territórios ocupados, sendo tal proposta rejeitada pelo Conselho através da abstenção da maioria de seus Membros. À vista dêsse fato, verificou-se que qualquer outro projeto que merecesse o apoio dos Estados Unidos da América seria vetado pela União Soviética.

b) Crise do Oriente Próximo — outubro/novembro de 1967

Pela Resolução 2256 (S-V), de 21 de julho de 1967, a V Sessão Especial de Emergência da Assembléia-Geral recomendara o reexame da questão do Oriente Próximo pelo Conselho de Segurança. Neste âmbito, a matéria passou a

ser reconsiderada, com caráter de urgência, a partir de meados de outubro, quando da ocorrência de novos incidentes armados entre os árabes e israelenses.

Na discussão dos diferentes projetos de Resolução ali apresentados, o Representante brasileiro orientou-se pelo objetivo central de contribuir para a adoção de uma fórmula justa que, sendo aceita por ambas as Partes diretamente interessadas, pudesse propiciar o estabelecimento de uma paz duradoura na região. À vista de um sério impasse criado, inicialmente, entre um projeto de Resolução indiano (inaceitável por Israel) e um projeto dinamarquês e outro norte-americano (inaceitáveis pelos árabes), fizemos circular, de maneira informal, o antigo projeto latino-americano da V Sessão Especial de Emergência da Assembléia-Geral (readaptado às novas circunstâncias), convencidos de que êsse texto — que representava fórmula conciliatória entre as duas posições acima referidas — poderia vir a merecer aceitação geral. Nessas gestões, fomos acompanhados pela Argentina, que representa, com o Brasil, os países latino-americanos no Conselho.

Nosso projeto, contudo, não chegou a ser apresentado formalmente, tendo em vista a receptividade obtida por um nôvo projeto, apresentado pelo Reino Unido, e cujo texto muito se aproximava do latino-americano. Após consultas com os Representantes de Israel e dos Estados árabes e informados pelos últimos de que nada objetariam ao texto britânico, nos dispusemos também a apoiá-lo. O projeto de Resolução, adotado por unanimidade pelo Conselho de Segurança, em 22 de novembro, dispunha, em linhas gerais, sôbre os princípios em que deverá basear-se a solução da crise médio-oriental: recuo das tropas israelenses dos territórios ocupados em conseqüência do recente conflito; cessação do estado de beligerância, e o direito de todos os Estados da área viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reco-

nhecidas; garantia à liberdade de navegação pelas vias marítimas da área; necessidade de uma solução para o problema dos refugiados; necessidade de garantir-se a inviolabilidade territorial e independência política dos Estados da área através de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas. Dispunha, finalmente, sôbre o envio de um Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas ao Oriente Próximo, para, com base naqueles princípios gerais, tratar diretamente com as Partes sôbre a implementação da Resolução.

c) Penetração de mercenários na República Democrática do Congo — novembro de 1967

Em 3 de novembro de 1967, a República Democrática do Congo solicitou a reunião urgente do Conselho de Segurança para considerar a alegada participação de Portugal nas recentes operações de mercenários europeus em Catanga, os quais, com objetivos terroristas, teriam penetrado em território congolês através de Angola.

Em 15 daquele mês, o Conselho adotou, sem votação, uma Resolução (Nº 241) proposta pelos membros afro--asiáticos, contendo forte condenação contra o Govêrno português por haver permitido a utilização do território de Angola, sob sua administração, como base de operações para ataques armados contra a República Democrática do Congo.

Na oportunidade, declarou o Delegado brasileiro que não solicitara votação do texto por saber não ser êsse o desejo da maioria dos Membros do Conselho. Em caso de voto, contudo, nos teríamos abstido quanto ao mesmo pelo fato de não concordarmos com seus parágrafos 2 e 3 (que condenam Portugal pelo incidente específico, de que não havia provas concretas).

d) Questão de Chipre — novembro/dezembro de 1967

Pouco antes do fim do ano de 1967, voltou a agravar-se a situação em Chipre, com mobilização das fôrças armadas da Turquia e Grécia com risco grave para a paz e segurança internacionais. O Conselho de Segurança reuniu-se, por várias vêzes, com caráter de urgência e conseguiu fazer aprovar textos que contribuíram para reduzir a tensão local e criar situação favorável para que os bons-ofícios do Secretário-Geral tivessem possibilidade de êxito. A Representação do Brasil no Conselho participou do processo de negociação informal e, posteriormente, das negociações formais no Conselho na busca da fórmula que foi capaz de contornar a crise recente.

Conservando o assunto em pauta para futuras discussões, o Conselho adotou por unanimidade, em 22 de dezembro, uma Resolução que prorrogava o mandato da UNFICYP até 26 de março de 1968 e solicitava às Partes diretamente interessadas a estrita observância das Resoluções anteriores daquele órgão no sentido de se absterem de qualquer ato que possa ameaçar a paz em Chipre.

Pela importância de que se revestiram, no ano de 1967, serão salientados, de maneira especial, os assuntos relacionados com energia nuclear e espaço cósmico tratados no âmbito do setor competente do Ministério das Relações Exteriores.

Política Nuclear do Brasil

Os princípios fundamentais da Política Nuclear do Brasil foram definidos no discurso de 6 de abril em que o Presidente da República traçou as linhas gerais da política externa de seu Govêrno: «A meta será colocar a serviço da

melhoria das condições de vida do povo as fôrças portentosas que se concentram no átomo. Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que sua disseminação traria à Humanidade. Impõe-se, porém, que não se criem entraves, imediatos ou potenciais, à plena utilização, pelos nossos países, da energia nuclear para fins pacíficos. De outro modo, estaríamos aceitando uma nova forma de dependência certamente incompatível com nossas aspirações de desenvolvimento».

Fiel a essa orientação presidencial, a ação diplomática do Itamaraty se desenvolveu ao longo das linhas principais seguintes:

1. celebração, e assinatura pelo Brasil, do Tratado do México, que, ao mesmo tempo, proscreve as armas nucleares da América Latina, e ressalva explìcitamente o direito dos países signatários de livremente empregarem a energia nuclear para fins pacíficos:

2. negociação, na Conferência do Desarmamento, em Genebra, de um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares equilibrado, que não ameace ou imponha restrições aos interêsses da segurança nacional e às aspirações de desenvolvimento da universalidade dos Estados-membros da comunidade internacional;

3. defesa nas discussões, no fôro das Nações Unidas, sôbre o tema geral do desarmamento, dos postulados fundamentais acima mencionados, que foram solenemente reafirmados à Comunidade Internacional no discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, na abertura do Debate-Geral da XXII Assembléia-Geral da ONU;

4. conclusão de acôrdos bilaterais ou multilaterais de cooperação técnica, com vistas à execução de programas conjuntos para o aproveitamento pacífico da energia nuclear em suas múltiplas potencialidades;

5. reunião, em Washington, do Secretário-Geral de Política Exterior com os cientistas e pesquisadores brasileiros, atualmente trabalhando nos Estados Unidos, com o objetivo de estudar as causas da chamada «evasão de cérebros» para o exterior e propor medidas, concretas e imediatas, para pôr fim à drenagem dêsse inestimável capital humano.

Tratado do México sôbre Proscrição de Armas Nucleares na América Latina

A Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL) encerrou, com pleno sucesso, seus trabalhos, com a celebração, em fevereiro de 1967, na Cidade do México, de um Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina.

O Tratado do México é o primeiro instrumento internacional a proscrever armas nucleares em uma região habitada da Terra, constituindo-se na medida parcial de desarmamento mais significativa, depois do Tratado de Moscou e do Tratado sôbre o Espaço Cósmico. É, também, o primeiro acôrdo multilateral de desarmamento que prevê um mecanismo compulsório de inspeções *in loco*.

Mais ainda, por iniciativa do Brasil, o Tratado do México — ao proscrever as armas nucleares e, ao mesmo tempo, consagrar, de forma inequívoca, o direito dos países signatários à plena utilização da energia nuclear para fins pacíficos — cria um precedente regional extremamente valioso para as negociações de acôrdos globais de desarmamento e não-proliferação nuclear.

A posição do Brasil, em todo o longo processo de negociações que culminou com a conclusão do Tratado, foi ditada por duas considerações fundamentais:

1. a decisão política — tomada em função da tradicional vocação pacifista do país e do desejo de contribuirmos para a distensão das relações internacionais — de

renunciarmos à posse e fabricação de armas nucleares, desde que institucionalizada em um Tratado internacional que resguardasse os supremos interêsses da segurança nacional;

2. a determinação de empregarmos a energia nuclear para fins pacíficos como instrumento de aceleração de nosso processo de desenvolvimento econômico.

A Segurança Nacional está resguardada pela inclusão, no Tratado, dos seguintes dispositivos: *a*) exigência da universalidade de participação de todos os países latino-americanos no Tratado, como condição de sua vigência; *b*) inclusão na área desnuclearizada dos territórios não-autônomos existentes no continente latino-americano; c) prestação de garantias formais, por parte de tôdas as Potências militarmente nucleares, de que garantirão a inviolabilidade da região, ante ataque ou ameaça de ataque com armas nucleares.

O direito à irrestrita liberdade de pesquisa e utilização da energia nuclear para fins pacificos — inclusive a fabricação e detonação, por meios próprios, de explosivos nucleares para utilização em obras de engenharia geográfica ou de prospecção e lavra de jazidas minerais, indispensáveis ao desenvolvimento nacional — está resguardado pela inclusão no texto do Tratado, do artigo 18, que expressamente ressalva que artefatos explosivos nucleares podem ser lìcitamente fabricados e detonados desde que para finalidades pacíficas, objetivamente comprovadas pelo sistema de contrôle, inspeção e fiscalização internacional previsto pelo Acôrdo.

Tendo em vista que o interêsse nacional está perfeitamente garantido, o Brasil decidiu assinar o Tratado no dia 9 de maio, havendo o Plenipotenciário brasileiro entregue, no ato da assinatura, nota ao Presidente da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, em que era reafirmado o entendimento do Govêrno brasileiro de que o referido artigo 18 «faculta aos Estados signatários

realizar por seus próprios meios, ou em associação com terceiros, explosões nucleares para fins pacíficos, inclusive as que pressuponham artefatos similares aos empregados em armamentos militares».

Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento

A Conferência do Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento estêve reunida, em Genebra, durante pràticamente todo o ano de 1967, discutindo, em caráter prioritário, a conclusão de um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O debate sôbre outras medidas colaterais de desarmamento, como a cessação de testes nucleares subterrâneos, foi deixado para um segundo plano, não registrando qualquer progresso significativo.

A posição brasileira nas negociações do Tratado de Não-Proliferação, de acôrdo com as linhas gerais da Política Nuclear brasileira, traçada pelo Presidente da República, foi definida no pronunciamento, feito no plenário do Comitê, no dia 18 de maio, pelo Secretário-Geral do Itamaraty, ao se reiniciarem os trabalhos da Conferência, após breve recesso. O Brasil, ao mesmo tempo em que saudava o crescente entendimento entre Estados Unidos e União Soviética no trato da matéria, reafirmava ser imprescindível preservar-se no curso das negociações do Tratado, o interêsse legítimo dos países que estavam dispostos a renunciar ao armamento nuclear, mas não ao pleno uso pacífico do átomo como instrumento de seu desenvolvimento. Assim, com a autoridade de país de tradicional vocação pacifista, reiterada na recente assinatura do Tratado do México, declarávamos ser o objetivo precípuo de nossa Política Nuclear a «rápida nuclearização pacífica do país», pelo que não poderíamos aceitar um Tratado internacional que colocasse entraves, imediatos ou potenciais, à liberdade de pesquisa e utilização do átomo para fins comprovadamente pacíficos.

Contudo, o anteprojeto de Tratado apresentado, em agôsto, pelos Estados Unidos e União Soviética ao Comitê, além de não incorporar um equilíbrio aceitável de responsabilidades e obrigações entre Potências nucleares e países não-nucleares, continha disposições que se chocavam com os interêsses da segurança e do desenvolvimento dos países não-nucleares.

O Brasil julgou, então, necessário, novamente intervir no plenário do Comitê, com vistas, desta vez, a contribuir, de forma positiva, para o aperfeiçoamento do texto do projeto soviético-americano, através da apresentação formal de uma série de emendas, com a finalidade de torná-lo compatível com as teses que defendemos, no âmbito regional, quando das negociações do Tratado do México e que reafirmáramos, no plano mundial, sob a forma de princípios gerais, em nossa intervenção de maio, em Genebra. As emendas brasileiras consubstanciaram os pontos principais seguintes:

1. proscrição apenas de armas nucleares, preservando-se o direito à fabricação e detonação, por meios próprios dos países não-nucleares, de explosivos nucleares para emprêgo em projetos de desenvolvimento econômico;

2. adoção, pelas Potências nucleares, de medidas concretas de desarmamento e de contenção de sua corrida armamentista nuclear;

3. obrigação das Potências nucleares de converterem, para utilização em favor dos países em desenvolvimento, parte dos recursos liberados pelas medidas de desarmamento acima mencionadas.

Em meados de dezembro, o texto do acôrdo continuava em discussão no Comitê, que se limitou a enviar à Assembléia-Geral da ONU um «progressive report», informando-a, sucintamente, de que prosseguiam as negociações para a conclusão de um projeto de Tratado.

Comitê das Nações Unidas sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico

1. O Brasil participou ativamente, durante o ano de 1967, das atividades que o Comitê do Espaço Cósmico desenvolveu através de seu Subcomitê Científico e Técnico e do Subcomitê Jurídico, bem como das tarefas de dois Grupos de Trabalho incumbidos, o primeiro, de preparar a Conferência das Nações Unidas sôbre a Exploração e o Uso Pacífico do Espaço Cósmico, e o segundo, de examinar a viabilidade de um sistema internacional de navegação por satélites.

O Brasil estêve representado em todos êsses órgãos, procurando assegurar que as normas que se estão formulando em matéria de Direito Espacial não venham a prejudicar, direta ou indiretamente, as possibilidades futuras do país, no campo das atividades espaciais. Por outro lado, procurou-se garantir aos nossos especialistas o debate com seus colegas de todo o mundo, no grande fôro das Nações Unidas, ao mesmo tempo que se envidavam esforços para captar os benefícios oferecidos pela cooperação internacional em matéria de pesquisa e exploração espaciais.

2. Com relação à Conferência sôbre Exploração e Uso Pacífico do Espaço Cósmico, marcada para o período de 14 a 27 de agôsto de 1968, em Viena, o Ministério das Relações Exteriores deu-lhe publicidade através de artigos publicados em jornais, e convidou entidades científicas a elaborar documentos sôbre os itens da agenda. O Brasil já submeteu ao Secretariado das Nações Unidas a sua colaboração para o certame. Trata-se de um trabalho intitulado «Algumas aplicações práticas da era espacial: um programa para países em desenvolvimento», de autoria do Doutor Fernando de Mendonça.

3. Examinou-se também a possibilidade de formalizar, no ano em curso, o pedido de patrocínio das Nações Unidas

para uma estação de lançamento de foguetes-sonda no Brasil havendo-se concluído pela inoportunidade da iniciativa, no momento atual. A Delegação brasileira à V Sessão do Subcomitê Científico e Técnico do Espaço Cósmico lembrou, no entanto, continuarem em vigor os têrmos do *memorandum* circulado no Comitê do Espaço Cósmico, em novembro de 1964, pelo qual foi manifestado o interêsse do Govêrno brasileiro de pedir, no futuro, o patrocínio da Organização para a base de Barreira do Inferno, em Natal.

Atividades Espaciais

O órgão competente do Ministério das Relações Exteriores continuou a manter, em 1967, estreita colaboração com as entidades nacionais ligadas à pesquisa espacial, participando de estudos sôbre os seguintes projetos de cooperação com organismos internacionais e agências de Governos estrangeiros:

(a) Projeto Sensores remotos

Relativo ao oferecimento da NASA para pesquisa e utilização dos sensores remotos no Brasil. As conclusões do Grupo Assessor que estudou o projeto no Conselho Nacional de Pesquisas, o qual contou com a colaboração de um observador do Itamaraty, foram encaminhadas à Presidência da República.

(b) Acôrdo Espacial Brasil-França

Relativo a uma proposta francesa para construção, nos arredores de Fortaleza, de uma estação de telemedida para acompanhar a trajetória dos objetos espaciais lançados da base de Kourou, na Guiana Francesa. Os resultados dos trabalhos da comissão que examinou o projeto serão objeto de negociações com o Govêrno francês.

(c) Projeto Geosat (satélites geodésicos)

Foi comunicada à Embaixada dos Estados Unidos da América, em 30 de outubro, a decisão do Govêrno brasileiro de prorrogar a autorização para funcionamento da estação de rastreamento de satélites 2008, instalada em São José dos Campos, garantida a ampla participação de brasileiros em suas pesquisas. A solicitação para instalação de outras estações, no âmbito do Programa GEOSAT, é, no momento, objeto de estudos.

(d) Visita de astrônomos soviéticos ao Brasil

Através do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo, foram convidados a vir ao Brasil os astrônomos soviéticos Leve Panaiatov e Kirill Tavastcherna, que se encontravam no Chile em trabalho de pesquisas. Os cientistas deverão iniciar com os astrônomos brasileiros um programa de coperação no seu campo de atividades.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

No ano de 1967, o Brasil participou de cento e oito (108) congressos e conferências, a saber:

1) FAO — 1ª Sessão do Subcomitê sôbre Desenvolvimento da Cooperação com Organismos Internacionais relacionados com a Pesca — Roma, 25/28/janeiro/67.
2) I Congresso Latino-Americano de Parasitologia — Santiago, 18 a 22 de janeiro.
3) VII Reunião do Bureau e do Conselho Consultivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental — Mônaco, 30 de janeiro a 2 de fevereiro.
4) FAO — 1ª Sessão do Comitê de Produtos Derivados da Madeira (Compensados) — Roma, 12 a 14 de janeiro.
5) FAO/OMS — IV Reunião do Grupo de Técnicos sôbre Qualidade do Leite — Roma, 23 a 27 de janeiro.
6) AIEA — Reunião da Junta de Governadores — Viena, 21 de fevereiro.
7) Congresso da Assembléia Mundial do Secretariado Internacional para Serviço Voluntário — Nova Delhi, 29 de março a 3 de abril.
8) OMS — XVIII Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social — Nova York, 6 a 22 de março.
9) OIT — Reunião da Comissão de Peritos em Segurança Social — Genebra, 6 a 18 de março.
10) Reunião do Comitê Diretor da Comissão Internacional de Engenharia Agrícola — Paris, 6 de março.

11) FAO — Simpósio sôbre Florestas Cultivadas e sua Importância Industrial. Camberra, 1967.
12) IX Conferência Hidrográfica Internacional — Mônaco, 1967.
13) OMM — Congresso Meteorológico Mundial — Genebra, 3 a 28/4/67.
14) FAO — 2ª Sessão do Comitê de Pesca — Roma, 24 a 29/4/67.
15) FAO — XI Sessão do Comitê Intergovernamental do PMA — Roma, 12 a 21 de abril de 1967.
16) VII Congresso Mundial do Petróleo — México, 2 a 8 de abril de 1967.
17) OMM — XX Assembléia Mundial de Saúde — Genebra, 8/5/67.
18) OMM — XIX Sessão do Comitê Executivo — Genebra, 1 a 8/5/1967.
19) VI Congresso Internacional da Union Internationale des Huissiers de Justice et Officiers Judiciaires — Bad Godesberg, 16/5/67.
20) Congresso Interamericano de Promoção Profissional — Madrid, 29 de maio a 2 de junho de 1967.
21) Congresso Mundial Médico-Rodoviário — Viena, 7 a 13 de maio de 1967.
22) Conferência «Água para a Paz» — Washington, 23 a 31 de maio de 1967.
23) XXXV Sessão Geral do Comitê da Repartição Internacional de Epizootias — Paris, 22 a 27 de maio de 1967.
24) FAO — Reunião dos Países Produtores Membros do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras — Roma, 5 a 9 de junho de 1967.
25) IX Congresso Mundial de Arquitetos — Praga, 24 de junho de 1967.
26) 51ª Conferência Internacional do Trabalho — Genebra, 7 a 29 de junho de 1967.

27) Congresso Internacional dos Jornalistas Agrícolas — Canadá, 18 a 21 de junho de 1967.
28) FAO — 48ª Sessão do Conselho — Roma, 12 de junho de 1967.
29) FAO — Conferência Científica Mundial sôbre Biologia e Cultura de Camarões e outros Crustáceos — México, 12 a 24 de junho de 1967.
30) V Congresso Internacional de Prevenção dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais — Zagreb, 2 a 9 de julho de 1967.
31) I Congresso Internacional sôbre Aplicações de Lasers — Paris, em julho de 1967.
32) XXXª Conferência Internacional em Genebra sôbre Instrução Pública — Genebra, julho de 1967.
33) Congresso Internacional de Odontologia — Paris, 6 a 13 de julho de 1967.
34) II Congresso Internacional de Profilaxia Internacional — Paris, 10 a 14 de julho de 1967.
35) VI Congresso Latino-Americano de Dermatologia — Barcelona, 24 a 27 de julho de 1967.
36) Mesa-Redonda do Instituto Internacional de Ciência Administrativa — Copenhague, 3 a 7 de julho de 1967.
37) IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária — Brasília, 23 a 30 de julho de 1967.
38) 36ª Sessão do Instituto Internacional de Estatísticas — Sydney, 28/agôsto/setembro/1967.
39) XXI Congresso da Aliança Internacional de Mulheres — Londres, de 1 a 10 de agôsto de 1967.
40) VII Conferência Internacional de Engenharia Médica e Biológica — Estocolmo, 14 a 19 de agôsto de 1967.
41) XII Congresso Internacional do Frio — Madrid, 30 de agôsto a 6 de setembro de 1967.
42) XIII Reunião da Sociedade Internacional de Economistas — Sydney, 1º de agôsto de 1967.

43) 52º Congresso Universal de Esperanto — Rotterdam, de 2 a 9 de agôsto 1967.
44) Conferência da União Internacional para o Estudo Científico da População — Sydney, 21 a 26 de agôsto de 1967.
45) XVI Congresso Internacional de Medicina Militar — Lisboa.
46) Reunião dos Países Produtores de Sisal e Henequém (Brasil — Tanzânia — Quênia — México — Portugal — Indonésia — Haiti — Madagascar — Venezuela) Roma, 10 a 14 de julho de 1967.
47) Conferência Técnica sôbre Barcos para Pesquisas Pesqueiras — entre 11 e 15 de dezembro de 1967.
48) V Conferência Interamericana de Estatística.
49) Reuniões da União Internacional dos Magistrados — Luxemburgo e Veneza — outubro de 1967.
50) FAO — Seminário sôbre Preservação de Madeira em Países Tropicais. República Federal da Alemanha, 21 de agôsto a 1º de setembro de 1967.
51) 1º Congresso Internacional de Direito Médico — Grand, 21 a 24/8/1967.
52) VII Congresso Internacional de Bioquímica — Tóquio, de 19 a 25 de agôsto de 1967.
53) AIEA — XI Conferência Geral — Viena, 26 de setembro de 1967.
54) 20ª Sessão da Comissão Paritária Marítima — 25 de setembro a 6 de outubro de 1967.
55) 56ª Conferência da União Interparlamentar — Moscou.
56) Conferência das Nações Unidas para Uniformização dos Nomes Geográficos — Genebra, 4 a 22 de setembro de 1967.
57) FAO — Conferência Técnica sôbre Congelamento e Irradiação de Peixe — Madrid, 4 a 8 de setembro de 1967.

58) FAO — 6ª Conferência Interamericana sôbre produção animal e saúde — Gainesville, Flórida, 10 a 20 de setembro de 1967.

59) XXII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas — Nova York.

60) 1ª Reunião de Cientistas Brasileiros Radicados nos Estados Unidos — Washington, de 8 a 9 de setembro de 1967.

61) CINTERFOR — V Reunião da Comissão Técnica — América Latina, 8 a 14 de outubro de 1967.

62) FAO — II Sessão do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras — Roma, 18 de setembro de 1967.

63) FAO — Conferência Mundial de Alimento e Desenvolvimento para a Juventude Mundial — Canadá, 11 a 16 de setembro de 1967.

64) FAO — Conferência Técnica sôbre Exploração, Utilização e Conservação dos Recursos dos Genes das Plantas — Roma, 18 a 26 de setembro de 1967.

65) OIT — Reunião Técnica Tripartite para as Indústrias de Madeira e do Mobiliário — Genebra, 11 a 22 de setembro de 1967.

66) EURATOM — Conferência sôbre Energia Nuclear — Liège, 18 a 22 de setembro de 1967.

67) FAO — IIª Sessão do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras — Roma, 18 a 24 de setembro de 1967.

68) 47ª Assembléia-Geral do «Office International de la Vigne et du Vin» — Mayence/Alemanha, 4 a 11 de setembro de 1967.

69) FAO — Conferência Técnica sôbre o Congelamento e Irradiação do Peixe — Madrid, 4 a 8 de setembro de 1967.

70) FAO — IIIª Conferência da Campanha Mundial contra a Fome — 30/9 a 3/10/1967.

71) VIII Congresso Internacional de Hidrologistas — Istambul, 11 a 15 de setembro de 1967.
72) Comitê de Radiações — Genebra, de 28 de agôsto a 6 de setembro de 1967.
73) Reunião do Comitê Consultivo Científico das Nações Unidas.
74) XVI Congresso de Medicina Aeronáutica e Espacial — 11 a 15 de setembro de 1967 — Lisboa.
75) 33ª Conferência-Geral da Federação Internacional de Documentação (FID) — Tóquio, 12 a 22 de setembro de 1967.
76) FAO — 2ª Reunião do Comitê do Codex (Alimentação) sôbre Resíduos de Pesticidas — Haya, 18 a 22 de setembro de 1967.
77) XIV Assembléia-Geral da União Geodésica e Geofísica Internacional — Zurique, 25 de setembro a 7 de outubro de 1967.
78) FAO — Simpósio sôbre Perdas de Colheitas — Roma, 2 a 6 de outubro de 1967.
79) RIT — Colóquio Internacional sôbre Ergonomia Aplicada à Concepção da Máquina — Praga, 2 a 7 de outubro de 1967.
80) FAO — Conferência sôbre o comportamento do Peixe com relação às Técnicas e Táticas de Pesca — Noruega, 19 a 27 de outubro de 1967.
81) IV Congresso Internacional de Cirurgia Plástica — Roma, 8 a 13 de outubro de 1967.
82) XIII Conferência-Geral de Pesos e Medidas — Paris, 10 a 16 de outubro de 1967.
83) IV Congresso Mundial de Relações Públicas — Rio de Janeiro, 10 a 14 de outubro de 1967.
84) OPAS — 57ª Reunião do Comitê Executivo — Port-of-Spain, 2 a 13 de outubro de 1967.
85) OPAS — XVII Reunião do Conselho Diretor — Port-of-Spain, de 2 a 13 de outubro de 1967.

86) FAO — 2ª Reunião Técnica sôbre Material de Pesquisa da Pesca — Seattle, USA, outubro de 1967.

87) FAO — 1ª Sessão do Comitê sôbre Desenvolvimento Florestal nos trópicos — Roma, 18 a 20 de outubro de 1967.

88) FAO/OMS — 3ª Sessão do Comitê do Código sôbre Métodos de Análise e Amostragem — Berlim, 24 a 27 de outubro de 1967.

89) OIT — Colóquio Internacional sôbre a Segurança dos Utensílios e Materiais Eletrônicos Portáteis e Móveis — Turim, 23 a 28 de outubro de 1967.

90) Reunião do Grupo de Trabalho sôbre Assistência Mútua e Desenvolvimento de Programas Nacionais da Comissão Oceanográfica Internacional (C.O.I.) — Paris, 19 a 28 de outubro de 1967.

91) OIT — V Sessão da Comissão Técnica do Centro Interamericano de Documentação e de Pesquisas em Matéria Profissional (CINTERFOR) — Maracay, 12 a 14 de outubro de 1967.

92) FAO — 42ª Sessão da Comissão de Produtos de Base — Roma, de 23 a 27 de outubro de 1967.

93) FAO — 49ª Sessão do Conselho — 30 de outubro a 2 de novembro de 1967.

94) FAO — 3ª Conferência da Campanha Mundial contra a Fome — Roma, de 30 de outubro a 3 de novembro de 1967.

95) FAO/OMS — 2ª Sessão do Comitê do Código sôbre Princípios Gerais do Programa Conjunto sôbre Padronização Alimentar — Paris, 16 de outubro a 20 de outubro de 1967.

96) FAO — XIV Sessão da Conferência — Roma, 4 a 23 de setembro de 1967.

97) RIT — Reunião sôbre segurança e higiene do trabalho, Genebra, novembro de 1967.

98) II Congresso Ibero-Americano de Direito Trabalhista e Seguro Social — Lima, 18 a 24 de novembro de 1967.

99) XXª Assembléia Mundial para a Saúde Mental — Lima, 26/11 a 1º/12 de 1967.

100) FAO — Seminário Internacional do Azeite de Oliveira — Peruggia e Spoleto, 6 a 25 de novembro de 1967.

101) FAO — 50ª Sessão do Conselho de 24 de novembro de 1967 — Roma.

102) V Conferência de Diretores de Escola de Saúde Pública — Buenos Aires, 19 a 24 de novembro de 1967.

103) OMM — 4ª Sessão da Comissão de Meteorologia Agrícola — Manila, de 15 a 29 de novembro de 1967.

104) II Conferência Regional da União Internacional Contra o Câncer — Santiago, 25 a 28 de novembro de 1967.

105) Xª Sessão da Comissão Florestal Latino-Americana — Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 4 a 9 de dezembro de 1967.

106) FAO — IIª Sessão do Grupo de Estudos sôbre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras — Roma, 14 a 18 de dezembro de 1967.

107) OIT — 6ª Sessão da Comissão Consultiva dos Empregados e dos Trabalhadores Intelectuais — Genebra, de 4 a 15 de dezembro de 1967.

108) XII Congresso Internacional de Pediatria — México, 1º a 7 de dezembro de 1967.

Além dos Congressos e Conferências acima relacionados, o Ministério das Relações Exteriores tratou de expedientes relacionados com outros certames internacionais, principalmente os de caráter não-governamental, que requereram credenciação, por intermédio das Missões diplomáticas nas cidades de realização, dos delegados indicados para representarem o Brasil.

Não foram também computadas as reuniões realizadas por órgãos técnicos das Agências Especializadas da ONU, que são atendidas por funcionários diplomáticos lotados nas Missões e Delegações junto a Organismos Internacionais, mas que mereceram especial atenção na elaboração de instruções específicas aos delegados indicados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nos contatos prévios mantidos com os órgãos interessados da Administração.

Contribuições Financeiras do Brasil

Dentro da linha imposta pela Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estabeleceu a política de estrita contenção de despesas, o Ministério das Relações Exteriores continuou a manter a orientação de eliminar de seu orçamento tôdas as contribuições a organismos internacionais não-governamentais, cuja atividade se vinha revelando de pouca utilidade para o Brasil.

Quanto aos organismos intergovernamentais, continuou a observar, nas instruções fornecidas às Delegações brasileiras, o princípio de que as contribuições não devem ultrapassar os índices percentuais estabelecidos pelas Nações Unidas.

Agência Internacional de Energia Atômica

O ano de 1967 trouxe para o Brasil novas perspectivas para a utilização pacífica da energia nuclear como instrumento eficaz e poderoso para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, houve grande participação de cientistas brasileiros nos simpósios, reuniões e conferências promovidas pela Agência Internacional de Energia Atômica, a fim de trazer para a comunidade científica nacional os últimos avanços no setor. Dentre as reuniões mais importantes que contaram com a presença de técnicos do Brasil podemos citar:

1. Reunião do Comitê Internacional de Dados Nucleares — Moscou, de 29 de maio a 1º de junho.

2. Reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* para a Revisão do Relatório sôbre os Recursos Mundiais de Urânio e Tório.
3. Curso Regional sôbre Perspectivas e Problemas das Aplicações da Energia Nuclear nos Países em Desenvolvimento — Santiago do Chile, de 4 a 8 de dezembro.
4. Simpósio sôbre Reatores de Água Pesada — Viena, de 11 a 15 de setembro.
5. Curso Internacional de Treinamento sôbre Tecnologia de Irradiação de Alimentos — em Michigan, de 16 de junho a 11 de agôsto .
6. Simpósio sôbre Física de Reatores Rápidos e Respectivos Problemas de Segurança — em Karlsruhe, de 30 de outubro a 3 de novembro.

No âmbito da Agência, verificou-se que o crescente ritmo de aproveitamento da energia nuclear por um número cada vez maior de países teria, inevitàvelmente, como conseqüência, o aumento das atribuições de salvaguardas da organização. Em tais circunstâncias, durante a XI Conferência-Geral, e mesmo nas reuniões da Junta de Governadores que a precederam, em junho e setembro, foi lançada a idéia de se proceder ao reexame da composição numérica do corpo de inspetores e das normas de aplicação de salvaguardas.

O ano de 1968 terá importância fundamental para o prosseguimento dos trabalhos da Agência Internacional de Energia Atômica. Êste organismo internacional, destinado a incentivar a utilização pacífica da energia atômica, bem como a zelar pela fiel observância para que materiais e equipamentos não sejam desviados para fins bélicos, torna-se cada vez mais essencial aos planos nacionais de desenvolvimento de regiões pobres.A posição brasileira na Agência tem-se caracterizado por uma ação vigorosa no sentido de

obter o máximo possível de assistência técnica e, ao mesmo tempo, evitar que se adote uma política de salvaguardas que possa prejudicar o desenvolvimento das pesquisas brasileiras no setor nuclear.

No plano internacional prosseguiram os estudos em diversos países mais adiantados no sentido de se construirem na próxima década super-regeneradores rápidos. O Brasil tem particular interêsse pelos reatores que utilizem tório como combustível, uma vez que nossas reservas de tal minério são bastante elevadas, e não há um levantamento perfeito de nossas reservas de urânio. Espera-se, no entanto, obter, a curto prazo, um conhecimento mais completo dessas reservas, em conseqüência dos trabalhos levados a cabo em Minas Gerais e no Maranhão.

A Delegação brasileira à XI Conferência-Geral da A.I.E.A. foi chefiada pelo Professor Uriel da Costa Ribeiro, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e seus demais membros foram: Subchefe-Embaixador Aluysio Guedes Regis Bittencourt; Delegados-suplentes: Professôres Paulo Ribeiro de Arruda e Luiz Cintra do Prado, Major-Brigadeiro Raphael Leocádio dos Santos e Primeiro Secretário Hélio da Fonseca e Silva Bittencourt; Assessôres: Segundo Secretário Luiz Antônio Jardim Gagliardi e Terceiro Secretário Roberto Gaspary Torres. O Brasil foi eleito para uma das vagas no Comitê Geral e pôde participar ativamente dos trabalhos da Conferência. O discurso do Chefe da Delegação brasileira foi muito bem recebido pela sobriedade dos têrmos e por demonstrar a esperança que o Brasil coloca no emprêgo pacífico da energia nuclear para seu desenvolvimento econômico e social.

A contribuição brasileira para o orçamento da Agência Internacional de Energia Atômica, no ano de 1967, correspondeu a 0,86% do montante total, ou seja US$ 75.616,00. A contribuição voluntária, destinada ao Fundo Geral, foi calculada na base do mesmo percentual aplicado ao total das

contribuições para 1966-1967, a saber US$ 1.161.667, correspondeu a US$ 17.200.00. Para o período 1967-1968, haverá pequena redução no percentual brasileiro pela entrada de novos membros, o qual passará a 0,85%, correspondente a uma contribuição de US$ 17.000,00.

Em cumprimento de sua função específica de negociar acôrdos de cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear com outros países, o setor competente do Itamaraty iniciou alguns contatos preliminares com vistas à consecução de acôrdos bilaterais naquele campo. Assim, face ao crescente interêsse pelo aproveitamento da energia nuclear como veículo de progresso no Brasil, bem como de integração continental, o Itamaraty, com prévia anuência dos setores internos competentes ligados à energia nuclear e à segurança nacional, fêz os primeiros contatos com a Argentina a fim de possibilitar que, em futuro próximo, seja negociado um texto de acôrdo. No mesmo contexto inserem-se os projetos de acôrdo com a Espanha e com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Com a Espanha já há um texto negociado e que deverá ser assinado no ano vindouro. A Comissão de Energia Atômica do Reino Unido ainda está examinando o texto submetido pelo Govêrno brasileiro.

O Acôrdo Brasil-Portugal, assinado em junho de 1965, foi promulgado pelo Decreto Legislativo nº 35, de 1967. O Acôrdo Brasil-Estados Unidos da América, assinado em julho de 1965, e que havia entrado em vigor por troca de notas em novembro de 1966, foi promulgado pelo Decreto nº 61.517 e publicado no *Diário Oficial* de 17 de outubro de 1967. O Acôrdo Brasil-Suíça, assinado em maio de 1965, foi encaminhado a plenário em 14 de novembro de 1967.

Durante o mês de maio de 1967, o Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, empreendeu visita a Israel e à França onde teve a oportunidade de manter entendimento com os governos dos dois países no sentido de obter colaboração técnica para as pes-

quisas brasileiras no setor do aproveitamento pacífico da energia nuclear. Com Israel houve ênfase na parte referente à irradiação de alimentos e sementes para a sua conservação; esterilização de insetos nocivos à agricultura; aplicação de radioisótopos, especialmente no setor da hidrologia para a localização e avaliação de recursos de águas subterrâneas; assistência na prospecção e beneficiamento de urânio; estudos sôbre reatores. Pelos têrmos da Ata, então assinada, ficou assentado que o Professor Israel Dostrowsky, Diretor-Geral da Comissão de Energia Atômica de seu país, viria ao Brasil, em data a ser fixada, para manter contato com as instituições científicas nacionais e iniciar a implementação da referida Ata.

Em Paris, o Embaixador Sérgio Corrêa da Costa manteve entendimentos com o Ministro Plenipotenciário da França, Jacques Martin, no sentido de obter a colaboração do Comissariado para a Energia Atômica (C.E.A.) para o estabelecimento de estudos conjuntos para a instalação no Brasil de reatores experimentais e de potência, sob o ângulo econômico e técnico; auxílio francês para a realização de projetos brasileiros destinados à fabricação da grafite e da água pesada; fornecimento de um conjunto de análise dos parâmetros multidimensionais, suscetíveis de completar a aparelhagem de experimentação associada ao acelerador linear em montagem no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. No tocante à prospecção de urânio, o Comissariado propôs-se a dar assistência valiosa ao pessoal científico bra-leiro, sob a forma de recursos financeiros, de material e pessoal.

Visitas de cientistas

1. No período de 3 a 6 de julho de 1967, estêve em visita ao Brasil o Professor Glenn T. Seaborg, Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos,

acompanhado do Senhor Herman Pollack, do Departamento de Estado, a fim de estudar as possibilidades de ampliação da cooperação existente entre a Comissão de Energia Atômica e a C.N.E.N.

O Professor Seaborg manteve contatos com cientistas brasileiros em São Paulo e no Rio de Janeiro, deixando clara a vontade de colaboração americana. Pelos têrmos da Ata das Conversações entre o Professor americano e o Presidente da C.N.E.N. ficou estabelecido que os dois países deveriam lançar-se em um programa conjunto para o estudo do aproveitamento do tório como elemento combustível, e os cientistas brasileiros poderiam dispor de instalações nucleares avançadas naquele país.

Outro ponto acertado durante a visita do Dr. Seaborg foi a designação de um Representante da USAEC junto à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, fato que virá a facilitar o entendimento entre as Comissões de ambos os países.

2. Em atendimento a convite oficial do Govêrno brasileiro, estêve em visita a São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, o Professor Israel Dostrowsky, Presidente da Comissão de Energia Atômica de Israel, acompanhado pelo Doutor Abraham Seroussi, Diretor-Geral do Departamento de Química do Instituto Weiszman. O escopo da visita foi determinar as possibilidades de cooperação entre entidades científicas israelenses e brasileiras voltadas para o aproveitamento pacífico da energia nuclear, especialmente no setor da aplicação de radioisótopos na hidrologia e conservação de alimentos. As promessas de auxílio feitas pelo Professor Dostrowsky limitaram-se ao campo estrito da assistência técnica, sem mencionar auxílio financeiro ou mesmo equipamentos. Entretanto, de grande importância para a expansão dos centros brasileiros em Piracicaba (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós) e em Campinas (Centro de

Tecnologia de Alimentos) serão os auxílios israelenses na parte de ciência do solo e imunização de alimentos.

Organização Internacional do Trabalho — OIT

As principais reuniões da Organização Internacional do Trabalho que contaram com a participação brasileira em 1967 foram as seguintes:

51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

Realizou-se em Genebra, de 7 a 30 de junho, com a participação de representações de 119 dos países-membros, por delegações tripartites, com um total de 1.335 participantes, entre delegados e conselheiros-técnicos, assim distribuídos: Delegações governamentais — 213 Delegados e 413 conselheiros técnicos; Delegações de empregadores — 105 delegados e 177 conselheiros técnicos; Delegações dos trabalhadores — 107 delegados e 220 conselheiros técnicos.

Entre os delegados figuravam 66 Ministros do Trabalho de diferentes países. Dois países enviaram observadores: Ilhas Maurício e República Popular da Mongólia. Compareceram também 31 observadores das Nações Unidas, agências especializadas e outras organizações intergovernamentais e não-governamentais.

A Delegação governamental do Brasil foi representada em tôdas as Comissões, num total de 9, a saber: a) Comissão de Reclamações e Comunicações (Dr. Ildélio Martins); *b*) Comissão de Cooperação Técnica (Dr. Fernando Cavalcânti Martins Abelheira e Secretário Sérgio Paulo Rouanet); *c*) Comissão de Aplicações de Convenções e Recomendações (Dr. Arthur Machado Paupério); *d*) Comissão de Trabalhadores Agrícolas (Dr. Daniel Queima Coelho de Souza); *e*) Comissão de Seguridade Social (Dr. Adelmo Monteiro de Barros); *f*) Comissão de Pesos Máximos (Dr. Luiz Siqueira Seixas); *g*) Comissão de Finanças (Secretário José

Nogueira Filho); *h*) Comissão de Resoluções (Dr. Daniel Coelho de Souza e Secretário José Nogueira Filho); *i*) Comissão de Regulamento (Dr. Adelmo Monteiro de Barros e Sr. Emanuel Massarani).

Participaram dos trabalhos em plenário:

Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho;

Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Embaixador A. F. Azeredo da Silveira; Ministro Fanor Cumplido Júnior, da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e Doutor Ildélio Martins, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

Foi eleito Presidente da Conferência o Senhor Getahon Tesema, Ministro de Assuntos Sociais da Etiópia. Como foi adotado o princípio da rotatividade de continente para a eleição, não houve qualquer dificuldade na eleição da Mesa da Conferência e para as Mesas das Comissões, ao contrário do ocorrido em 1966.

De acôrdo com a tradição, os trabalhos da 51ª Conferência Internacional do Trabalho foram abertos pelo Embaixador Morio Aoki, do Japão, Presidente do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho. Em seu discurso, o Embaixador Aoki ressaltou que a 51ª Conferência fôra convocada principalmente para a elaboração de um programa de ação para a intensificação das atividades de assistência aos países em desenvolvimento, de acôrdo com a necessidade dêstes de se industrializarem.

O Relatório do Diretor-Geral versou sôbre o fato de que a evolução econômico-social é marcada pelo florescimento de numerosos setores de atividades não-manuais (serviços sociais, serviços pessoais, educação, serviços recreativos, administração, bancos, seguros, comércio), cujo desenvolvi-

mento traz como conseqüência uma melhoria das condições de vida; uma diversificação de demanda de bens e serviços; uma maior procura de meios de diversão; e, como corolário, uma pressão crescente da população, que passa a exigir mais e melhores serviços. Ressaltou ainda que os trabalhadores não-manuais são aquêles que, de maneira particular, «detêm e deterão cada vez mais o saber indispensável ao progresso de tôdas as sociedades», o que representa, concluiu, «um dos fatos mais marcantes, que modificarão a fisionomia e a relação das fôrças do mundo do trabalho de amanhã».

Duzentos e quatorze participantes da Conferência discursaram sôbre o relatório do Diretor-Geral, entre os quais o Chefe da Delegação Governamental do Brasil, e os chefes das Delegações brasileiras de empregadores e trabalhadores.

O Chefe da Delegação governamental brasileira, Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, em seu discurso, ao comentar o pronunciamento do Diretor-Geral, expôs a doutrina do Govêrno brasileiro sôbre a matéria, que se baseia, afirmou, no conceito do humanismo social, «que significa, simplesmente, que o Homem é o centro e o objetivo de nossos esforços. Em outras palavras, o Homem é o ponto de partida e o resultado final». Ressaltou a importância das atividades de cooperação técnica desenvolvidas pela Organização Internacional do Trabalho, tendo manifestado a esperança de que a OIT estabeleça uma frutífera cooperação com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, com base nas relações operativas constantes da Resolução nº 2.152, da XX Assembléia-Geral.

Paralelamente ao Debate Geral, que ocupou o maior número de sessões plenárias, as diversas comissões técnicas reuniram-se e, de seu trabalho, resultou a adoção de diversos novos instrumentos internacionais, a seguir relacionados:

Adoção de um convênio internacional de trabalho e de uma recomendação a respeito do pêso

máximo de carga que pode ser transportada por um trabalhador;

Adoção de uma recomendação internacional de trabalho, a respeito do exame das reclamações dentro da emprêsa, e de uma recomendação sôbre as comunicações entre a direção e os trabalhadores dentro da emprêsa;

Adoção de um convênio e de uma recomendação a respeito das pensões de invalidez, de velhice e de sobreviventes;

Adoção de um projeto preliminar de recomendação sôbre a melhoria de condições de vida e de trabalho dos arrendatários, parceiros e categorias similares de trabalhadores agrícolas, assim como de uma resolução solicitando um estudo dos aspectos da reforma agrária relacionados com as atividades da OIT;

Discussão geral e adoção de uma resolução e conclusões sôbre «A OIT e a Assistência Técnica» e a contribuição da OIT para a industrialização dos países em vias de desenvolvimento;

Adoção do orçamento e escala de contribuições da OIT para 1968;

Exame de um relatório sôbre a aplicação pelos Estados-membros das normas da Organização;

Adoção de resoluções sôbre assuntos não incluídos na agenda, a saber:

— sôbre medicina do trabalho, enfermidades profissionais e adoção de medidas especiais para prevenir e combater o câncer profissional;

— sôbre cooperação internacional para o desenvolvimento econômico e social;

— sôbre a influência do rápido crescimento da população, nas oportunidades de formação profissional e de emprêgo e no bem-estar dos trabalhadores;

— sôbre a ação da OIT com relação aos trabalhadores emigrantes;

— condenação da discriminação racial com respeito ao emprêgo e à liberdade sindical praticada pela Rodésia do Sul;

— sôbre os pactos internacionais relativos aos direitos humanos e as medidas que deveria adotar a Organização com relação àqueles pactos.

Adoção de uma resolução a respeito da comemoração do 50º aniversário da OIT em 1969.

No decorrer da 51ª Conferência foram registradas dez ratificações de diferentes convênios, o que elevou para 3.302 o número total de ratificação de convênios da OIT. Com os novos instrumentos adotados na presente reunião, o número total de convênios internacionais de trabalho é de 128, e o de recomendações de 131.

Reuniões do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho

O Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho reuniu-se por duas vêzes em 1967, a saber: em fevereiro/março (168ª Reunião) e em maio/junho (169ª Reunião). Não sendo o Brasil membro do Conselho, pois seu mandato terminara em 1966, não pôde comparecer na qualidade de membro do órgão, tendo, no entanto, enviado dois observadores governamentais: o Ministro para Assuntos Econômicos Fanor Cumplido e o Secretário Jorge Carlos Ribeiro, ambos lotados na Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Durante a 168ª Reunião, foi reeleito o Senhor Morse para o cargo de Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, para um nôvo período de 5 anos. Foi adotado ainda o orçamento da Organização Internacional do Trabalho para o ano de 1968, segundo o qual as contribuições dos países-membros deverá ser rateada de acôrdo com escala de contribuições recomendada pela Comissão de Representantes Governamentais sôbre Questões Financeiras. Foi ainda apresentado pelo Instituto Internacional de Estudos Sociais o relatório anual de suas atividades, o qual foi apreciado pelo Conselho que se declarou satisfeito com o nôvo impulso dado, durante o ano de 1966, às atividades daquele órgão. Foi também apreciado pelo Conselho de Administração o relatório do Conselho do Centro de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico de Turim.

Foi examinada a Reclamação apresentada pela Associação dos Funcionários Federais do Estado de São Paulo (Brasil), relativa à aplicação da Convenção nº 81, sôbre a inspeção do trabalho. Inicialmente foi a reclamação considerada como passível de consideração quanto à forma da mesma. Depois de examinadas as respostas do Govêrno brasileiro, decidiu-se: *a*) tomar conhecimento do relatório; *b*) declarar aberto o processo iniciado no Conselho de Administração baseado na reclamação acima mencionada; *c*) remeter o dito processo à Comissão de peritos para a aplicação das convenções e recomendações, bem como tôdas as informações compiladas pelo Comitê, solicitando, ao mesmo tempo, à Comissão, que continue a estudar as questões levantadas com a reclamação, dentro do sistema de contrôle de aplicação de convenções e recomendações da OIT; *d*) solicitar ao Govêrno brasileiro o fornecimento de tôdas as informações suplementares sôbre a aplicação da Convenção nº 81, que julgue apropriadas, face ao presente relatório; *e*) encarregar o Diretor-Geral de informar o Govêrno brasileiro, a Organi-

zação e a parte reclamante, das decisões que venham a ser tomadas.

Finalmente decidiu-se que a próxima reunião do Conselho de Administração seria realizada em Genebra, em 2 e 3 de junho de 1967, e as Comissões do Conselho de 25 a 31 de maio de 1967.

A 169ª Reunião do Conselho de Administração reuniu-se em 2 e 3 de junho. Dessa sessão resultou a aprovação de vários documentos. Cumpre mencionar o relatório do Comitê de contribuições, uma vez que o mesmo não conseguiu chegar a qualquer conclusão sôbre a escala de contribuições para 1968. Foi recomendado pela Comissão que se continuassem os estudos sôbre o assunto, devendo os resultados serem encaminhados diretamente à 51ª Conferência Internacional do Trabalho.

O Brasil participou ainda das seguintes reuniões promovidas pela OIT em 1967:

Reunião Técnica Tripartida para as Indústrias de Madeira e do Mobiliário — Realizada em Genebra, de 11 a 22 de setembro. A Delegação brasileira foi integrada pelo Doutor Max do Rêgo Monteiro (Delegado governamental), Lydio Paulo Bettega e Fernando Jorge Fagundes Netto (Delegados patronais), Dalimar Severo e Rubens Silva (Delegados dos trabalhadores).

5ª Sessão da Comissão Técnica do Centro Interamericano de Documentação e de Pesquisas em Matéria Profissional (*CINTERFOR*) — realizada em Maracay, Venezuela, de 12 a 14 de outubro. A Delegação brasileira foi assim constituída: Robert Nicolaus Danemann, Diretor de Estudos e Pesquisas Sociais do SENAC; Italo Bologna, Diretor do Departamento Nacional do SENAI, Doutor José Luciano de Nóbrega Filho, Membro da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

6ª Sessão da Comissão Consultiva dos Empregados e dos Trabalhadores Intelectuais — realizada em Genebra, de 4 e

15 de dezembro. Foi a seguinte a Delegação brasileira: Delegação patronal: Nério S. W. Battendieri, Advogado do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria, Delegado; Exaltino José Marques de Andrade, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Delegado; Delegação dos trabalhadores: Antônio Arlindo Laviola, da Confederação Nacional das Profissões Liberais; Delegados; Zeuxis Soares Pessoa, Vice-Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, Assessor; Ruy Brito de Oliveira Pedroza, pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Agricultura, em Publicidade, nas Emprêsas de Crédito, em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos e da dos Transportes Terrestres. como Delegado; Delegação governamental: Dr. Marcelo Pimentel, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Convenções da OIT

No ano de 1967, não houve qualquer ratificação ou promulgação de Convenção da Organização Internacional do Trabalho. Já foram aprovados pelo Congresso Nacional os Instrumentos de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho nºs 1 e 3; quanto às Convenções, as de nºs 125 e 126 estão aguardando parecer da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, do Ministério da Agricultura, sendo que as de nºs 127 e 128 ainda estão aguardando o parecer da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Organização Mundial de Saúde — Organização Pan-Americana de Saúde — (OMS e OPAS)

A Organização Mundial de Saúde é representada nas Américas pela Organização Pan-Americana de Saúde, que

é o seu Escritório Regional. Portanto, todos os projetos da OMS no Brasil são executados por intermédio da OPAS.

Vários projetos de assistência e interêsse regional e nacional são co-patrocinados pelas duas organizações e acham-se em execução no território nacional. O Ministério das Relações Exteriores, em estreito contato com a Comisão de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde, tem trabalhado na coordenação das atividades da OMS e da OPAS no Brasil. O índice de expansão da assitência prestada pelas duas organizações ao Brasil é determinado pelo crescimento demográfico brasileiro, conforme a orientação geral da OMS/OPAS.

Em 1967, o Brasil participou das seguintes reuniões de OPAS e OMS:

XX Assembléia Mundial da Saúde

A XX Assembléia Mundial da Saúde reuniu-se em Genebra de 8 a 27 de maio de 1967. A Delegação brasileira foi assim constituída:

Chefe: Doutor Leonel Miranda, Ministro de Estado da Saúde;

Delegados: Achilles Scorzello Júnior, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde;

Murillo Bastos Belchior, Diretor-Executivo da Comissão de Assuntos Internacionais;

Manoel José Ferreira, Superintendente de Planejamento, Avaliação, Pesquisas e Programas Especiais.

A Assembléia elegeu para Presidente o Doutor V. T. Herat Gunaratne, do Ceilão, e para vice-presidentes os representantes do Irã, Japão, Camarões, Argentina e Hungria.

O Brasil fêz parte do Comitê de Credenciais e do Comitê Geral.

Dentre as 56 resoluções aprovadas pela Assembléia, cumpre salientar:

Resolução WHA/14 — Solicita aos Estados-Membros que incrementem os respectivos programas de erradicação da malária e ao Diretor-Geral que coopere com os Estados-Membros, aconselhando-os e incentivando as pesquisas para a extinção da moléstia, bem como uma revisão global na estratégia do combate à malária.

Resolução EHA/15 — Solicita aos Estados-Membros e Agências bilaterais que forneçam assistência técnica e financeira aos Estados onde a varíola é endêmica, principalmente em forma de vacinas congeladas, transporte e equipamento, e solicita ao Diretor-Geral que continue a elaborar o plano detalhado internacional de erradicação da varíola, incentivando a pesquisa.

Resolução WHA/20 — Estabeleceu a escala de contribuições para 1968, na qual o Brasil figura com o percentual de 0,85%.

Resolução WHA/21 — Adotou os idiomas russo e espanhol como línguas de trabalho da OMS, adoção que se fará gradualmente a começar pela XXIª Assembléia da Organização, em 1968.

Resolução WHA/23 — Aprova a construção de um prédio temporário, adjacente ao prédio da sede da Organização, a fim de poder atender, a curto prazo, as necessidades de aumento de espaço nos escritórios da Organização. Autoriza o Diretor-Geral a estudar a solução, a longo prazo, dos problemas de aumento de pessoal da Organização e conseqüente necessidade de expansão das instalações.

Resolução WHA/36 — Adota a emenda proposta pelo Brasil modificando o texto dos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, estabelecendo que o Conselho Executivo da Organização passa a ser composto de 30 membros e não de 24, como rezava o artigo nº 24 da Constituição, antes da modificação.

XVII Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, e XIX Reunião do Comitê Regional da Organização Mundial de Saúde, Port-of--Spain, Trinidad, de 2 a 12 de outubro de 1967

Dentre as 38 resoluções aprovadas, cumpre salientar:

Resolução nº 1: Apóia o ingresso da Guiana na Organização Pan-Americana de Saúde.

Resolução nº 2: Apóia o ingresso de Barbados na Organização Pan-Americana de Saúde.

Resolução nº 9: Reitera aos Estados-Membros a necessidade de intensificação dos esforços para a erradicação da malária, bem como solicita ao Diretor do Conselho que intensifique a cooperação com o Diretor-Geral da OMS na avaliação de estratégia global para a erradicação da malária.

Resolução nº 14: Recomenda aos Governos dos Estados--Membros que dêem prioridade especial aos programas de vacinação intensiva contra a poliomielite.

Resolução nº 21: Convida o Diretor a continuar as gestões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras fontes potenciais para o financiamento do programa de livros-texto para estudantes de medicina.

A contribuição financeira do Brasil à OMS e à OPAS, em 1967, de acôrdo com o sistema de quotas em vigor, montou, respectivamente, a:

US$ 452.990,00 e US$ 654.784,00

NCr$ 923.520,00 e NCr$ 1.344.992,00

Organização Meteorológica Mundial — OMM

No decorrer do ano de 1967, reuniu-se o *V Congresso da Organização Meteorológica Mundial*, em Genebra, de 3 a 28 de abril.

A representação do Brasil foi assim constituída:

Chefe: Professor Jesus Marden dos Santos, Diretor do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura;

Delegados: Engenheiro Leandro Riedel Ratisbona, Meteorologista Roberto Chaves Ferreira.

As instruções preparadas para a referida Delegação versaram, principalmente, sôbre os seguintes pontos, que constavam da Agenda:

a) apoio à emenda norte-americana no sentido de redução dos gastos com o secretariado da Organização e destinação das verbas liberadas ao aumento das pesquisas técnicas a cargo da Organização;

b) apoio ao candidato sueco à presidência do Congresso, e ao mesmo tempo apresentação da candidatura do Brasil ao Comitê Executivo;

c) a Delegação do Brasil deveria ter como normas de conduta evitar qualquer questão política no seio do Congresso, principalmente em relação à admissão de países não-membros da Organização das Nações Unidas, e ainda a suspensão ou expulsão, por motivos políticos, de países atualmente membros da Organização. O *forum* competente para o exame de tais medidas é, no entender do Govêrno brasileiro, a própria ONU, e não suas Agências Especializadas, de caráter eminentemente técnico, como a OMM;

d) quanto às emendas à Convenção da OMM, que seriam apresentadas, a Delegação do Brasil deveria, segundo as instruções que lhe foram dadas para cada caso, apoiar as que fôssem para o aprimoramento técnico da OMM e evitar as que tivessem qualquer conotação política.

O Congresso reuniu-se, conforme previsto a 3 de abril, em Genebra, tendo sido eleito presidente o Senhor M. A. Nyberg, Diretor do Serviço Meteorológico da Suécia.

Foram constituídas 3 (três) comissões: Comissão de Programas e Orçamentos, Comissão de Questões Técnicas e Comissão de Questões Gerais e Jurídicas, cujas presidências couberam respectivamente à Austrália, França e Nigéria.

Das 41 Resoluções do Congresso as mais importantes foram as que decidiram sôbre a Vigília Meteorológica Mundial, que seria integrada por um sistema mundial de observações, um de telecomunicações, um de processamento de dados, somando-se a tais sistemas um programa de pesquisas e um programa de ensino e formação profissional.

O Sistema Mundial de Observações será constituído pelas rêdes terrestres nacionais de observação de superfície e de altitude, pelas estações oceânicas fixas, estações de navios em rota, observação dos aviões, satélites, foguetes meteorológicos e balões de nível constante.

O Sistema Mundial de Telecomunicações foi concebido em 3 (três) níveis: *a*) circuito principal de telecomunicações; *b*) rêde regional de telecomunicações; e *c*) rêde nacional de telecomunicações. Brasília foi designada como um Centro Regional de Telecomunicações, situado sôbre o circuito principal do Hemisfério Sul, ligando-se com Washington.

O Sistema mundial de processamento de dados compor-se-á de 3 (três) Centros Mundiais: Moscou, Washington e Melbourne, além de um grande número de Centros Regionais. Na América do Sul foram indicados, pela situação geográfica 3 (três) centros: Buenos Aires, Brasília e Maracay. Quanto ao programa de pesquisas da Vigília Meteorológica Mundial, estabeleceu-se que se deveria criar um Programa de Ensino e Formação Profissional, destinado a formar um maior número de meteorologistas. Esta exigência já é parcialmente atendida no Brasil pelo Curso Superior de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Curso Médio na Escola Técnica Nacional e Cursos Médios e de Formação Profissional nos Serviços da Aeronáutica e da Marinha.

Emendas à Convenção da OMM

Entre as várias modificações introduzidas na Convenção da Organização Meteorológica Mundial, as mais importantes foram as que se seguem:

a) O número de Vice-Presidentes passou de dois para três;

b) Foi aberta a possibilidade de que certas atividades da Organização e direção de seus negócios, sejam decididas por correspondência, entre as reuniões do Congresso, quando isto se tornar necessário;

c) Poderá ser convocada, pelo Comitê Executivo, uma reunião extraordinária do Congresso;

d) O orçamento da Organização preparado pelo Secretariado, deverá, de agora em diante, ser examinado pelo Comitê Executivo antes de sua apresentação ao Congresso Mundial da OMM;

e) Os eleitos, do Comitê Executivo, passaram a ser 14; e

f) E' permitido, ao Comitê Executivo, o voto por correspondência.

Foram eleitos: para a Presidência da Organização o Senhor A. Nyberg (Suécia) e para a Vice-Presidência: W. J. Gibbs (Austrália), E. K. Fedorov (URSS) e N. A. Akingbehin (Nigéria).

O Professor Jesus Marden dos Santos foi escolhido para um dos 14 postos de *membro eleito* do Comitê Executivo da Organização Mundial de Meteorologia.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

A principal reunião da FAO de que participou o Brasil, em 1967, foi a *XIV Conferência*, realizada em Roma, de 23 de outubro a 24 de novembro.

As instruções que então foram dadas à Delegação brasileira resumem-se, fundamentalmente, em:

a) apoiar a nova política da FAO tendente a expandir as atividades relacionadas com a execução de projetos de desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos, com a conseqüente necessidade de reformulação das atividades que, presentemente, ainda se revestem de caráter estritamente assistencial;

b) salientar a relevância da agricultura no processo geral de desenvolvimento econômico e a necessidade de uma coordenação efetiva entre as atividades da FAO e os planos de desenvolvimento dos Estados-Membros;

c) promover a ampliação das atividades da FAO no setor da pesca, que oferece as melhores perspectivas de expansão a curto prazo;

d) promover a ampliação das atividades da FAO no campo do desenvolvimento da tecnologia da agricultura, em geral, e dos alimentos, em particular, e facilitar os projetos de transferência dessa tecnologia a países em desenvolvimento, devendo ser dada especial atenção às possíveis aplicações da energia nuclear para aumento da produtividade agrícola, conservação de alimentos e outros usos;

e) participar da formulação internacional de normas e padrões aplicáveis à redução e utilização de produtos agrícolas, em geral, e alimentos, em particular, com vistas a acautelar os interêsses da redução e exportação pelo Brasil e outros países em desenvolvimento, evitando o aparecimento de restrições que limitam os mercados de tais produtos.

Incluía-se, igualmente, como parte integrante das instruções, a *Carta de Brasília*, que contém as diretrizes básicas e gerais da política nacional de proteção agropecuária programa de objetivos e metas, instrumentos de execução, medidas prioritárias, programas e dados informativos essenciais para tôdas as regiões do Brasil. A Delegação brasileira foi orientada no sentido de harmonizar-se com as mencio-

nadas diretrizes, procurando promover e facilitar a consecução de seus objetivos e a execução das medidas planejadas.

A Delegação do Brasil deveria valer-se, outrossim, da apreciação geral constante do *Relatório da Delegação à XIII Conferência* e, em caráter subsidiário, das observações e sugestões dos respectivos relatórios parciais. Mantinha-se a linha geral seguida pelas instruções à Delegação do Brasil à 41ª Sessão do Comitê de Produtos de Base e 48ª Sessão do Conselho, acrescidas de emendas e atualizações devidamente especificadas.

No tocante ao Plano Indicativo Mundial para o Desenvolvimento Agrícola, a Delegação brasileira foi instruída no sentido de reiterar as críticas anteriormente formuladas, tendo em vista a aparente ausência de providências no sentido de se corrigirem as deficiências apontadas, especialmente as relativas à rigidez operativa da organização.

A relativa rigidez demonstrada pela Organização e a evidente dificuldade técnica de introduzir adaptações em um trabalho cuja realização dependeu da aplicação rigorosa de um plano metodológico, indicam a conveniência de modificação da tática empregada no exame do assunto.

A Delegação brasileira foi instruída, nessas condições, a dar menor ênfase à crítica da metodologia, que poderia ser realizada através da apresentação eventual e futura, pelo Brasil e outros países, de documentos de estudos com sugestões substantivas sôbre alterações dos métodos empregados na elaboração do Plano.

A Delegação atuaria no sentido de promover o exame do Plano no seio de órgãos especializados, que poderia ser a CCp ou órgão *ad hoc* com delegação de podêres da Conferência, a fim de concentrar e especificar os debates, permitindo às delegações dedicar tempo adequado ao exame dos vários aspectos. A representatividade do órgão importaria menos que a maior eficácia decorrente da limitação aos

mais interessados e aptos a contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho.

Relativamente ao Programa Mundial de Alimentos, orientou-se a Delegação do Brasil, consoante os princípios já enunciados na defesa dos seguintes pontos:

a) prioridade às medidas tendentes ao desenvolvimento econômico sôbre as de natureza puramente assistencial;

b) combate à fome através do desenvolvimento agrícola acelerado dos países interessados; limitação da importância percentual das operações ditas «de emergência», que, segundo indicam os resultados das projeções da FAO, poderão assumir proporções desmedidas, absorvendo grande parte da ajuda alimentar internacional, com sensível concentração geográfica de reduzido interêsse para a América Latina;

c) atenção aos efeitos, a longo prazo, da ajuda alimentar sôbre a produção e comercialização dos produtos agrícolas nos países em desenvolvimento;

d) preocupação com a multiplicidade de programas de desenvolvimento de finalidades semelhantes e com a multiplicação das contribuições brasileiras;

e) interêsse do Brasil em favorecer a concentração das operações de assistência multilateral ao desenvolvimento em alguns poucos órgãos devidamente coordenados, com a principal responsabilidade entregue àqueles que tenham atribuído adequada prioridade a projetos latino-americanos em geral e brasileiros em particular, especialmente o UNDP;

f) prioridade atribuída pelo Brasil ao abastecimento adequado do mercado interno, particularmente no relativo aos gêneros alimentícios de base, que não pode ser prejudicado por fornecimentos de ajuda ao exterior;

g) dificuldade da administração brasileira em integralizar a adoção parcelada de US$ 250.000 de arroz, conforme compromisso assumido com o PMA, em 1965.

No que respeita ao Programa de Requisitos para a Produção de Alimentos, a Delegação orientou-se pelos

princípios válidos para o Programa Alimentar Mundial, havendo-se especialmente recomendado que:

a) o nôvo programa não viesse a desestimular a expansão ou a criação da indústria de implementos agrícolas nos países em desenvolvimento;

b) o balanço de vantagens na proposta em exame seria nìtidamente favorável aos países que não têm condições ou dimensões de mercado para o estabelecimento de indústrias nesse setor. Para os demais, os efeitos a longo prazo seriam duvidosos;

c) seria lícito, no caso, prever crescente dependência da agricultura dos países em desenvolvimento da indústria dos países desenvolvidos;

d) a consideração isolada de aspectos vantajosos de projetos dentro do programa em aprêço justificaria a adoção do sistema por programas já existentes, ou seja a doação de implementos agrícolas ao UNDP ou PMA, para execução supervisionada pela FAO de projetos específicos de produção de alimentos;

e) parte dos fornecimentos de requisitos deveria ser encomendada aos países em desenvolvimento aptos a fornecê-los.

Relativamente aos Assuntos Constitucionais e Legais, a Delegação foi instruída no sentido de:

a) votar favoràvelmente à emenda ao Art. V-1., que aumenta para 34 o número de membros do Conselho (item 20 a);

b) apoiar a emenda norte-americana ao Art. VI, no sentido de permitir a cada Membro a designação de mais de um delegado suplente ao Conselho;

c) opor-se à emenda ao Art. VI-1, que altera a composição das Comissões de Pesca na área Marítima;

d) endossar a recomendação do Conselho no sentido de não alterar a Regra XII — 9 (a) sôbre o processo de eleição dos membros do Conselho.

A orientação formulada quanto aos itens de caráter eletivo constantes da agenda foi no sentido de:

a) apoiar a admissão de Barbados, Bulgária e Hungria;

b) apoiar, para eleição ao cargo de Presidente Independente do Conselho, a candidatura do Senhor Maurício Gemayel, do Líbano, ao qual já fôra prometido o voto brasileiro;

c) envidar esforços em favor da eleição, para o cargo de Diretor-Geral, do Doutor Hernán Santa Cruz, candidato do bloco latino-americano.

Relativamente ao Plano Indicativo Mundial, a Delegação, após formular críticas à metodologia aplicada, manifestou o ponto de vista de que o Plano Indicativo Mundial deveria basear-se nos princípios estabelecidos pela UNCTAD, a fim de ser coerente com as aspirações dos países em desenvolvimento, havendo-se mencionado, na oportunidade, o Relatório da 13ª Conferência da FAO, no sentido de que o PIM não deva ser mera projeção das suas tendências atuais.

Quanto à Ajuda Alimentar Multilateral, foi ressaltada a necessidade de proteger-se a agricultura dos países em desenvolvimento em face de possíveis efeitos negativos, ocasionados pelo impacto de programas de ajuda alimentar em larga escala. Manifestou-se, igualmente, interêsse pela hipótese relativa à participação dos países em desenvolvimento nos mencionados programas, como doadores de excedentes agrícolas, mediante financiamento internacional.

Relativamente ao preenchimento dos postos eletivos da Conferência, observaram-se os seguintes resultados:

1) na primeira sessão da Conferência, a Polônia foi eleita para a Presidência, e o Brasil, Quênia e Paquistão, para as Vice-Presidências;

2) quanto ao relevante aspecto da eleição do Diretor--Geral da FAO, a Conferência, em sessão plenária secreta, decidiu que o Diretor-Geral, Doutor Sen, não seria reelegível. Nessa oportunidade, o grupo latino-americano, integrado pelo Brasil, procurou, em face do reordenamento eleitoral subseqüente, reforçar a candidatura Santa Cruz. Malgrado o apoio maciço das delegações latino-americanas ao Dr. Santa Cruz, a Assembléia sufragou o representante dos Países Baixos, Dr. Boerma, chefe do Programa Mundial de Alimentos.

Com o apoio do bloco latino-americano, candidatou-se o Brasil a uma das vagas destinadas à América Latina no Conselho da FAO, para o período de janeiro de 1967 a novembro de 1971, logrando eleger-se por 98 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos anulados. Foram igualmente, eleitos, para as vagas destinadas à América Latina, Peru e Uruguai — para o período de novembro de 1967 a dezembro de 1970; e Colômbia e Costa Rica — para o período de janeiro de 1967 a novembro de 1971.

Foi o Brasil igualmente eleito pela 50ª Sessão do Conselho, para integrar o Comitê de Produtos de Base, tendo obtido o expressivo coeficiente de 33 votos. Também elegeram-se, na área da América Latina, Nicarágua, Argentina e República Dominicana.

O Brasil, igualmente, enviou representantes aos seguintes congressos e conferências internacionais:

1ª Sessão do Subcomitê sôbre Desenvolvimento da Cooperação com Organismos Internacionais relacionados com a Pesca (FAO). Roma, 25 a 28 de janeiro. Delegado: Eng. Agrônomo Haroldo Pereira Travassos, Diretor do Departamento de Serviços Básicos da SUDEPE.

Reunião do Comitê Diretor da Comissão Internacional de Epizootias. Paris, 22 a 27 de maio/67. *Chefe da Delegação*: Dr. José Freire de Faria — Veterinário do Minis-

tério da Agricultura e Presidente da Comissão Regional do O.I.E. para a América; *Delegados suplentes*: Dr. Jaime Moreira Lins de Almeida — Veterinário do Ministério da Agricultura e Delegado Permanente do Brasil junto ao O.I.E.; Dr. Augusto de Oliveira Lopes — Primeiro Vice-Presidente da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional; Tenente-Coronel Veterinário José Cândido Maes Borba — Chefe de Gabinete do Diretor de Veterinária do Exército.

Conferência «Água para a Paz». Washington, 23 a 31 de maio. *Chefe da Delegação*: General Afonso Augusto de Albuquerque Lima — Ministro do Interior. *Delegados*: Coronel Eng. José Luiz Ottoni de Carvalho; Engenheiro Newton Velloso Cordeiro; Eng. Pedro José Serra Ribeiro Soares; Engenheiro David Kitower.

Conferência Científica Mundial sôbre Biologia e Cultura de Camarões e outros Crustáceos (FAO). México, 12 a 24 de junho/67. Delegados: Professor Olintho de Silva — Chefe da Seção de Pesquisa do Departamento de Serviços da SUDEPE; Doutor Ernesto Tremel — Biologista do Centro de Pesquisas em Pesca do Estado de Santa Catarina; Doutor Getúlio de Souza Neiva — Biologista do Serviço de Pesca Marítima da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Conferência Mundial de Alimentos e Desenvolvimento para a Juventude Mundial (FAO). Canadá, de 11 a 16 de setembro/67. Delegado: Doutor João Napoleão de Andrade — Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e da ABCAR.

2ª Reunião do Comitê do Codex (Alimentação) sôbre Resíduos de Pesticidas. Haya, de 18 a 22 de setembro/67. Delegados: Doutor Diógenes da Silva Cardoso — Engenheiro Agrônomo, Chefe da Seção de Vigilância Fitossanitária do Ministério da Agricultura.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA FINANCEIRA

Bitributação Internacional

Prosseguindo na implementação da política adotada pelo Govêrno anterior de dotar o Brasil de uma rêde de acôrdos destinados a evitar a repetição de incidência de impôsto sôbre a renda gerada no Brasil e enviada a beneficiário residente num país exportador de capitais, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores, em íntima cooperação com o Ministério da Fazenda, efetuou no curso do ano de 1967 negociações com o Japão, Espanha, Portugal e Estados Unidos.

Com o Japão, a última fase de negociações culminou com a assinatura, em 24 de Janeiro de 1967, de acôrdo favorável ao Brasil, uma vez que estabelece que as reduções na cobrança do impôsto de renda brasileira sôbre rendimento transferido para o Japão reverterão em exclusivo benefício do investidor japonês, ampliando-lhe os estímulos para investir no Brasil. Foram acompanhadas as medidas complementares dêste Acôrdo, o qual, obtida a aprovação legislativa, teve seus instrumentos de ratificação trocados em 1º de dezembro de 1967. Os dispositivos do Acôrdo serão, em conformidade com o artigo 27, aplicados sôbre os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 1968.

As negociações com Portugal e Espanha, de caráter exploratório, revelaram-se altamente proveitosas, tendo-se aproximado os pontos de vista dos países em várias questões. Com os Estados Unidos da América foi possível

superar dúvidas que persistiam, através de novos entendimentos havidos entre técnicos brasileiros e americanos, entre 16 e 20 de outubro de 1967.

Obteve-se, além da assinatura do Acôrdo com o Japão, a assinatura dos acôrdos com os Estados Unidos em 13 de março de 1967 e com a Noruega, em 20 de novembro de 1967.

À luz da experiência colhida em matéria de bitributação, procedeu-se a um primeiro exame dos resultados, no que diz respeito a seus efeitos quanto à atração de novos capitais estrangeiros, em complemento aos esforços internos de mobilização de fatôres. Através dêstes estudos se pretende fundamentar a posição a ser adotada com relação a novos acôrdos.

No ano de 1967, retomaram-se igualmente as negociações com o Govêrno da Grã-Bretanha a fim de regulamentar, de forma convencional, a questão da bitributação em matéria de rendas auferidas por companhias de transporte aéreo e marítimo dos dois países. As negociações culminaram com a conclusão de um Acôrdo de Bitributação Setorial, formalizado por troca de notas em 1967.

Acôrdos de Garantia de Investimentos

Os efeitos benéficos do Acôrdo de Garantia de Investimentos, firmado em 6 de fevereiro de 1965 com os Estados Unidos, continuaram a manifestar-se no fluxo de capitais americanos destinados ao Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores prosseguiu no estudo da matéria, analisando tanto os problemas dos acôrdos bilaterais, como as soluções internacionais propostas, dentre as quais o esbôço de esquema do BIRD para a criação de uma Agência Internacional de Seguro para o Investimento.

XXIIª Reunião Anual Conjunta FMI-BIRD e instituições afiliadas

No campo financeiro merece menção especial a realização no Rio de Janeiro, entre 25 e 29 de setembro de 1967, da XXIIª Reunião Anual Conjunta dos Governadores do FMI-BIRD e instituições afiliadas.

A repercussão internacional desta Reunião, cujos trabalhos preparatórios couberam ao Ministério das Relações Exteriores, se deveu sobretudo à aprovação da Recomendação do Rio sôbre a Reforma do Sistema Monetário, a qual, reconhecendo finalmente as deficiências intrínsecas do atual sistema, dentre as quais ressalta o crescimento das reservas internacionais em ritmo incompatível com as necessidades da ampliação do comércio internacional, estabelece os princípios básicos do nôvo sistema de criação de reservas no FMI. Desta forma, será facultado pela primeira vez a um organismo internacional criar deliberadamente «moeda» de circulação internacional, fugindo às incertezas da produção de ouro ou do comportamento errático do balanço de pagamento dos países de reserva, e fazer distribuir as moedas de forma equitativa. A reforma também atende às reivindicações dos subdesenvolvidos, sobretudo, por reconhecer-lhes o direito de debater e aprovar medidas ligadas à «liquidez internacional» em condições de igualdade com os desenvolvidos.

Merece ser ressaltada ainda outra Recomendação aprovada na XXIIª Reunião Conjunta: a que solicita ao FMI e BIRD estudos sôbre a natureza das oscilações das receitas derivadas da exportação de produtos de base e sôbre os mecanismos para obter sua estabilização.

Conferência de Comércio e Desenvolvimento

Os preparativos para a II-UNCTAD se desdobraram, em matéria de financiamento, em três conclaves — a

2ª Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento e a 2ª e 3ª Reuniões do Grupo Intergovernamental sôbre Financiamento Suplementar — durante cujos debates foram identificados certos pontos que deverão ser analisados mais profundamente durante a II-UNCTAD, ou aferido seu grau de maturidade.

A 2ª Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento (de 4 a 19 de abril de 1967) foi altamente profícua para os países subdesenvolvidos, pois, conforme assinala o Diretor do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, alguns países desenvolvidos e subdesenvolvidos concordaram claramente quanto à insuficiência do volume da ajuda canalizada para os subdesenvolvidos e quanto à necessidade imperiosa, sob ameaça de retardar o processo de desenvolvimento das áreas não-industrializadas, de se atenuarem as condições da ajuda.

As duas reuniões do Grupo Intergovernamental sôbre Financiamento Suplementar (6/II/1967 a 17/II/1967 e de 30/XI/1967 a 10/XII/1967), convocadas para analisar os aspectos técnicos do estudo do BIRD sôbre o financiamento emergencial aos planos de desenvolvimento nas hipóteses de quedas inesperadas nas receitas de exportação, evidenciaram as dificuldades a serem ainda sobrepostas para a implementação de esquemas dêsse gênero.

Dentro do contexto da UNCTAD, o Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com os Ministérios competentes na matéria, procurou analisar os problemas financeiros, tomando como ponto de referência a peculiar dependência do Brasil e da América Latina em geral à ajuda externa, tendo em vista o temário proposto para a 2ª Conferência de Comércio e Desenvolvimento.

Financiamento da Integração Latino-Americana

Em continuação à XXIIª Reunião Anual Conjunta FMI-BIRD, realizou-se no Rio de Janeiro, entre 29 de

setembro e 3 de outubro de 1967, a 1ª Reunião sôbre as Implicações Financeiras da Integração Latino-Americana, cuja convocação ficara decidida em Viña del Mar (junho 1967), como decorrência lógica da decisão dos Presidentes dos Estados americanos em acelerar o processo de integração latino-americana. A reunião, de natureza programática, delimitou todo o campo financeiro a ser minuciosamente estudado, fixando-lhe, concomitantemente, um procedimento de execução. A reunião também analisou, em caráter preliminar, os principais elementos de natureza monetária e financeira que já dificultam, presentemente, o processo de integração, ou que surgirão na etapa acelerada da integração.

Fundo de Capital das Nações Unidas para Desenvolvimento

Institucionalizado o Fundo de Capital pela Resolução 2180 (XXI), o setor competente do Ministério das Relações Exteriores acompanhou as medidas necessárias para sua implementação, que se iniciaram no curso da XXIIª Assembléia-Geral das Nações Unidas. O Fundo de Capital se destina a imprimir novos princípios em matéria de ajuda financeira internacional, para permitir cooperação externa mais eficaz na elevação da taxa de crescimento dos países subdesenvolvidos.

Cooperação Financeira Bilateral

Prosseguiram ativamente os entendimentos com Governos de países industrializados dispostos a contribuir financeiramente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ressaltam os entendimentos com o Govêrno da República Federal da Alemanha, os quais permitirão, muito em breve, a conclusão de um Acôrdo sôbre Cooperação Financeira no valor aproximado de DM 50 milhões, além de abrir a perspectiva de um fluxo de ajuda financeira mais regular daquele país.

No campo da canalização bilateral de recursos do exterior para o desenvolvimento do país e, em especial, do setor agrário, merece destaque a assinatura em 5 de outubro de 1967 do 7º Acôrdo do Trigo entre os Estados Unidos e o Brasil, no montante de US$ 34 milhões.

POLÍTICA COMERCIAL

Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD

No decorrer de 1967, o Brasil participou de numerosas reuniões internacionais, ligadas direta ou indiretamente aos trabalhos de preparação da Segunda Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (II-UNCTAD), convocada para o período de 1º de fevereiro a 25 de março de 1968, em Nova Délhi. Foram elaboradas pelo Ministério das Relações Exteriores instruções às Delegações brasileiras às seguintes reuniões:

— II Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sôbre Financiamento Suplementar (Genebra, 6 a 17 de fevereiro);

— II Sessão do Comitê de Transportes Marítimos (Genebra, 21 de fevereiro a 8 de março);

— II Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento (Nova York, 4 a 19 de abril);

— XII Período de Sessões da CEPAL (Caracas, 2 a 13 de maio);

— II Sessão do Comitê de Produtos de Base (Genebra, 9 a 26 de maio);

— II Sessão do Comitê de Manufaturas (Genebra, 4 a 21 de julho);

— II Sessão do Grupo de Preferências (Genebra, 4 a 14 de julho);

— V Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 15 de agôsto a 8 de setembro);
— IV Reunião em Nível de Peritos da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) (Bogotá, 25 a 30 de setembro);
— Reunião Ministerial do Grupo dos 77 (Argel, 10 a 25 de outubro);
— III Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos sôbre Financiamento Suplementar (Genebra, 30 de outubro a 13 de novembro).

A primeira reunião realizada no âmbito da UNCTAD foi a *II Sessão do Comitê de Transportes Marítimos*, que se reuniu em Genebra entre 21 de fevereiro e 8 de março. As instruções à Delegação brasileira ressaltavam a necessidade de defesa dos pontos fundamentais tradicionalmente defendidos pelo Brasil com respeito ao assunto:

(i) reconhecimento da necessidade de expansão das frotas mercantes dos países em desenvolvimento, inclusive através de medidas de proteção que não devem ser consideradas como discriminatórias;

(ii) correção de certas práticas negativas das conferências de fretes que afetam as exportações dos países em desenvolvimento e reconhecimento do direito das frotas dêsses países de participarem das conferências em igualdade de condições com os membros de países desenvolvidos;

(iii) adoção de fretes especiais («promotional rates»), para criar condições de expansão das exportações dos países em desenvolvimento, assim como o estabelecimento de rotas com vistas a facilitar o acesso a novos mercados;

(iv) adoção de medidas destinadas a promover o estabelecimento de mecanismos de consulta entre embarcadores e armadores, tanto em base nacional quanto regional, a fim de permitir aos países em desenvolvimento participação mais ativa nas decisões que afetam as condições e os fretes do transporte marítimo;

(v) melhoria dos serviços portuários mediante ampliação de assistência financeira internacional em tal sentido.

De 4 a 19 de abril realizou-se, em Nova York, a *II Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento*. A Delegação brasileira foi instruída no sentido de pugnar:

(i) pelo aumento do volume da assistência financeira internacional;

(ii) pela melhoria dos têrmos e condições em que é concedida essa assistência, mediante taxas de juros mais baixas, maiores prazos de carência e amortização, «desvinculação» dos empréstimos bilaterais e mais rápida administração dos programas de ajuda;

(iii) pelo reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento a participarem das decisões a serem tomadas quanto ao problema da liquidez internacional, e pela vinculação entre qualquer aumento de liquidez e uma maior disponibilidade de recursos para fins de financiamento básico;

(iv) pelo prosseguimento dos estudos e discussões quanto a um esquema de financiamento suplementar, destinado a compensar os países em desenvolvimento por eventuais quedas de re-

ceitas de exportação que, por sua natureza ou duração, não possam ser objeto de medidas corretivas como o financiamento compensatório do FMI.

Sôbre êste asunto, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores preparou instruções específicas aos representantes brasileiros nas *II e III Sessões do Grupo Intergovernamental de Peritos* convocado pela UNCTAD para estudar proposta do BIRD em tal sentido; essas sessões se realizaram respectivamente de 6 a 17 de fevereiro e de 30 de outubro a 13 de novembro.

Em matéria de produtos de base foram elaboradas diretrizes de ação para a Delegação brasileira à *II Sessão do Comitê de Produtos de Base*, realizada em Genebra de 9 a 26 de maio. Nessa reunião deu-se continuidade à posição tradicionalmente seguida pelo Brasil quanto aos assuntos abordados — política de preços, acesso, estoques reguladores e diversificação — a qual visa à expansão de nossa receita de exportação de tais produtos e se fundamenta na defesa dos seguintes princípios:

(i) a política de preços de produtos de base deve ter como objetivo impedir a deterioração dos têrmos de intercâmbio entre êsses produtos e os bens manufaturados;

(ii) a ampliação do acesso aos mercados consumidores deve ser obtida tanto por meio de medidas de liberalização quanto através da organização dos mercados e da concessão de preferências gerais e não discriminatórias a manufaturas exportadas por países subdesenvolvidos;

(iii) os estoques reguladores são complemento útil aos acôrdos internacionais de produtos de

base devem poder influir no mercado e ser financiados internacionalmente;

(iv) os programas de diversificação não se devem limitar ao setor exportador ou à produção primária, mas considerar a economia como um todo e devem ser financiados internacionalmente.

As últimas reuniões realizadas no âmbito dos Comitês foram a *II Sessão do Comitê de Manufaturas* e a *II Sessão do Grupo de Preferências*, realizadas simultâneamente (a primeira de 4 a 21 de julho, a segunda de 4 a 14 do mesmo mês). Tendo em vista que no Grupo de Preferências se discutiriam os princípios e mecanismos de um sistema de preferências tarifárias a ser eventualmente estabelecido em favor das exportações de manufaturas e semimanufaturas dos países em desenvolvimento, a Delegação ao Comitê de Manufaturas foi instruída no sentido de procurar concentrar a consideração do problema da liberalização do comércio dêsses produtos no aspecto da remoção de obstáculos de caráter não-tarifário, tais como os aplicados sob alegação de «desorganização de mercados». As instruções ressaltavam, também, a necessidade de medidas destinadas a agir do lado da oferta, pela aceleração da industrialização e pela promoção comercial dos produtos manufaturados dos países em desenvolvimento.

Entre as reuniões que podem ser citadas como realizadas no contexto de preparação da II-UNCTAD está o *XII Período de Sessões da CEPAL*, (Caracas, 2-13 de maio), cujos trabalhos, embora abrangendo também outros assuntos, dedicaram substancial atenção à preparação da II-UNCTAD. Foi a XII Sessão da CEPAL, com efeito, o fôro onde já se esboçou a posição comum latino-americana para Nova Delhi, posição essa que seria posteriormente defi-

nida em tôda a sua extensão, quando da IV Reunião da CECLA em nível técnico, realizada em setembro.

Terminadas as reuniões dos Comitês, preparou o Ministério das Relações Exteriores as instruções à Delegação à *V Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento,* reunida em Genebra de 15 de agôsto a 8 de setembro. Tal sessão desempenhava as funções de Comitê Preparatório da II-UNCTAD, pois era a última a realizar-se antes da Conferência. Em seu decorrer procedeu-se ao exame dos relatórios dos Comitês e, sobretudo, à ultimação dos preparativos para a Conferência, pela adoção da agenda provisória (depois de árduas negociações entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos), pelo acêrto de medidas organizacionais diversas e pela identificação, com caráter informal e preliminar, dos «centros de gravidade» da II-UNCTAD, isto é, aquêles assuntos suficientemente amadurecidos para merecer atenção prioritária durante os trabalhos em Nova Délhi.

Realizou-se, em seguida, em Bogotá, de 25 a 30 de setembro, a *IV Reunião em Nível de Peritos da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA),* com a finalidade de preparar a posição comum a ser defendida pelo bloco regional latino-americano na Reunião Ministerial do Grupo dos 77 (marcada para outubro, em Argel) e na própria Conferência de Nova Delhi. Durante essa reunião, os países latino-americanos concertaram sua posição com respeito aos diversos temas incluídos na agenda provisória da II-UNCTAD, posição essa consubstanciada na chamada «Carta del Tequendama». Êsse documento acabou por incorporar, em sua maior parte, as teses constantes das instruções à Delegação brasileira.

O estágio culminante no processo de coordenação da posição dos países em desenvolvimento — os «77» — foi a Reunião Ministerial de Argel, realizada de 10 a 25 de outubro. Partindo dos três documentos de posição regional

— a Carta de Tequendama, a Declaração Africana de Argel e a Declaração de Bangkok, dos países asiáticos, os três grupos regionais unificaram uma orientação comum em relação ao temário da II-UNCTAD.

A Delegação brasileira exerceu papel de considerável importância nos trabalhos, inclusive pelo fato de o Brasil, na pessoa do Chefe de nossa Delegação em Genebra, deter o cargo de Presidente do Comitê de Coordenação que, criado pelo Grupo em 1966, havia realizado o trabalho de preparação da Reunião Ministerial, tanto do ponto de vista organizacional quanto do ponto de vista substantivo.

Após a Reunião de Argel, ocupou-se o setor competente do Ministério das Relações Exteriores da tarefa de preparação, em profundidade, da substância da posição do Brasil com relação aos temas da II-UNCTAD. Êsse trabalho feito no âmbito de um Grupo Interministerial especialmente convocado para tal finalidade, foi integrado por representantes dos Ministérios da Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Interior, Agricultura, Indústria e Comércio e Transportes. Foram fornecidos subsídios aos trabalhos dêsse Grupo, pela elaboração de estudos sôbre os diversos assuntos a serem considerados, bem como coordenadas e secretariadas suas atividades. As conclusões finais do Grupo serão posteriormente submetidas a uma Comissão de idêntica composição — mas em nível ministerial — e, uma vez aprovadas, servirão de subsídio à elaboração das instruções à Delegação do Brasil à II-UNCTAD.

Programa de ação para 1968

Todo o processo de preparação e negociação descrito acima culminará, em 1968, com a realização, entre 1º de fevereiro e 25 de março, em Nova Delhi, da II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (II-UNCTAD) na qual se procurará obter dos países desenvolvidos a aceitação de medidas nos campos de pro-

dutos de base, manufaturas, financiamento, invisíveis e transportes marítimos, os quais permitam uma reformulação das bases em que atualmente se vêm processando as relações econômicas internacionais, com o objetivo de adequá-las às necessidades dos países em desenvolvimento.

Já foram descritas acima tôdas as medidas advogadas pelo Brasil nesses quatro campos bem como o processo de elaboração das instruções para a Delegação do Brasil à II-UNCTAD.

Não há qualquer outra reunião dos órgãos permanentes da UNCTAD marcada para 1968, uma vez que se decidiu delegar à própria Conferência podêres para marcar as datas das futuras reuniões dos Comitês e da Junta. É certo, porém, que êsses órgãos realizarão sessões em 1968 para examinar os resultados da Conferência.

Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

O Ministério das Relações Exteriores participou ativamente, através da elaboração de instruções, e, em alguns casos, da presença de seus funcionários nas delegações, das seguintes reuniões do GATT realizadas no ano de 1967:

— Negociações relativas ao pedido de «waiver», feito pelo Brasil, das obrigações decorrentes do Artigo II do Acôrdo Geral, para aplicação imediata da nova Tarifa das Alfândegas: Genebra, novembro de 1966 a janeiro de 1967;
— VIII Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento: Punta del Este, de 16 a 20 de janeiro;
— VI Rodada de Negociações Comerciais (Rodada Kennedy): iniciadas em 1964 e encerradas a 30 de junho de 1967, em Genebra;
— IX Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento: Genebra, 26 e 27 de julho;

— X Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento: Genebra, de 6 a 8 de novembro;
— XXIV Sessão das Partes Contratantes: Genebra, de 9 a 24 de novembro.

Em 16 de outubro foram iniciadas as negociações para a recomposição da Lista brasileira de concessões às partes contratantes do GATT (Lista III-Brasil). Estas negociações foram precedidas de longo período de preparação da posição brasileira, do qual participaram, além do Itamaraty, outros órgãos governamentais interessados (Ministérios da Fazenda, da Indústria e do Comércio, e do Planejamento e Coordenação Geral, Conselho de Política Aduaneira e Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) e entidades de classe (Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria, e do Comércio).

O principal evento ocorrido no GATT durante o ano de 1967 foi, inegàvelmente, a fase final e o encerramento da Rodada Kennedy. As agendas das outras reuniões realizadas durante o ano dedicaram a maior parte de seus itens ao assunto e, mais particularmente, aos resultados das negociações para os países em desenvolvimento. A conclusão da Rodada Kennedy ensejou, também, a inclusão na Agenda da XXIV Sessão das Partes Contratantes de um item especial sôbre os problemas comerciais ainda pendentes de solução após aquelas negociações e o estudo de um plano de ação futura para dar ao GATT maior eficácia no trato dos problemas de comércio que afetam os países em desenvolvimento.

Programa de ação para 1968

No tocante ao GATT, dois assuntos deverão dominar as atenções das autoridades brasileiras no próximo ano: a conclusão das negociações para a recomposição da Lista III e a implementação das decisões da XXIV Sessão das Partes

Contratantes, durante a qual se passaram em revista as realizações do GATT até hoje e se estabeleceu um programa de atividades futuras.

Dentro do referido programa, o Brasil prosseguirá nos seus esforços tendentes a adaptar o Acôrdo Geral às necessidades dos países em desenvolvimento. Neste sentido, o objetivo fundamental será o de dar maior flexibilidade à aplicação da cláusula de nação mais favorecida. Além dêste objetivo, que afeta a filosofia mesma do GATT, o Brasil procurará obter a redução das barreiras não-tarifárias e a liberalização das políticas agrícolas dos países desenvolvidos.

Exportações brasileiras de têxteis de algodão

Êste assunto está ligado ao Acôrdo a Longo Prazo sôbre Têxteis de Algodão, firmado sob a égide do GATT.

O Acôrdo, negociado por iniciativa dos Estados Unidos da América, visa a disciplinar o comércio mundial de têxteis de algodão através de uma limitação «voluntária» das exportações dos referidos produtos por parte dos países signatários. O Brasil tem-se recusado a aderir ao referido instrumento, mas nem por isso tem deixado de sofrer-lhe os efeitos negativos, pois os Estados Unidos da América têm imposto restrições quantitativas às nossas exportações de têxteis de algodão para o mercado americano.

Daí a necessidade de freqüentes gestões e entendimentos com o Govêrno daquele país, a fim de obter maior acesso para os produtos da nossa indústria têxtil de algodão.

Comunidade Econômica Européia

Os esforços do Govêrno brasileiro para minimizar os obstáculos opostos pelos países-membros da CEE à colocação de produtos brasileiros nos seus mercados, têm-se desenvolvido não só junto à Comissão Executiva da Comunidade, em Bruxelas, mas também nos foros econômicos

internacionais, como o GATT, a UNCTAD e a OIC, cabendo ao setor competente do Ministério das Relações Extriores orientá-los e coordená-los.

Os maiores obstáculos às exportações brasileiras para a CEE são:

(a) preferências discriminatórias para produtos de base outorgadas pela CEE em favor dos países africanos a ela associados;

(b) política protecionista e mesmo de auto-suficiência seguida pela CEE em relação aos produtos agrícolas temperados e produtos agropecuários.

Além disso, cumpre mencionar as elevadas taxas internas incidentes sôbre produtos de interêsse do Brasil, como café e cacau, as quais são impostas por alguns países membros da CEE, embora independam do processo de integração.

O Ministério das Relações Exteriores continuará, em 1968, a buscar soluções para os problemas acima. A realização da II-UNCTAD oferecerá uma oportunidade para intensificar a ação brasileira, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, particularmente os latino-americanos. É evidente, porém, que tais esforços prosseguirão além da Conferência de Comércio e Desenvolvimento.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) foi criada pela resolução 2089 (XX), da Assembléia Geral, e sua estrutura foi definida através da resolução 2152 (XXI), do mesmo órgão.

O objetivo da UNIDO é prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento na solução de problemas ligados ao seu processo de industrialização.

A Organização, cuja sede é em Viena, começou realmente a funcionar no corrente ano quando se realizou, entre 10 de abril e 4 de maio, em Nova York, a I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial, principal órgão da UNIDO.

Essa reunião tinha por fim dar à UNIDO condições de operacionalidade, definindo seu programa de trabalho e sua estrutura funcional e aumentando seus recursos financeiros.

As instruções à Delegação do Brasil à referida reunião defendiam, em linhas gerais, a seguinte posição:

a) definição de áreas prioritárias de ação para a UNIDO;
b) concessão de recursos próprios à Organização;
c) descentralização administrativa com a criação de sedes regionais e de Comitês da Junta;
d) reafirmação da autonomia da UNIDO e de sua competência como órgão central na coordenação de tôdas as atividades da ONU no campo do desenvolvimento industrial.

Simpósio Internacional de Desenvolvimento Industrial

Realizou-se em Atenas (29 de novembro a 19 de dezembro) o Simpósio Internacional de Desenvolvimento Industrial, organizado pela UNIDO. O Simpósio permitiu um exame aprofundado do processo de industrialização dos países em desenvolvimento, fornecendo subsídios para a orientação das atividades futuras da UNIDO.

Ficou a cargo do Itamaraty e, em particular, do setor competente, definir as linhas gerais que deveriam orientar a Delegação do Brasil ao referido Simpósio, tendo em vista a nossa atuação na UNIDO.

Programa de ação para 1968

A única reunião da UNIDO já marcada para o próximo ano é a II Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial que deverá realizar-se em março e abril, em Viena. Seu objetivo será, principalmente, examinar os resultados do Simpósio de Desenvolvimento Industrial e, à luz dêsses resultados e dos dados recolhidos, elaborar um programa de atividades a longo prazo para a UNIDO.

PRODUTOS DE BASE

Café

Paralelamente às atividades rotineiras, vinculadas ao funcionamento do Convênio Internacional do Café, iniciaram-se em 1967 as negociações para a prorrogação do atual instrumento, que expira em setembro de 1968. Tornou-se necessário o início dos entendimentos no corrente ano, a fim de que haja tempo para a análise e ratificação das diversas emendas pelos diferentes sistemas legislativos nacionais, prèviamente ao prazo de extinção do atual Convênio.

O Convênio Internacional do Café, que tem sido firmemente apoiado pelo Govêrno do Brasil desde sua assinatura em 1962, consubstanciou-se em valioso mecanismo para o ordenamento dos preços no mercado internacional, a curto prazo. Contudo, como reverso da medalha, a existência de um convênio de quotas efetivo, tendendo a melhorar a situação de preços, incentiva a produção e cria pressões sôbre as próprias quotas. Logo, a um sistema de quotas eficaz devem necessàriamente corresponder dispositivos de ajuste efetivo da oferta global do produto à demanda mundial, a médio e longo prazo.

Neste sentido, e a fim de adaptar o atual instrumento às necessidades de longo prazo, constituiu-se na *rationale* da posição brasileira o fortalecimento do Convênio Internacional do Café, através da defesa da incorporação de emendas às cláusulas relativas a: *contrôle de produção, Fundo Internacional de Diversificação, contrôles de exportação* e *preferências discriminatórias*.

Iniciados em 1966 os debates para a prorrogação do CIC foram encetados, novamente, no corrente ano, com a primeira Reunião do Grupo de Alto Nível, de 17 a 28 de abril de 1967. O Grupo limitou-se a examinar os relatórios das Missões especializadas da Organização Internacional do Café, que visitaram a maioria dos países produtores, membros. Consistiu a tarefa do Grupo em identificar os critérios de elaboração dos estudos sôbre os países; solicitar ao Secretariado da OIC que escoimasse os trabalhos de referências inúteis aos seus objetivos e pedir a elaboração de um documento sinótico sôbre a situação cafeeira mundial. Desta primeira fase dos debates resultou extensa documentação de referência sôbre os diversos aspectos da economia cafeeira dos membros exportadores do Convênio.

Durante a IX Sessão do Conselho Internacional do Café, entre 31 de maio e 8 de junho de 1967, ficaram delineadas as principais posições dos países que integram a Organização Internacional do Café. Além da Colômbia, cuja posição muito se assemelha à do Brasil, podem ser identificadas, esquemàticamente, as posições originais dos seguintes grupos:

Consumidores: — apoio principal à consecução de um sistema eficaz de contrôle da produção;

— flexibilidade no tocante à revisão de quotas básicas:
— eliminação do sistema de mercados novos, à exceção dos países socialistas que defenderam sua manutenção;

América Central (FEDECAME): — a revisão das quotas básicas constituía-se no cerne das negociações para a renovação do Convênio;

— oposição ao sistema de ajuste seletivo de quotas;
— apoio à remoção dos obstáculos ao consumo, inclusive preferências discriminatórias;

— apoio à modificação do equilíbrio de poder na OIC, para garantir aos pequenos e médios produtores uma participação mais influente;
— posição favorável, mas tímida, relativamente à fixação de mètas de produção;

Grandes produtores africanos: — apoio à revisão das quotas básicas;

— apoio muito forte à seletividade;

Pequenos produtores africanos e asiáticos: — forte apoio à revisão das quotas básicas;

— relutância com relação a medidas de contenção da produção a longo prazo e oposição a contribuições compulsórias para o Fundo de Diversificação;
— certo apoio à modificação do sistema de votação existente na OIC.

É fácil avaliar, através dêsse delineamento esquemático, a difícil tarefa que coube ao Govêrno brasileiro, incontestemente o Membro produtor mais atuante na OIC, durante as negociações.

No período de agôsto a meados de dezembro, realizaram-se em Londres duas reuniões negociadoras: a X e a XI Sessões do Conselho Internacional do Café. Até o presente foram aprovados os seguintes itens, constantes da renegociação:

(a) *Quotas básicas*: Foram aprovadas as novas quotas básicas, cabendo ao Brasil 20.926.000 sacas sôbre um total global de 55.043.000, o que representa uma participação percentual no mercado de 38,02. Pelo nôvo Anexo A, treze países que produzem, atualmente, montante inferior a 100.000 sacas ficarão isentos do regime

de quotas básicas até atingirem aquêle montante. Sujeitam-se, contudo, ao sistema das quotas anuais e trimestrais de exportação; as novas quotas vigorarão por cinco anos, não estando sujeitas a revisão, como no passado.

(b) *Contrôles de exportação e de importação*: Através das emendas aos Artigos 44 e 45 e aprovação da Resolução 141 ficou substancialmente fortalecido o sistema de contrôles e diminuídas as possibilidades de violação aos dispositivos do Convênio sôbre a matéria. Com a Resolução 142, a Organização Internacional do Café ficou habilitada a evitar que surjam violações a quotas anuais, sob a alegação de *bona fide;*

(c) *Exoneração de obrigações*: A aprovação da emenda brasileira ao Artigo 60 do Convênio foi um dos progressos substanciais obtidos na renegociação, uma vez que não serão mais concedidas «exonerações de obrigações» políticas; desta forma, ficou abolido um dos principais artifícios para o não-cumprimento de quotas fixadas pelo Conselho;

(d) *Quota de exportação para 1967/1968*: Durante a X Sessão do Conselho Internacional do Café, foram fixadas as quotas anuais de exportação, montando a quota do Brasil, a 17.672.481 sacas.

Em janeiro de 1968, realizar-se-á nova Sessão do Conselho Internacional do Café, a fim de adotar decisão final sôbre as seguintes questões pendentes: (a) competência da Junta Executiva; (b) privilégios e imunidades; (c) seletividade; (d) obstáculos e preferências; (e) metas de produção; (f) mercados novos; (g) Fundo de Diversificação; (h) café industrializado.

O aumento das exportações brasileiras de café solúvel, que em 1963 montavam ao valor de 142 mil dólares e que

em 1967 deverão atingir o valor de 20 milhões de dólares, tem causado preocupação em alguns centros consumidores e oposição por parte dos Estados Unidos.

Até o presente, foram desenvolvidos intensos entendimentos bilaterais que se mostraram inconclusivos. O mesmo ocorreu durante a última Reunião do Conselho Internacional do Café. O assunto deverá ser examinado novamente em 1968.

Açúcar

Prosseguiram no decorrer de 1967 os entendimentos com vistas à reconvocação da Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar, que negociará um Acôrdo Internacional, em substituição ao atual, cujas cláusulas de caráter econômico não estão em vigor.

O assunto mereceu cuidadosa atenção durante os debates da III Sessão do Comitê Consultivo do Açúcar, realizada em Genebra no mês de março. Dada a falta de pontos-de-vista coincidentes em uma série de cláusulas essenciais a um Acôrdo Internacional efetivo que regulasse o mercado livre mundial, o Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sôbre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi instado a visitar Havana, Washington, Moscou e Bruxelas a fim de determinar as possibilidades de êxito de uma nova conferência negociadora. Após êsses contatos com os governos dos principais países exportadores e importadores, o Dr. Raul Prebisch apresentou relatório dessa sua viagem informando ter encontrado um ambiente bem mais favorável que o de 1965 para a conclusão de um Acôrdo Internacional. Em vista dêsses resultados auspiciosos, a Secretaria da Organização Internacional do Açúcar preparou um anteprojeto de Acôrdo Internacional, que foi submetido à consideração de um grupo de peritos em uma reunião pré-negociadora, em outubro, e na qual o Brasil estêve repre-

sentado. Analisados os principais aspectos do documento em aprêço, constatou-se, apesar do real progresso na maneira de enfocar as medidas necessárias para a estabilização do mercado dêste produto, que persistiam algumas divergências fundamentais sôbre determinados pontos essenciais a um futuro Acôrdo Internacional, tais como quota de exportação, acesso a mercados, contrôle de produção. Ainda que a grande maioria dos países se pronunciasse a favor da manutenção da convocação de uma conferência negociadora para abril de 1968, foi reconhecida a necessidade de o Secretário-Geral da UNCTAD retomar contato com alguns países-chaves naquelas negociações, com vistas a aplainar as divergências ora existentes.

O Ministério das Relações Exteriores, em estreita colaboração com o Instituto do Açúcar e do Álcool, participou, igualmente, de reuniões do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, quando foram examinadas a situação do mercado açucareiro mundial e suas perspectivas a curto e médio prazo, face à atual conjuntura de produção.

Graças a uma dinâmica política de vendas, o açúcar transformou-se em 1967, em têrmos de valor, no segundo produto de base de exportação do Brasil, com um total aproximado de 100 milhões de dólares. O mercado americano continuou a ser o mais importante para o Brasil, representando cêrca de 45% de nossa exportação global do produto que, em 1967, atingiu a cifra de 1 milhão de toneladas métricas.

Algodão

A conjuntura algodoeira mundial e a influência sôbre ela exercida pelas diversas políticas nacionais foram objeto de exame por parte da XXVI Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizada em Amsterdam, no período de 11 a 21 de junho de 1967.

A exemplo de anos anteriores, o Brasil se fêz representar na Reunião Anual do CCIA por uma Delegação composta por elementos do Govêrno e de entidades de classe, cuja atuação foi coordenada pelo Itamaraty.

Em estreito contato com o Ministério da Agricultura, Banco Central, CACEX, Confederações Nacionais do Comércio, Indústria, e Agricultura, bem como com o Instituto Agronômico de Campinas e Escola Superior de Agricultura «Luís de Queiroz», foram preparadas as Instruções para a Delegação do Brasil cuja atuação na Conferência orientou-se, primordialmente, no sentido de debate de problemas de interêsse para o algodão brasileiro, especialmente na área da comercialização e fretes marítimos.

Não obstante, cumpre reconhecer que em 1967 a conjuntura algodoeira internacional apresentou sensível melhoria, consubstanciada pelo progressivo restabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a procura mundial e expressiva redução dos grandes estoques acumulados em alguns países no correr das últimas temporadas.

Tal fato refletiu-se durante o ano em crescente fortalecimento das cotações do produto, sendo apenas de se lamentar que, em virtude do desincentivo ao plantio representado pelos baixos níveis dos preços internacionais nos anos precedentes, a nossa safra algodoeira tenha sido relativamente pequena, não tendo o Brasil tirado o proveito que seria de se desejar da melhoria verificada nas condições do mercado.

Sisal

O permanente desequilíbrio entre a oferta e procura mundial e a crescente deterioração das cotações internacionais de tôdas as fibras duras motivaram, no correr de 1967, uma série de entendimentos internacionais, tanto de caráter bilateral quanto multilateral, dos quais o Brasil participou

ativamente, na qualidade de segundo exportador mundial de sisal.

Em estreito contato com o Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, CACEX, Confederação Nacional do Comércio e Governos dos Estados da Bahia e Paraíba, coordenou o Itamaraty a atuação da Delegação do Brasil à Reunião dos países produtores de sisal e henequém, realizada em Roma, de 10 a 14 de julho de 1967 e à II Sessão do Grupo de Estudos da FAO sôbre Fibras Duras, realizada ainda naquela Cidade, no período de 19 a 22 de setembro de 1967.

Com decisivo apoio por parte do Brasil, negociou-se, no correr da última daquelas reuniões, a instituição de um esquema informal para a estabilização do mercado internacional de sisal e henequém, o qual deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 1968.

O referido esquema, que conta com a participação dos principais importadores e exportadores mundiais daquelas fibras, deverá conduzir, mediante o disciplinamento da oferta, a uma situação de melhores preços para o sisal, mitigando o grave problema econômico-social com que se defrontam no momento diversos Estados produtores do Nordeste brasileiro.

Cacau

Durante 1967, após o fracasso da II Conferência Negociadora de maio/junho de 1966, prosseguiram os entendimentos visando à conclusão de um acôrdo internacional para o cacau. Tais entendimentos constaram de três reuniões de consulta entre produtores e consumidores, em Genebra, além do importante encontro bilateral entre Gana e Estados Unidos da América, e duas reuniões, na África, da Aliança dos Produtores de Cacau, as quais se reuniram também às vésperas das reuniões de consulta em Genebra.

O encontro Gana-Estados Unidos, maior produtor e maior consumidor do produto, resultou na adoção de um Memorando por êsses países, o qual veio a receber o apoio quase que imediato da maioria dos produtores e consumidores, possibilitando a elaboração de um «Memorando de Entendimento» multilateral, que permitiu a convocação da III Sessão da Conferência Negociadora no mês de novembro de 1967.

A III Sessão da Conferência das Nações Unidas sôbre o cacau iniciou-se no dia 28 de novembro, sendo o principal tema da agenda o item relativo à conclusão de um acôrdo internacional para o produto, baseado em quotas de venda, faixa de preços e apoiado por um estoque regulador.

Não estando o cacau em superprodução, devendo, ao que tudo indica, ocorrer na atual safra um *deficit* de oferta da magnitude do da safra anterior, o principal objetivo dos países produtores é estabelecer um mecanismo que estabilize o preço dentro de uma faixa remunerativa ao produtor e de incentivo ao consumo. Dada a extrema sensibilidade do mercado cacaueiro, o estabelecimento, na atual conjuntura, de um estoque regulador, deverá ser altamente benéfico para os países exportadores. A posição que o Brasil defende nas negociações de um Acôrdo Internacional de Cacau é informada por sua orientação em matéria de comércio internacional de produtos primários.

Ferro

A exemplo do ano anterior, o Itamaraty deu especial atenção aos problemas da comercialização externa do minério de ferro, produto que vem adquirindo importância cada vez maior na pauta brasileira de exportação. Neste sentido, manteve estreito contato com o Ministério das Minas e Energia e com a Companhia Vale do Rio Doce, realizando várias gestões em apoio aos interêsses daqueles órgãos.

Tanto nos fôros específicos, quanto em reuniões sôbre problemas de comércio internacional de produtos de base, o Ministério das Relações Exteriores defendeu, em estreita consonância com os objetivos da política brasileira de exportação de minério de ferro, os interêsses e os pontos-de-vista dos órgãos diretamente responsáveis pela comercialização do produto.

Trigo

No correr de 1967 foi negociado o nôvo «Ajuste Internacional de Cereais» em substituição ao antigo «Acôrdo Internacional do Trigo» que, assinado em 1962, vinha sendo objeto de sucessivas prorrogações. Na Conferência Negociadora, realizada em Roma, no período de 12 de julho a 19 de agôsto, o Brasil se fêz representar por uma Delegação governamental que atuou sob a chefia do Itamaraty, e com a participação de representantes de outros órgãos federais.

O nôvo instrumento regulador do comércio internacional do trigo, que deverá entrar em vigor a 1º de julho de 1968, está sendo, no momento, objeto de exame por parte do Itamaraty e dos demais órgãos governamentais interessados na matéria, com vistas a se decidir sôbre o interêsse e a conveniência de o Brasil aderir ao nôvo Acôrdo.

Em 1967, a maior parte das compras brasileiras de trigo continuaram a ser feitas nos Estados Unidos da América e na Argentina, nossos tradicionais fornecimentos.

Em 5 de outubro de 1967, foi assinado, com os Estados Unidos da América, nôvo Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas, nos têrmos da Lei Americana nº 480 (PL-480). Prevê o nôvo Acôrdo o financiamento da venda e, em parte, do transporte para o Brasil de cêrca de 500.000 toneladas de trigo, num valor estimado de US$ 35.947,000,00.

A exemplo do VI Acôrdo, assinado em 23 de abril de 1966, o nôvo Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas diferiu fundamentalmente dos cinco anteriores por prever o paga-

mento em dólares e não em cruzeiros e em prazo de 20 e não de 40 anos. Não obstante, ao contrário do que ocorria em Acôrdos anteriores, poderá o Govêrno brasileiro dispor integralmente dos cruzeiros gerados pela venda do trigo no mercado interno, que, nos têrmos do Acôrdo atual, serão aplicados exclusivamente no setor agrícola, com especial ênfase em investimentos destinados à melhoria das condições de comercialização, armazenamento e movimentação de cereais.

Com a Argentina, as operações de compra de trigo tiveram seguimento dentro do quadro do Acôrdo Trienal assinado com aquêle país em 11 de novembro de 1964. Em vista do reduzido volume da safra tritícola argentina, em 1967 o volume básico de 1 milhão de toneladas, previsto no Acôrdo, não pôde ser integralmente adquirido, tendo sido efetivamente importadas cêrca de 600.000 toneladas. Em virtude da expiração do prazo de vigência daquele documento, acham-se em curso, no momento, entendimentos com vistas à eventual celebração de um nôvo Acôrdo, que permita ao Brasil continuar adquirindo na Argentina parcela substancial do trigo necessário ao atendimento das necessidades de seu consumo interno.

Com o Uruguai, foi assinado em 29 de março de 1967, um Acôrdo que prevê o fornecimento ao Brasil, nos anos de 1967, 1968 e 1969, de um mínimo de 30.000 e de um máximo de 150.000 toneladas de trigo, mediante entendimentos a serem mantidos pelas autoridades dos dois países no início de cada um daqueles anos. Não obstante, em virtude da reduzida colheita de trigo com que contou o Uruguai no ano em curso, insuficiente até para o atendimento das necessidades de consumo interno, em 1967 não puderam ser realizadas quaisquer operações no âmbito do nôvo Acôrdo.

Como órgão executor de política de diversificação das fontes de suprimento de trigo, formulada pela Junta Delibe-

rativa do Departamento de Trigo da SUNAB, o Itamaraty conduziu as negociações que levaram às compras pioneiras de trigo na Austrália, Espanha, Bulgária, Romênia e Hungria, o que, no caso dos três últimos países, bem como no da União Soviética, tem-se constituído em fator de notável incremento do nosso comércio com o Leste europeu, crônicamente bloqueado em virtude do «superavit» em favor do Brasil anteriormente existente nas contas-convênio mantidas com aquêles países.

Borracha

Realizou-se em São Paulo, de 16 a 21 de outubro, a XIX Assembléia Mundial do Grupo Internacional do Estudo da Borracha, primeira reunião internacional sôbre o produto que se celebrou no Brasil.

Na preparação dessa reunião, o Itamaraty recebeu valiosa colaboração da Superintendência da Borracha e de outros órgãos diretamente ligados à economia da borracha.

Integrando a Delegação brasileira à referida reunião, o Ministério das Relações Exteriores participou ativamente das deliberações tendentes a fortalecer o mercado mundial da borracha natural, hoje bastante deprimido, dada a competição do produto sintético. Produtor de borracha natural e sintética, o Brasil acompanha e apóia com o maior interêsse os esforços com vistas à estabilização do mercado de um produto vital para a economia de vários países em vias de desenvolvimento.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A — Setor Assistência Técnica

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aprovado na XXª Assembléia Geral da ONU, resultante da fusão do antigo Programa Ampliado de Assistência Técnica com o Fundo Especial, destinou ao Brasil, no biênio 1967/1968, recursos no montante de US$ 1,300,000 (um milhão e trezentos mil dólares). Posteriormente, por solicitação da Comissão Nacional de Assistência Técnica, a Missão do Brasil junto às Nações Unidas realizou gestões, conseguindo um aumento de US$ 200,600 (duzentos mil e seiscentos dólares) naquela dotação. No programa finalmente aprovado pelo Conselho de Administração do PNUD, em sua sessão extraordinária de 28 de novembro de 1966, foi concedida ao Brasil uma dotação total de US$ 1,516,340 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta dólares).

São os seguintes os títulos dos projetos, aprovados para serem executados no Brasil, em 1967 e 1968, pelas diversas Agências Especializadas e pela Assistência Técnica das Nações Unidas: Programa Regular da ONU (UNTA): programação e projeções econômicas, produtividade e desenvolvimento industrial, administração pública, desenvolvimento de recursos naturais e energia, população, planejamento físico e construção de habitações, transportes e comunicações; Organização Internacional do Trabalho (OIT): desenvol-

vimento de recursos humanos, desenvolvimento de instituições sociais; União Internacional de Telecomunicações: telecomunicações; Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO): instituições e serviços rurais, produção e saúde animal, análise econômica, estatísticas, desenvolvimento da pesca, produção e proteção de plantas, desenvolvimento florestal, nutrição; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO): planejamento educacional, treinamento de professôres, educação de adultos, hidrologia, pesquisa tecnológica, campanha de alfabetização; Organização Pan-Americana de Saúde (WHO): contrôle da poluição do ar e da água, serviços de laboratório nacional de vírus, serviço de saúde no Nordeste, reabilitação; Organização Meteorológica Mundial (WMO): meteorologia; Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA): física nuclear, engenharia e tecnologia nuclear.

As entidades beneficiadas com os projetos acima foram as seguintes: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Ministério do Trabalho, Comissão Intermunicipal de Contrôle do Ar e da Água, Instituto Oswaldo Cruz, Instituto de Reabilitação de São Paulo, Serviço de Meteorologia, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, Banco do Nordeste, Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana, Ministério da Agricultura, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Secretaria de Agricultura da Paraíba, Universidade de Santa Maria, Universidade de Pelotas.

B — Setor Fundo Especial

Ao terminar o ano de 1967, o Setor Fundo Especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aprovou, desde sua criação em 1960, o financiamento de dezessete projetos de pré-investimento para o Brasil, dos quais três já foram completamente executados — Estudos da Bacia do Rio São Francisco (Fase I), Levantamento do Potencial Hidrelétrico de Minas Gerais e Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Centro-Sul — um teve sua execução suspensa — Levantamento dos Depósitos de Salgema no Nordeste — onze estão em plena execução, e os demais em fase de elaboração dos respectivos Planos de Operações em início de execução.

São os seguintes os projetos brasileiros em execução em 1967: Escola Nacional de Florestas, Centro de Pesquisas e Tecnologia Alimentar de Campinas, Instituto de Engenharia Sanitária da Guanabara, Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, Desenvolvimento da Indústria Pesqueira, Estudos Hidrológicos do Pantanal Matogrossense (Plano de Operações assinado em 15/2/67), Estudos da Bacia do Rio São Francisco (Fase II) — (Plano de Operações assinado em 10/3/67), Desenvolvimento dos Serviços Meteorológicos do Nordeste (Plano de Operações assinado em 2/6/67), Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Sul (Plano de Operações assinado em 7/8/67) e Pesquisas do Sistema de Transportes no Brasil (Plano de Operações assinado em 13/4/67).

A dotação global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para os referidos projetos monta a US$ 15,067,243 (quinze milhões, sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três dólares), enquanto a contrapartida brasileira em bens pode ser avaliada em US$ 31,207,254 (trinta e um milhões, duzentos e sete mil, duzentos e cin-

qüenta e quatro dólares) e em espécie US$ 5,503,100 (cinco milhões, quinhentos e três mil e cem dólares).

São os seguintes os projetos já aprovados pelo Programa e cujos Planos de Operações estão sendo negociados e em via de serem assinados: Expansão dos Trabalhos sôbre Pesticidas do Instituto Biológico de São Paulo e Centro de Hidrologia Aplicada. A dotação global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para êsses projetos monta a US$ 1,994,200 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, duzentos dólares), enquanto a contrapartida brasileira pode ser avaliada em US$ 1,897,000 (um milhão, oitocentos e noventa e sete mil dólares).

Por outro lado, a Comissão Nacional de Assistência Técnica submeteu ao Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento solicitações de financiamento do Fundo Especial para os seguintes novos projetos: Diversificação Agro-Industrial da Região da Mogiana (Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana), Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio Grande do Sul — «Projeto Oswaldo Aranha» — (Universidade de Santa Maria), Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa de Ciências Básicas (Universidade da Bahia), Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado da Bahia (Govêrno da Bahia), Centro de Desenvolvimento das Indústrias Florestais na Amazônia (Ministério do Interior), Centro Interamericano de Saúde (Ministério da Saúde), Centro de Expansão dos Trabalhos sôbre Produção Animal (Instituto de Zootécnica do Estado de São Paulo), Rêde Interamericana de Telecomunicações (Ministério das Comunicações), Recursos Minerais do Estado da Bahia (Govêrno da Bahia) e Centro Brasileiro de Produtividade (Ministério da Indústria e Comércio).

Numa estimativa muito preliminar, sujeita a reavaliação, o valor do financiamento acima monta aproximadamente a

US$ 10,682,730 (dez milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta dólares)..

Além dêsses projetos, já foram apresentados e estão sendo considerados pelo Fundo Especial os seguintes pedidos brasileiros de assistência técnica: Centro de Treinamento em Telecomunicações (Ministério das Comunicações), Centro de Higiene e Segurança do Trabalho (Ministério do Trabalho), Ensino Agrícola (Ministério da Agricultura — Universidade Rural), Centro de Planejamento e Construção de Habitações (Ministério do Interior — Banco Nacional de Habitação), Pesquisas de Carvão (Plano do Carvão Nacional), Centro de Pesquisas do Babaçu (Govêrno do Maranhão), Engenharia Agrícola (Ministério da Agricultura) e Aperfeiçoamento do Trigo Nacional.

Também numa estimativa preliminar, igualmente sujeita a reavaliação, calcula-se que o financiamento para êsses projetos será da ordem de US$ 12,930,968 (doze milhões, novecentos e trinta mil, novecentos e sessenta e oito dólares).

Com o aumento da contribuição voluntária do Brasil, em 1968, ao Setor Fundo Especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é de se esperar que o número de projetos brasileiros aprovados pelo Conselho de Administração seja grandemente ampliado, estando, desde já, em fase final de elaboração os seguintes pedidos, além dos dois projetos regionais — Rêde Interamericana de Telecomunicações e Centro Interamericano de Saúde — Diversificação Agroindustrial da Região da Mogiana, Centro de Planejamento e Construção de Habitações, Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa de Ciências Básicas, Desenvolvimento da Zona Oeste do Rio Grande do Sul e Aperfeiçoamento do Trigo Nacional. Conta-se ainda com a possibilidade de, para aquêles projetos que embora estando totalmente elaborados não logrem ser aprovados durante o ano de 1968, a concessão de alocações preliminares, para o imediato início das operações do projeto.

Organização dos Estados Americanos

No setor da cooperação técnica da OEA destaca-se a aprovação, em 4 de dezembro, do Centro Interamericano de Adestramento em Comercialização — Projeto nº 216 —, surgido da reformulação do Projeto nº 105, de acôrdo com as recomendações da V Reunião Anual do Comitê Interamericano e Social (CIES) da OEA, quando foram incluídos recursos no Programa e Orçamento do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento (FEAD), correspondentes ao ano fiscal de 1º de julho de 1967 a 30 de junho de 1968, no montante de US$ 100.000 (cem mil dólares), para financiar a criação e instalação, em 1968, do mencionado Centro, sob a orientação e responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas. De um modo geral, o Projeto nº 216, tem por objetivo melhorar as técnicas de circulação de bens na América Latina, graças a um maior conhecimento e aplicação das modernas técnicas de comercialização.

Quanto à cooperação multilateral da OEA vale ressaltar as gestões relativas à criação de novos projetos integrados de assistência técnica, com a colaboração de países da Europa Ocidental, a saber, o Escritório de Desenvolvimento Rural do Projeto Norte Fluminense, solicitado pela Fundação Antunes, e que ainda se encontra em fase de negociações, devendo ser executado, se concretizado, pela OEA com a cooperação técnica e financeira do Govêrno da Itália. Ainda em colaboração com os países extracontinentais, dentro do Programa Especial de Adestramento, a OEA financiou um grande número de bôlsas-de-estudo na França, Dinamarca, Holanda, Israel e Bélgica, destacando-se os cursos de Promoção de Exportações, especialmente o de Exportação de Bens Manufaturados para Pessoal Diplomático, Consular e do Setor Comercial, cuja finalidade é a capacitação de funcionários do serviço exterior de países latino-americanos, que exerçam ou venham a exercer funções relacionadas com a promoção de exportações.

Assistência Técnica Bilateral

Os programas bilaterais de assistência técnica ao Brasil, por parte dos Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha, França, Países Baixos, Japão e Israel, que são os principais países a fornecer cooperação ao nosso país no campo do desenvolvimento sócio-econômico, foram executados de maneira satisfatória durante o ano de 1967.

Com o Govêrno norte-americano, através da «Commodity Credit Corporation», dentro do Programa «Alimentos para a Paz», foram assinadas 3 (três) autorizações de transferência, num total de US$ 8,022,400 em doações de produtos (trigo, bulgor, aveia, leite em pó, óleos vegetais, milho), beneficiando os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro bem como a Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Por outro lado, vale ressaltar que prosseguiram as doações de leite em pó para a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, de conformidade com o contrato OGSM-16, assinado entre o Ministério da Educação e Cultura, o Govêrno do Brasil e a «Commodity Credit Corporation». Prosseguiram, igualmente, as atividades do Programa dos «Voluntários para a Paz», que atuam nos campos da saúde, desenvolvimento comunitário, agricultura, merenda escolar, construção de casas populares, etc., e cujo número vem crescendo progressivamente, alcançando, em 1967, um total de aproximadamente 650 voluntários na Amazônia, Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

A assistência técnica alemã, no quadro do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, expandiu-se bastante em 1967 e, além da execução dos projetos iniciados em anos anteriores, foram assinados dois novos Convênios Complementares ao referido Acôrdo Básico, a saber: Sétimo Govêrno Complementar relativo ao envio de um grupo alemão para o planejamento básico hidráulico do

Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, firmado em 25 de janeiro de 1967; o Oitavo Convênio Complementar sôbre a ampliação da Escola Técnica Tupy, de Joinville, em Santa Catarina, firmado em 28 de fevereiro do mesmo ano. Além disso, foram firmados ajustes relativos: 1) à tecnologia de alimentos, em 20 de outubro, pelo qual o Govêrno alemão concordou com a proposta do Govêrno brasileiro no sentido do envio ao Ministério da Agricultura do Brasil de um especialista no setor da tecnologia de alimentos; 2) à Estação Experimental do Ministério da Agricultura, em Curitiba, em vigor a partir de 13 de outubro, pelo qual o Govêrno alemão concordou em enviar ao Brasil especialistas agrícolas à referida Estação; 3) a especialistas no setor agrícola, de 18 de setembro, pelo qual o Govêrno alemão enviará ao Brasil quatro especialistas no setor agrícola, pelo período de dois anos, os quais terão a tarefa de prestar serviços de assessoria e assistência às organizações de Extensão Agrícola ASCAR (no Rio Grande do Sul), ACARESC (em Santa Catarina) e ACARES (no Espírito Santo).

A cooperação técnica e científica francesa desenvolveu-se satisfatòriamente, cumprindo destacar a assinatura do Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, a 16 de janeiro, durante a realização da Iº Reunião da Comissão Mista Franco-Brasileira, fato êste que constituiu mais um passo para a institucionalização das relações de cooperação técnica entre os dois países. A entrada em vigor do Acôrdo em aprêço facilitou o aparecimento dos recursos das organizações francesas, de forma racional e adequada aos planos nacionais de desenvolvimento econômico. Para êsse fim, foi prevista a extensão da competência da Comissão Mista, criada pelo Convênio Cultural de 1948, às atividades exercidas no quadro do Acôrdo de Cooperação Ténica e Científica, com o objetivo de atender às necessidades de programação global e de estimular a expansão da capacidade produtiva em diversas áreas do país. De outro

lado, prosseguiram as concessões de bôlsas-de-estudo, patrocinadas por entidades francesas, e as doações de equipamento a instituições brasileiras, destacando-se entre as beneficiadas: o Instituto de Pesquisas Hidráulicas de Pôrto Alegre, o Instituto de Energia Atômica de São Paulo, a Escola de Engenharia de Recife, a Universidade Católica do Rio de Janeiro e outras de igual relevância.

A negociação do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com os Países Baixos não pôde ser concluída em 1967, por falta de um pronunciamento definitivo das autoridades neerlandesas ao projeto brasileiro. Isso não impediu, no entanto, que a cooperação econômica e técnica do Govêrno holandês ao Brasil tomasse grande impulso no decorrer do ano, destacando-se a doação de equipamentos para o hospital mantido pela Fundação Assistencial da Paraíba, em Campina Grande, no contexto do programa de cooperação técnica entre os dois países. De outro lado, iniciaram-se os entendimentos sôbre a eventual prestação de assistência técnica holandesa ao Departamento dos Correios e Telégrafos, no sentido da reorganização dos serviços postais brasileiros.

Do dia 3 a 8 de maio, as Delegações do Govêrno do Brasil e do Govêrno de Israel realizaram conversações no âmbito do «Acôrdo Básico de Cooperação Técnica», de 12 de março de 1962. No decorrer dessas conversações, ambas as Delegações examinaram a possibilidade de um tratamento programático, a ser empreendido conjuntamente pelos dois países, com vistas à elaboração e à execução de um projeto de desenvolvimento econômico e social integrado no Estado do Piauí, em estreita cooperação e no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, a cargo da SUDENE, o que resultou da assinatura, a 4 de setembro, do convênio, entre os dois Governos, relativo a um Projeto de Irrigação a ser executado no Estado do Piauí, na área localizada entre as cidades de Floriano e Nazaré, ao longo da BR-230. Além disso, prosseguiu o sistema de concessão de bôlsas-de-estudo,

em cooperação com a OEA, para o aperfeiçoamento em Israel de técnicos brasileiros indicados pelos órgãos governamentais interessados.

O Govêrno do Japão concedeu em 1967, como nos anos anteriores, um grande número de bôlsas-de-estudo para aperfeiçoamento de técnicos brasileiros no Japão; continuou a prestar assistência a diversas entidades, como, por exemplo, ao Centro de Treinamento Técnico para as Indústrias Têxteis, do Recife. De outro lado, cumpre destacar a vinda ao Brasil da Missão Especial Japonêsa à América Latina, chefiada pelo Senhor Ataru Kobayashi que em outubro se entrevistou com o Presidente da República, quando então foram discutidos assuntos ligados à cooperação econômica e técnica. Além disso, no mês de outubro também foi assinado um convênio entre o Instituto de Medicina Tropical da Universidade Federal de Pernambuco e o Govêrno japonês, tendo em vista a prestação de assistência japonêsa a êsse Instituto.

A cooperação técnica da Dinamarca, de conformidade com o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica de 25 de fevereiro de 1966, tem aumentado sensìvelmente, cumprindo ressaltar que o Govêrno dinamarquês está preparado para considerar socilitações relativas à colocação de técnicos individuais dinamarqueses no Brasil, em certos campos de especialização — Silvicultura, Pecuária e Cooperativismo, por exemplo. Com referência à execução do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica destacam-se os entendimentos para concessão de bôlsas-de-estudo; principalmente no setor da promoção de exportação, beneficiando os serviços de promoção comercial do Itamaraty e a CACEX.

Quanto à coperação técnica da Grã-Bretanha, foram concluídas negociações com a Embaixada britânica sôbre o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, faltando apenas a assinatura do mesmo. Concomitantemente, realizaram-se os entendimentos sôbre dois importantes projetos que contarão

com a assistência técnica britânica, a saber: 1) criação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Oeste (IPEAO), em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso; e, 2) instalação, em Belo Horizonte, de uma Escola Técnica de Laboratório junto à Universidade Federal de Minas Gerais. Cumpre destacar que o início dêsses dois projetos está na dependência da assinatura do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica.

No que diz respeito à cooperação técnica de Portugal, o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 31, de 30 de junho, o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, concluído em Lisboa, a 7 de setembro de 1966. Tendo em vista intensificar o intercâmbio técnico-científico com Portugal, o Itamaraty se prontificou a financiar a ida de técnicos brasileiros em cooperativas a uma Reunião Técnica sôbre Cooperativas, realizada em Lourenço Marques, no mês de agôsto. De outro lado, vale ressaltar a colaboração técnica prestada pelo Centro de Investigações das Ferrugens do Cafeeiro, localizado em Oeiras, Portugal, ao Instituto Agronômico de Campinas nas pesquisas da moléstia da ferrugem.

O Govêrno italiano, em colaboração com a Organização dos Estados Americanos, dentro do projeto integrado de assistência técnica da OEA, mostra-se inclinado a financiar o Projeto Norte-Fluminense, solicitado pela Fundação Antunes. A firma ITACONSULT deverá ser incumbida da execução do projeto; nada há resolvido, no momento, sôbre o número de técnicos, época de início dos trabalhos e duração dos encargos.

Com referência à cooperação técnica austríaca, no início do ano em curso chegaram à Áustria, para preparo e instrução, 20 (vinte) jovens aprendizes brasileiros que foram alojados pelo Movimento Austríaco dos Jovens Trabalhadores, de acôrdo com os entendimentos mantidos pela Associação Provincialata-Irmãs Escolares de Nossa Senhora, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, com aquela

entidade austríaca. As despesas de preparo e instrução com êsses jovens são cobertas, em mais da metade, pelo fundo de ajuda austríaca aos países em desenvolvimento, enquanto o restante é pago pelo Movimento Austríaco dos Jovens Trabalhadores. Cumpre notar que as autoridades competentes esperam que êsse projeto, que corresponde também aos anseios da «Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso (CIAP)», instituída pela OEA, no campo da ajuda ao preparo na América Latina, propicie aos aprendizes brasileiros, experiência necessária à sua futura carreira.

Com a Espanha, prosseguiram as negociações para o fornecimento de assistência técnica espanhola relativa ao projeto de criação do Centro Latino-Americano para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento. No setor de bôlsas-de-estudo, a Escola Nacional de Administração Pública de Alcalá de Henares realizará, no próximo ano, o IV Curso de Direção na Administração Pública, tendo o Itamaraty comunicado o oferecimento à Fundação Getúlio Vargas. De outro lado, vale ressaltar a assinatura, em Madrid, a 10 de outubro, do «Protocolo de Cooperação Técnica Brasileiro-Espanhola», pelo qual ficou estabelecido o início das negociações relativas à conclusão de um «Acôrdo Básico de Cooperação Técnica», cujos entendimentos iniciais já estão em andamento.

Prosseguiram os entendimentos para a ampliação da cooperação técnica com a República da China, tendo em vista chegar-se a um Acôrdo de Cooperação Técnica com as autoridades chinesas, o que permitirá obter para o plano de desenvolvimento do Nordeste os benefícios da excepcional experiência agrícola alcançada pela República da China.

Os entendimentos iniciados em 1965, com a Austrália, para a conclusão de um Acôrdo de Cooperação no Campo da Melhoria de Pastagens e Cultivos Forrageiros, não puderam ser concluídos em 1967, por não disporem os órgãos australianos competentes de recursos para financiar parte dos

estágios dos técnicos brasileiros. Resolveu, então, o Itamaraty, em 1966, dentro da programação do Plano Itamaraty-I (de desenvolvimento econômico das fronteiras sul e oeste do país) enviar às suas expensas um grupo de engenheiros agronômos do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, havendo as autoridades australianas preparado dois programas de estudos para os estagiários, que, no entanto, só viajarão em 1968.

Prosseguiram em 1967 os entendimentos com o Govêrno da Suíça para a assinatura de um acôrdo de cooperação técnica e científica e, embora o assunto ainda não tenha chegado a uma conclusão, a assistência técnica suíça ao Brasil tomou certo impulso graças aos oferecimentos para 1968 de bôlsas-de-estudo no campo dos Estudos Agrícolas, no «Centre Internacional d'Etudes Agricoles».

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A política do Govêrno brasileiro em matéria de transportes caracterizou-se, no decorrer de 1967, por uma melhor avaliação da importância dêsse item na balança de pagamentos do país e, conseqüentemente, foram traçadas diretrizes mais rígidas em defesa dos interêsses nacionais nesse setor.

Paulatinamente, cresce no consenso público a aceitação do entendimento de que as atividades que integram o item de invisíveis da balança de pagamentos, tais como transportes, comunicações, seguros e turismo, não representam apenas um fator intrínseco de alguma outra atividade comercial, mas devem ser entendidas como empreendimentos industriais *sui generis,* constituídos por capitais nacionais, cuja rentabilidade, em divisas, merece todo o amparo das autoridades competentes.

Definida como o está agora a meta para que o Brasil angarie a metade da receita proveniente do transporte das mercadorias do seu intercâmbio comercial, é lícito esperar uma poupança para a economia do país que, sòmente para transportes e telecomunicações, atinge atualmente a casa dos duzentos milhões de dólares anuais.

Setor marítimo

Alcançado o número de ratificação convencionado, entraram em vigor, em outubro do corrente ano, as emendas aos artigos 17 e 18 da Convenção da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO), de iniciativa do

Brasil e aprovadas na II Sessão Extraordinária da Assembléia da IMCO (1964). Nos têrmos das citadas emendas, não só foi ampliado o número de membros do Conselho da IMCO, de 16 para 18, como também foram democratizados os critérios de eleição dos países para o referido órgão, que desempenha função decisiva no mecanismo institucional da Organização. Ainda naquele mesmo mês, o Brasil apresentou, pela terceira vez, sua candidatura ao Conselho da IMCO, sendo eleito por expressiva maioria de votos, num reconhecimento, por parte dos demais países, do papel importante da marinha mercante brasileira na navegação internacional.

No curso dêste ano, o Govêrno brasileiro ratificou a nova Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1960, elaborada sob os auspícios da IMCO. A Convenção, que substitui a de 1948, da qual o Brasil também era signatário, estabelece regras para a segurança marítima, em consonância com os progressos técnicos da arte náutica.

Em prosseguimento ao programa de trabalho traçado em sua I Sessão, reuniu-se pela terceira vez o Comitê de Transporte Marítimo, órgão subsidiário da Junta de Comércio e Desenvolvimento, com sede em Genebra, para examinar estudos encomendados ao Secretário da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Entre as recomendações então aprovadas, salientam-se as que convidam os Governos dos países-membros da UNCTAD a considerarem os estudos do Secretariado quando decidirem estabelecer mecanismos de consulta entre embarcadores e armadores, utilizando-se, se necessário da assistência técnica orientada pela UNCTAD.

Já como parte dos trabalhos preparatórios da II UNCTAD, a ser realizada em Nova Delhi, em 1968, reuniu-se, em Argel, a Conferência Ministerial do Grupo

dos 77, com a participação de quase todos os países subdesenvolvidos, membros da ONU, que aprovaram a Carta de Argel. No capítulo referente ao transporte marítimo, os países signatários do citado documento concertaram posições comuns, em que se destacaram vários princípios defendidos pelo Brasil, entre os quais o de que os países em desenvolvimento têm direito de reservar para suas marinhas mercantes uma participação equitativa no transporte das cargas de seus respectivos comércios exteriores.

Na América, os países-membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) continuaram os esforços comuns para a concretização do Convênio de Transportes por Água, assinado em 1966, com a realização de uma reunião de regulamentação do Convênio. No entanto, algumas divergências ainda não dirimidas em tôrno da regulamentação do citado acôrdo vêm retardando a sua aplicação.

No âmbito bilateral, nova etapa foi aberta pelo atual Govêrno na expansão da marinha mercante brasileira, com o ingresso dos navios de bandeira brasileira em novos tráficos e sua maior participação nos já existentes. Para isso, foram baixadas medidas internas que, embora, de início, encontrassem, como ainda encontram, certa resistência dos países que se dedicam ao fornecimento de serviços de fretes marítimos, comprovam que se torna necessário dar partida a um movimento de reformulação dos princípios, ainda obsoletos, que atualmente regem a ordem marítima mundial.

Entre as citadas medidas merece destaque especial a Resolução nº 2.993, da Comissão de Marinha Mercante que, além de estipular a participação obrigatória de emprêsas nacionais nas Conferências de Fretes que exploram o tráfico do intercâmbio comercial brasileiro — pelo que os estatutos daquelas entidades serão submetidos à aprovação da autoridade competente — fixa, em caráter normativo, o princípio de prioridade, no transporte internacional de mercadorias,

para os países de origem e destino das mesmas, em partes iguais.

Graças à posição firme assumida pelo Brasil para a conquista de novos mercados de fretes internacionais, inspirada pelo reconhecimento de sua grande importância para o o balanço de pagamento, os navios de bandeira nacional aumentaram consideràvelmente sua participação no tráfico Brasil-América do Norte, em conseqüência da nova orientação, segundo a qual as negociações de acôrdos entre armadores devem subordinar-se aos interêsses do comércio exterior brasileiro, no caso defendido pelos armadores nacionais. Assim, estão em vias de conclusão novos «pools», dentro da Conferência Interamericana de Fretes, em que são atribuídas às bandeiras dos países, importador e exportador, quotas substanciais, no tráfico para os Estados Unidos da América e Canadá, dentro das normas acima referidas.

Para dar fim ao antigo acôrdo, entre o Lóide Brasileiro e as companhias de navegação escandinava, o qual discriminava contra a participação do armador brasileiro no transporte dos produtos de exportação brasileira para os países nórdicos, foram entabuladas novas negociações em que se estabeleceram condições em consonância com as atuais normas de participação da bandeira nacional.

No Extremo Oriente, o Lóide Brasileiro inaugurou linha para os portos do Japão, com escalas intermediárias na África. Atualmente, realizam-se negociações para seu ingresso na Conferência de Fretes Extremo Oriente — Brasil — Rio da Prata e Extremo Oriente — África do Sul.

O ano de 1967 assinalou, pela primeira vez, a presença de outras companhias marítimas de pavilhão brasileiro com áreas extracontinentais. Tais companhias, que participaram dos diversos entendimentos de cooperação de nível empresarial, iniciaram precàriamente suas atividades, seja para a Europa, seja no Extremo Oriente, com embarcações arrendadas.

Setor de assuntos aeronáuticos

As atividades, em 1967, no setor aeronáutico objetivaram, principalmente, propiciar aos transportadores brasileiros que operam linhas internacionais, VARIG e CRUZEIRO DO SUL, condições que lhes permitam consolidar as posições alcançadas nos mercados da Europa e das Américas.

Resultados bastante satisfatórios foram obtidos em negociações bilaterais, das quais participaram funcionários do setor competente do Ministério das Relações Exteriores, com alguns dos países onde o tráfego aéreo com o Brasil é dos mais intensos e as soluções logradas deram maior flexibilidade às operações das citadas emprêsas nacionais.

Embora tenha sido mantido pelo Brasil, em 1967, o disciplinamento do tráfico no Atlântico Sul, principalmente o procedente da Europa, mediante o contrôle da oferta e a imposição de quotas de 5ª liberdade, o Govêrno brasileiro aceitou fôssem retomados entendimentos com diversos países da Europa Ocidental, cujas relações aeronáuticas com o Brasil não se acham, no momento, regulamentadas por Acôrdo.

Foram as seguintes as Consultas aeronáuticas formais realizadas em 1967:

1) *Estados Unidos da América*: em consulta solicitada pelo Govêrno brasileiro, foram amplamente debatidos, em Washington, em julho e agôsto, problemas de disciplinamento da capacidade e a ampliação dos Quadros de Rotas dos países, ficando previsto o prosseguimento das negociações, em fevereiro vindouro, no Rio de Janeiro;

2) *Argentina*: realizada no Rio de Janeiro, em agôsto e setembro, a Consulta trouxe resultados altamente positivos, notadamente no que se refere ao aumento de freqüências dos transportadores brasileiros, no

plano regional, mediante algumas compensações nas rotas de longo curso servidas pelo transportador argentino;

3) *Portugal*: na Consulta realizada no Rio de Janeiro em outubro, ficaram acertadas diversas medidas com vistas ao disciplinamento da oferta no trecho Rio de Janeiro-Lisboa;

4) *Espanha*: a Consulta foi realizada em outubro, no Rio de Janeiro. Além de acertos para o disciplinamento do tráfico entre o Rio de Janeiro e Madrid e a revisão, em têrmos mais favoráveis, do acôrdo de cooperação de nível empresarial existente, foram obtidos para o transportador brasileiro novos direitos comerciais na Europa e a possibilidade de realizar inversões de escalas, o que poderá melhorar sensìvelmente a rentabilidade de suas operações;

5) *Suíça*: entendimentos realizados com autoridades suíças em novembro, no Rio de Janeiro, regularizaram os serviços de transportador brasileiro para Zurique. A obtenção de amplos direitos comerciais naquele mercado propiciam o prosseguimento das negociações, em maio vindouro, com a finalidade de que os dois países subscrevam um nôvo Acôrdo Aéreo para a regularização de suas relações aeronáuticas;

6) *Chile*: realizada em Santiago, em novembro de 1967, esta primeira Consulta entre autoridades aeronáuticas do Brasil e do Chile desde a conclusão do Acôrdo sôbre Transportes Aéreos de 1947, permitiu a operação do transportador para a capital chilena, via Buenos Aires, Montevidéu ou Assunção, em caráter definitivo, bem como uma troca de impressões sôbre vários tópicos de interêsse das duas Partes, no Continente, em que se verificou perfeita identidade de pontos-de-vista.

Entre as diversas Conferências internacionais patrocinadas em 1967 pela Organização de Aviação Civil Internacional, convém destacar:

a) a V Conferência de Navegação Aérea, realizada em Montreal em novembro e dezembro, que procedeu à revisão e aperfeiçoamento das normas e dos métodos tendentes à melhoria da segurança e eficiência das aeronaves nas manobras de aproximação, pouso e decolagem;

b) a III Conferência Regional de Navegação Aérea da América do Sul e do Atlântico Sul, realizada em Buenos Aires, em setembro, que procedeu à revisão do plano regional, face ao desenvolvimento previsto das atividades de aviação civil na área.

Também no setor aeronáutico, o Govêrno brasileiro acompanhou atentamente o desenvolvimento de ação judiciária movida em tribunal americano sôbre o limite da responsabilidade civil de transportadores aéreos em caso de acidentes fatais. A decisão judicial de tribunais de instâncias inferiores, que significaria, se confirmada, o fim da Convenção de Varsóvia, vem preocupando diversos Governos, entre os quais o do Brasil, que, diretamente interessado no assunto, tem realizado diversas gestões diplomáticas a respeito.

Ainda no setor aeronáutico, foram promulgados, em 1967, diversos atos internacionais de relevância:

1) Acôrdo de Guadalajara, de 18 de setembro de 1961, complementar à Convenção de Varsóvia, para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional realizado por quem não seja transportador contratual;

2) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Brasil-Argentina, de 1946;

3) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Brasil-França, de 1965.

Finalmente, entre as atividades do Ministério das Relações Exteriores, cabe destacar a tramitação diplomática dos pedidos de sobrevôo e pouso de aeronaves brasileiras no exterior, movimentação essa que vem aumentando constantemente nos últimos anos, face a compromissos de ordem internacional assumidos pelo Govêrno brasileiro.

Setor de Telecomunicações

No setor de Telecomunicações, o Brasil continuou empenhado, em 1967, na implementação do sistema de comunicações internacionais via satélites, tanto assim que, além de tomar as primeiras medidas para a construção da estação terrestre brasileira em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, procedeu à ratificação do Acôrdo que estabelece um regime provisório para a exploração comercial de um Sistema de Telecomunicações por Satélite.

Prosseguiram ainda os esforços para objetivar um melhor entrosamento da rêde de Telecomunicações do país com os do Uruguai e do Paraguai, tendo sido obtidos, no particular, resultados altamente auspiciosos.

No âmbito dos certames internacionais sôbre Telecomunicações, realizados em 1967, cabe destacar a reunião, no México, em outubro, da Comissão Interamericana de Telecomunicações, em que foi atualizado o plano regional dessas atividades, e a Conferência Administrativa Mundial de Rádiocomunicações, encarregada de tratar das gestões relativas ao serviço móvel marítimo, realizada em Genebra, em novembro, onde foi igualmente revisto o plano mundial sôbre a matéria.

Finalmente, cabe mencionar o esfôrço que está sendo realizado junto a diversas Agências especializadas da Organização das Nações Unidas, notadamente a União Interna-

cional de Telecomunicações, no sentido de colocar técnicos brasileiros nos quadros administrativos daquelas entidades, fato que resulta em reais benefícios para o país, tanto pelo aprimoramento daqueles técnicos, quanto pelo melhor entrosamento dos mencionados organismos nacionais com os respectivos setores competentes do Govêrno brasileiro.

TURISMO, PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR

Nesses setores, o Ministério das Relações Exteriores deu cumprimento às atribuições que lhe confia a atual legislação, a saber: — a promoção comercial do Brasil no exterior (Leis nºs 4.669, de 8 de junho de 1965, Decreto nº 56.702, de 9 de agôsto do mesmo ano, Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966, e Decreto nº 59.607, de 28 de novembro de 1966) e divulgação turística do Brasil no exterior (Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 e Decreto nº 60.224, de 1967) — tomando uma série de medidas tendentes a dinamizá-los.

Para melhor rendimento de seus trabalhos, o órgão competente, a Divisão de Propaganda e Expansão Comercial (DIPROC), reestruturou-se internamente, com setor de programação e setores encarregados de áreas geográficas, paralelas à própria divisão de áreas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

A nova organização permitiu maior rendimento e melhor coordenação com as demais divisões do Itamaraty e o perfeito funcionamento da própria DIPROC, cujos funcionários passaram a tratar de todos os aspectos ligados à promoção comercial, especialmente no que se refere à participação em feiras e exposições, à divulgação e à promoção pròpriamente dita, e a manter, inclusive, contato com o setor privado e outros órgãos governamentais.

Tornou-se também possível uma assistência mais direta às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras,

especialmente àquelas dotadas de Setores de Promoção Comercial.

Continuou-se, em 1967, o esfôrço para a criação de uma infra-estrutura no Brasil capaz de atender às necessidades do exterior. Êsse esfôrço concentrou-se, principalmente, no âmbito interno, a fim de permitir o exercício das funções que foram atribuídas ao Itamaraty pela Legislação acima citada.

No sentido mais amplo, a Fôrça Tarefa nº 2, incumbida de um exame minucioso do problema da Promoção Comercial, apresentou conclusões que serão objeto de medidas concretas já em 1968.

Paralelamente, foram propostos e aprovados critérios básicos para orientar a ação promocional do Itamaraty no tocante a uma série de iniciativas e providências, tais como missões comerciais, mostruários e remessa de amostras, estudos de mercado, publicações, participação em feiras e exposições, aproveitamento de bôlsas-de-estudo, recrutamento de Assistentes Técnicos, turismo, relações com o setor privado e órgãos oficiais, especialmente a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A e a Emprêsa Brasileira de Turismo.

Estabelecida essa base, dada uma diretriz às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, o Itamaraty está em condições de cumprir, dentro das limitações atuais de recursos, as suas obrigações no campo da promoção comercial e da divulgação turística do Brasil no exterior.

Feiras e Exposições Internacionais

O Setor competente do Ministério das Relações Exteriores cumpriu o programa aprovado para a participação oficial do Brasil nas seguintes feiras e exposições internacionais, onde foram obtidos resultados significativos quanto a transações comerciais e divulgação do Brasil:

Feira Internacional de Gana — (Acra) 1 a 19 de fevereiro
Feira Internacional de Joanesburgo — (África do Sul) 2ª quinzena de março

Feira de Amostras Íbero-Americana — (Sevilha) 15 a 30 de abril

Feira Campeonária de Milão — (Itália) 2ª quinzena de abril

Feira de Hannover — (República Federal da Alemanha) 29 de abril a 7 de maio

Feira de Bolonha — (Itália) 8 a 23 de maio

Feira Internacional de Lisboa — (Portugal) 1ª quinzena de junho

Feira do Ribatejo — (Santarém — Portugal) 1ª quinzena de junho

Feira de Trieste — (Itália) 21 de junho a 5 de julho

Feira de Poznam — (Polônia) 2ª quinzena de junho

Feira do Levante — (Bari-Itália) 7 a 20 de setembro

Exposição Internacional da Alimentação — Anuga — (Colônia, República Federal da Alemanha) em outubro

Feira do Pacífico — (Lima, Peru) 30 de outubro a 14 de novembro

Pakistan Internacional Industrial Fair — (Carachi) outubro a novembro

Feira Internacional de Amostras de Barcelona — (Espanha) em junho

Feira de Graz — (Áustria)

Apoiou-se, outrossim, a presença do Brasil, patrocinada respectivamente pela CNC e pela CNI, na VIII Feira Internacional de Lisboa e na Feira da Primavera de Leipzig. Por outro lado, elaborou o programa dos certames nos quais o Brasil deverá comparecer oficialmente em 1968 e iniciou os trabalhos correspondentes.

Missões Comerciais

A DIPROC organizou o programa de visita ao Brasil da Missão Econômica de Parlamentares Venezuelanos, em novembro de 1967, da qual resultaram, de imediato, algumas transações comerciais, o que gerou a possibilidade de vários negócios nos campos da pecuária e de maquinaria.

Foi igualmente aprovada a vinda ao Brasil, em janeiro de 1968, e organizado o respectivo programa, da Missão Comercial Paquistanense, de alto nível, precedida, em agôsto de 1967, da viagem do Senhor Ahmed Jafer, homem de negócios daquele país.

Mostruários

A título experimental e a fim de verificar o apoio que o Setor privado está disposto a dar a iniciativas do gênero, a Embaixada do Brasil em São Salvador e o Consulado em Hamburgo foram autorizados a instalar, em locais adrede alugados, salas para a exibição de mostruários remetidos por firmas interessadas na exportação para países da América Central.

Se os resultados forem satisfatórios, será estudada a instalação de salões semelhantes em cidades que apresentem condições favoráveis a tais iniciativas, especialmente Nova York e Londres.

Colaboração com o setor privado

Procurou-se aperfeiçoar ainda mais a coordenação com o setor privado e com o próprio empresário brasileiro, tendo sido mantidos contatos com entidades de classe em diversos Estados, como Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como com as Confederações Nacionais e diversas associações. O principal objetivo dessa colaboração é o de fazer com que o empresário tome conhecimento das facili-

dades e dos recursos que lhe são oferecidos pelo Itamaraty, no Brasil e no exterior; dessa forma poderá interessar-se pela exportação e aparelhar-se devidamente, evitando as deficiências que ainda se observam.

Foi dado todo o apoio, na Secretaria de Estado e no exterior, às iniciativas do referido setor e às individuais; das quais, em muitos casos, resultaram negócios e, conseqüentemente, exportações de produtos brasileiros, valendo citar maquinaria para Gana e Angola.

Vários comerciantes empreenderam viagens de prospecção comercial a regiões que constituem mercados novos, especialmente à África do Sul, Angola, Nigéria, Gana, Senegal, cidades no Gôlfo Pérsico e América Central.

A assistência dada ao empresário pela DIPROC incluiu a remessa gratuita de amostras a Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, a fim de que possíveis importadores tomassem conhecimento dos diversos produtos e a obtenção de informações genéricas e específicas sôbre as possibilidades de colocação de determinados artigos, através da realização de estudos preliminares de mercados e, às vêzes, de estudos de mercados pròpriamente ditos.

Colaboração com o setor público

À Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A., como órgão incumbido da promoção de exportação, no âmbito interno, foi oferecida e solicitada tôda a colaboração para o melhor desempenho das atribuições da DIPROC, havendo esta e aquela trabalhado na mais perfeita harmonia, com total entrosamento e intercâmbio de informações. Um funcionário da CACEX compareceu mediante solicitação da DIPROC, a três feiras das quais o Brasil participou em maior escala (Joanesburgo, Colônia e Lima), com grande proveito geral.

A DIPROC contou, também, com o apoio constante da Secretaria de Comércio do Ministério da Indústria e Comér-

cio, do Ministério do Interior, da Fazenda, do Planejamento, do Instituto Brasileiro do Café, da Comissão de Marinha Mercante (e, através desta, do Lóide Brasileiro), da SUDENE, e outros órgãos.

Orientação da rêde de promoção comercial no exterior

A DIPROC pôde, em 1967, coordenar melhores atividades das Missões diplomáticas e Repartições consulares, especialmente daquelas dotadas de setores de promoção comercial, dando-lhes uma orientação geral para suas atividades e outra, específica, mediante o exame e aprovação dos programas de trabalho que submeteram para o ano em questão. Preparou, também, um método de avaliação daquelas atividades, que deverá ser aplicado em 1968.

Foram criados dois novos Setores de Promoção Comercial, na Embaixada em Washington, e na Legação em Pretória, e aprovada a criação de um terceiro, no Consulado em Sidney.

Considerando a importância do mercado norte-americano para a exportação de produtos brasileiros, foi preparada e realizou-se, em Washington, de 24 de setembro a 3 de outubro, inaugurada pelo Senhor Ministro de Estado, a 2ª Reunião de Coordenação da Promoção Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América e Canadá, da qual participaram os Embaixadores do Brasil em Washington e Ottawa, os Cônsules brasileiros em ambos os países, bem como os Chefes de várias Divisões do Itamaraty e, como convidados, representantes de órgãos e entidades interessados no comércio com aquela área.

Assistentes Técnicos de Setores de Promoção Comercial

Considerando a necessidade de dotar os Setores de Promoção Comercial de elementos especializados, na forma do Decreto nº 59.607, foi celebrado um *Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Banco do Brasil,*

regulando a requisição de funcionários dêsse estabelecimento para o exercício de funções de Assistente Técnico de Setor de Promoção Comercial de Missão diplomática ou Repartição consular, havendo o Banco do Brasil cedido nove elementos que se estão preparando para o desempenho das referidas funções, — através de estágio na DIPROC, que organizou programa de contatos no Itamaraty, em órgãos públicos e entidades de classe.

Divulgação

A ação de promoção comercial das Missões diplomáticas e Repartições consulares depende, em grande parte, de aquisição de material informativo e de divulgação, o que mereceu uma atenção especial da DIPROC em 1967. Nesse sentido, foram distribuídas inúmeras publicações, tais como anuários, catálogos, guias, textos legais, resoluções, etc., numa média de trinta exemplares por dia, e providenciada a remessa regular de outras, sobretudo daquelas especializadas em comércio exterior. Por outro lado, forneceram-se regularmente à Divisão de Informações notícias para inclusão em seu folheto «Panorama Econômico», de grande valor para as representações no exterior.

Garantiu-se, por outro lado, a ampla divulgação das informações recebidas das Missões diplomáticas e Repartições consulares mediante o seu envio regular à CACEX, às entidades de classe e aos empresários diretamente interessados. Essa providência se refere, especialmente, às *concorrências públicas* abertas no exterior.

Prosseguiram os estudos para a criação de filmotecas no exterior em postos centrais, para distribuição aos demais e para a formação de álbuns de negativos para suprir os postos de fotografias de que freqüentemente necessitam para publicações, painéis, jornais e revistas locais.

Turismo

Pelo Decreto-Lei nº 55, de 1966, regulamentado pelo Decreto n.º 60.224, de 1967, o Ministério das Relações Exteriores ficou incumbido da divulgação turística no exterior, além de um membro do Conselho Nacional do Turismo ser o Delegado do Ministério das Relações Exteriores, lugar ocupado pelo Chefe da DIPROC.

Reconhecendo a importância do turismo como fator que muito poderá contribuir para o desenvolvimento do Brasil, como indústria e como fonte de divisas e de empregos, o Itamaraty deu total apoio à ação do Conselho Nacional de Turismo e da Emprêsa Brasileira de Turismo, além de estimular, através do Consulado-Geral em Nova York, principalmente, a divulgação turística do Brasil no exterior, mediante a publicação e ampla distribuição de folhetos e cartazes.

O Cônsul do Brasil em Miami foi designado para participar do X Congresso da Comissão de Turismo da América Latina, de 1967.

O Brasil estêve presente na II Assembléia-Geral da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), em Tóquio, tendo sido eleito para o Comitê Executivo da Organização. Foi igualmente eleito membro da Diretoria da «South American Travel Organization», em Lima.

Funcionários do Itamaraty assessoraram o Presidente da Emprêsa Brasileira de Turismo durante o 37º Congresso Anual da Sociedade Americana de Agentes de Viagem, celebrado em Atenas de 22 a 28 de outubro, com o objetivo de lograr seja a cidade do Rio de Janeiro indicada para sede do Congresso Anual de 1971. Em conseqüência, a Diretoria

da Associação já solicitou oficialmente a apresentação da candidatura dessa cidade.

Finalmente, o Ministério das Relações Exteriores procedeu a um levantamento objetivo das possibilidades de obtenção de assistência técnica e recursos financeiros em fontes internacionais para o incentivo do turismo no Brasil.

ASSUNTOS CULTURAIS E INFORMAÇÕES

DIFUSÃO CULTURAL

A atual diversificação e crescente aceleração das relações internacionais no campo da cultura, aliadas às concretas exigências nacionais do desenvolvimento, levaram o Ministério das Relações Exteriores, no decorrer do ano de 1967, a estudar os meios práticos para uma revisão das relações culturais do Brasil com o exterior, principalmente no campo da reestruturação dos órgãos incumbidos de executá-las.

Não obstante o regime de contenção de despesas e a insuficiência da coordenação e do planejamento, que ora se está procurando corrigir, atuou o Itamaraty com êxito considerável, durante o ano de 1967, na divulgação de valôres brasileiros, nos setores das Artes Plásticas, Música, Literatura, Cinema e Fotografia.

Artes Plásticas

I — *Participação do Brasil nos grandes concursos internacionais*

1) *V Bienal de Paris*, chamada a «Bienal dos Jovens», no qual só participaram artistas plásticos com menos de 35 anos. Inaugurada no dia 28 de setembro do corrente ano. Doze artistas brasileiros participaram da mostra:

Pintura

Rubens Gerchman (7 obras)
Francisco Liberato (5 obras).

Objetos

Hélio Oiticica (6 obras).

Escultura

Gastão Manoel Henrique (5 obras)
Avatar Morais (4 obras).

Desenho

Regina Maria da Motta Vater (6 obras).

Gravura

Maria Bonomi (8 obras). Obteve um prêmio de NFr 2000

José Lima (8 obras)

Anna Bella Geiger (8 obras).

Arquitetura

Paulo Hamilton Casé (maquete e slides)
André Lopes (maquete e slides).

Música

Reginaldo de Carvalho (4 estudos).

2) *IX Bienal de Tóquio,* inaugurada em 18 de junho de 1967. Quatro artistas participaram da mostra:

Rubens Gerchman (6 pinturas)

Nelson Leirner (3 pinturas)

Maurício Nogueira Lima (3 pinturas)

Hélio Oiticica (3 obras).

O pintor Nelson Leirner obteve um dos quatro grandes prêmios nesta Bienal.

3) *VII Bienal Internacional de Gravuras — Ljubljana*, realizada de 3 de junho a 31 de agôsto, com a participação de 10 gravadores brasileiros:

Lívio Abramo
Edith Behring
Maria Bonomi
Roberto de Lamônica
Fayga Ostrower
Arthur Luiz Piza
Isabel Pons
Anna Bella Geiger
José Lima
Wilma Martins.

4) *I Bienal Interamericana de Gravura*, em Caracas. Participação do Brasil com os seguintes gravadores:

Roberto de Lamônica
Fayga Ostrower — obteve o 3º prêmio
Isabel Pons — obteve o 2º prêmio.

5) *Trienal da Gravura em Côr — Grenchen (Suíça)*, inaugurada em junho de 1967, com a participação de dois gravadores brasileiros:

Anna Bella Geiger (3 gravuras)
Marília Rodrigues (3 gravuras).

6) *I Quadrienal de Cenários e Arquitetura Teatral de Praga*, inaugurada em 10/67. A sala do Brasil despertou grande interêsse, pelas soluções originais dos trabalhos apresentados, o que lhe valeu o primeiro prêmio de arquitetura teatral (medalha de ouro). Participantes brasileiros:

Arquitetura

Fábio Penteado
Rino Levi
Afonso Eduardo Reidy.

Cenografia

Aldo Calvo.

7) *IX Bienal de São Paulo,* com a concessão do Grande Prêmio «Itamaraty», no valor de dez mil dólares, aberto a todos os artistas nacionais, inclusive aos que conquistaram prêmios regulamentares em 1965. Essa láurea, que se situa entre as mais elevadas dotações no campo das artes plásticas, despertou grande interêsse no exterior e dentro do país, constituindo fator de atração das figuras mais expressivas da arte contemporânea em todo o mundo. O prêmio foi atribuído ao pintor inglês Richard Smith.

Além dêsse prêmio, o Itamaraty adquiriu obras para decoração de Embaixadas do Brasil no exterior, num valor total de NCr$ 50.000,00.

II — *Exposições individuais de artistas brasileiros no exterior*

Mosaicos

Freda Jardim — Varsóvia (de 17/7/67 a 30/7/67).

Serigrafias e cartazes

Almir Mavignier — no salão da Chancelaria do Consulado-Geral em Munique (de 27/9/67 a 15/10 de 1967).

Pintura

Oswaldo Teixeira — no setor de Promoção Comercial do Consulado em Nova York (de 10/12/67 a 30/12/67);

Sérgio Telles — no setor de Promoção Comercial do Consulado em Nova York;

Orlando Teruz — na Galeria Debret em Paris;

Emílio Castellar — no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington (de 17/7/67 a 4/8 de 1967);

Maria Helena Andrés — no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington (de 17/7/67 a 4/8/67);

Emeric Marcier — na Kaigado Gallery, de Tóquio (abril/maio);

Wega Nery — na OEA, em Washington (março);

José Paulo Moreira da Fonseca — em Hamburgo (maio);

José Paulo Moreira da Fonseca — em Francfort (agôsto);

Jenner Augusto — Galeria Debret, em Paris (1/4/67 a 20/4/67);

Jenner Augusto — no Musée d'Ixelles, em Bruxelas (25/5/67 a 20/6/67);

Arcangelo Ianelli — na Galeria Kreuzberg, de Berlim (março);

Maria Helena Andrés — no B.A.C.I., em Washington (março);

Raul Porto — na Kaigado Gallery de Tóquio (abril);

Raul Porto — na União Pan-Americana em Washington (de 23/5/67 a 15/6/67);

Dália Antonina — na União Pan-Americana em Washington (de 23/5/67 a 15/6/67);

Sanson Flexor — na Kaigado Gallery, de Tóquio (abril).

Gravura

Marília Rodrigues — 2 gravuras na Sociedade de Arte, de Fredrikstad, Noruega;

Isabel Pons — 66 gravuras na Galeria Nebli, de Madrid, em 27/11/67;

Fayga Ostrower — Galeria Pátio, de Santiago; 41 obras (de 2/11/67 a 14/11/67);

Faiyga Ostrower — na Galeria da Embaixada em Roma (10/12/67);

Isabel Pons — na Sala da Casa de La Paz, no México em 19/5/67;

René Lúcio — na Chancelaria da Embaixada do Brasil, em Montevidéu (julho);

René Lúcio — na Galeria Debret, de Paris (de 15/11 a 7/12);

Maria Bonomi — na Missão Cultural Brasileira de Assunção (agôsto);

Zoravia Bettiol — no BACI (Brazilian-American Cultural Institute), de Washington (abril):

Vera Chaves Barcellos — no BACI, de Washington (abril);

Livio Abramo — na Missão Cultural Brasileira, em Assunção (82 gravuras) — (julho).

Tapeçarias

Madeleine Colaço — na Galeria Debret de Paris (maio).

III — *Exposições Coletivas de Artistas Brasileiros no Exterior*

1) «*Arquitetura no país do sol*», painéis fotográficos. Exposição em 3 vias:

Primeira via: janeiro, em Gand
fevereiro, em Mouscron
março, em Bruxelas
abril, em Mons
maio, em Antuérpia
junho, em Estocolmo
junho, em Liège.

Segunda via: junho, em Santiago
agôsto, na OEA — Washington.

Terceira via: fevereiro, em Luanda
junho, em Lourenço Marques.

2) *Gravura e desenho brasileiro contemporâneo,* inaugurada em Bruxelas em maio de 67. Participaram da mostra os seguintes artistas:

Antônio Henrique Amaral (desenho)
Maciej Babinski (desenho)
Dora Basilio (gravura)
Edith Behring (gravura)
Helena Maria Beltrão de Barros (desenho)
Maria Bonomi (gravura)
Newton Cavalcanti (gravura)
Italo Cencini (desenho)
Miriam Chiaverini (gravura)
Darel Valença Lins (gravura)
Farnese de Andrade (gravura)
Anna Bella Geiger (gravura)
Marcello Grassman (gravura)
Hermano José Guedes (gravura)
Roberto de Lamônica (gravura)
Wesley Duke Lee (desenho)
Fernando Lemos (desenho)
Roberto Magalhães (gravura)
Walter Gomes Marques (gravura)

Aldemir Martins (desenho)
Vera Bocaiuva Mindlin (gravura)
Fayga Ostrower (gravura)
Rossini Perez (gravura)
Anna Letycia Quadros (gravura)
Moacyr Rocha (gravura)
Marília Rodrigues (gravura)
Rita Rosenmayer (desenho)
José Assumpção Souza (gravura)
João Suzuki (desenho)
Zita Viana de Barros (gravura)
Abelardo Zaluar (desenho).

3) *10 Pintores Brasileiros Modernos,* inaugurada no Palácio de Belas Artes, México, a 4/9/67 e em Monterrey em novembro.

Gilda Azevedo (5 obras)
Vilma Pasqualini (5 obras)
Antônio Maia (5 obras)
Inge Roesler (5 obras)
Benjamin Silva (5 obras)
Thomaz Ianelli (5 obras)
Carlos Scliar (5 obras)
Inimá de Paula (5 obras)
Marilia Gianetti Tôrres (5 obras)
José Paulo M. da Fonseca (5 obras).

4) *Arte de hoje no Brasil,* inaugurada na Missão Cultural Brasileira, em Assunção, em abril, com a participação de diversos pintores, escultores, desenhistas e gravadores braleiros.

5) *Desenhos infantis*: 22 desenhos de crianças da Escolinha de Arte do Brasil na Exposição Internacional de Pintura Infantil, em Nova Delhi (Índia). Inaugurada em dezembro de 67.

6) *Arte gráfica em côres no Brasil*, na Galeria «Bucholz» de Munique, em 10/8/67.

Vera Chaves Barcelos
Roberto de Lamônica
Isabel Pons
Maria Bonomi
Fayga Ostrower.

7) *Gravura e Escultura do Brasil*, na Sala da Casa de la Paz, México, em 19/5/67.

Isabel Pons (gravura)
Lygia Clark (escultura)
Fernando Jackson (escultura)
Francisco Stockinger (escultura)
Mauricio Salgueiro (escultura).

8) *Antônio Dias e Roberto Magalhães*, na Galeria Debret, Paris, em setembro.

9) *Gravadores Brasileiros*, na Galeria Dobiachofsky, de Berna, em dezembro de 1967.

Roberto de Lamônica
Sérvulo Esmeraldo
Marília Rodrigues
José Lima
Anna Bella Geiger
Edvaldo Ramosa.

10) *Gravadores brasileiros*, na «Casa da Juventude», em Belgrado, em dezembro.

Fayga Ostrower
Maria Bonomi.

Música

As atividades, no particular, exerceram-se através de:

a) organização de «tournées» de artistas brasileiros no exterior;

b) representação brasileira em festivais internacionais de música;

c) distribuição de discos de música popular e erudita;

d) distribuição de partituras musicais a orquestras e emissoras radiofônicas do exterior.

«*Tournées*»

Teresinha Rohring (cantora) — América do Sul: Montevidéu, Buenos Aires, Santiago;

Yvete Magdaleno (pianista) — América do Sul: Montevidéu, Buenos Aires, Lima, La Paz, Santiago e Assunção;

Camargo Guarnieri (compositor) — Curso de composição musical no Festival de Cintra, Portugal;

Arthur Moreira Lima (pianista) — O.E.A., Washington;

Jacques Klein (pianista) — Apresentação no «Carnegie Hall», Nova York;

Quarteto de Cordas da Escola de Música — Europa: Lisboa, Paris, Madrid, Viena, Amsterdam, Londres;

Eudóxia de Barros (pianista) — Américas Central e do Norte;

Marlos Nobre (compositor) — Festival de Madrid;

Ruth Dunshee de Abranches — Recitais de música folclórica na América do Norte.

O setor competente do Itamaraty distribuiu gravações de música brasileira às Missões diplomáticas e consulares, inclusive para as estações de rádio. Foram também enviadas partituras à Embaixada em Moscou, para comemoração do

bicentenário do nascimento do Padre José Maurício Nunes Garcia.

Literatura e Divulgação

Como nos anos anteriores, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores atendeu a inúmeros pedidos de livros brasileiros, ou sôbre assuntos brasileiros, publicados no Brasil ou no exterior, em português ou noutras línguas, inclusive traduções, feitos com mais freqüência pelas Embaixadas em Acra, Buenos Aires, Lima, São Domingos, Caracas, Assunção, Bruxelas, Berna, Bonn, Manágua, Tóquio, Roma e Paris, bem como pelos Consulados em Milão, Los Angeles, Roma, Cobe, Montevidéu.

Só para a Embaixada em Buenos Aires foram remetidos 800 (oitocentos) exemplares da nova Constituição brasileira.

Por outro lado, a remessa de material informativo sôbre o Brasil, tais como folhetos, revistas, fotografias etc., a pessoas ou entidades públicas ou particulares estrangeiras, entre as quais universidades e escolas de nível secundário e primário, que se dirigiram por carta à Presidência de República ou ao Itamaraty, foi pràticamente cotidiana.

Grande quantidade de publicações feitas por Ministérios e outras entidades públicas do Brasil foi remetida, durante 1967, a pedido, para a Simon Faser University, de Vancouver, no Canadá.

Todos os convites feitos aos editôres brasileiros, para participarem de exposições de livros no exterior, através das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, foram transmitidos ao Sindicato Nacional dos Editôres de Livros, tendo sido apreciável a representação brasileira à Feira Internacional do Livro, em Francfort-sôbre-o-Meno.

Para distribuição a pessoas que, como bolsistas ou participantes de congressos no exterior, tiveram oportunidade de fazer conferências ou difundir, de outras maneiras, a cultura literária brasileira, o referido setor adquiriu 500

(quinhentos) exemplares do livro «Hector Villa Lobos», de Vasco Mariz; e 100 (cem) exemplares do «Staden-Jahrbuch — 1966». Contratou, com o mesmo fim, a compra de 2.500 (dois mil e quinhentos) exemplares do álbum «São Paulo», da série «Panorama Books» editada em vários idiomas pela Livraria Kosmos. Promoveu, ainda, a distribuição dos exemplares do livro de poemas de Cecília Meireles editado pela UNESCO, bem como da tradução francesa da obra «Urupês», de Monteiro Lobato. E contribuiu para a tradução inglêsa da obra «Grande Sertão: Veredas», de João Guimarães Rosa.

No comêço de 1967, fêz 500 assinaturas do «Jornal de Letras» e 50 da revista de arquitetura «Acrópole», para distribuição no exterior.

Graças ao auxílio substancial concedido pelo Ministério das Relações Exteriores a «Revista de Cultura Brasileira» pôde, em 1967, manter a sua tiragem a ser distribuída em todos os países de língua espanhola. Essa revista, publicada pela Embaixada do Brasil em Madrid é, sem dúvida, um dos veículos mais importantes da difusão da literatura brasileira, não apenas na Espanha e nos países da América Latina, como em grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos da América.

Informações detalhadas sôbre concursos literários, realizados ou a serem realizados no exterior, foram dadas ao público brasileiro, através da imprensa, pelo setor competente do Ministério das Relações Exteriores o qual, reconhecendo a excelência do projeto de edição de um folheto informativo sôbre o Brasil, planejado pela Embaixada em Bangkok, autorizou essa Missão a contratar a edição de 2.500 (dois mil e quinhentos) exemplares do citado folheto.

Por fim, logo no comêço do ano foram consultadas, através de uma circular, tôdas as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras sôbre o número de folhetos informativos sôbre o Brasil que desejariam receber, para

satisfação de suas necessidades durante dois anos. A preparação do texto do referido folheto, a ser editado em vários idiomas, com informações atualizadas sôbre o Brasil, sobretudo sôbre a cultura brasileira, foi, sem dúvida, uma das realizações mais significativas, em 1967, do órgão competente do Itamaraty, o setor de Literatura, da Divisão de Difusão Cultural.

Cinema e Fotografia

Há muitos anos que o Itamaraty vinha adquirindo e remetendo a algumas Embaixadas documentários sôbre o Brasil, em 16 milímetros, produzidos por diferentes emprêsas ou pessoas. Faltava, entretanto, sistematização, uniformidade de orientação. As cópias adquiridas eram em número reduzido e destinadas apenas a atender a pedidos urgentes.

Em 1967, teve início a criação de verdadeiras filmotecas nas Missões diplomáticas e Repartições consulares, as quais começaram a receber do Itamaraty cópias, em idiomas apropriados, dos cinco filmes que formam a série «Brasil, Retrato de uma Nação». Já foram produzidas e distribuídas 500 cópias dêsses documentários, narradas em inglês, alemão, italiano, francês, russo, polonês, português e espanhol. E agora se inicia uma segunda fase no programa da Divisão de Difusão Cultural: a feitura e distribuição de 10 a 12 minutos de projeção, (ideal para televisão), sôbre os mais variados aspectos específicos da vida cultural, econômica e social do Brasil.

O referido setor coordena, ainda, a vinda das numerosas equipes de cineastas e fotógrafos estrangeiros que vêm filmar no Brasil, examinando os seus roteiros, oficiando às autoridades aduaneiras para a livre entrada e saída de seu material, prestando-lhes o auxílio possível. Dêsse modo vai o Brasil tornando-se cada vez mais conhecido das platéias mundiais. A rodagem de filmes estrangeiros no país pode tornar-se considerável fonte de divisas.

Finalmente, através da realização de Semanas de Cinema e participação em Festivais internacionais em vários países, está o Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com o Instituto Nacional do Cinema e com os produtores, empenhado em tornar conhecido o filme brasileiro, quer de longa, quer de curta metragem. Os resultados já são apreciáveis: abrem-se amplas possibilidades comerciais ao nosso cinema, na Europa, na América Latina e noutras áreas.

Outro encargo do setor em aprêço é a feitura ou aquisição de fotografias em prêto-e-branco e côr para remessa às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares bem como álbuns de «slides» destinados a ilustrar palestras e conferências sôbre aspectos culturais, turísticos e industriais do Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores, por seus órgãos competentes, vem concentrando os seus esforços, sobretudo ùltimamente, na elaboração de um programa para 1968 que seja, dentro das possibilidades orçamentárias existentes, ao mesmo tempo amplo e exeqüível. Êsse programa abrange:

a) «tournées» e exposições de artistas brasileiros, sobretudo pela América Latina;

b) redação, impressão e distribuição de folhetos ilustrados, atualizados, em vários idiomas;

c) aquisição e remessa, às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, de «slides» e fotografias;

d) organização de filmotecas orgânicas nas Missões Diplomáticas e alguns Consulados, com vistas a exibições de documentários não apenas em recintos pequenos, mas também pela televisão e nos circuitos comerciais, e

e) realização de Semanas do Cinema Brasileiro.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

No amplo quadro de suas atribuições, a Divisão de Cooperação Intelectual promoveu, durante o ano de 1967, o intercâmbio de personalidades nacionais e estrangeiras, enviando ao exterior professôres, cientistas, intelectuais e tecnólogos brasileiros e dirigindo convites aos de outras nacionalidades para visitarem nosso país.

I — Concedeu passagens ou auxílio de viagem a várias personalidades, brasileiras e estrangeiras.

II — Na implementação do programa, sempre se procurou auxiliar agentes do processo cultural brasileiro ou então aquêles que, embora não diretamente vinculados a êle, por serem de procedência estrangeira, pudessem emprestar-lhe uma contribuição significativa.

III — Contribuiu, assim, significativamente, para o desenvolvimento da cultura brasileira, ao criar condições que propiciaram a ocorrência dêsse elemento indispensável à vida das culturas, que é o contato permanente, a absorção vivificante de influências recíprocas.

IV — Convém ainda salientar que se procurou promover o intercâmbio acima referido, de preferência, em coordenação com entidades de cultura, ciência ou educação, nacionais ou estrangeiras, como o Conselho Nacional de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas, Centro Brasileiro de de Pesquisas Físicas, Instituto de Pesquisas Rodoviárias,

UNESCO, e as universidades federais e privadas brasileiras que solicitaram o apoio do Itamaraty.

Os projetos originados fora do Itamaraty, para os quais a Divisão de Cooperação Intelectual contribuiu com recursos, foram examinados e aprovados sempre que possível, tendo em vista os critérios de *rentabilidade global* no quadro das necessidades brasileiras e o *efeito multiplicativo* no setor a que se refere, e os recursos do Setor foram cedidos em caráter de complementaridade ao esfôrço financeiro da pessoa jurídica ou física que o propôs.

I Bienal de Ciências

A Divisão de Cooperação Intelectual colaborou durante o ano com a Fundação Bienal de São Paulo para a organização e realização da I Bienal de Ciências da Fundação Bienal de São Paulo, realizada em outubro, em São Paulo. Na mesma cidade, em 11, 12 e 13 de dezembro, teve lugar o I Simpósio de Ciências e Humanismo, planejado em conexão com a I Bienal de Ciências.

A colaboração consubstanciou-se na articulação dos dois eventos internacionais e na concessão de passagens internacionais para participantes do segundo evento.

Os Pintores Holandeses do Príncipe Maurício de Nassau

No quadro das relações culturais holando-brasileiras a DCInt colaborou com a Embaixada da Holanda no planejamento e primeiras medidas de implementação da exposição holandesa «Os pintores holandeses do Príncipe Maurício de Nassau», prevista para maio-junho de 1968, no Rio de Janeiro, dado o caráter histórico e científico de que se reves-

tirá para o conhecimento da paisagem brasileira do século XVII.

UNESCO

Fundo Especial

No ano de 1967, o Govêrno brasileiro submeteu ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o seguinte projeto, a ser financiado com recursos do Fundo Especial:

— Criação de um Instituto de Ciências Básicas junto à Universidade da Bahia. A contribuição bruta do Fundo Especial para o projeto em aprêço é estimada em cêrca de um milhão e meio de dólares. O projeto já está pràticamente aprovado.

Encontram-se em estudos outros dois projetos que, uma vez aprovados, serão encaminhados ao PNUD, setor Fundo Especial, em 1968. São êles:

— Criação de um Instituto para o Aprimoramento do Ensino Científico junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

— Criação de um Instituto de Recursos Naturais junto à Universidade de Recife.

Assistência Técnica

Foi solicitado ao PNUD, setor Assistência Técnica:

— Prolongamento, por doze meses, da Missão Limbourg Stiroum (projeto de conservação urbanística de Parati);

— Missão para a Reorganização da Escola de Educação da Universidade de Pernambuco.

O valor global do programa de assistência técnica, correspondente ao biênio 1967-1968, não computados os

custos das Missões acima referidas, atinge a cifra de US$ 267.600,00 distribuídos pelos seguintes projetos:

TOTAL (US$)	CAMPO DE ATIVIDADE	ORGÃO RECIPIENTE	PESSOAL E DURAÇÃO
a) 110.000	Planejamento educacional	INEP	3/60
b) 44.000	Treinamento de Professôres (UNESCO-UNICEF)	INEP	2/24
c) 11.000	Estatística escolar	SUDENE	1/6
d) 11.000	Aprimoramento do treinamento de professôres técnicos	SUDENE	1/6
e) 22.000	Educação de adultos	SUDENE	1/12
f) 22.000	Pesquisa hidrológica básica e sistemática	SUDENE	1/12
g) 42.100	Pesquisa tecnológica	IPT (de São Paulo)	1/15
h) 5.500	Missão de planejamento de alfabetização	SUDENE	2/3

Programa Ordinário da UNESCO — 1967/1968

(valor aproximado US$ 30.000,00)

— Uma bôlsa-de-estudo no campo da educação musical.

— Missão Limbourg Stiroum para a conservação urbanística de Parati.

— Um perito em televisão educativa, o Senhor Henry Cassirer, Chefe da Divisão para o Emprêgo dos Meios de Informações na Educação Extra-Escolar da UNESCO. O objetivo da Missão Cassirer foi o de aconselhar o Govêrno brasileiro quanto ao recém-implantado sistema de televisão educativa no país, através da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa. Da visita do Senhor Cassirer resultou um programa de colaboração da UNESCO com a TV educativa brasileira, o qual está em vias de ser implementado. Tal programa inclui a vinda, por um período de nove meses, dentro do quadro da assistência técnica, do PNUD, de um perito em TV educativa; a concessão de bôlsas-de-estudo a técnicos brasileiros e, provàvelmente, a

realização de um seminário sôbre TV educativa no Brasil. A Missão Cassirer, além do mais, ofereceu às autoridades brasileiras os serviços da UNESCO para dotar o sistema de comunicações do Brasil de um satélite que seria empregado, inclusive, com fins de educação.

— Um perito em estudos de pós-graduação em engenharia, o Senhor Otis Lancaster, Professor de Organização de Ensino de Pós-Graduação, trabalhou junto aos programas de pós-graduação das Universidades Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará.

— Foram ainda concedidos, dentro do Programa regular da UNESCO, US$ 2.000,00 para o Colóquio de Ciência e Humanismo, que se realizará, no quadro das atividades da I Bienal de Ciências de São Paulo, a partir de 11 do corrente mês.

Centros Científicos resultantes de Acôrdos com a UNESCO
Centro Latino-Americano para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento (CECTAL)

A 14ª Sessão da Assembléia-Geral da UNESCO aprovou a criação do referido Centro, por fôrça de Acôrdo a ser firmado entre o Govêrno brasileiro e a Organização. Com a finalidade de promover a implementação do projeto, a UNESCO organizou uma Missão de viabilidade, integrada pelos Senhores F.F. Papa Blanco, do Departamento de Aplicação de Ciências da Organização; Amadeo Riudavets, do Patronato de Ciências «Juan de la Cierva», órgão do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha; G. H. Visser, perito da UNESCO, e Pascoal Senise, da Universidade de São Paulo, que visitou o Brasil e vários países latino-americanos.

Por sugestão da Missão cogita-se, no momento, da criação de um Comitê provisório que faculte ao Centro dar início imediatamente a suas atividades. Contatos com êsse objetivo

estão sendo mantidos com a Universidade de São Paulo. Também a Embaixada do Brasil em Madrid recebeu instruções para influir no sentido de que o Govêrno espanhol venha a ajudar financeiramente as atividades do Centro. Por outro lado, contatos com o Govêrno dos Países-Baixos continuam sendo mantidos com o objetivo de que seja indicado como Diretor do Centro um cientista ou tecnólogo holandês, cujos estipêndios serão pagos pelo aludido Govêrno.

Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS)

O setor tem prestado tôda assistência ao CLAPCS, sobretudo com o propósito de promover a sua reorganização, tendo em vista que o auxílio que recebe da UNESCO terminará em 1968.

Ainda no campo dos organismos internacionais, o setor coordenou as atividades do Bureau Internacional de Educação com o Ministério da Educação e Cultura.

Seminários, Colóquios e Reuniões de Peritos

O Brasil tomou parte nos seguintes seminários e reuniões de peritos patrocinados pela UNESCO, no corrente ano:

— Seminário de Hidrologia da América Latina — Buenos Aires;

— Reunião de peritos na importação de material educativo, científico e cultural — Genebra;

— Reunião de peritos em discriminação racial — Paris;

— Reunião de peritos no emprêgo dos meios de informação na educação — Paris;

— Reunião de peritos em culturas da América Latina — Lima.

O Professor Darcy Fontoura, do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi contratado

pela UNESCO para colaborar na organização de um Colóquio sôbre o Cérebro.

Em Recife, em outubro do corrente ano, foi realizado um Colóquio sôbre Granitos do Nordeste, com a participação de 25 países.

Convenções

Durante o corrente ano, o setor realizou trabalhos de diversas naturezas relativos às seguintes convenções patrocinadas pela UNESCO:

— Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo da Educação (aprovada pelo Senado Federal — Decreto Legislativo nº 40, de 15 do corrente);

— Acôrdo visando a facilitar a livre circulação internacional de material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cutural;

— Acôrdo sôbre importação de material científico, educativo e cultural;

— Coordenação com a Delegação junto à UNESCO dos trabalhos relativos à Convenção Universal sôbre os Direitos do Autor;

— Convenção relativa à proteção de bens culturais em caso de conflito armado.

Comissão de Bônus da UNESCO

O setor tem representação na Comissão de Bônus da UNESCO, vinculada ao IBECC. O corrente ano marcou o aumento das atividades da Comissão. A quota de bônus atribuída ao Brasil elevou-se de US$ 9,000.00 a quase US$ 20.000,00 mensais.

UNESCO e OEA

O setor procurou propiciar a coordenação das atividades das duas Organizações, mediante permanente contato com a

Divisão dos Estados Americanos e o envio de informes às Delegações junto às mesmas.

Pessoal brasileiro na UNESCO

Em 1967, a participação brasileira na Organização foi acrescida com a eleição do Deputado Carlos Flexa Ribeiro para Subdiretor-Geral para a Educação.

Bôlsas-de-estudo

A UNESCO concedeu a brasileiros cêrca de 10 bôlsas-de-estudo, em diversas especialidades, no corrente ano. . .

Contribuição do Brasil à UNESCO em 1967

US$ 272.000,00.

Propriedade Intelectual

A Divisão de Cooperação Intelectual elaborou os trabalhos preparatórios e redigiu as instruções para a Delegação do Brasil à Conferência, realizada em Estocolmo, para a revisão da Convenção de Berna, convocada pelo Govêrno sueco, de 12 de junho a 14 de julho de 1967. A reunião foi realizada em colaboração com os Bureaux Internationaux Réunis pour la Protection de la Propriété Intelectuelle (BIRPI) e tratou de assuntos relativos aos direitos do autor e à propriedade industrial e adotou uma convenção que instituiu a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), destinada a promover a proteção à propriedade intelectual, através da cooperação dos Estados e em colaboração com outras organizações internacionais.

A atuação da Delegação do Brasil teve um papel de relêvo entre os países em desenvolvimento, latino-americanos e africanos, especialmente no que diz respeito à aprovação do Protocolo Adicional que veio a beneficiar sobretudo os países importadores de cultura.

Foi constituído, a seguir, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Setor competente do Ministério das Relações Exteriores um Grupo Consultivo de Trabalho, composto de tôdas as classes interessadas e abrangidas pelos benefícios do nôvo instrumento, a fim de, pelo estudo do texto em sua esfera de aplicação interna e verificação da validade do mesmo no atendimento dos interêsses legítimos dos vários setores públicos e privados, examinar a possibilidade de o Brasil assinar a referida Convenção.

Acôrdos

A Divisão de Cooperação Intelectual colaborou com os demais órgãos competentes do Itamaraty na negociação com as representações diplomáticas da República Federal da Alemanha, Guatemala e Paquistão dos têrmos para a realização de Acôrdos Culturais com aquêles países.

Acôrdo Cultural com a Argentina

No quadro do Acôrdo Cultural com a República Argentina reuniu-se, pela quarta vez, no Rio de Janeiro em 7, 8, 9 e 10 de março a Comissão Mista brasileiro-argentina, prevista no artigo XVII do acôrdo em causa, tendo sido então revistos todos os problemas do intercâmbio cultural entre os dois países.

Em decorrência dessa reunião da Comissão Mista foram ultimados os entendimentos para a assinatura de um convênio entre o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e seu congênere argentino.

Posteriormente, em 13, 14 e 15 de setembro, reuniram-se no Rio de Janeiro, durante três dias, os reitores das Universidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica e Santa Maria do Rio Grande do Sul. Da parte argentina compareceram os reitores das Universidades de Buenos Aires, do Litoral e do Nordeste.

Entre as conclusões constantes da ata, salienta-se a conveniência de uma revisão a fundo dos têrmos do atual Acôrdo Cultural vigente entre os dois países.

Expedições científicas ao Brasil

A Divisão de Cooperação Intelectual recebeu oito pedidos de entidades e particulares estrangeiros, interessados em empreender expedição científica ao Brasil. Os requerimentos foram encaminhados ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no qual a Divisão se acha representada.

O Conselho autorizou a realização de sete expedições e indeferiu um pedido. Dentre as autoridades, merece ênfase a expedição realizada pelas Royal Society e Royal Geographical Society a convite da Fundação Brasil Central. As duas entidades britânicas já estiveram no Brasil em 1966 na região Brasil Central, em Xavantina e Cachimbo, a fim de efetuarem pesquisas relativas à fauna e à flora brasileiras. A atual permanência dos pesquisadores das duas sociedades mencionadas está vinculada à complementação dos estudos que foram feitos na primeira expedição.

As pesquisas efetuadas, no Brasil, pelas expedições estrangeiras visaram, de preferência, à Amazônia; foram pesquisados os setores relativos à biologia marítima, sedimentação, aspectos de culturas utilizadas na região.

Adidos Científicos

Pela Circular nº 6.200, de 21 de julho de 1966, foram instituídos postos de Adidos Científicos junto às Missões diplomáticas brasileiras no exterior. Tendo iniciado sua ação ainda em 1966, só no ano de 1967 foram concedidos recursos de volume adequado para o funcionamento do escritório do Adido Científico em Washington.

O escritório do Adido Científico em Washington, dentro das atribuições que recebeu, dado o caráter experimental do pôsto, desenvolveu intenso trabalho de levantamento nos Estados Unidos da América, dando uma noção exata da complexidade e da imensidade da estrutra científica norte-americana.

No ano de 1967 a ação do Adido Científico foi intensamente solicitada pelo Itamaraty no que concerne ao levantamento dos cientistas brasileiros radicados nos Estados Unidos da América, com o que se criou a consciência nacional do problema do *brain drain* e da necessidade de reforma das estruturas universitárias brasileiras para a era científica.

No segundo semestre, a tarefa de articulação das posições brasileiras para a implantação dos aspectos científicos da Declaração dos Presidentes em Punta del Este e o assessoramento científico para as conseqüentes reuniões do Conselho Interamericano Cultural da Organização dos Estados Americanos muito exigiram da ação do Adido Científico e vieram a provar, sem sombra de dúvida, a utilidade das atividades do escritório do Adido Científico em Washington, desde que criada a estrutura mínima necessária no Itamaraty para a coordenação dessas atividades com os meios científicos nacionais.

INTERCÂMBIO INSTITUCIONAL

Centro de Estudos e Institutos Culturais Brasileiros no Exterior

A rêde de Centros de Estudos e de Institutos culturais brasileiros no exterior foi consideràvelmente reforçada com a nova sede da Missão Cultural do Brasil no Paraguai, inaugurada no segundo semestre de 1967. O Centro de Estudos Brasileiros em Lima também passou para nova sede, onde poderá continuar suas atividades em melhores condições. Foi inaugurada, em fins do ano, uma filial em Salto do Instituto Cultural Brasil-Uruguai, de Montevidéu.

Durante o ano de 1967 funcionaram no exterior, sob os auspícios do Itamaraty, as seguintes entidades culturais brasileiras:

Argentina

Buenos Aires — Centro de Estudos Brasileiros
Rosário — Centro de Estudos Brasileiros
Santa Fé — Instituto Luso-Brasileiro

Paraguai

Assunção — Missão Cultural Brasil-Paraguai
— Instituto Cultural Brasil-Paraguai
— Escola Brasil

Uruguai

Montevidéu	— Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro
Salto	— Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro

Bolívia

La Paz	— Centro de Estudos Brasileiros

Chile

Santiago	— Centro de Estudos Brasileiros

Peru

Lima	— Centro de Estudos Brasileiros
Iquitos	— Instituto Peruano-Brasileiro
Trujillo	— Instituto Peruano-Brasileiro
Huancay	— Instituto Peruano-Brasileiro

Equador

Quito	— Centro de Estudos Brasileiros

Estados Unidos

Washington	— Instituto Brasil-Estados Unidos

Portugal

Lisboa	— Instituto Brasileiro de Cultura da Universidade de Lisboa
Pôrto	— Instituto Brasileiro de Cultura da Universidade de Pôrto

Itália

Milão	— Centro Cultural Ítalo-Brasileiro

Alemanha

Munique — Centro de Estudos Brasileiros

Suécia

Estocolmo — Curso de Português na Universidade de Estocolmo

Suíça

Berna — Curso de Português

Espanha

Barcelona — Curso de Português

Japão

— Instituto Cultural Nipo-Brasileiro de Kyoto.

Encarregados de Assuntos Culturais

A fim de permitir às Missões Diplomáticas uma participação mais ampla e constante das atividades culturais dos países em que estão sediadas, foi mantida em 1967 a política de aproveitamento de professôres e intelectuais de renome para exercerem as funções de Encarregados de Assuntos Culturais junto às Embaixadas brasileiras, assessorando-as nos contatos que devem ser mantidos com as autoridades ligadas à vida intelectual dos principais centros culturais europeus e em outros onde a presença do Brasil se faça interessante como política de boa-vizinhança.

Dispuseram, no curso de 1967, de Encarregados de Assuntos Culturais as Embaixadas em Lisboa, Paris, Roma, Lima, Montevidéu, Santiago, Dakar, Londres, México e

Quito. Para o ano de 1968 já foram contratados os Encarregados de Assuntos Culturais para La Paz e São José.

Nas capitais onde funcionam Centros de Estudos brasileiros, compete aos Encarregados o exercício da função de Diretores dos mesmos, conforme relação abaixo:

— Assunção: José Neistein (Diretor do Centro)
— Buenos Aires: Octavio Werneck Machado (Diretor do Centro)
— Dacar: Pedro Moacyr Maia
— La Paz: Democratino Ramos de Oliveira (Diretor do Centro até abril) — Hugo di Primio Paz a partir de dezembro.
— Lima: Abelardo de Paula Gomes (Diretor do Centro)
— Lisboa: Odylo Costa Filho, e depois Otto Lara de Rezende
— Londres: Vera Pacheco Jordão
— México: Walter Wey
— Montevidéu: Albino Peixoto (Diretor do Centro)
— Paris: Guilherme de Figueiredo
— Quito: Gildo Lopes (Diretor do Centro)
— Roma: Murilo Monteiro Mendes (até setembro)
— Santiago: Simeão Leal, depois Paulo de Carvalho Neto.

Leitorados Brasileiros

Com o objetivo primordial de contribuir para a difusão da cultura brasileira e o ensino da língua portuguêsa, através de um contato direto entre o meio universitário brasileiro e o de outros países, a Divisão de Cooperação Intelectual vem colaborando na manutenção de cátedras de cultura brasileira, sob forma de leitorados, junto a Universidades estrangeiras.

O Leitorado, órgão nìtidamente universitário, está destinado a descortinar para um público estudantil universitário a realidade brasileira, através dos aspectos culturais que a conforma, notadamente os econômicos, sociológicos, históricos e literários. Além disso, pelo fato de ser a função do leitor de caráter discente e docente, dá ela ao seu titular a oportunidade de especialização e aprimoramento em cursos de pós-graduação, com vistas ao preparo de tese para livre-docência ou cátedra, contribuindo, destarte, para o aperfeiçoamento, no exterior, do meio docente brasileiro.

O Leitorado brasileiro é criado de comum acôrdo entre o Ministério das Relações Exteriores e o Govêrno ou Universidade do país interessado, com repartição de despesas. Tendo em vista datar de 1961 a Circular que regulamenta a admissão e as funções dos leitores, a Divisão de Cooperação Intelectual em 1967 elaborou nova Circular que deverá entrar em vigor em 1968, estabelecendo quais os requisitos para o preenchimento destas funções, destacando-se a necessidade de serem os leitores professôres universitários, assistentes de cátedra de faculdades de filosofia e letras e recrutados através de consulta feita às diversas Universidades brasileiras. A norma adotada em 1967 no tocante à remuneração dos leitores é a de considerar imprescindível a remuneração concedida pela Universidade interessada, sem o que o Ministério das Relações Exteriores não oficializa o referido leitorado.

A Divisão de Cooperação Intelectual considera, outrossim, que os Leitorados devem ser constituídos junto a centros universitários dotados de grande desenvolvimento, já que, em caso contrário, não propiciariam aos Leitores padrões atualizados de ensino e, em conseqüência, em nada contribuiriam para o enriquecimento do meio universitário nacional.

Presentemente o Brasil mantém Leitorados na Áustria, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Suíça.

Na França existem Leitorados junto às seguintes universidades: Lille, Toulouse, Paris, Aix-en-Provence, Besançon, Bordeaux, Caen, Montpellier, Poitiers, Grenoble, Nice, Lyon, Angers e Rennes.

Professôres brasileiros no exterior

O Setor competente do Itamaraty manteve, por períodos variáveis, no exterior, durante o ano de 1967, alguns professôres brasileiros para ciclos de conferências sôbre aspectos da cultura brasileira ou para cursos estáveis onde já se encontravam.

Estiveram no exterior os seguintes professôres:

— Na Universidade de Lisboa — Silvio Edmundo Elia
— Na Universidade de Coimbra — Temistocles Linhares
— No Centro de Estudos Brasileiros em Milão — Alexandre Eulálio
— Na Universidade de Nova York — Antônio Olinto Marques; Zora Seljan
— Na Universidade de Miami — Paulo Rónai
— No Uruguai — Silvio Leitão da Cunha
— Em Lima — Edson Motta.

Bibliotecas brasileiras no exterior

Em 1967, prosseguiu e intensificou-se a política de criação de bibliotecas brasileiras em pontos estratégicos no exterior, ou de fortificação de núcleos já existentes, através do envio constante de livros aos centros de estudo, institutos ou leitorados mantidos pelo Govêrno brasileiro ou estabelecendo novos núcleos onde possibilidade e conveniência houvesse de fazê-lo.

Durante o ano em causa essa atividade foi institucionalizada no corpo das atribuições do Setor competente do Itamaraty, o qual, em cooperação com o Sindicato dos Livrei-

ros e sobretudo com a colaboração constante da Biblioteca Nacional, pôde levar à frente a tarefa de suprir essas bibliotecas brasileiras no exterior.

Foram as seguintes as principais entidades beneficiadas com substanciais remessas de livros brasileiros em 1967:

a) Instituto Ítalo-Latino-Americano de Roma
b) Casa do Brasil em Madrid
c) Centro de Estudos Brasileiros em Lima
d) Casa do Brasil em Paris.

A criação da Cadeira de Estudos Luso-Brasileiros de Oslo ensejou também vultosa oferta de livros brasileiros à Universidade daquela cidade.

INTERCÂMBIO EDUCACIONAL

Auxílio a bolsistas brasileiros no exterior

No que concerne ao auxílio de 50 dólares mensais para bolsistas brasileiros no exterior, a Divisão de Cooperação Intelectual recebeu, em 1967, 2.100 pedidos de estudantes de pós-graduação que se encontram no exterior realizando cursos ou estágios em nível de pôs-graduação. Foram contemplados, em 1967, 850 bolsistas.

Dêsse total mencionado, cêrca de 65% dos estudantes realizam cursos relacionados com a ciência e a tecnologia; 25%, cursos de ciências sociais e educacionais, e 10%, apenas, humanidades e artes.

De uma maneira geral os estudantes manifestaram preferência pelos estudos em países europeus, estando o maior número de bolsistas na França e em Portugal, seguindo-se depois os Estados Unidos da América para cursos de economia e administração e agronomia. Os estudantes brasileiros de pós-graduação nos E.U.A. são, geralmente, bolsistas da USAID em convênio com as universidades brasileiras.

Os pedidos de auxílio foram julgados pela Comissão Educacional do Itamaraty, composta de representantes do Ministério das Relações Exteriores e da CAPES, que se reuniu em março e em setembro para a concessão da ajuda correspondente ao primeiro e ao segundo semestres respectivamente. A referida Comissão observou, para a distribuição do auxílio, critérios preferenciais, estabelecendo absoluta prioridade para os bolsistas que se encontram no exterior

realizando cursos em ciências básicas, tecnologia e que, no Brasil, ocupem cargo de magistério. Logo a seguir foram, também, contemplados os estudantes matriculados em cursos de economia, ciências sociais e humanas e, finalmente, artes e letras.

A dotação orçamentária destinada ao item de auxílio a bolsista no exterior sofreu, em 1967, um aumento de 25% com referência ao ano anterior. Êsse aumento de verba, porém, não foi suficiente para atender satisfatòriamente os pedidos de auxílio. Por êsse motivo, a Comissão Educacional deixou de contemplar inúmeros bolsistas cujos cursos não se enquadravam nos critérios prioritários para a concessão da ajuda. Verificou-se, igualmente, redução na importância semestral que deveria ser atribuída. Sòmente os estudantes que realizavam cursos de ciências básicas foram contemplados com o auxílio integral de 300 dólares pelo semestre. Os demais foram contemplados com quantias inferiores, de acôrdo com o interêsse do curso ou estágio.

Intercâmbio educacional com o Paraguai

No quadro das atividades da Missão Cultural do Brasil em Assunção, um grupo de 36 professôres da Escola Brasil de Assunção, com a coperação do Ministério da Aeronáutica e da Divisão de Cooperação Intelectual, visitou o Brasil durante dez dias, entre 7 e 17 de julho de 1967, tendo permanecido três dias em São Paulo, cinco no Rio de Janeiro e dois em Brasília.

O grupo viajou em avião da FAB, de Assunção a São Paulo, de ônibus, de São Paulo ao Rio de Janeiro, e de avião militar, do Rio de Janeiro a Brasília, e a Assunção.

As professôras foram assistidas pelo Itamaraty em todo seu percurso no Brasil, tendo sua viagem marcado um ponto alto no âmbito das relações culturais Brasil-Paraguai.

Comissão para o intercâmbio educacional entre o Brasil e os Estados Unidos da América (Comissão Fulbright)

A Comissão continuou a ter como Presidente de Honra, em 1967, o Senhor John W. Tuthill, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil. O ano de 1967 assistiu a um incremento das atividades da Comissão Fulbright para o Brasil. Foram de grande importância as reuniões das Comissões Conjuntas de Planejamento a Longo Prazo, integradas por brasileiros e americanos, que, durante três semanas, realizaram estudos no campo das Ciências Sociais, Educação, Estudos Americano-Brasileiros, Ensino da Língua Inglêsa e Ciências Físicas e Naturais.

Verificou-se a expansão do programa para o ano acadêmico de 1967/1968, com relação ao exercício anterior, mediante a concessão de mais 6 bôlsas de viagem destinadas a professôres, pesquisadores e estudantes brasileiros. A Comissão programou, pela primeira vez, a concessão de 4 bôlsas para uso no interior do Brasil em favor de brasileiros, para o período 67/68.

O total de bôlsas concedidas em 1967 foi de 121, sendo 97 para brasileiros e 24 para americanos.

Dentre as bôlsas concedidas a brasileiros, destacam-se o programa para pesquisadores e professôres, com 15 bôlsas; o programa para estudantes, com 69 bôlsas, estando entre os campos preferidos a engenharia com 18 bôlsas; o programa de aperfeiçoamento de professôres secundários, com 15 bôlsas ao todo, sendo que o campo preferido foi o do ensino do inglês, com 10 bôlsas.

Dentro do programa para bolsistas americanos, foram concedidas 12 bôlsas a estudantes e 14 a professôres e pesquisadores.

Para o ano acadêmico 1967/1968, das 97 inscrições recebidas pela Comissão, 45 foram destinadas ao IIE, sendo

que 35 foram contempladas com bôlsas de viagem, aguardando matrícula em universidades americanas.

Entre os programas especiais, cabe ressaltar a realização de um seminário sôbre relações americano-brasileiras, sob o patrocínio conjunto da Comissão e do Departamento Cultural e de Informações. Consistiu o seminário em uma série de 6 conferências pronunciadas por personalidades americanas e brasileiras, sôbre o desenvolvimento da educação, ciência, história, economia e sociologia, nos EUA e no Brasil, bem como em discussões sôbre os fatôres culturais nos dois países.

Estudante-Convênio

Em virtude dos Acôrdos Culturais do Brasil com os países da América Latina, foram oferecidos, em 1967, àqueles países 307 vagas para os diversos cursos universitários no Brasil. O critério observado para a distribuição das vagas, quer em relação aos países, quer em relação aos cursos, obedeceu às necessidades das nações latino-americanas.

Do total mencionado, foram aproveitadas 222 vagas, observando-se integral aproveitamento para os cursos de medicina, engenharia e odontologia, ainda preferidos pelos estudantes latino-americanos. A diferença entre o número de vagas oferecidas e o número de vagas aproveitadas se deve ao fato de que as mesmas se referiam a cursos de direito e humanidades.

Bôlsas-de-estudo a estudantes estrangeiros

Experimentou substancial incremento o programa de bôlsas-de-estudo estipendiadas a estudantes estrangeiros, com a vinda de 122 bolsistas de pós-graduação, a concessão de 5 a estudantes-convênio e a manutenção do programa de bôlsas a estudantes africanos.

Como nos anos anteriores, diversos fatôres foram levados em conta para a concessão de bôlsas-de-estudo. Assim, os cursos de caráter técnico ou científico mereceram prioridade no critério de seleção para os candidatos da América Latina, enquanto, no que se refere aos países europeus, foram preferentemente escolhidos os candidatos a cursos de língua portuguêsa, literatura brasileira e estudos brasileiros em geral. O critério de seleção adotado estêve atento, outrossim, às circunstâncias do ensino técnico, científico ou artístico ministrado pelos estabelecimentos de ensino superior.

Como a complexidade do programa de bôlsas-de-estudo escapa ao âmbito específico da atuação do Setor, pois nêle participam universidades e demais centros de ensino superior, laboratórios e institutos científicos, museus e bibliotecas, manteve o Itamaraty estreito contato com essas entidades, as quais, quando solicitadas, raramente deixaram de cooperar com o referido programa.

Nessas condições, os bolsistas de 1967 puderam freqüentar, entre outras instituições, as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Rural Fluminense, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Pará, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo, o Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, a Bibloteca Nacional, o Instituto Joaquim Nabuco, o Hospital Pedro Ernesto, o Instituto Nacional do Câncer, a Escola Superior de Desenho Industrial do Estado da Guanabara, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, o Hospital Miguel Couto, o Hospital Central do Exército, o Hospital Central da Aeronáutica, o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Agronômico de Campinas, a Escola Superior de Agricultura «Luiz de Queiroz», etc.

Foram estabelecidos ou mantidos programas, visando à vinda de bolsistas estrangeiros, com as seguintes instituições: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Brasileiro

de Bibliografia e Documentação, Conselho Nacional de Geografia, Coordenação dos Programas Pós-Graduados de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e Comissão Nacional para o Decênio Hidrológico Internacional.

Durante 1967, realizaram estágio ou curso de aperfeiçoamento em estabelecimentos brasileiros estudantes pós-graduados dos seguintes países: Alemanha, Estados Unidos da América, Austrália, Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, França, Grã-Bretanha, Haiti, Itália, Japão, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal e Venezuela.

Foi mantido, outrossim, o programa de bôlsas, em nível de graduação, a estudantes africanos procedentes dos seguintes países: República Federal dos Camarões (1), República de Gana (3), Nigéria (6), Senegal (1), Serra Leoa (1), além de estudantes procedentes da província portuguêsa de Cabo Verde (3).

Diversos estudantes africanos concluirão o curso em fins de dezembro do corrente ano, devendo regressar aos seus países de origem após o recebimento do respectivo diploma.

As bôlsas estipendiadas a estudantes-convênio, concedidas em caráter excepcional e em número de cinco, foram oferecidas a nacionais da Argentina, Nicarágua e República Dominicana.

Os cursos realizados pelos bolsistas de pós-graduação prenderam-se às seguintes disciplinas: Mineralogia, Antropologia, Geologia, Literatura Brasileira, Biologia, Ciências Políticas, História do Brasil, Agronomia, Ginecologia, Arte na Educação, Psicologia, Odontologia, Siderurgia, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Econômica, Enfermagem, Hidrologia, Psiquiatria, Urbanismo, Economia Rural, Geografia, Paisagismo, Etnografia, Parasitologia, Ve-

terinária, Gravura, Desenho Industrial, Biblioteconomia e Documentação, Música, Hidrologia, etc.

Vale ressaltar, ainda, que foram concedidos auxílios financeiros, sob forma de passagem, a bolsistas estrangeiros de outras entidades culturais e científicas do país.

INFORMAÇÕES

O setor competente de divulgação interna e externa das atividades do Ministério das Relações Exteriores editou, durante o ano de 1967, quatro boletins diários: — o «Boletim radiotelegráfico», o «Boletim informativo», o «Resumo de Imprensa» e o «Boletim diário» — e três mensais: o «Panorama econômico», «Letras e Artes» e «Brazil-International Report».

O «Boletim radiotelegráfico» é um resumo diário dos principais acontecimentos da realidade brasileira, oficial e oficiosa, em que se relacionam todos os dados essenciais à atualização de nossas Missões e Repartições no exterior. Sua transmissão é feita por «telex» às Embaixadas do Brasil em Washington, Roma e Tóquio, e às Delegações brasileiras nas Nações Unidas em Nova York e em Genebra (que o retransmite à Embaixada em Moscou) e por via telegráfica às Embaixadas em Lisboa, Paris, Copenhague, Bonn e Buenos Aires, que o distribuem às Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações temporárias do Brasil na área.

O «Boletim informativo» condensa documentário dos principais atos oficiais do Govêrno, reproduz na íntegra documentos brasileiros de importância, tais como discursos do Chefe da Nação e dos Ministros de Estado, pronunciamentos que digam respeito à política externa e respectiva legislação, e à Administração em geral. Publicação diária, com tiragem de 290 exemplares.

O boletim «Resumo de Imprensa» é uma síntese dos principais acontecimentos registrados pelos jornais do Rio de Janeiro, transmitido diàriamente por «telex» à Embaixada em Washington e à Delegação Permanente na Organização das Nações Unidas e distribuído mimeografado às demais Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações do Brasil no exterior, numa tiragem de 290 exemplares.

O «Boletim diário» é um noticiário sucinto, que divulga especìficamente assuntos administrativos, avisos, comunicações e notícias de interêsse geral dos funcionários que servem na Secretaria de Estado.

O boletim «Panorama econômico», publicado em cadernos mensais, com tiragem de 300 exemplares, contém noticiário sôbre o momento econômico brasileiro, coletado da imprensa ou fornecido pela área especializada do Itamaraty e destinado à orientação dos funcionários lotados no exterior.

O boletim «Letras e Artes», coletânea dos principais acontecimentos e atividades brasileiras no setor de literatura cinema, teatro, artes plásticas, música, etc., visa manter os funcionários no exterior a par da vida cultural do país. É publicado em cadernos mensais, com tiragem de 300 exemplares.

No princípio do ano de 1967, iniciou-se a publicação de versões integrais em inglês dos principais pronunciamentos das autoridades da República. Ditas versões foram distribuídas, sob a forma de folhetos, a tôdas as Missões brasileiras no exterior, bem como a firmas interessadas no Brasil e a periódicos estrangeiros de projeção. Em meados do ano, por iniciativa do setor competente do Ministério das Relações Exteriores, foi iniciada a distribuição sistemática de informações e notícias sôbre o Brasil e as atividades do Govêrno, mediante a publicação de um fascículo em língua inglêsa, intitulado «Brazil-International Report», com tiragem de 1.500 exemplares mensais, em cooperação com a firma particular «Brazilian Information Service».

Entre as demais atividades no setor, cumpre destacar a seleção e remessa de recortes dos principais jornais brasileiros às Repartições no exterior, via mala diplomática, e a distribuição diária dos mesmos por assuntos específicos aos outros órgãos da Secretaria de Estado. No curso do ano em aprêço, foram remetidos para o exterior cêrca de 40 textos diferentes de discursos do Presidente da República; 50 textos de discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores; e 90 textos de discursos, pronunciamentos e conferências de diversos membros da Administração e de personalidades brasileiras. Finalmente, no setor de recepção e assessoramento de jornalistas estrangeiros foram registradas, no curso de 1967, as visitas de 3 jornalistas inglêses, 3 suíços, 3 franceses, 1 austríaco, 1 holandês, 6 noruegueses, 2 alemães, 3 suecos, 2 rumenos e 1 costarricense, dentre as quais, algumas de caráter oficial, por sugestão da Missão Diplomática brasileira no respectivo país de origem.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Durante o exercício de 1967, a Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores visou, precipuamente, ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, sua simplificação e metodização, atualização permanente de fontes de informação, a fim de atender com eficiência o crescente volume de trabalho.

Foram expedidas 755 declarações para efeitos diversos. Procedeu-se a 115 embarques de carga, 151 desembaraços de bagagem e 84 de cargas diversas. Foram autorizados 820 pedidos de gôzo de férias ordinárias no exterior, expedidas 128 certidões de tempo de serviço; concedidas 448 licenças, e processados 1.551 laudos médicos. Entre os diversos trabalhos de atualização cadastral cumpre assinalar que o «Anuário de 1967» encontra-se em fase final de elaboração para publicação a 31 de dezembro do corrente.

Quanto ao pagamento em moeda nacional e em dólares aos funcionários lotados, respectivamente, na Secretaria de Estado e no exterior, elaboraram-se mensalmente: fôlhas de pagamento de 1.131 funcionários do Quadro Permanente e 292 auxiliares temporários; emitiram-se 402 saques de remuneração mensal e pensão alimentícia de funcionários lotados no exterior que se encontravam na Secretaria de Estado a qualquer título; emitiram-se, ainda, 1.526 saques em favor de funcionários do Itamaraty ou de pessoas estranhas ao Ministério designados estas e aquêles para participarem de Delegações ao exterior; elaboraram-se 350 fôlhas do cálculo de remoção de funcionários, 5.387 minutas de telegra-

mas e 250 CTs à Delegacia do Tesouro e postos no exterior; autorizaram-se 466 suplementos de representação; 287 compromissos de tempo integral e 361 processamentos e autorizações de expedientes por adicional por tempo de serviço público efetivo.

Foram providenciadas 177 remoções de Diplomatas e Oficiais de Chancelaria entre a Secretaria de Estado e o Exterior, bem como entre os postos no Exterior. Foram tornadas sem efeito 17 remoções. Processaram-se, por outro lado, 92 designações de servidores administrativos em geral para o exterior ou para a Secretaria de Estado. Efetuaram-se ainda 18 requisições de funcionários do Ministério das Relações Exteriores para outros órgãos e 6 em sentido inverso, além de 3 transferências de funcionários de outros órgãos para o Ministério das Relações Exteriores. Expediram-se 17 Mensagens ao Senado Federal (acompanhadas das respectivas Exposições de Motivos e Currículos); 70 Decretos de Delegações ao Exterior; 153 Designações para funções na Secretaria de Estado; 61 dispensas de funções na Secretaria de Estado; 7 Decretos de Agregação e 3 de Desagregação.

Foram nomeados e empossados 44 novos Terceiros Secretários e 23 funcionários de diversas categorias. Foi também dada posse a 45 Diplomatas em cargos de Chefia e Assessoramento. Aposentaram-se 6 diplomatas e 15 outros funcionários de diversas categorias.

Além dos estudos de inúmeros processos de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, cabe indicar os 433 examinados com vistas ao enquadramento no Decreto número 60.818, de 6 de junho de 1967, havendo também 45 retificações de enquadramento e 50 de reexame de readaptação. Além de 132 admissões de auxiliares locais no exterior e 61 dispensas, procedeu-se a minucioso estudo da Seção VII, do Livro XV, do Manual de Serviço, com vistas à sua atualização, consolidando-se, assim, tôdas as normas relativas aos

auxiliares no exterior, consubstanciadas na Instrução de Serviço nº 11, de 3 de novembro de 1967.

O Setor competente do Ministério das Relações Exteriores procedeu, outrossim, a cuidadoso exame das prestações de contas remetidas de todos os postos no exterior, atualizou carteiras profissionais e reformulou tôdas as rotinas para o exato levantamento do pessoal temporário na Secretaria de Estado, a fim de atender não apenas às exigências da legislação pertinente à Previdência Social como também ao Ministério da Fazenda, no tocante às fôlhas de pagamento. Foram também adotadas medidas no sentido de facilitar as providências para o pagamento do 13º salário.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

O Setor competente do Ministério das Relações Exteriores manteve rigorosamente em dia, durante o ano de 1967, as suas tarefas, provendo com instalação, conservação e reparos de móveis e imóveis, e também material de expediente, as várias Secretarias-Gerais Adjuntas, Departamentos e Divisões da Secretaria de Estado, as Missões Diplomáticas, as Delegações junto a Organismos Internacionais, Repartições Consulares e demais Serviços do Ministério das Relações Exteriores no exterior. Não obstante a insuficiência de pessoal, exerceu, através dos setores de prestação de contas e de inventário, um contrôle mais efetivo de sua fiscalização. Além disso, prestou-se uma completa assistência às Repartições no exterior. No intuito de esclarecer e orientar aquelas Repartições, Instruções de Serviço e Circulares sôbre normas de trabalho foram expedidas.

Foram concedidos recursos para completar a instalação das seguintes Embaixadas: Acra, Âncara, Argel .... (US$ 4,000.00), Atenas, Buenos Aires (US$ 16,335.00), Bogotá (US$ 13,966.00), Caracas (US$ 31,752.00), Colombo (US$ 4,350.00), Cairo (US$ 3,418,00), Dacar (US$ 7,481.00), Guatemala (US$ 11,375.00), Haia (US$ 32,185.00), Lagos, La Paz, Madrid, México (US$ 3,715.00), Montevidéu, Moscou, Oslo .... (US$ 14,227.00), Paris (US$ 11,050.00), Praga ...... (US$ 13,741.00), Panamá (US$ 8,785.00), Roma, Rabat (US$ 15,000.00), Saigon (US$ 4,980.00), Santiago .... (US$ 5,764.00), Taipé, Teerã (US$ 12,442.00), Teguci-

galpa, Tóquio (US$ 19,580.00), Túnis (US$ 17,280.00), Varsóvia (US$ 12,000.00), Viena (US$ 9,200.00) e Washington (US$ 2,900.00); Delegações: ALALC, Genebra (US$ 6,800.00), OEA (US$ 10,000.00) e ONU; Repartições Consulares: Assunção (US$ 2,150.00), Barcelona (US$ 3,000.00), Buenos Aires (US$ 1,500.00), Chicago, Cobe (US$ 1,711.00), Filadélfia, Hamburgo .... (US$ 5,740.00), Havre (US$ 1,023.00), Hong-Kong, Melo (privativo) (US$ 2,516.00), Miami (US$ 7,900.00), Milão (US$ 2,700.00), Nova Orleans (US$ 11,600.00), Nova York (US$ 2,370.00), Paris (US$ 5,000.00), Roterdão, Sidney (US$ 4,400.00), tudo num total aproximado de US$ 390,000.00.

Foram também providenciadas, no decurso do ano de 1967, para a Secretaria de Estado:

Aquisições no Brasil: 12 máquinas de escrever elétricas; 24 máquinas comuns (não-elétricas); 18 máquinas *Thermo-fax;* 36 circuladores de ar; 24 interfones; 32 aparelhos de ar condicionado; 12 telefones; 12 geladeiras; 3 máquinas *Ditto;* 8 bebedouros; 2 retificadores; 1 incinerador; 1 esmaltadeira; 1 guilhotina; 1 máquina de abrir cartas; 1 balança; 1 fotocopiadora, tudo num total aproximado de .... NCr$ 144.770,00.

Aquisições no Exterior : 1 aparêlho *Thermo-flux*; 1 microscópio; 1 máquina de escrever portátil; 6 máquinas trituradoras; 1 máquina «flexowriter»; 1 máquina fotográfica; 1 aparelho «Medtronic Vein Eraser» e 6 máquinas de escrever elétricas, tudo num total aproximado de US$ 10,103.00.

Foram adquiridos, em 1967, para as Repartições no exterior: 10 fotocopiadoras; 106 máquinas de escrever e aparelhos diversos para residências e chancelarias, tudo num total aproximado de US$ 102,000.00.

Cumpre observar que se está empreendendo o levantamento do inventário geral da Secretaria de Estado, serviço interrompido desde 1945. Os trabalhos de reforma da parte

nobre do Palácio, encetados em 1966 sob a orientação da Divisão do Material e Patrimônio, estão adiantados e prosseguem em ritmo satisfatório.

O plano patrimonial de 1967 compreendeu o seguinte:

a) Construção (continuação dos trabalhos) da Chancelaria em Berna, em terreno de nossa propriedade.

b) Construção (continuação dos trabalhos) da Residência em Dacar, em terreno próprio.

c) Construção (continuação dos trabalhos) da Residência em Beirute, em terreno próprio.

d) Construção (continuação dos trabalhos) da Chancelaria em Lima, em terreno próprio.

e) Obras de reforma em próprios nacionais: Residências em Santiago, Haia, Belgrado e Roma.

Os recursos empenhados neste exercício para êsse fim são da ordem de US$ 513,317.00, dos quais US$ 201,470.00 à conta da dotação orçamentária de 1967 e US$ 311,847.00 em «Restos a Pagar de 1966».

Foram, igualmente, tomadas providências no sentido de ultimar-se a aquisição da Residência da Embaixada em Belgrado.

Quadro estatístico das atividades da
Divisão do Material e Patrimônio
durante o ano de 1967

Exposições de Motivos	8
Memorandos	320
Requisições ao Departamento Federal de Compras	533

Autorizações de saque	700
Requisições de formulários ao Departamento de Imprensa Nacional	5
Adiantamentos	7
Coletas de preços	30
Concorrências públicas	3
Contratos assinados	1

COMUNICAÇÕES

Telegramas

Em 1967, o número de telegramas expedidos pela Seção de Telegramas elevou-se a 36.655, até 12-XII-67:

Oficiais numerados às Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais	32.293	
Particulares	3.984	
Ao Gabinete em Brasília	378	
TOTAL PARCIAL	36.655	36.655

O número de telegramas recebidos foi, no mesmo período, de 30.827, segundo a discriminação abaixo:

Oficiais numerados recebidos das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais	27.696	
Particulares	2.304	
Do Gabinete em Brasília	827	
TOTAL PARCIAL	30.827	30.827
TOTAL GERAL		67.482

Pelos dados abaixo pode-se avaliar o crescimento do número de telegramas tramitados na Seção respectiva nos últimos 8 anos:

	Expedidos	*Recebidos*	*Total*
1960	12.543	12.441	24.984
1961	15.635	15.800	31.435
1962	16.198	15.191	31.389
1963	15.396	15.138	30.534

1964	23.343	20.804	44.147
1965	27.686	24.432	52.118
1966	31.247	28.711	59.958
1967	36.655	30.827	67.482

Cartas-Telegramas

No ano de 1967 tramitaram pela Seção de Cartas-Telegramas 18.677 comunicações dêsse tipo, assim discriminadas:

CTs Expedidas:

Às Missões Diplomáticas	4.045	
Aos Consulados	2.412	
Às Delegações Junto a Organismos Internacionais	388	
À Delegacia do Tesouro	710	
CTs-Circulares	235	
Particulares	5	
TOTAL PARCIAL	7.795	7.795

CTs Recebidas:

Das Missões Diplomáticas	7.707	
Dos Consulados	2.614	
De Delegações junto a Organismos Internacionais	550	
De Particulares	10	
Da Delegacia do Tesouro	1	
TOTAL PARCIAL	10.882	10.882
TOTAL GERAL		18.677

Observação: Os dados acima cobrem o período de 1º de janeiro a 12 de dezembro de 1967.

Malas Diplomáticas

Foi o seguinte o movimento da Seção de Malas Diplomáticas em 1967 (dados até 12-XII-67):

Malas aéreas expedidas	3.357
Sobrecartas aéreas expedidas	3.032
Malas marítimas expedidas	202
TOTAL EXPEDIDO	6.591

Malas aéreas recebidas	2.820
Sobrecartas aéreas recebidas	1.735
Malas marítimas recebidas	171
TOTAL RECEBIDO	4.726
Sobrecartas contendo 1[a]s vias de CTs recebidas	4.621
Sobrecartas contendo ofícios aéreos recebidos	3.741

Malas de Brasília

Foi o seguinte o movimento da Seção de Malas de Brasília no ano de 1967 (dados até 12-XII-67):

	Expedidos	*Recebidos*
Malas de couro	128	61
Malas aéreas	257	237
Exposições de Motivos	243	56
Decretos	378	599
Portarias	537	526
Ofícios	2.893	1.050
Avisos	635	193
Telegramas	63	51
Cartas	1.767	1.371
Sobrecartas	2.404	2.792
Cópias de CTs	19.330	0
Notas	0	14
Cópias de Telegramas	37.355	0
Processos	0	42
Circulares	2.461	0
Diários Oficiais	0	12.890
Memorandos	17	201
Volumes diversos	519	196
Material para expediente	279	0
Expedientes p/a Pres. Rep.	0	527
Textos-de-Serviço	1.151	0
Ao Arquivo	0	1.090
Impressos	1.410	138
À Classificação	0	1.527
Confidenciais	9.219	101
Diversos	4.265	520

Instruções de Serviço	186	0
Materiais diversos	17.201	52
Medicamentos	407	0
Caixotes	33	0
Máquina para passaportes	1	0
Máquinas dactilográficas	5	0
Máquina duplicadora «Ditto»	1	0
Bandeiras	213	0
Cadernetas de passaportes	2.000	0

Carteira de Saída

Em 1967, a Carteira de Saída apresentou o seguinte movimento (dados de 12-XII-66 até 31-XII-67):

Encaminhados à Expedição	29.610
Encaminhados à Seção de Malas Diplomáticas	12.886
Encaminhados à Seção de Malas de Brasília	3.771
Expedientes levados em mãos	4.871
Numerados por telefone	4.010
TOTAL	55.148

Carteira de Entrada

Os índices de movimentação da Carteira de Entrada em 1967 (dados até 8-XII-67) foram os seguintes:

Correspondência protocolada e encaminhada à Classificação	28.754
Correspondência encaminhada às Divisões	9.793
Correspondência encaminhada à distribuição da Divisão	3.279
Correspondência encaminhada à Expedição	263
Correspondência encaminhada às Malas diplomáticas	108
Correspondência encaminhada às Malas de Brasília	23
Convites dirigidos aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, protocolados e levados em mãos aos destinatários	4.444
Correspondência particular, protocolada e levada em mãos, pelo mensageiro que serve à Carteira de Entrada	6.312
Informações pelo telefone a funcionários da Secretaria de Estado e a diversas Repartições	1.835
Partes atendidas	3.411

Documentos entregues em mãos	1.241
Cópias de notas	5.103
Volumes	2.005
Guias remetidas à Classificação	958

Multiplicação

Os trabalhos executados pela Seção de Multiplicação em 1967 (até 12-XII-67) são indicados pelos dados abaixo:

Mimeógrafo

	Nº trabalhos	*Páginas*	*Tiragem*
Circulares	467	994	534.049
Textos de Serviço	173	627	438.540
Instruções de Serviço	17	65	25.640
Diversos	4.857	14.398	2.637.299
TOTAL	5.514	16.084	3.635.528

Impressão «off-set»

	Nº trabalhos	*Páginas*	*Tiragem*
Diversos	258	3.022	1.541.240

Expedição

O movimento verificado no setor de Expedição em 1967 foi o seguinte (não computados os dados relativos a dezembro):

Cartas e ofícios	*Quantidade*	*Despesas* (NCr$)
Via aérea	8.575	5.629,52
Via de superfície	6.452	1.679,69
Franquia Pan-Americana	611	—
Em mãos	31.848	—
Volumes entregues em mãos	3.398	—
Volumes recolhidos	355	—
Malas diplomáticas entregues	3.034	—
Malas diplomáticas recolhidas	2.535	—
Vistos em passaportes	97	—
TOTAL	56.905	7.309,21

Impressos	*Quantidade*	*Despesa* (NCr$)
Via aérea	2.880	2.791,23
Via de superfície	14.229	16.318,72
Franquia Pan Americana	5.979	—
Brasil, via de superfície	30.967	—
TOTAL	54.055	19.109,95

ARQUIVO

Classificação, Distribuição e Encaminhamento

Foi o seguinte o movimento do Setor de Classificação, Distribuição e Encaminhamento em 1957:

Recebidos da Carteira de Entrada	40.932
Recebidos por Malas diplomáticas	83.168
Vias aéreas	9.116
Cartas-Telegramas	28.714
Minutas	54.282
Recolhidos ao Gabinete em Brasília	3.093
Diversos	78.413
Ordens de Serviço	60
Protocolo	8.753

Antecedentes

Em números aproximados, foi o seguinte o movimento do Setor de Antecedentes no ano que se finda:

Maços transferidos	2.800
Maços mudados para o Anexo	14.500
Maços consultados nas Divisões	14.024
Maços consultados em «guichets»	14.576
Documentos datilografados	1.800
Documentos arquivados	1.480.000

Originais

Os dados abaixo indicam as atividades do Setor de Originais em 1967 (cômputo até 12-XII-67):

Consultas	9.400
Volumes encadernados	1.052
Volumes revistos	1.483
Documentos arquivados	628.000

Datilografia e Cópia

Em 1967, o Setor de Datilografia e Cópia datilografou cêrca de 89.480 expedientes (até 12-XII-67).

Correspondência Especial

Os números apresentados abaixo indicam o movimento aproximado do Arquivo de Correspondência Especial em 1967:

Maços consultados nas Divisões	2.500
Maços consultados no balcão	600
Originais consultados no balcão	400
Protocolo de entrada	4.620
Protocolo de saída	2.300
Circulares (sobrecartas)	3.200
Cartas-Telegramas e CTs Circulares (sobrecartas)	3.600
Originais arquivados	32.400
Substitutos datilografados	32.400
Maços transferidos	2.350
Maços revistos	50
Expedientes datilografados	2.000
Mala de Brasília (envelopes)	250

Microfilmagem

No ano de 1967 o Setor de Microfilmagem executou cêrca de 3.500 trabalhos de microfilmagem e 190 de cópias.

Fotografia

No ano em consideração o Setor de Fotografia executou cêrca de 3.280 trabalhos fotográficos e 1.675 trabalhos de cópias fotostáticas.

DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

No ano de 1967, a coleção da Biblioteca foi enriquecida através da compra ou doação de obras básicas de referência sôbre os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Êsses livros versam sôbre os seguintes assuntos: política interna e externa, direito internacional público, economia, história e geografia, assuntos que são da maior importância para o Itamaraty. Tais obras não só aumentaram o acervo como também atualizaram a bibliografia. Além dessas, foram incorporadas obras de vários outros assuntos de interêsse do Ministério das Relações Exteriores, num total de 1.015 obras em 4.566 volumes.

A catalogação desenvolveu-se consideràvelmente, com a reprodução de fichas de autor para o futuro catálogo da biblioteca de Brasília. Também para as bibliotecas básicas das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares as obras enviadas foram acompanhadas das respectivas fichas de autor, assunto e topográfico.

A lista alfabética relacionando por título todos os periódicos existentes na Biblioteca do Itamaraty, foi impressa e distribuída entre as entidades nacionais e estrangeiras. Essa lista constitui precioso elemento de trabalho de bibliotecários e documentaristas, pois descreve detalhadamente cada um dos periódicos existentes no Itamaraty. Baseada nessa lista, em 1968 será iniciada a reorganização da coleção de periódicos.

Anualmente é enviado para oficina de encadernação do Ministério das Relações Exteriores e particulares, grande número de volumes. Em 1967, de janeiro a novembro, foram encadernados 1.936 volumes, havendo sido 172 preparados em Bradel e 8 em pergaminho.

O empréstimo entre bibliotecas tem favorecido aos consulentes do Itamaraty e de outras entidades. Por êsse sistema, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Petrobrás, entre outros, recorrem ao Itamaraty para atender aos seus inúmeros leitores.

As Bibliografias, mensal e anual, continuam sendo publicadas e distribuídas com regularidade.

Também, com o intuito de facilitar e incrementar o intercâmbio de doações com diversas entidades, a Biblioteca vem publicando e distribuindo, regularmente, uma «Lista de Duplicatas» de obras gerais e periódicos.

O «Plano de sistematização das Bibliotecas» prossegue em ritmo acelerado, a fim de que, no menor espaço de tempo, possa a Biblioteca da Secretaria de Estado dotar as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares do material bibliográfico de que tanto necessitam para seus trabalhos. Além de terem sido organizadas as coleções programadas para 1967 — as das Embaixadas em Viena e Bonn e da Delegação em Genebra —, a Biblioteca ainda inventariou o acervo da Missão Diplomática em Tóquio, para onde, no início de 1968, será remetido catálogo topográfico e, posteriormente, o dicionário. Com referência à Biblioteca de Taipé, todo o acervo foi arrumado por assunto, de acôrdo com a «Classificação Decimal Universal», o mesmo ocorrendo com a de Bangkok, Hong-Kong e Atenas.

A Biblioteca participou da 33ª Conferência Geral da FID e do 2º Congresso Internacional de Reprografia, realizados em Tóquio e Colônia, respectivamente, nos períodos de 12 a 22 de setembro e de 25 a 31 de outubro do corrente ano. Durante a conferência solicitou e obteve da FID auto-

rização para traduzir o «Manual de Reprografia». Pela primeira vez tão valioso material será traduzido para língua portuguêsa e editado pela Associação Brasileira de Bibliografia.

MAPOTECA

Aquisições

Dando uma nova orientação ao seu sistema de aquisições, a Mapoteca, no início do corrente ano, estabeleceu um contato direto com as principais instituições cartográficas oficiais e particulares dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental. Tal iniciativa permitiu a coleta de informações pormenorizadas da produção cartográfica de cada uma daquelas instituições sôbre tipos, estilos e edições de mapas e atlas, grau de atualização dos dados respectivos, bibliografia cartográfica, equipamentos e aparelhagem para guarda, conservação, reprodução etc., informações essas que possibilitaram, no decorrer do ano, uma seleção melhor e mais objetiva do material adquirido.

Novos e modernos mapas de continentes, regiões e países, atlas e plantas, bem como obras de referência relacionadas com a cartografia, foram incorporados ao acervo do Ministério das Relações Exteriores, consoante o movimento editorial estrangeiro, sem contar os inúmeros mapas gerais, regionais e especiais do Brasil, publicados pelos serviços cartográficos e firmas particulares do país. Neste particular, a Mapoteca do Itamaraty é o mais completo e atualizado arquivo cartográfico brasileiro — o único no Brasil —, por êsse motivo credenciado a se tornar a cartoteca oficial do sistema cartográfico nacional, criado por Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro último, que fixou as diretrizes e bases para o seu funcionamento.

Acervo

Em 14 de dezembro de 1967 a Mapoteca possuía o seguinte número de peças:

1. Acervo cartográfico (mapas, atlas, livros, periódicos e folhetos)	21.555
2. Acervo iconográfico (fotografias, retratos)	12.152
TOTAL	33.707

Acervo cartográfico

Durante o ano de 1967 foi adquirido, por compra ou doação, e incorporado ao acervo da Mapoteca, o seguinte montante de peças:

Mapas	681
Atlas	13
Obras de referência (livros, folhetos, etc.)	272
TOTAL	966

Acervo iconográfico

Além da coleção cartográfica e de algumas centenas de livros e folhetos, a Mapoteca possui também, desde longa data, uma coleção iconográfica, constituída, principalmente, de fotografias e retratos, num total de 12.152 peças, assim distribuídas:

Fotografias, estampas etc.	6.772
Retratos	5.230
Álbuns (retratos, vistas, etc.)	150
TOTAL	12.152

Consultas

Aumentou em 1967 o número de consultas à Mapoteca, principalmente por parte de elementos estranhos aos quadros do Itamaraty. A publicação, nos últimos anos, de inúmeros catálogos especializados despertou o interêsse de professôres e estudantes, geógrafos e historiadores, pela documentação cartográfica, antes pouco utilizada como fonte de pesquisas e estudos.

Empréstimos

Além das peças cedidas para fora da Seção, e pertencentes ao seu acervo, a Mapoteca adquiriu no exterior e em firmas e serviços cartográficos brasileiros uma quantidade apreciável de mapas para uso da Secretaria de Estado. Essas aquisições foram feitas de acôrdo com as solicitações e preferências dos diversos setores do Itamaraty.

Coleta de material

A fim de cumprir o programa de remessa de mapas do Brasil às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, bem como atender aos pedidos dos diversos setores do Itamaraty, a Mapoteca adquiriu, por compra, trinta (30) novos mapas, num total de 1.720 exemplares. Somados aos comprados no ano passado, o acervo dos mapas e publicações cartográficas, para distribuição, existente na Seção, compreende, no momento, cêrca de 5.100 peças.

«Vida e Obra do Barão do Rio Branco — Iconografia»

Dando cumprimento ao programa de divulgação do acervo da Mapoteca, foi concluído em 1967 o catálogo de

fotografias e retratos do Barão do Rio Branco, num total de 1.743 fichas. O referido catálogo deverá ser remetido à Imprensa Nacional, para publicação, no início do próximo ano.

«Bibliografia Cartográfica»

Publicada mensalmente, ela registra as aquisições que vão sendo efetuadas pela Mapoteca. Sua distribuição destina-se aos diversos setores da Secretaria de Estado, bem como a inúmeras instituições culturais brasileiras e estrangeiras (bibliotecas, arquivos, centros de documentação etc.). Total de aquisições registradas: 966 peças.

«Catálogo das publicações cartográficas para permuta e doação»

Dando início ao intercâmbio com instituições brasileiras e estrangeiras interessadas na permuta de mapas e de outras formas de representação gráfica, a Mapoteca acaba de elaborar o catálogo dos mapas, atlas e das obras de referência que são indispensáveis ao estudo cartográfico, num total de 254 itens e mais de 5.000 exemplares, os quais se destinam a permuta e doação. O intercâmbio será feito, de preferência, com entidades brasileiras (bibliotecas públicas, universitárias, de serviços especializados etc.) e visa a permitir à Mapoteca o conhecimento e a coleta de mapas, plantas e atlas, porventura editados em outras unidades da Federação.

ARQUIVO HISTÓRICO

Publicou-se a segunda edição do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco e mimeografaram-se os Arquivos Particulares do Visconde de Cabo Frio e de Rodrigo de Sousa

da Silva Pontes. Encontram-se em fase final as organizações dos Arquivos Particulares: do Visconde do Rio Branco e do Barão do Penedo. Quanto a informações históricas, foram realizadas pesquisas sôbre Pedro de Toledo; Relações do Brasil/México (1914/1915); Conde de Gobineau; Limites do Brasil e Barão do Rio-Branco. Além disso o Setor competente do Ministério das Relações Exteriores contribuiu com documentos para a exposição «Comemoração do Bicentenário de D. João VI», organizada pelo Museu da Imagem e do Som; facilitou a pesquisa a consulentes nacionais e estrangeiros; e procedeu à microfilmagem dos seguintes documentos: Limites com o Peru; Caricaturas antigas; Colônias Suíças no Brasil; Documentos sôbre a atuação do Barão do Rio-Branco no Consulado em Liverpool; Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro e Documentos sôbre Limites com o Uruguai e personalidades dos séculos XVII e XVIII. No ano de 1967, foram incorporados ao Arquivo Histórico 25 Atos Internacionais.

PUBLICAÇÕES

O Ministério das Relações Exteriores editou, em 1967, 28 obras num total de 33.500 exemplares:

Atos Internacionais

Nº		*Ex.*
500 —	Brasil-Japão: Acôrdo sôbre Transportes Aéreos	1.000
501 —	Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado	500

507 — Brasil-União Soviética:

Acôrdo de Comércio e Pagamento 500

508 — Brasil-Hungria:

Acôrdo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica 500

509 — Brasil-Japão:

Acôrdo de Migração e Colonização ... 1.000

510 — Brasil-Itália:

Acôrdo de Cooperação para Uso Pacífico da Energia Nuclear 500

511 — Brasil-Espanha:

Acôrdo de Migração 500

512 — Brasil-Bulgária:

Acôrdo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica 500

513 — Brasil-Romênia:

Acôrdo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica 500

514 — Brasil-Honduras:

Convênio Cultural 500

515 — Convenção sôbre Asilo Territorial 1.000

516 —	Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá)	1.000
518 —	Brasil-Israel:	
	Acôrdo Básico de Cooperação Técnica .	500
527 —	Convenção Internacional para Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão	300
320 —	Brasil-Estados Unidos da América:	
	Acôrdo da Assistência Militar (reedição)	1.000

Obras Periódicas

Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1966	1.200
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional ns. 37 e 38	1.000
Lista Diplomática:	
Janeiro — Fevereiro — Março	2.500
Abril — Maio — Junho	2.500
Julho — Agôsto — Setembro	2.500
Outubro — Novembro — Dezembro ..	2.500
Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores	1.000

Obras Diversas

A Nova Política de Fronteiras	1.200
A Política Exterior do Brasil	1.200
Arquivo do Barão do Rio-Branco	500
Brasil-Santa Sé:	
Documentário da Oferta da Rosa de Ouro ao Santuário de N. S. Aparecida	2.000
Coleção de Portarias Normativas do Ministro de Estado (atualizadas até 31/XII/1961)	1.200
Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas	
Estudos de História do Brasil	2.000
Raul Fernandes (90º aniversário)	1.200
Regulamento do Instituto Rio-Branco ..	1.200
TOTAL	33.500

Outras obras em fase de composição e em fase final de impressão encontram-se ainda na Imprensa Nacional:

Atos Internacionais

223 — Carta das Nações Unidas (reedição)

506 — Convenção Única sôbre Entorpecentes

517 — Brasil-Alemanha:

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica

519 — Brasil-Israel:

Convênio de Intercâmbio Cultural

520 — Brasil-República Federal da Alemanha

521 — Brasil-Itália;

Acôrdo para isentar da Bitributação as Rendas Relativas ao Exercício da Navegação Marítima e Aérea.

522 — Brasil-Japão:

Acôrdo Cultural

523 — Brasil-Estados Unidos:

Tratado de Extradição e Protocolo Adicional

524 — Brasil-México:

Convênio de Intercâmbio Cultural

525 — Brasil-República Árabe Unida:

Acôrdo Cultural

526 — Brasil-Polônia:

Acôrdo de Comércio e Pagamentos

528 — Brasil-Suécia:

Acôrdo para evitar a Bitributação sôbre a Renda e o Capital

529 — Brasil-Iugoslávia:

Ajuste de Comércio e Pagamentos

531 — Brasil-França:

Acôrdo de Cooperação sôbre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos

532 — Brasil-China:

Acôrdo de Comércio e Pagamento

533 — Brasil-Uruguai:

Acôrdo para a Criação de uma Comissão Mista para o Aperfeiçoamento da Lagoa Mirim

534 — Brasil-Paraguai:

Acôrdo sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica

535 — Brasil-Senegal:

Acôrdo Comercial

536 — Protocolo de Emenda à Convenção de Varsóvia de 1929 sôbre Transporte Aéreo Internacional

Diversos

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional ns. 39 e 40

Efemérides Brasileiras (reedição)

História do Palácio Itamaraty (reedição)

Missão Bellegarde ao Paraguai, II vol.

ORGANIZAÇAO

A par de suas atividades de rotina, tais como a elaboração de projetos de Decretos, Leis e Portarias, preparo de Instruções de Serviço envio às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares de Textos-de-Serviço, com a transcrição de todos os textos legais concernentes ao campo de ação do Itamaraty, e resposta a requerimentos de informações do Congresso Nacional, o Setor competente do Ministério das Relações Exteriores, a Divisão de Organização, concentrou-se na elaboração de outros trabalhos de escopo mais amplo.

Dentre essas últimas atividades, poderiam mencionar-se: a elaboração da proposta de aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva; estudos para a atualização do Regimento Interno da Secretaria de Estado; reorganização de setores da Secretaria de Estado; estudos sôbre a representação de servidores em exercício no exterior; equacionamento de problemas logísticos ligados à realização de conferências internacionais; e estudos relativos à simplificação de expedientes e dinamização do seu fluxo entre os órgãos do Ministério.

Por outro lado, a atualização da publicação «Reforma», agora intitulada «Serviço Exterior Brasileiro», veio facilitar grandemente a consulta aos textos legais de maior interêsse para os funcionários do Itamaraty.

Adquiriu especial relevância a atualização e publicação do Manual de Serviço (Tomo Administrativo), que implicou em um esfôrço de unificação de todos os dispositivos legais e normas internas referentes à estrutura orgânica e pessoal do Ministério, normas essas que sofreram repetidas alterações no decorrer dos últimos dez anos.

ORÇAMENTO

Execução Orçamentária

Publicada a Lei de Meios para 1967, o Setor competente do Ministério das Relações Exteriores preparou e encaminhou, ainda em dezembro de 1966, as tabelas de distribuição dos recursos ao Tesouro Nacional, ao Departamento Federal de Compras e à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, segundo as necessidades da Secretaria de Estado e das repartições sediadas no exterior.

Foi também elaborado e registrado no Tribunal de Contas o Orçamento Analítico do Itamaraty, de acôrdo com a legislação então em vigor.

Durante o exercício de 1967, procedeu-se, sob a orientação do Departamento de Administração, à realocação dos recursos do Ministério com vistas a atender à execução da política externa, alterando o Orçamento Analítico e providenciando a abertura de vários créditos adicionais. Foram providenciados ainda todos os pagamentos de despesas da Secretaria de Estado e dos postos, devendo-se notar o proveitoso resultado do contrôle centralizado das despesas no exterior, que se espera aperfeiçoar no próximo exercício.

Proposta Orçamentária para 1968

Na reunião ministerial de 28 de fevereiro de 1967, foi estabelecido o limite de despesa de NCr$ 118.000.000,00 a ser observado na elaboração da Proposta Orçamentária do

Itamaraty para 1968. Através de sucessivos contatos com as autoridades do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral encarregadas de coordenar a elaboração do projeto da Lei do Orçamento da União, conseguiu-se a elevação do limite de despesa anteriormente fixado, que passou a cêrca de NCr$ 135.000.000,00. Enviada a mensagem ao Congresso Nacional, foram estabelecidos novos contatos com a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados com vistas à realocação de recursos mais adequada à execução das atividades do Ministério em 1968, o que foi alcançado graças à compreensão dos parlamentares encarregados do estudo do orçamento do Itamaraty.

Reforma Administrativa — aspectos orçamentários

A Reforma Administrativa (Decreto-Lei 200), em vigor desde 15 de março de 1967, alterou — em alguns casos, substancialmente — o sistema de administração e fiscalização financeira. Algumas dessas alterações entraram imediatamente em vigor, havendo sido adaptada a rotina do Itamaraty às novas disposições orçamentárias.

Além das modificações de rotina dos serviços, a Reforma Administrativa criou as Inspetorias Gerais de Finanças, cuja estrutura está delineada no Decreto-Lei nº 200.

Ao terminar o ano de 1967, ainda não haviam sido baixados os regulamentos e manuais a que se refere o Decreto nº 61.386, que trata das Inspetorias. Assim, não se pôde implantar, em 1967, a Inspetoria Geral de Finanças do Ministério das Relações Exteriores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

Foram inauguradas as novas instalações do Setor, em 2 de janeiro de 1967, com uma área útil de 166 m2, constando das seguintes dependências e clínicas especializadas: Gabinete da Chefia e Assistente Social, Sala de Espera, Cirurgia, Cardiologia e Pneumologia, Fisioterapia, Psiquiatria e Sala de Recuperação, Clínica Médica e Ginecologia, Farmácia, Gabinete Odontológico e Laboratório de Análises.

Atendimentos efetuados na Clínica Médica, Cardiológica, Pneumológica e Psiquiátrica; total — 7.666.

Fisioterápica	2.498
Odontológica	1.581
Radiografias dentárias e de 18x24 (extremidades ósseas)	481
Eletrocardiogramas	155
Grandes cirurgias	54
Pequenas e médias cirurgias	212
Exames de laboratório	992
Injeções	4.102
Curativos	1.410
Medicação de emergência	157
Atendimentos domiciliares	634
Remoções (ambulância)	241
Casos Sociais (internações, visitas domiciliares e encaminhamentos para outras clínicas)	130
Doações de óculos	90
Botas ortopédicas	20
Colête gessado	4

Atendimentos na forma de convênios

Radiografias	423
Adenoamigdalectomias	15
Eletroencefalogramas	53
Exames laboratoriais (antes de funcionar o laboratório do SAMS)	344

Em colaboração com o Serviço Nacional de Tuberculose, foi efetuado o cadastro toráxico do pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Abreugrafias	1.167

Foi feita a entrega de medicamentos doados pelo Brasil ao Govêrno de Gana; realizado o exame de saúde de funcionários brasileiros e seus familiares nos países africanos e efetuado o levantamento sanitário dos países visitados, dando seqüência ao plano assistencial do Departamento de Administração aos funcionários lotados no exterior.

IDENTIFICAÇÃO E PERÍCIA

Foi o seguinte o movimento estatístico do Setor, no decorrer do ano de 1967:

Cartões de identidade fornecidos

Diplomatas	126
funcionários	452
TOTAL	578

Pessoas identificadas

p/cartões de identidade	578
p/inform. e Sindicâncias	175
p/funcionários Verba	75
TOTAL	828

Informações e Sindicâncias procedidas em diversas repartições, em total de	492

Documentos providenciados no I. Félix Pacheco para funcionários:

Carteiras	44
Atestados	52
Fôlhas corridas	45
Inf. em certidões	8
TOTAL	149
Individuais dactiloscópias arquivadas	785
Impressões Mono-dactilares arquivadas	620

PERÍCIAS E SINDICÂNCIAS

Furto	1
Acidentes de tráfego	5
Grafotécnica	2
Investigações	5
TOTAL	13

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

ASSUNTOS CONSULARES

A recente legislação sôbre a matéria e os estudos realizados pelo Ministério das Relações Exteriores, no ano de 1967, sôbre assuntos consulares, determinaram a execução de atos administrativos de profunda repercussão na estrutura do Serviço Consular Brasileiro. O Decreto número 61.859, de 6 de dezembro de 1967, extinguiu o Consulado-Geral em Valparaíso e os Consulados de carreira em Amsterdam, Baia Blanca, Funchal, Las Palmas, Nairobi, Rijeka e Salisbury; criou os Consulados-Gerais em Dublin, México, Santiago e Wellington e os Consulados de carreira em Cingapura, Georgetown, Manilha; e modificou a categoria das Repartições Consulares em Gottemburgo e Iocoama, que passaram a Consulados-Gerais. A rêde consular brasileira foi reorganizada em função das atividades de promoção comercial, em virtude da conveniência de assegurar a presença do Brasil nos países onde ainda não existe representação diplomática brasileira e, finalmente, em decorrência das alterações das atividades consulares, determinadas pelas Leis 5.025/66 e 5.304/67 e pelos Decretos 59.607/66 e 66.177/67.

Durante o ano de 1967, foram ainda criados o Consulado de carreira em Puerto Presidente Stroessner, Paraguai, e os Consulados honorários em Tampico, México; Malmoe, Suécia; Nassau, Baamas ;e Auckland, Nova Zelândia. Por outro lado, foi elevada à categoria de Consulado-Geral a Repartição Consular do Brasil em Munique, Alemanha. Foram extintos o Consulado-Geral em Copenhague, os Con-

sulados honorários em Saigon, Oran, Palma de Mallorca, San Antonio e Málaga. Criou-se o Serviço consular junto às Embaixadas em Argel, em Copenhague e em Saigon.

Jurisdição consular

A fim de complementar a Portaria de 10 de maio de 1962, que fixou a jurisdição das Repartições Consulares brasileiras, foram feitas, nesse campo, durante o ano de 1967, modificações impostas por necessidade de serviço.

Reestruturou-se por completo a jurisdição das Repartições Consulares brasileiras na Espanha, ampliando-se o campo de ação dos Consulados honorários. Foram também estabelecidas a subordinação e a jurisdição dos Consulados honorários em Monróvia, San Juan de Pôrto Rico, Abidjã e Nassau. Por outro lado, levando-se em conta interêsses comerciais e culturais, foi refeita a rêde jurisdicional das Repartições Consulares na Austrália, cujo âmbito se estende à maior parte das ilhas da Oceânia.

Designação de Vice-Cônsules interinos, Cônsules e Vice-Cônsules honorários

Foram designados Vice-Cônsules interinos em Rabat, Buenos Aires, Berlim, Vigo, Argel, Chuy, Baltimore, Filadélfia e Washington.

Foram designados Cônsules honorários em Concepción (Paraguai), Nassau, Mônaco, Malmoe, Beira (Moçambique), Bilbao, Caiena, Kuala-Lumpur, Melbourne e em Auckland (Nova Zelândia), bem como Vice-Cônsules honorários em Corrientes, Toronto e Alvear (Argentina).

Designaram-se, outrossim, Cônsules Privativos em Iquitos e em Paso de los Libres.

Convenção de Viena

A Convenção de Viena sôbre Relações Consulares, assinada em 24-IV-63, foi promulgada pelo Decreto nº 61.078, de 26-VII-67, publicado no *Diário Oficial* de 28-VII-67. De acôrdo com seu espírito, passou-se a só conceder reconhecimento provisório e *Exequatur* aos chefes de Repartição Consular. Nesse sentido, expediram-se diversas circulares às Missões Diplomáticas estrangeiras, a fim de comunicar-lhes a nova prática do Govêrno brasileiro e as medidas dela conseqüentes.

Exequatur, Cartas-Patentes e Reconhecimento de firmas

O total de *Exequatur* concedidos pelo Ministro de Estado até 30 de novembro de 1967 foi de 28; pelo Presidente da República, 63. Por outro lado, expediram-se 78 Cartas-Patentes de autoridades consulares brasileiras. O total de carteiras dadas a autoridades consulares estrangeiras no Brasil foi de 196.

Foram, outrossim, reconhecidas mais de vinte e quatro mil firmas de autoridades consulares brasileiras no exterior.

Repatriação

Foram repatriados até 30 de novembro de 1967, 145 brasileiros adultos, 93 dêles provenientes da Europa, 8 do Oriente Próximo; 37 de vários países da América do Sul e 1 da África.

Em caráter de urgência, foram evacuados da área do conflito árabe-israelense 14 brasileiros: 9 de Beirute e 5 de Tel-Aviv.

Importação de Automóveis

Apesar de tôdas as restrições e altas taxas de importação de automóveis, o número de autorizações nos onze primeiros meses de 1967 atingiu a 180. O processo de autorização dessas importações foi muito volumoso, em virtude das várias consultas aos diversos órgãos do Govêrno capazes de justificar o enquadramento em missão permanente no Exterior dos seus funcionários.

Expedientes Consulares encaminhados aos demais Ministérios

Encaminharam-se ao Ministério do Exército 271 documentos de brasileiros residentes no Exterior, entre adiamentos de incorporação, certificados de alistamento e certificados de reservista. Ao Ministério da Justiça foram encaminhados 365 documentos vindos de Repartições Consulares brasileiras: certidões de nascimento, casamento e óbito.

Importação de produtos petrolíferos

Até 30 de novembro de 1967 o setor competente do Ministério das Relações Exteriores transmitiu 290 autorizações do Conselho Nacional de Petróleo para a importação de petróleo e produtos derivados. Na área da América do Sul, o Consulado honorário em Punto Fijo e a Embaixada em Caracas foram as Repartições que maior número de autorizações receberam: 73, seguidas do Consulado honorário em Willemstad: 48 autorizações. Na área dos Estados Unidos, o Consulado-Geral em Houston recebeu 68 autorizações e o Consulado em Filadélfia, 38.

Produtos químicos, armas e munições

O Ministério do Exército autorizou, nos primeiros onze meses de 1967, 38 importações de produtos químicos e 36

de armas e munições, cujos expedientes foram encaminhados às competentes Repartições Consulares.

Fretamento de navios

O Decreto nº 47.255/59, complementado pelos de nºs 55.231/64 e 60.739/67, obriga o transporte em navios de bandeira brasileira de mercadorias importadas com benefício governamental, tais como o petróleo e seus derivados. A fim de atender ao transporte dessas mercadorias beneficiadas, as Companhias nacionais utilizaram, além de navios de bandeira nacional, unidades fretadas, procurando contrabalançar as deficiências de nossa marinha mercante. Dêsse modo, foram expedidas às Repartições Consulares brasileiras 201 autorizações de fretamento de navios, concedidas pela Comissão de Marinha Mercante. Na área da América do Norte foi o Consulado em Baltimore o que maior número de autorizações recebeu (28), seguido de Houston (25) e Nova Orleans (14). Na América do Sul, o Consulado honorário em Willemstad recebeu 8 autorizações e a Embaixada em Caracas, 29.

Cartões-autógrafos

Nos primeiros onze meses do ano, expediram-se 5.400 cartões-autógrafos de autoridades consulares brasileiras. Cinco mil e cem dêles foram enviados ao Departamento de Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda; os demais, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo, à Delegacia do Tesouro em Nova York, à CACEX e ao Banco do Brasil.

Vendas de terras no exterior

A fim de coibir os abusos que se vinham verificando a respeito da venda de terras brasileiras no Exterior, cometidos

por firmas não autorizadas a realizar essas transações, foram tomadas providências no sentido de alertar os possíveis compradores e as autoridades brasileiras.

Renda consular

O total da renda consular, até 30 de novembro de 1967, foi de Cr$ 2.797.147,00, ouro. Nela não se incluiu a quantia arrecadada pelas alfândegas pelo despacho de embarcações e aeronaves, suprimido no Exterior (onde era feito pelas Repartições Consulares) e só realizado, agora, na chegada ao Brasil. Por outro lado, não se cobram mais emolumentos pela legalização de faturas comerciais referentes a mercadorias originárias de países que concedem ao Brasil igual tratamento. Assim, a renda consular decaiu vertiginosamente: em 1966, por exemplo, foi de Cr$ 8.120.879,00, ouro.

PASSAPORTES

No desempenho de sua principal atribuição, o setor competente do Ministério das Relações Exteriores apresentou, em 1967, o seguinte movimento no tocante à concessão e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais: *a) passaportes diplomáticos*: foram concedidas 625 cadernetas; e 'prorrogadas 237; *b) passaportes especiais*: foram concedidas 3.854 cadernetas; e prorrogadas 1.536.

Atendendo a pedidos formulados por Missões Diplomáticas estrangeiras, foram concedidas 1.429 carteiras de identidade a funcionários não-diplomáticos lotados em Embaixadas estrangeiras.

Foi o seguinte o movimento de remessa de cadernetas de passaportes comuns para as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em 1967:

Amazonas	500
Amapá	100
Bahia	1.500
Brasília	500
Ceará	600
Goiás	300
Guanabara	17.200
Espírito Santo	500
Maranhão	100
Mato Grosso	200
Minas Gerais	1.300
Pará	900
Pernambuco	1.000

Paraná	1.600
Paraíba	500
Piauí	500
Rio de Janeiro	500
Rio Grande do Sul	3.000
São Paulo	20.000
TOTAL	51.000

O movimento de remessa de cadernetas de passaportes para estrangeiros para as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, até 30 de novembro de 1967, foi o seguinte:

Amazonas	100
Guanabara	500
Mato Grosso	100
Paraná	200
Rio Grande do Sul	500
TOTAL	1.400

A Divisão de Passaportes concedeu, no mesmo período, *1.220* vistos oficiais e *170* vistos diplomáticos. Além disso, foram feitas *250* anotações diversas em passaportes estrangeiros.

Foram expedidos pelo setor competente *982* telegramas e *155* cartas-telegramas, para os Consulados, *670* telegramas e *142* cartas-telegramas, para as Embaixadas, relativos, principalmente, à concessão de vistos diplomáticos, oficiais e comuns.

Além das atividades de rotina acima relacionadas, o Ministério das Relações Exteriores participou da elaboração do Anteprojeto de Estatuto dos Estrangeiros, realizou estudos sôbre a fabricação de passaportes no Brasil e sôbre as modificações a serem introduzidas, eventualmente, nos modelos atuais dos diversos tipos de passaportes brasileiros.

IMIGRAÇÃO

XVII Sessão do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados

À XVII Sessão do ACNUR realizada em Genebra, de 22 a 30 de maio, o Brasil compareceu com a seguinte Delegação: Chefe — Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira; Subchefe — Conselheiro Antonio Carlos de Abreu e Silva; Assessôres — Secretários Sérgio de Queiroz Duarte, José Nogueira Filho e José Renato Monteiro Vieira Braga.

Em seu pronunciamento, o Alto Comissário mencionou o agravamento do problema dos refugiados, ressaltando os esforços da comunidade internacional para sua solução, e expressou sua preocupação face à posição financeira do Programa, cujo *deficit* para 1967 era estimado em US$ 1,300,000.00. De acôrdo com as instruções recebidas, a atuação da Delegação brasileira foi discreta, tendo-se pronunciado apenas quando da discussão do item relativo à assistência aos refugiados etíoles no Sudão, no sentido de evitar que se emprestasse um cunho político ao debate e à redação das recomendações que, a respeito, o Comitê Executivo dirigiu ao Alto Comissário.

XVIII Sessão do Comitê Executivo do ACNUR

Nesta sessão que se realizou em Genebra, de 30 de outubro a 7 de novembro, o Comitê Executivo deliberou sus-

pender a realização da sessão de maio de 1968, salvo convocação extraordinária, em caso de necessidade. O Alto Comissário referiu-se ao problema dos *deficits* previstos para o ano de 1968. O Comitê aprovou a alocação de cêrca de US$ 250,000.00 para os Programas do ACNUR na América Latina.

A Delegação do Brasil anunciou ao Comitê Executivo a doação de US$ 10,000.00 feita pelo Govêrno brasileiro para auxiliar os programas do Alto Comissário.

XXVII Sessão do Conselho, XXIX Sessão do Comitê Executivo e XV Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias.

O Brasil compareceu na qualidade de membro às referidas sessões, que se realizaram em Genebra de 8 a 19 de maio.

Em suas considerações, a Delegação do Brasil salientou, em seu Relatório sôbre as sessões em referência, que o CIME atravessa um período crítico de sua existência, com crescentes dificuldades financeiras, pela diminuição das contribuições de alguns Governos-membros; que poderá chegar, brevemente, a hora de o Govêrno brasileiro proceder a um exame crítico e a um cuidadoso estudo sôbre a nossa participação na Organização. Como o Chefe da Delegação brasileira declarou, o Brasil orienta suas contribuições ao CIME no sentido de promover, por seu intermédio, pelo fornecimento de mão-de-obra selecionada, o desenvolvimento econômico e social do país, cabendo às políticas nacionais (*id est*, o interêsse nacional) o dever de orientar o apoio que os Governos dão às organizações internacionais, traduzido pelas respectivas contribuições financeiras.

A Delegação brasileira manifestou sua preocupação quanto às implicações do fato de não ter sido possível im-

plementar, em 1967, o projeto de Blumenau; a Administração do CIME é de opinião que êsse empreendimento viria a agravar ainda mais as dificuldades por que vem passando o processo de recrutamento e seleção de candidatos para os CTAPs já existentes, cujo número de participantes foi reduzido êste ano, por falta de alunos suficientemente qualificados. Os Governos europeus dificultam cada vez mais o recrutamento, exigindo garantias crescentes para seus nacionais. Se atendidas essas condições, chegar-se-ia ao resultado de conceder ao imigrante um tratamento de privilégio, incompatível com o nosso interêsse nacional.

A Delegação do Brasil procurou orientar a discussão sôbre a revisão das atividades da Organização no sentido de que estas devem atender às políticas migratórias dos países, tanto de recepção como de emigração, os quais devem considerar a ação desenvolvida pelo CIME como forma de cooperação internacional.

Aspecto positivo das sessões em estudo foi a apresentação pela Administração de nova forma de atividade do Comitê, ou seja, o treinamento de mão-de-obra latino-americana na Europa. Mas êsse plano, como os demais, depende, como é óbvio, do indispensável suporte financeiro.

Foram, ainda, aprovados, sem reduções, os programas para o ano em curso, e a questão da revisão foi, por proposta da Delegação brasileira, remetida à Administração, à qual incumbiria examinar a atualidade dos programas do Comitê, particularmente nos aspectos financeiros com vistas a posterior apreciação pelo Conselho.

XVI Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME

A XVI Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças realizou-se em Genebra, de 21 a 25 de agôsto, e o Brasil fêz-se representar pela seguinte Delegação: Chefe — Em-

baixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira; Assessôres — Secretário Sérgio de Queiroz Duarte e José Nogueira Filho.

Considerando-se a difícil situação financeira do CIME, pode-se afirmar que melhores resultados não poderiam ser obtidos na sessão em aprêço. Com relação ao orçamento para 1968, o Subcomitê examinou as sugestões propostas pela Administração a fim de serem cobertos os *deficits*, tendo reconhecido a utilidade das mesmas, sem que êsse reconhecimento, no entanto, implicasse qualquer compromisso financeiro por parte dos Governos ali representados.

Por pressão da Delegação brasileira, secundada pela da Espanha, o Subcomitê reconheceu que todos os esforços deveriam ser feitos para não haver qualquer redução nos programas e movimentos para a América Latina. As Delegações da Austrália, Holanda e Estados Unidos da América expressaram reservas quanto ao uso do «Contingency Fund», mas o Subcomitê admitiu o emprêgo das reservas como último recurso para que os programas não sofram qualquer solução de continuidade em 1968. Assim sendo, permaneceram intactas tôdas as dotações alocadas ao Brasil nos orçamentos de 1967 e 1968, inclusive a importância prèviamente destinada ao CTAP de Blumenau.

Há, ainda, a ressaltar que as reservas do CIME que poderão ser empregadas na cobertura dos deficits não ultrapassaram a 1.000.000 de dólares americanos. Caso seja necessário recorrer ao «Contingency Fund» em 1968 e não se consiga um financiamento adequado para 1969, os programas do CIME estarão sèriamente ameaçados. O próprio Senhor Haveman, Diretor da Organização, avançou ao Subcomitê algumas idéias a respeito da possibilidade de obtenção de fundos da Aliança para o Progresso, através de acôrdo com a OEA, para os programas da América Latina.

XVIII Sessão do Conselho, XXX Sessão do Comitê Executivo e XVI Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças (2ª parte) do CIME.

O Brasil compareceu na qualidade de membro às referidas sessões, que se realizaram em Genebra, de 6 a 17 de novembro.

A tônica das sessões em estudo foi a aceitação, por parte da grande maioria dos Delegados dos Governos-membros, do princípio de que os três tipos de atividade do CIME — migração de nacionais, migração de refugiados e programas para a América Latina — longe de serem conflitantes, completam-se e fornecem à Organização uma base política sólida e legitimadora de suas atividades. Realmente, é inegável que, no caso de um dêsses três tipos de atividade desaparecer, o CIME não poderá conservar suas características presentes. A fôrça do CIME, como organismo internacional, depende da inter-relação construtiva dos três aspectos de seu trabalho. Apenas as Delegações do Reino-Unido e da Bélgica manifestaram certas restrições ao princípio acima enunciado.

Cabe assinalar que, nestas sessões, os Estados Unidos da América não fizeram sequer menção à revisão do âmbito das atividades do CIME, manifestando a sua concordância com o referido princípio.

O Plano de Operações e Orçamento para 1967 foi aprovado.

No que se refere ao Plano para 1968, foi estimado que não se deveriam introduzir quaisquer reduções de programas ou atividades, por considerações de ordem puramente financeira. Para fazer face aos deficits da Seção III (América Latina) e IV (Refugiados), caso não sejam obtidas contribuições adicionais da parte de Governos-membros, ficou acordado que seriam utilizados os superavits de US$ 300.000 do

«Migrant Loan Fund» e de US$ 250.000 do «Refugee Loan Fund».

Foi aprovado o ingresso no CIME de Honduras e da Nicarágua. Por outro lado, a Nova Zelândia anunciou a sua retirada da Organização.

Houve consenso unânime no sentido de reduzir-se o número de sessões do Conselho, de duas anuais para uma, como medida de economia, em conseqüência da situação crítica que ora atravessa o CIME. Ficou estipulado porém que, caso necessário, uma vez que o Ato Constitucional do Organismo assim o permita, poderia ser o Conselho convocado extraordinàriamente a reunir-se.

O Brasil foi reeleito para o Subcomitê de Orçamento e Finanças, bem como para o Comitê Executivo. Para êste último Comitê foram eleitos, pela América Latina, a Colômbia e o Uruguai, em substituição ao Chile e Equador.

A continuada presença simultânea do Brasil nos dois órgãos subsidiários do Conselho — o que só também ocorre com a Austrália e com os Estados Unidos da América — testemunha o nosso prestígio político dentro do Grupo latino-americano do CIME.

Finalmente, cabe registrar que o Delegado do Equador em Genebra, Embaixador Martínez Cobo, foi eleito, por unanimidade, Presidente do Conselho do CIME, uma vez que, dentro do sistema de rodízio adotado, cabia a presidência, nesta oportunidade, a um Representante da América Latina.

Projetos do CIME no Brasil

A cooperação entre o Govêrno brasileiro e o CIME desenvolveu-se normalmente em 1967, concretizada em diversos empreendimentos e projetos, entre os quais cumpre destacar:

> «Centro de Treinamento e Adaptação Profissional (CTAP) Flausino Mendes», em Ponta Grossa, Estado do Paraná;

«Centro de Treinamento e Adaptação Profissional (CTAP) — Milton Faria», Estado da Guanabara;

«Centro de Formação de Líderes Rurais», em Holambra, Estado de São Paulo;

«Centro de Treinamento para Pecuaristas», em Castrolanda, Estado do Paraná;

«Centro de Treinamento e Adaptação Profissional» (CTAP) em Blumenau, Estado de Santa Catarina.

CTAP de Ponta Grossa

O CTAP de Ponta Grossa vem prestando sua contribuição no auxílio do desenvolvimento industrial daquele município. Devido, porém, às dificuldades de recrutamento que o CIME tem encontrado na Europa, sòmente 19 alunos imigrantes concluíram os cursos de 1967.

CTAP da Guanabara

As já referidas dificuldades encontradas pelo CIME no recrutamento de imigrantes na Europa têm em muito prejudicado o bom andamento dos cursos do CTAP da Guanabara. No decorrer de 1967, foi feita nova reformulação dos cursos, diminuindo o número de alunos imigrantes para 28, mas, assim mesmo, sòmente 26 imigrantes concluíram os cursos dêste CTAP no corrente ano.

Centro de Formação de Líderes Rurais

O Centro de Holambra foi criado por acôrdo entre o Govêrno Brasileiro, o Govêrno Neerlandês e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. Vinte e seis alunos, 14 estrangeiros e 12 nacionais, concluíram, em 1967, o Curso dêsse Centro localizado na Colônia de Holambra, no Estado de São Paulo.

Centro de Treinamento para Pecuaristas

Fruto de projeto apresentado pelos Países-Baixos e apoiado pelo Brasil no seio do CIME, tem essa iniciativa o escopo de familiarizar jovens pecuaristas brasileiros com os padrões técnicos da criação do gado bovino imperantes nas colônias agrícolas holandesas situadas no Estado do Paraná. Sessenta e sete brasileiros e 1 estrangeiro cursaram o Centro de Castrolanda no corrente ano.

Peritos Europeus para a Indústria Brasileira

Cumpre assinalar nesta parte do Relatório o esfôrço envidado pelo CIME no sentido de fazer imigrar para o Brasil peritos para as nossas indústrias. Até novembro de 1967, chegaram ao Brasil 133 peritos, em sua maioria italianos, todos êles absorvidos, quase que imediatamente, pela indústria nacional.

CTAP de Blumenau

O projeto de criação de um centro de treinamento e adaptação profissional em Blumenau, no Estado de Santa Catarina, para o qual se inscrevera no orçamento do CIME a importância de 62 mil e quinhentos dólares americanos foi objeto de adiamento. Os motivos de tal decisão relacionam-se, principalmente, com as dificuldades encontradas pelo CIME no recrutamento de candidatos na Europa. Tais dificuldades, caso não sanadas, acabarão por frustrar a execução do projeto.

Entretanto, é importante assinalar que os fundos que se destinavam a essa iniciativa continuam à disposição do Govêrno brasileiro. E, assim, estão sendo estudadas, com a Administração do CIME, as diversas possibilidades de utilização alternativa daqueles recursos, entre as quais pode ser destacada a do estabelecimento de um Centro destinado à

adaptação de técnicos de nível médio, nas especialidades de matrizeiro e de desenhista criativo.

Serviços de Seleção de Imigrantes

Os Serviços de Seleção de Imigrantes na Europa e no Extremo-Oriente, que haviam sido, pelo Decreto nº 59.168, de 1966, incorporados como setores internos, à Delegação do Brasil em Genebra e à Embaixada do Brasil em Tóquio, respectivamente, vieram a instalar-se, no início de 1967, em locais contíguos às Chancelarias daquelas Missões Diplomáticas, medida indispensável para o correto desempenho de suas atividades dentro do nôvo sistema adotado.

Acôrdos de Migração

Brasil-Japão

Em junho, reuniu-se a Comissão Mista instituída pelo Acôrdo de Migração e Colonização Brasil-Japão. As Delegações estavam assim constituídas: Brasil — Ministro Paulo Pinto da Silva, Conselheiro Antônio Carlos de Abreu e Silva e Engenheiro-Agrônomo Fernando Genschow (do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário); e Japão — Conselheiro Nobuyasu Nishimiya, e Hoichi Maruyama, Diretor do Serviço de Emigração daquele país. Nessa reunião foi aprovado o plano de distribuição de imigrantes dirigidos para o ano em estudo, que soma a 920 pessoas.

Brasil-Espanha e Brasil-Itália

Não se reuniram em 1967 as Comissões Mistas instituídas pelos Acôrdos de Migração com a Espanha e com a Itália, cumprindo apenas citar a substituição, como Chefe da Delegação brasileira nas referidas Comissões, do Embaixador João Navarro da Costa pelo Ministro Paulo Pinto da

Silva. Entretanto, os Adidos de Imigração daqueles países sempre mantiveram íntimo contato com o Chefe do setor competente do Ministério das Relações Exteriores.

Vistos concedidos a imigrantes em 1967

As estatísticas completas dos vistos concedidos em 1967, sòmente poderão ser apresentadas em fins de janeiro ou princípios de fevereiro de 1968. De 1º de janeiro a 30 de setembro de 1967, foram concedidos pelas Repartições Consulares brasileiras, com exceção do Consulado-Geral em Nova York, cujos dados foram computados até 30 de julho, 7.839 vistos permanentes, sendo 7.370 de acôrdo com o artigo 9 do Decreto-lei nº 7.967, de 1945, e 469, de conformidade com o artigo 10 do mesmo decreto-lei. Portugal continua sendo o país de onde recebemos maior fluxo imigratório (2.615), seguido dos Estados Unidos da América (807), e do Japão (795). A imigração proveniente dos países do Leste Europeu está tendendo a cair (186 até outubro de 1966 para 76 até setembro de 1967). É curioso assinalar que estamos recebendo imigrantes de países tìpicamente imigrantistas, tais como a Austrália (28) e Canadá (62) e a União Sul-Africana (37), isso sem contar os países latino-americanos, em que sòmente na Argentina foram concedidos, até 30 de setembro, visto permanente a 197 imigrantes.

Patrocinados pelo CIME, incluindo o programa de Reunião Familiar, recebemos, até 30 de setembro, apenas 322 imigrantes contra 400 que havíamos recebido até 31 de outubro de 1966, em um total de 486 em todo o ano passado. Portanto, a tendência é de diminuir.

ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS INTERNACIONAIS

ASSUNTOS JURÍDICOS

O Setor competente, durante o ano de 1967, opinou sôbre o aspeto jurídico dos assuntos tratados pelo Ministério das Relações Exteriores com os demais órgãos do Govêrno, Organismos Internacionais e Missões Diplomáticas estrangeiras, assim como sôbre o aspecto jurídico de matéria política, econômica, consular e administrativa, quando solicitado pelos diferentes órgãos da Secretaria de Estado. Supervisionou o preenchimento das formalidades exigidas para a elaboração, assinatura e entrada em vigor dos atos internacionais firmados pelo Brasil. Emitiu 8 pareceres e, até 6 de dezembro de 1967, despachou 371 memorandos, deu andamento a 11 casos de asilo diplomático e expediu 6 salvo-condutos a asilados cujo embarque para o exterior também estêve sob sua responsabilidade.

Cartas Rogatórias

Foram recebidas e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, até 30 de novembro de 1967, 92 Cartas rogatórias, expedidas pelas Justiças estrangeiras, e devolvidas às mesmas, 101. Às Justiças estrangeiras foram transmitidas 88 Cartas rogatórias, e restituídas, por intermédio do Ministério da Justiça, aos Juízes rogantes, 71 instrumentos. O Setor expediu 956 documentos, incluindo avisos, notas, ofícios e cartas, concorrendo para êsse elevado número a apresentação defeituosa dos documentos, falhas de processo, pedidos de informação sôbre o seu cumprimento e a falta de indicação de responsável pelo pagamento das custas.

Extradições

Dois casos de extradição de repercussão internacional foram atendidos no transcurso de 1967. O primeiro ocorreu em janeiro de 1967, quando o Govêrno do Líbano apresentou ao Govêrno brasileiro o pedido de extradição do banqueiro libanês Youssef Khalil Beidas, acusado de crimes de falência fraudulenta e contra a economia popular. O Supremo Tribunal Federal não chegou a decidir sôbre o assunto, havendo o extraditando logrado fugir do Brasil munido de documento falso.

As informações requeridas pela Embaixada daquele país sôbre os aspectos processuais da matéria foram prestadas pelo Setor, que transmitiu o pedido e a documentação pertinente ao Ministério da Justiça, para o devido atendimento, na forma da Lei.

O segundo, que sensibilizou a opinião pública mundial, foi o pedido formulado pelo Govêrno da Áustria para a prisão e extradição do cidadão austríaco Franz (Paul) Stangl, acusado de haver perpetrado crimes de guerra nos campos de concentração de Treblinka e Sobibor, no último conflito mundial.

Logo a seguir, apresentaram pedidos de extradição do mesmo indivíduo os Governos da República Federal da Alemanha e da República Popular da Polônia.

Todos os expedientes sôbre o assunto, elaborados pelo Setor, foram encaminhados ao Departamento do Interior e da Justiça.

Apreciada a matéria pelo Supremo Tribunal Federal e ordenada a entrega do extraditando às Justiças da Alemanha, com a observância de determinadas condições, foi o mesmo entregue, no momento do embarque, às autoridades policiais alemãs, com a presença das autoridades da Aeronáutica, que custodiavam o prêso transferido de Brasília para a Base Aérea do Galeão, do Diretor-Geral do Departamento do

Interior e da Justiça e do Chefe da Divisão Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.

As extradições requeridas por Governos estrangeiros atingiram um total de 9, enquanto o Govêrno brasileiro apresentava dois pedidos, sendo um ao Uruguai e o outro a Portugal.

O Supremo Tribunal Federal concedeu, ainda, a pedido do Govêrno da Suécia, a extradição do cidadão sueco Knut Bystrom, acusado de crime de apropriação indébita.

Tratados de extradição

Encontra-se em fase final no Ministério da Justiça o projeto de tratado de extradição a ser concluído com a Itália.

Depende ainda do Govêrno dos Países Baixos a assinatura do Tratado de extradição entre o Brasil e aquêle país.

Expulsões

Foram expedidas, durante o ano, 14 circulares comunicando a expulsão de estrangeiros e 4 sôbre a revogação da medida.

Diversas matérias

O Setor recebeu consultas, emitiu pareceres e elaborou expedientes sôbre Cartas rogatórias, prestação de alimentos, problemas de nacionalidade, perda de nacionalidade, busca e apreensão de menores no exterior, homologação de sentença estrangeira, questões de Direito Internacional Público, Civil, Penal Militar, Comercial Marítimo, Administrativo e Constitucional. Ocupou-se, ainda, de estudos de questões relacionadas com a aplicação no Brasil da Convenção Internacional sôbre a Prestação de Alimentos, firmada em Nova York em 20 de junho de 1956; problemas de sucessão e proteção de bens de brasileiros situados no exterior; tentativas de fraude

à lei brasileira sôbre matéria cambial; assistência a brasileiros presos e processados por infração à lei estrangeira; crimes praticados contra o Estado, por brasileiros, quando em viagem em país estrangeiro.

Finalmente, outro assunto que recebeu o devido estudo foi o que surgiu da presença de barcos pesqueiros de bandeira estrangeira em águas próximas ao litoral sul do Brasil e que, segundo as fontes de informações, estariam empregando métodos predatórios de pesca e por isso ameaçando essa fonte de riqueza natural do país.

O fato provocou a reação de várias entidades privadas e órgãos do Poder Público dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que dirigiram ao Senhor Presidente da República pedidos para que o Brasil coibisse aquelas atividades com o aumento da faixa de seu mar territorial. Sua Excelência determinou a remessa de expedientes ao Itamaraty, havendo sido tomadas, pelo Setor, medidas pertinentes.

Nome Político do Brasil

Pela sua importância, deve ser destacada a consulta encaminhada, em aviso, ao Ministério da Justiça, para dirimir dúvida surgida quanto à designação oficial do Estado Brasileiro, a qual foi acompanhada de parecer do Setor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, emitido em 27 de abril de 1967, opinando, à luz dos preceitos constitucionais, pela forma «República Federativa do Brasil».

Na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Gustavo Capanema, em discurso pronunciado a 30 de setembro de 1967 e publicado no «Diário do Congresso» de 1º de outubro, defendeu o mesmo ponto de vista. Em projeto de lei, transmitido ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, o Poder Executivo adotou aquela forma e propôs as modificações correspondentes nos símbolos nacionais.

Nacionalidade

Em 1967, foram expedidas cêrca de 50 circulares, referentes a perda de nacionalidade, processadas de acôrdo com os dados recebidos do Ministério da Justiça. Registraram-se 234 expedientes sôbre o assunto.

Tribunais, Juízes e outras autoridades

Como em 1966, aumentou o número de expedientes que transmitiram às autoridades judiciárias, militares e administrativas, federais e estaduais, pareceres e esclarecimentos sôbre matéria de direito internacional público e privado.

Entre outros, destacaram-se os seguintes: imunidade de jurisdição de Missões Diplomáticas e Escritórios de Organismos internacionais sediados no Brasil, com relação a reclamações trabalhistas, majorações de aluguéis, despejo, andamento de Cartas rogatórias, contrabando etc.

Não seria demais deixar consignado no Relatório a ação desenvolvida pelo Setor em um caso de busca e apreensão de menores levados para fora do país sem a autorização paterna. A rapidez das medidas adotadas, a assistência prestada ao pai e a ação da Missão Diplomática junto às autoridades estrangeiras, que atenderam com solicitude o pedido da Justiça brasileira, permitiram o entendimento entre as partes interessadas, dando-se por encerrado o incidente.

ATOS INTERNACIONAIS

O Ministério das Relações Exteriores, intensificando sua ação nas assembléias internacionais, desenvolveu as relações comerciais, culturais e de cooperação técnica e ampliou os contatos do Brasil com outros países, dinamizando a tramitação de Acôrdos, Convênios e Protocolos, através da Divisão de Atos Internacionais.

Muitos atos que consubstanciam os esforços do Itamaraty, no campo da cooperação internacional, puderam entrar em vigor, devido à sua rápida aprovação pelo Congresso Nacional.

O Setor competente do Ministério das Relações Exteriores cuidou, em 1967, de atualizar a Coleção de Atos Internacionais, tendo preparado para publicação os textos de 31 Tratados, Convenções, Acôrdos e Ajustes, dos quais 12 já foram publicados.

Relação dos atos assinados e denunciados, dos atos submetidos ao Congresso Nacional, dos aprovados pelo Legislativo e dos atos ratificados e promulgados:

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS EM 1967

Bilaterais

Alemanha

1 — Sétimo Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembrbo de 1963, relativo ao Envio de um Grupo Alemão para o Planejamento

Básico Hidráulico do Vale do Rio dos Sinos. Concluído no Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1967.

2 — Oitavo Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, relativo à Ampliação da Escola Técnica Tupy. Concluído no Rio de Janeiro, a 28 de fevereiro de 1967.

3 — Ajuste relativo ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, referente ao Envio de Especialistas Agrícolas. Concluído no Rio de Janeiro, a 18 de setembro de 1967.

4 — Ajuste relativo ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, referente ao Envio de Técnicos de Alimentação. Concluído no Rio de Janeiro, a 20 de outubro de 1967.

Argentina

1 — Ata Final da II Reunião de Consulta Aeronáutica. Concluída no Rio de Janeiro, a 26 de abril de 1967.

2 — Ata Final da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação. Concluída no Rio de Janeiro, a 7 de junho de 1967.

Áustria

1 — Acôrdo para Supressão de Vistos em Passaportes Comuns. Concluído no Rio de Janeiro, a 22 de agôsto de 1967.

Espanha

1 — Protocolo de Cooperação Técnica Brasileiro-Espanhola. Concluído em Madrid, a 10 de outubro de 1967.

Estados Unidos

1 — Acôrdo de Financiamento para a Construção de Vasos de Guerra no Brasil. Concluído em Washington, a 6 de março de 1967.

2 — Convenção para evitar a Bitributação em Matéria de Impôsto de Renda. Concluída no Rio de Janeiro, a 13 de março de 1967.

3 — Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas. Concluído no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1967.

França

1 — Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

2 — Ata Final da Reunião da Comissão Mista para Cooperação Cultural, Técnica e Científica. Concluída em Paris, a 19 de maio de 1967.

3 — Memorando de Entendimento para um Programa de Colaboração sôbre Pesquisa Espacial (entre o CNES e a CNAE). Concluído em Londres, a 25 de julho de 1967.

Grécia

1 — Prorrogação do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 1960. Concluída no Rio de Janeiro, a 30 de janeiro e 30 de julho de 1967.

Hungria

1 — Acôrdo sôbre a Aquisição de Trigo pelo Brasil na Hungria. Concluído no Rio de Janeiro, a 9 de maio de 1967.

Israel

1 — Segundo Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Assistência Técnica, de 12 de março de 1962, rela-

tivo ao Projeto de Irrigação do Piauí. Concluído em 4 de setembro de 1967.

Iugoslávia

1 — Ata Final da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia. Concluída no Rio de Janeiro, a 28 de outubro de 1967.

Japão

1 — Convenção para evitar a Dupla-Taxação em Matéria de Impostos sôbre Rendimentos. Concluída em Tóquio, a 24 de janeiro de 1967.

2 — Acôrdo para Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira. Concluído no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1967.

Noruega

1 — Convenção para evitar a Dupla-Taxação e prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sôbre a Renda e o Capital. Concluída no Rio de Janeiro, a 20 de outubro de 1967.

Países Baixos

1 — Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra. Concluído em São Paulo, a 16 de março de 1965 e 24 de janeiro de 1967.

Paraguai

1 — Troca de Notas referentes à Criação de uma Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia. Concluída em Assunção, a 12 de fevereiro de 1967.

Polônia

1 — Protocolo de Conversações sôbre Intercâmbio Comercial. Concluído em Varsóvia, a 25 de janeiro de 1967.

Tcheco-Eslováquia

1 — Acôrdo Introduzindo Modificações no Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 24 de junho de 1960. Concluído em Praga, a 26 de janeiro de 1967.

2 — Ata Final da Reunião da Comissão Mista Comercial. Concluída no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1967.

União Soviética

1 — Protocolo de Cooperação Econômica e Técnica. Concluído em Moscou, a 21 de janeiro de 1967.

Uruguai

1 — Ata Final da Formulação do Programa Rodoviário. Concluída em Montevidéu, a 27 de abril de 1967.

Multilaterais

— Tratado sôbre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico. Londres, Moscou e Washington, a 27 de janeiro de 1967.

— Protocolo sôbre o Estatuto dos Refugiados (+1). Nova York, 31 de janeiro de 1967.

— Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina. México, 14 de fevereiro de 1967.

— Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos. Buenos Aires, 27 de fevereiro de 1967.

— Protocolo de Adesão da Coréia ao GATT. Genebra, 2 de março de 1967.

— Acôrdo para Aplicação de Salvaguardas (entre o Brasil, os Estados Unidos e a Agência Internacional de Energia Atômica). Viena, 10 de março de 1967.

— Convenção sôbre a Organização Hidrográfica Internacional. Mônaco, 3 de maio de 1967.

— Protocolo para Nova Prorrogação do Acôrdo Internacional do Trigo de 1962. Washington, 15 de maio de 1967.

— Emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde (+1). Genebra, 23 de maio de 1967.

— Convenção sôbre Inscrição dos Direitos Relativos aos Navios em Construção (+2).

— Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras sôbre Hipotecas e Privilégios e Imunidades Marítimas (+2).

— Protocolo de Emenda à Convenção de 1910 para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Salvamento e Assistência (+2).

— Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Transporte de Bagagens, de Passageiros por Mar (+2). Bruxelas, 27 de maio de 1967.

— Convenção da OIT nº 127 sôbre Pêso Máximo. (+1). Genebra, 28 de junho de 1967.

— Convenção da OIT nº 128 sôbre Prestação de Invalidez, Velhice e Sobreviventes (+1). Genebra, 29 de junho de 1967.

— VI Rodada de Negociações Comerciais do GATT (Rodada Kennedy). 30 de junho de 1967.

Ata Final, Protocolo de Genebra, contendo a lista das concessões negociadas.

Protocolo de Adesão da Argentina, Islândia, Irlanda e Polônia ao GATT, assinados pelo Brasil a 1º de setembro de 1967.

— Convenção que institui a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (+2).

— Revisão da Convenção de Berna para a Proteção da Propriedade Literária e Artística (+2).

— Revisão da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (+2). Estocolmo, 14 de julho de 1967.

— Convênio Interamericano de Sanidade Animal. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967.

— Protocolo para a Solução das Controvérsias da ALALC; Assunção, 2 de setembro de 1967.

Estão incluídos nesta lista os atos internacionais que, adotados em Conferências em que o Brasil participou, não foram abertos à assinatura (+1) ou ainda não foram assinados pelo Brasil (+2).

Atos Denunciados

Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 10 de junho de 1948.

Denunciada a 20 de abril de 1967.

Esta denúncia surtirá efeito a partir de 20 de abril de 1968 e foi tornada pública pelo Decreto nº 61.395, de 21 de setembro de 1967 («Diário Oficial» de 22 de setembro de 1967).

Acôrdos Submetidos ao Congresso Nacional

Bilaterais

Bolívia

Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903. Concluído no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

França

Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Japão

Convenção para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sôbre Rendimentos. Concluída em Tóquio, a 24 de janeiro de 1967.

México

Acôrdo sôbre Transportes Aéreos. Concluído na Cidade do México, a 17 de outubro de 1966.

Perú

Acôrdo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica. Concluído em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Multilaterais

— Convenção sôbre Alto Mar.
— Convenção sôbre Mar Territorial e Zona Contígua.
— Convenção sôbre Pesca e Recursos Vivos do Alto Mar.
— Convenção sôbre Plataforma Continental.
Mensagem nº 353.
— Acôrdo para Aplicação de Salvaguardas.
Mensagem nº 484.
— Tratado sôbre Exploração e Uso do Espaço Cósmico.
Mensagem nº 486.
— Protocolo de Reforma da Carta da OEA.
Mensagem nº 488.
— Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina.
Mensagem nº 489.

— Protocolo do Conselho de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Montevidéu.
Mensagem nº 578.

— Emenda aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde.
Mensagem nº 629.

Protocolo sôbre Solução de Controvérsias da ALALC.
Mensagem nº 667.

— Convênio Interamericano de Sanidade Animal.
Mensagem nº 672.

— Lista de Concessões feitas pelo Brasil na VI Rodada de Negociações Comerciais (GATT).
Mensagem nº 717.

— Convenção sôbre a Organização Hidrográfica Internacional.

Mensagem nº 786.

Acôrdos Aprovados pelo Legislativo

Bilaterais

Bolívia

Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903. Concluído no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

Japão

Convenção para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sôbre Rendimentos. Concluída em Tóquio, a 24 de janeiro de 1967.

Países Baixos

Acôrdo Cultural. Concluído em Haia, a 12 de outubro de 1966.

Portugal

— Acôrdo Cultural. Concluído em Lisboa, a 7 de setembro de 1966.

— Acôrdo de Comércio. Concluído em Lisboa, a 7 de setembro de 1966.

—Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Concluído em Lisboa, a 7 de setembro de 1966.

Suíça

Acôrdo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos. Concluído no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Tcheco-Eslováquia

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Concluído em Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

Multilaterais

— Emenda nº 3 (1964) à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.
Decreto Legislativo nº 5.

— Convenção de Viena sôbre Relações Consulares.
Decreto Legislativo nº 6.

— Convenção Internacional sôbre Eliminação de Tôdas as Formas de Discriminação Racial.
Decreto Legislativo nº 23.

— Convenção sôbre Discriminação no Campo do Ensino.
Decreto Legislativo nº 40.

— Emenda ao Art. VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica.
Decreto Legislativo nº 49.

— Tratado para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina.
Decreto Legislativo nº 50.

— Convenção Internacional de Telecomunicações de 1965.
Decreto Legislativo nº 52.

— Emenda nº 1 (1964) à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.
Decreto Legislativo nº 53.

— Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal.
Decreto Legislativo nº 55.

Atos Internacionais Ratificados e Promulgados

Bilaterais

Argentina

Acôrdo sôbre Transportes Aéreos. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1948. Ratificações trocadas em Buenos Aires, a 29 de novembro de 1966. Promulgado pelo Decreto nº 60.908, de 30 de junho de 1967 («Diário Oficial» de 4 de julho de 1967).

Bulgária

Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio e Pagamento de 1961. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1963. Ratificações trocadas a 30 de setembro de 1966. Promulgado pelo Decreto nº 60.087, de 7 de janeiro de 1967 («Diário Oficial» de 23 de janeiro de 1967).

Coréia

Acôrdo Cultural. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1967. Ratificações trocadas em Seul, a 20 de setembro de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 61.686, de 13 de novembro de 1967 («Diário Oficial» de 17 de novembro de 1967).

El Salvador

Convênio de Intercâmbio Cultural. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1965. Ratificações trocadas em São Salvador, a 5 de dezembro de 1967.

Estados Unidos

Prorrogação e Emenda ao Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais de 1953. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1964 e 5 de abril de 1965. Promulgado pelo Decreto nº 60.691, de 5 de maio de 1967 («Diário Oficial» de 12 de maio de 1967).

Acôrdo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Atômica. Washington, 8 de julho de 1965. Entrada em vigor a 9 de novembro de 1966. Promulgado pelo Decreto número 61.517, de 12 de outubro de 1967 («Diário Oficial» de 17 de outubro de 1967).

Fisi

Acôrdo de Cooperação. Nova York, 28 de março de 1966. Entrada em vigor a 23 de outubro de 1967.

França

Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares. Paris, 29 de outubro de 1966. Entrada em vigor a 19 de janeiro de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 60.868, de 16 de junho de 1967 («Diário Oficial» de 20 de junho de 1967).

Iugoslávia

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1962. Entrada em vigor a 14 de fevereiro de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 60.865, de 16 de junho de 1967.

Japão

Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sôbre Rendimentos. Tóquio, 24 de janeiro de 1967. Entrada em vigor a 31 de dezembro de 1967.

Luxemburgo

Convenção sôbre Seguros Sociais. Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 1965. Ratificações trocadas no Luxemburgo, a 14 de junho de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 60.968, de 7 de julho de 1967 («Diário Oficial» de 11 de julho de 1967).

Portugal

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica. Lisboa, 7 de setembro de 1967. Entrada em vigor a 16 de dezembro de 1967.

Senegal

Acôrdo de Comércio. Entrada em vigor a 11 de abril de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 60.829, de 8 de junho de 1967 («Diário Oficial» de 12 de abril de 1967).

Acôrdo Cultural. Ratificações trocadas a 23 de maio de 1967. Promulgado pelo Decreto nº 61.687, de 13 de novembro de 1967 («Diário Oficial» de 17 de novembro de 1967).

Suécia

Acôrdo para Evitar a Bitributação sôbre a Renda e o Capital. Ratificações trocadas a 25 de novembro de 1966. Promulgado pelo Decreto nº 60.580, de 10 de abril de 1967 («Diário Oficial» de 14 de abril de 1967).

Multilaterais

— Convênio Complementar à Convenção de Varsóvia para Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional Realizado por Quem não seja Transportador Contratual. Guadalajara, 18 de setembro de 1961.
Ratificação depositada na Cidade do México, a 9 de fevereiro de 1967.
Promulgado pelo Decreto nº 60.697, de 7 de julho de 1967 («Diário Oficial» de 11 de julho de 1967).

— Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 17 de junho de 1960.
Ratificação depositada na IMCO, a 8 de março de 1967.
Promulgada pelo Decreto nº 60.696, de 7 de julho de 1967 («Diário Oficial» de 11 de julho de 1967).

— Convenção de Viena sôbre Relações Consulares, 24 de abril de 1963.
Ratificação depositada na ONU, a 11 de maio de 1967.
Promulgada pelo Decreto nº 61.078, de 26 de julho de 1967 («Diário Oficial» de 28 de julho de 1967).

— Acôrdo que estabelece um Sistema de Comunicações por Satélite. Washington, 20 de agôsto de 1964.
Ratificação depositada em Washington, a 24 de maio de 1966. Promulgado pelo Decreto nº 61.229, de 23 de agôsto de 1967.

— Instrumento de Emenda nº 3, de 1964, à Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 9 de julho de 1964.
Ratificação registrada na OIT, a 2 de maio de 1967.

— Convenção sôbre a Organização Hidrográfica Internacional.
Ratificada a 5 de setembro de 1967.

INSTITUTO RIO-BRANCO

INSTITUTO RIO-BRANCO

O ano de 1967 caracterizou-se pela implantação da nova sistemática imprimida às atividades do Instituto Rio-Branco em decorrência das medidas institucionais que, desde o ano anterior, haviam alterado sensìvelmente a sua estrutura e funcionamento.

Ao iniciar-se o ano letivo, em março de 1967, entrava em vigor o nôvo Regulamento, que veio dar ao Instituto suficiente flexibilidade para atender às crescentes necessidades do Itamaraty e para ajustar-se às novas condições advindas da criação do Serviço Exterior Brasileiro (SEB).

Com efeito, em conseqüência da ampliação da Carreira de Diplomata e do nôvo instituto da agregação, havia numerosas vagas a serem providas no mais curto prazo possível. Somados aos claros já existentes, os cargos a preencher se elevavam a 135.

Por outro lado, em 1967, passara para a responsabilidade do Instituto Rio-Branco o recrutamento do pessoal não diplomático do Serviço Exterior Brasileiro. Essa nova atividade exigiu planejamento do Concurso para Oficiais de Chancelaria, com vistas a atrair para o SEB elementos de formação profissional diversificada, fazendo valer conhecimentos até então não contemplados na sistemática de seleção do Serviço Público, como, por exemplo, de russo, japonês, árabe, alemão. Havia 312 cargos de Oficial de Chancelaria a preencher mediante concursos sucessivos. O Concurso realizado em 1967 obteve pleno êxito e permitiu a seleção de 74 candidatos dentre os 725 inscritos.

A par do recrutamento de Oficiais de Chancelaria, o Instituto Rio-Branco reorganizou os seus Cursos Especiais com vistas ao aperfeiçoamento do pessoal administrativo do Ministério, contribuindo assim para aliviar a aguda falta de pessol especializado de que se ressentem os serviços do Itamaraty.

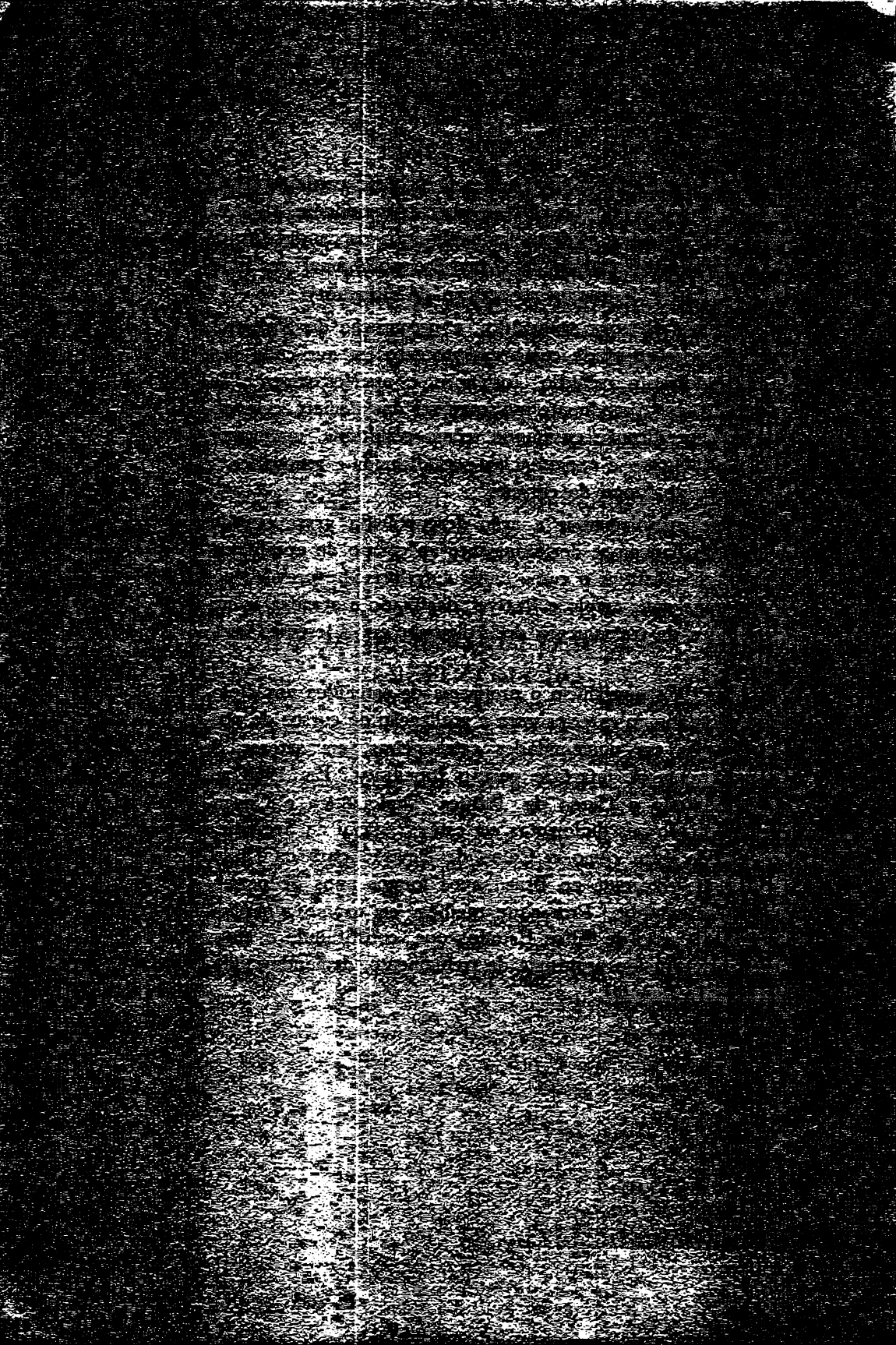
Com o fim de acelerar o recrutamento e a seleção de diplomatas, o Instituto Rio-Branco intensificou o 2º ano do CPCD em 1967, o que permitiu ao Itamaraty contar, já no mês de outubro, com 26 novos Terceiros Secretários. Foi também avançado para janeiro o início do 2º ano de 1968, o que propiciará a graduação de mais 27 alunos em setembro próximo. Ao mesmo tempo, foi providenciada em 1967 a realização de um Concurso de Provas, além do Exame Vestibular para o CPCD efetuado anualmente. Conta o Instituto recrutar pelo menos 50 candidatos através dêsses dois processos de seleção. Tais resultados fazem prever que em breve estarão plenamente atendidas as necessidades de pessoal da Carreira de Diplomata.

Paralelamente às medidas a curto prazo adotadas, empreendia-se a reforma do Curso de Preparação, objetivando acentuar o seu caráter profissional e dinamizar o seu funcionamento. Para tal efeito foram as matérias agrupadas em departamentos e o ensino passou a obedecer a um planejamento global abrangendo o Exame Vestibular e os dois anos do Curso. Os métodos de estudo foram revistos, atribuindo-se ênfase cada vez maior à pesquisa e aos trabalhos de seminário, para isso se ampliando consideràvelmente o acervo da Biblioteca. Por outro lado, atendendo ao nível e à intensidade do Curso, bem como aos aspectos sociais do recrutamento para a Carreira, serão concedidas, a partir do ano letivo de 1968, bôlsas-de-estudo à totalidade dos alunos e estagiários, o que lhes facilitará a exclusiva dedicação aos misteres escolares.

Constituiu outra importante medida de caráter permanente a regulamentação do estágio correspondente à quarta fase do Concurso, mediante a qual todos os candidatos terão sempre um período de formação profissional no Instituto, antes de ingressar no serviço do Itamaraty.

Dentro da nova sistemática, a preparação do diplomata passou a ser encarada como um processo em que cada fase — recrutamento, seleção, formação e aperfeiçoamento — constitui uma componente indissociável das demais, com objetivos específicos e ensejando, como resultante, um acervo de conhecimento e experiências periòdicamente renovados e ampliados ao longo da carreira.

Para complementar a ação desenvolvida nesse sentido, o Instituto lançou-se decididamente no campo do aperfeiçoamento, ao substituir o curso único anteriormente previsto por um sistema mais amplo e flexível, destinado a atender às necessidades de treinamento do diplomata em diferentes escalões.

Em 1967 teve início o programa de estímulos aos diplomatas lotados no exterior para a realização de cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, em setores de aprendizagem de interêsse para o Itamaraty. Em 1968 será implantado o Curso de Prática Diplomática e Consular, destinado aos diplomatas em estágio inicial na Secretaria de Estado, bem como o Curso de Revisão para os Diplomatas que retornam ao Brasil após longos anos de permanência no exterior. Prossegue, também, em exame, a implantação do Curso de Altos Estudos que, constituindo a etapa mais avançada do programa de treinamento, demanda cuidadoso planejamento.

SERVIÇO DE DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Durante o ano, o setor específico do Ministério das Relações Exteriores, o Serviço de Demarcação de Fronteiras, não só deu geral seguimento aos encargos de deslindar e assinalar a extensa linha de limites do Brasil, mas também cuidou de desenvolvê-los e reativá-los, em esquema e ritmo.

Os trabalhos de demarcação e caracterização das fronteiras foram realizados pelas Comissões Demarcadoras de Limites, órgãos integrantes do Ministério das Relações Exteriores, uma vez que a natureza de tais tarefas depende de entendimentos junto a Governos estrangeiros. As referidas Comissões Demarcadoras possuem organização militar e como tal funcionam, de acôrdo com os têrmos dos Decretos números 23.702, de 4 de janeiro de 1934 e 43.697, de 8 de maio de 1958, porquanto a demarcação de fronteiras sempre foi realizada, desde os tempos coloniais, por Oficiais das Fôrças Armadas. Tendo em vista a conveniência de que se mantenha o pessoal militar em exercício nas Comissões Demarcadoras, e considerando a necessidade de definir a situação dêsses militares em face das determinações contidas no Decreto número 57.775, de 10 de fevereiro de 1966, que regulamentou o preenchimento dos cargos desempenhados por militares em outros órgãos do Govêrno Federal, o órgão competente do Ministério das Relações Exteriores iniciou os estudos em colaboração com o Ministério do Exército no sentido de elaborar projeto de Lei referente ao assunto, ora sob a apreciação do escalão superior. As Comissões de Limites trabalharam com afinco, dentro das disponibilidades or-

çamentárias que lhes foram tributadas, muito abaixo das previstas para o cumprimento das missões programadas para o exercício de 1967. De modo geral, as suas atividades assim se podem relacionar: demarcação e caracterização das fronteiras; inspeção e conservação das linhas demarcadas; estudos, sob o ponto-de-vista técnico, das diversas questões surgidas; coordenação e arquivo da documentação resultante dos trabalhos executados, bem como da documentação histórica necessária à elucidação de antecedentes relativos à demarcação; assessoria técnica prestada a diversas entidades federais no trato de questões suscitadas pela linha de limites. Assim, ao examinar, desde janeiro, os programas a serem executados pelas duas Comissões Demarcadoras, a 1ª e 2ª Divisões, o Serviço de Demarcação de Fronteiras teve em vista, principalmente, e de conformidade com os planos de aplicação das verbas orçamentárias, reavivar o curso dos trabalhos — sempre que possível — procurando obter o máximo de facilidades práticas, de modo que fôssem efetuados de maneira rápida, econômica e segura, os seus deslocamentos e as operações de campanha. Foram estudados convenientemente os assuntos que poderiam ser objeto de exame dos Comissários Demarcadores, e elaboradas instruções, fornecidas aos Chefes das respectivas áreas de operações, sôbre a interpretação das estipulações de Tratados e Acôrdos sôbre limites. As atividades do Serviço foram desenvolvidas em constante labor de articulação das normas de ação no campo que lhe está atribuído, de supervisão e fixação dos princípios de ordem jurídica, em resguardo dos interêsses do Brasil.

A Consultoria Técnica de Fronteiras, cujas funções foram felizmente restabelecidas, apresentou um produtivo ano de trabalho, tendo à frente um seguro conhecedor, com especialização geográfica e histórica, com experiência e gôsto dêsses temas. Foram dados pareceres e redigidas informações sôbre assuntos referentes à definição e demarcação dos limites do país. Mediante acuradas pesquisas para a obten-

ção de dados relativos às fronteiras, foram estudados, sistemàticamente, dos pontos-de-vista técnico, histórico, geográfico e político, os assuntos ligados à aplicação e à interpretação dos atos internacionais vigentes e concernentes à caracterização das fronteiras. Elaboraram-se memórias e monografias.

As atividades de campo da 1ª Divisão foram inteiramente concentradas entre os marcos de fronteira 66x5 e 7x4, a leste dos Picos 31 de Março e da Neblina, na Cordilheira Imeri. Os trabalhos lograram atingir proporções de desenvolvimento bastante compensador do esfôrço realizado pelos componentes da expedição, levada à fronteira com a Venezuela pelo General de Divisão Ernesto Bandeira Coelho, Chefe do órgão, sediado em Belém, Pará. O grupo expedicionário abrangeu a atuação de doze destacamentos que se alçaram ao tôpo da difícil serrania em que se situam os citados Picos, percorreram o divisor de águas do Cauaburi e as vertentes venezuelanas que se contrapõem, estabelecendo a ligação entre o curso daquelas alturas e a serra Tapirapecó. Os levantamentos topográficos efetuados no reconhecimento e na exploração da região atingiram cêrca de 80 quilômetros, dos quais aproximadamente 70 quilômetros foram percorridos através de rios brasileiros e venezuelanos, definidores do divisor da fronteira. Ao se esgotarem, ainda no primeiro semestre, os recursos que permitiriam a permanência do pessoal em campanha, recolheu-se a expedição à sua grande base de operações, para organização e suprimentos, começando-se, desde então, o exercício de atividades de preparo para uma nova expedição, o que só será possível no futuro, em face da carência de recursos orçamentários. Os encargos administrativos de sede, bem como a restauração de todo o material, constituído das embarcações e dos diferentes aparelhamentos, usados em campanha, foram objeto de empenhado trabalho da 1ª Divisão e de todos os recursos materiais e humanos de que dispõe.

No que se refere às atividades da 2ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, chefiada pelo Coronel Juvenal Milton Engel, o maior volume de trabalho diz respeito ao reconhecimento geral, feito ao longo da fronteira Brasil-Uruguai, ao reequipamento da Comissão para fazer face à importante tarefa de demarcação da fronteira Brasil-Bolívia, a ser realizado no ano de 1968, e à cuidadosa revisão de normas, atinente à atualização e reorganização da documentação técnica e cartográfica dos fichários de coordenadas dos marcos da fronteira, situados ao longo da linha com a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Iguais cuidados mereceram os arquivos de filmes e fotografias aéreas de zonas de fronteira. Foram complementados os trabalhos de aerolevantamento da região de Quatro Irmãos, na divisa com a Bolívia, previstos na ATA da 17ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana, levada a efeito em Santa Cruz de la Sierra.

Do reconhecimento procedido ao longo da fronteira internacional do Rio Grande do Sul, resultou a urgente necessidade da retomada de ligação com a Comissão Uruguaia, para fins de planejamento de atividades, visando à vistoria da fronteira e obras de caráter inadiável. Foi, antes, realizada uma reunião de técnicos e demarcadores dos dois países em Montevidéu, com a seguinte agenda de itens: 1) Conveniência da vistoria da fronteira. (Atas das Conferências 32ª — maio/1943, 33ª nov/46, 34ª out/48 e 35ª jan/60); 2. Necessidade de determinação de novas coordenadas dos marcos antigos, com o fim de ligá-los à rêde de triangulação local; 3. Situação da Ponte sôbre o Rio Jaguarão (divisória sôbre a ponte e necessidade de refôrço); 4. Situação da bôca do Arroio Chuí e providências para a fixação do curso final do arroio; 5. Reparação de marcos desabados ou danificados pela ação do tempo.

Tendo em vista as disposições do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que reorganizou a Administração

Federal e estabeleceu as diretrizes da correspondente Reforma Administrativa do país, foi constituído um Grupo de Trabalho, integrado pelas Chefias das duas Comissões Demarcadoras, para o estudo e adequada recapitulação das regras de funcionamento do órgão, com a apresentação de um anteprojeto de Regulamento das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.

CERIMONIAL

Como vem acontecendo há vários anos, o Cerimonial teve suas incumbências sensìvelmente acrescidas no decorrer de 1967, verificando-se um aumento tanto no número de providências relativas a visitas de personalidades ilustres quanto no de expedientes rotineiros da atribuição de seus vários setores.

Ocupou-se o Cerimonial, em março de 1967, da organização das festividades comemorativas da posse do Presidente eleito, marcadas no dia 14 de março pela apresentação de credenciais a Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República, pelos Chefes das Missões especiais, que se fizeram acompanhar dos integrantes das mesmas. Suas Excelências os Senhores Marechal Arthur da Costa e Silva e Professor Pedro Aleixo tomaram posse, no dia seguinte perante o Congresso Nacional, dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. Às 12:00 horas, no Palácio do Planalto, procedeu-se à Transmissão do Poder. À tarde, o Presidente da República recebeu os cumprimentos dos Chefes e integrantes das Missões especiais, e das altas autoridades brasileiras, oferecendo à noite uma recepção no Palácio da Alvorada. À posse do Presidente da República, 67 países se fizeram representar por Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários em Missão Especial. O Setor competente do Ministério das Relações Exteriores organizou a visita ao Brasil de Suas Altezas Imperiais os Príncipes Herdeiros do Japão, realizada em maio de 1967. Na comitiva dos ilustres visitantes, constituída por 21 pessoas, figurava Sua Excelência o Senhor Embaixador Kanichiro Kubota, Conselheiro

Especial do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No dia de sua chegada a Brasília, foi-lhes oferecido, pelo Presidente da República e Senhora Costa e Silva, jantar no Palácio Itamaraty, seguido de círculo diplomático e recepção às altas autoridades do país e à sociedade. Do programa de Suas Altezas Imperiais em Brasília constaram também almôço oferecido pelo Prefeito do Distrito Federal e Senhora Gomide; visita ao Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta e ao Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plena. Em Ipatinga, Suas Altezas Imperiais percorreram as instalações locais da Companhia Usiminas e, em São Paulo, etapa posterior, após receberem as homenagens da colônia nipônica e das classes produtoras paulistas, visitaram o Monumento à Independência, na Colina do Ipiranga, e foram homenageados com jantar oferecido pelo Governador do Estado e Senhora Abreu Sodré. No dia seguinte, visitaram a Universidade de São Paulo; a Aliança Cultural Brasil-Japão homenageou-os com um «garden-party». No Estado da Guanabara, foram recebidos pelo Governador do Estado e Senhora Negrão de Lima para jantar, visitando ainda o Túmulo do Soldado Desconhecido e os Estaleiros Ishikawajima do Brasil S.A. O Ministro de Estado das Relações Exteriores e Senhora Magalhães Pinto ofereceram a Suas Altezas Imperiais um almôço na Fundação Castro Maya.

Em agôsto de 1967, foi realizada a visita de Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, Secretário de Estado de Sua Santidade, Legado Pontifício para a entrega da Rosa de Ouro ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida. De sua comitiva, no total de 5 pessoas, fazia parte Sua Excelência Reverendíssima Monsenhor Jacques Martin, Bispo Titular de Neapoli di Palestrina. Em 14 de agôsto, em São Paulo, Sua Eminência Reverendíssima foi homenageado com jantar oferecido pelo Governador do Estado, no Palácio dos Campos Elíseos. No dia seguinte, fêz a entrega solene da Rosa de Ouro, distinção raras vêzes

concedida pela Santa Sé, durante missa celebrada na Basílica de Nossa Senhora Aparecida. Mais tarde, o Cardeal-Arcebispo Metropolitano de Aparecida homenageou-o com almôço e à noite o Cardeal-Arcebispo de São Paulo o recebeu para jantar, no Palácio Pio XII. Ao chegar a Brasília, Sua Eminência Reverendíssima foi recebido: pelo Presidente da República e Senhora Costa e Silva, que à noite lhe ofereceram jantar no Palácio Itamaraty; pelos membros do Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta e pelos membros do Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plena. Na manhã seguinte, o Cardeal Cicognani visitou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, antes de partir para o Estado da Guanabara. No Rio de Janeiro, foi recebido pelo Governador do Estado e Senhora Negrão de Lima. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em cerimônia especial, conferiu-lhe o título de Doutor *Honoris Causa*. Mais tarde, compareceu ao almôço oferecido em sua homenagem pelo Governador do Estado, e ao círculo diplomático, seguido de recepção, na Nunciatura Apostólica.

Em setembro de 1967, o Cerimonial organizou a visita oficial de Sua Majestade Olavo V, Rei da Noruega, em cuja comitiva figuravam Sua Excelência o Senhor Sverre W. Rostoft, Ministro de Estado da Indústria e Artesanato e Sua Excelência o Senhor Embaixador Thore Roye, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Sua Majestade, em sua viagem ao país, foi acompanhado por sua filha, Princesa Ragnhild, residente no Brasil, e por seu genro, o industrial Erling Lorentzen. Em 6 de setembro, pela manhã, desembarcou no Cais da Bandeira do Arsenal de Marinha, sendo recebido pelo Presidente da República e Senhora Costa e Silva. À tarde visitou o Chefe do Govêrno, no Palácio Laranjeiras e, em seguida, depositou uma coroa de flôres no túmulo do Soldado Desconhecido. À noite foi recebido para jantar pelo Governador do Estado e Senhora Negrão de

Lima. No dia 7 de setembro, Sua Majestade assistiu ao desfile militar comemorativo da Independência do Brasil do palanque presidencial. No dia seguinte, em Brasília, o Rei da Noruega foi recebido pelo Congresso Nacional reunido em Sessão Conjunta, e pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plena. À noite, o Presidente da República e Senhora Costa e Silva ofereceram jantar em sua honra no Palácio Itamaraty, seguido de círculo diplomático e recepção às altas autoridades, sociedade e corpo diplomático. Na manhã seguinte, Sua Majestade foi homenageado com almôço pelo Prefeito do Distrito Federal e Senhora Gomide. Em São Paulo, após visitar uma fazenda de café nos arredores de Campinas, foi homenageado com almôço oferecido pela Diretoria do Jockey Club; visitou o Monumento à Independência e o Instituto Butantã, sendo à noite recebido para jantar pelo Governador do Estado e Senhora Abreu Sodré. A seguir, partiu para Santos, onde almoçou com o Prefeito da cidade, em Guarujá, inspecionando também o navio-oceanográfico «Professor W. Besnard» e a Missão dos Marinheiros Noruegueses.

Em outubro de 1967, realizou-se a visita de Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Senhora Franco Nogueira, a quem o Ministro de Estado das Relações Exteriores e a Senhora Magalhães Pinto homenagearam com recepção no Palácio Itamaraty. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal foi também homenageado com almôço oferecido pelo Governador do Estado da Guanabara e pela Federação das Associações Portuguêsas e Luso-Brasileiras. Em Brasília, o Presidente da República recebeu-o e convidou-o para um almôço íntimo, antes de sua volta a Lisboa.

No desempenho de sua incumbência de organizar as festividades realizadas no Itamaraty, o Cerimonial ocupou-se em 1967 de 61 almoços oferecidos a personalidades nacionais e estrangeiras e organizou as seguintes festividades: em 3 de

abril — taça de champagne oferecida ao Corpo Diplomático; 22 de maio — jantar oferecido a SS.AA.II. os Príncipes Herdeiros do Japão, seguido de recepção; 6 de junho, coquetel oferecido à Seção argentina da CEBAC; 9 de junho — jantar oferecido ao Senhor e Senhora Hans Peter Juda; 12 de julho — coquetel oferecido ao Senhor Sawagodo, Ministro da Agricultura da Costa do Marfim; 11 de agôsto — recepção oferecida aos membros da Jornada Luso-Brasileira; 16 de agôsto — jantar oferecido a Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, Secretário de Estado de Sua Santidade, Legado Pontifício; 8 de setembro — jantar, seguido de recepção, oferecido em Brasília a Sua Majestade Olavo V, Rei da Noruega; 6 de outubro — recepção oferecida a Suas Excelências o Senhor Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Senhora Franco Nogueira; 24 de outubro — recepção comemorativa do aniversário de Sua Excelência o Senhor Embaixador Raul Fernandes; em 18 de dezembro, recepção aos Diplomatas de 1967 da Escola Superior de Guerra.

No decorrer de 1967, o Setor competente do Itamaraty pronunciou a feitura de 30 Cartas credenciando Chefes de Missão Diplomática brasileira. Foram feitas, ainda, Cartas Revocatórias dando por finda a Missão de 23 Embaixadores brasileiros, respostas a Credenciais e Revocatórias referentes a 26 Embaixadores Estrangeiros e telegramas credenciando oito Missões Especiais e 20 Encarregados de Negócios.

Em 1967, 185 personalidades estrangeiras foram agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, tendo sido a seguinte a concessão dos diferentes graus:

Grande Colar — 2
Grã-Cruz — 33
Grande Oficial — 37
Comendador — 47
Oficial — 47
Cavaleiro — 19

No mesmo período, foram admitidos na Ordem de Rio-Branco 33 diplomatas brasileiros, que ingressaram no Quadro Ordinário, a êles reservado, da Ordem, sendo que 5 receberam Grã-Cruz, 2 Grande Oficial, 18 Comendador, 4 Oficial e 4 Cavaleiro.

No Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco foram admitidas 57 personalidades estrangeiras, 12 das quais receberam o grau de Grã-Cruz, 8 Grande Oficial, 20 Comendador, 14 Oficial e 3 Cavaleiro, e 67 personalidades brasileiras, das quais 11 receberam Grã-Cruz, 10 Grande Oficial, 23 Comendador, 11 Oficial e 12 Cavaleiro.

Foram ainda concedidas 106 Medalhas Comemorativas do Centenário do Nascimento de Lauro Müller e 3 Medalhas da Ordem de Rio-Branco.

No decorrer de 1967, o Cerimonial atualizou, organizou e publicou a Lista Diplomática nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Os expedientes relativos à nomeação, promoção e movimentação de diplomatas estrangeiros, bem como de outras modificações ocorridas na Lista Diplomática, elevaram-se a 630.

Foram também feitas carteiras de identidade para 416 membros do Corpo Diplomático, 149 peritos de Organismos Internacionais e 108 diplomatas brasileiros.

Os expedientes relativos a nomeação de Adidos militares brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil se elevou a 62, enquanto foram feitos 58 ofícios ou notas verbais relativos à visita de navios de Guerra estrangeiros a portos brasileiros.

No decorrer de 1967, o Cerimonial publicou também a «Lista de Autoridades da República Federativa do Brasil».

Em 1967 foram feitos pelo Setor competente do Cerimonial 7.541 expedientes relativos a despachos de mercadorias e malas diplomáticas destinadas às Embaixadas, Consulados e Organismos Internacionais; 997 relativos ao despacho e embarque de bagagens de funcionários diplomáticos;

35 referentes a embarque de malas diplomáticas; 877 expedientes relativos a diversas isenções e facilidades aduaneiras e a legalização de documentos de embarque de mercadorias.

Desempenhando suas incumbências de tomar providências relativas a telefones para Embaixadas ou seus membros, o Cerimonial expediu em 1967 à Companhia Telefônica Brasileira 57 expedientes relativos a instalação, 215 a transferência, 4 a extensão, 3 a reinstalação e 3 relativos a disponibilidade de telefones.

Em 1967, com referência ao tratamento de automóveis de propriedade das Embaixadas, Consulados e Organismos Internacionais, bem como daqueles de propriedade dos respectivos funcionários constantes da Lista Diplomática e Consular, o Cerimonial expediu duas circulares às Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Govêrno brasileiro, uma, facultando a importação de automóveis, com isenção temporária de direitos, por funcionários administrativos e técnicos das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, mediante reciprocidade de tratamento; outra, relativa ao recolhimento dos impostos e taxas cabíveis na venda de automóveis importados com isenção temporária de tributos.

Nos últimos doze meses foram autorizadas vendas de 465 automóveis, importados com privilégios aduaneiros, 26 transferências a outros proprietários privilegiados, 38 reembarques e 620 importações.